

DIA LOGOS

VOLUME 17 | N. 1
JAN-JUN DE 2023



Dia-Logos

REVISTA DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

v. 17, n. 1, jan./jun., 2023



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Reitora

Gulnar Azevedo e Silva

Vice-reitor

Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues

Pró-reitor de Graduação (PR-1)

Antonio Soares da Silva

Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2)

Elizabeth Fernandes de Macedo

Pró-reitora de Extensão e Cultura (PR-3)

Ana Maria de Almeida Santiago

Pró-reitor de Políticas e Assistência Estudantis (PR-4)

Daniel Pinha Silva

Pró-reitor de Saúde (PR-5)

Ronaldo Damião

Diretor do Centro de Ciências Sociais

Renato dos Santos Veloso

Diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Mônica Leite Lessa

Vice-diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Ricardo Antônio Souza Mendes

Coordenador-Geral do Programa de Pós-graduação em História

Alexandre Belmonte

Coordenadora-Adjunta do Programa de Pós-graduação em História

Marina Monteiro Machado

Coordenador do Doutorado

André Nunes de Azevedo

Coordenador do Mestrado

Rafael Pinheiro de Araújo

Dia-Logos

REVISTA DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

v. 17, n. 1, jan./jun., 2023



Expediente

Capa

Natalia da Paz Lage

Imagem

François Boucher (French, 1703-1770)
al cleveland Museum of Art cco images- Canva
©Natalia Lage, 2023.

Diagramação

Bianca Costa de Matos
Lucas Ventura da Silva
Natalia da Paz Lage

Revisão

Alessandra de Oliveira Elias
Ana Luzia Pereira Martins
Carolina Machado dos Santos
João Vitor Ribeiro Borde de Castro
Lucas Cabral da Silva
Lucas Ventura da Silva
Maria Inês Pereira Schettino
Natalia da Paz Lage

Pareceristas *Ad Hoc* desta edição

Adriano Rosa da Silva; Bianca Cruz dos Anjos; Edivan de Azevedo Silva da Costa; Edmilton da Silva; Fabrício Ferreira; Fernando Cezar Macedo; Gabriel Delphino Fernandes de Souza; Laís Paiva da Ressurreição; Leila Cristina Gibin Coutinho; Leonardo Amatuzzi; Marcela de Oliveira Santos Silva; Marco Túlio Freire Baptista; Marcus Antônio Croce; Maria Alda Jana Dantas de Medeiros; Marina de Freitas Giovanette; Thayenne Nascimento; Thiago do Nascimento Torres de Paula.

Conselho Editorial

Ana Luzia Pereira Martins – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Bianca Costa de Matos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Carolina Machado dos Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
João Vitor Ribeiro Borde de Castro – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Leila Cristina Gibin Coutinho – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Lucas Cabral da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Lucas Ventura da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Inês Pereira Schettino – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Natalia da Paz Lage – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Tácio Ferreira Garrido Barbosa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Thiago Campos da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Conselho Consultivo

Dr. Airan dos Santos Borges – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Alex Gonçalves Varella – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Alexandre Moraes – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Anderson Martins Esteves – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. André Bueno – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Bruno Peres – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Carlos Gregório dos Santos – Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
Dr. Daniel Barbosa – Universidade Federal de Alagoas, Brasil
Dr. Daniel Pinha – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Edgar Leite Ferreira Neto – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Fabiano Vilaça Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Fernando Roberto de Freitas Almeida – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Guilherme Pereira das Neves – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Iza Terezinha Gonçalves Quelhas – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Luiz Felipe Ferreira Verrão – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Luiz Reznik – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Marcos Pirateli – Universidade Estadual do Paraná, Brasil
Dr. Oswaldo Munteal Filho – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Paulo Duarte – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Paulo Roberto Gomes Seda – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Ricardo Antônio Souza Mendes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Tânia Maria T. B. da Cruz Ferreira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Silvío de Almeida Carvalho – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Williams da Silva Gonçalves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Beatriz Vieira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Carolina Barcellos Dias – Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Dra. Danielle Gallindo – Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Dra. Edna Maria dos Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Eliane Garcindo de Sá – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Erica Sarmiento da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Laura Moutinho Nery – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Lená Medeiros de Menezes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Lúcia Maria Paschoal – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Márcia Gonçalves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Maria Emília da Costa Prado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Maria Regina Candido – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Marilene Rosa Nogueira da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Monique de Siqueira Gonçalves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Priscilla Leite Gontijo – Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Correspondência

Rua São Francisco Xavier, 524 – Bloco F – 9º andar – sala 9.037
Maracanã – Rio de Janeiro RJ – CEP 20.550-013
Tel./Fax: (21) 2334-0678 e-mail: rev.dialogos@gmail.com

Todos os textos são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição da editoria ou da instituição responsável por esta publicação.

Sumário

08 **Apresentação**
Editorial

ARTIGOS

09 **A Face Financeira da Desvalorização-Valorização do Café Brasileiro (1898-1913)**
Thiago Vinicius Mantuano da Fonseca, Luciana Maria Santiago Baldoino

43 **De Brighton a Tramandaí: a vilegiatura marítima e a invenção da praia**
Lilian Oliveira Trevisan Lima

56 **Dinâmica Econômica da Vila de Itapemirim-ES no Oitocentos**
Laryssa da Silva Machado

79 **O contínuo e descontínuo nas práticas de escrita no diário de Anne Frank (1942-1944): a escrita como memória, possibilidade e testemunho de si**
Ytalo dos Santos Lima

103 **O passado não nos serve mais? Uma conversa sobre imagem, memória e civismo**
Gabriel Motta Costa

126 **Outros corpos e vidas: famílias escravizadas não-brancas nos sertões do Rio Grande (Ribeira do Acauã, Totoró, séculos XVIII-XIX)**
Matheus Barbosa Santos

148 **Racismo e invisibilidade negra: o legado da emancipação da escravidão no Ceará**
Lusirene Celestino França

164 **Um “progresso” pervertido: práticas de preconceito de “figuras públicas” nas redes sociais contra o “nordeste e os nordestinos” (2022-2023)**
Lucas William Barbosa Laroça

APRESENTAÇÃO

É com muito prazer que a Revista Dia-Logos, organizada pelos alunos da Pós-Graduação em História Política da UERJ, apresenta seu 17º volume, número 1. Sua equipe editorial permanece trabalhando para respeitar a cronologia correta de cada edição e celebra este volume como mais um marco importante do retorno de suas atividades na comunidade acadêmica.

Os oito artigos reunidos neste volume apresentam discussões variadas e atestam a diversidade presente no campo de estudos da história política. Iniciamos com “A Face Financeira da Desvalorização-Valorização do Café Brasileiro (1898-1913)” de Thiago Vinicius Mantuano da Fonseca (UFF) e Luciana Maria Santiago Baldoino (UFF). Em sequência nós temos os artigos e seus respectivos autores: “De Brighton a Tramandaí: a vilegiatura marítima e a invenção da praia” de Lilian Oliveira Trevisan Lima (UFPEL); “Dinâmica Econômica da Vila de Itapemirim-ES no Oitocentos” de Laryssa da Silva Machado (UFES); “O contínuo e descontínuo nas práticas de escrita no diário de Anne Frank (1942-1944): a escrita como memória, possibilidade e testemunho de si.” de Ytalo dos Santos Lima (UFC); “O passado não nos serve mais? Uma conversa sobre imagem, memória e civismo” de Gabriel Motta Costa (UERJ); “Outros corpos e vidas: famílias escravizadas não-brancas nos sertões do Rio Grande (Ribeira do Acauã, Totoró, séculos XVIII-XIX)” de Matheus Barbosa Santos (UFRN); “Racismo e invisibilidade negra: o legado da emancipação da escravidão no Ceará” de Lusirene Celestino França (UFRJ). Finalizando o volume apresentamos o artigo “Um “progresso” pervertido: práticas de preconceito de “figuras públicas” nas redes sociais contra o “Nordeste e os nordestinos” (2022-2023)” de Lucas William Barbosa Laroca (Unicentro).

Desejamos que a escolha dos artigos propostos seja do interesse do leitor, e que possibilite a ampliação dos debates históricos.

Boa leitura!

Equipe editorial da Revista Dia-Logos.

**A FACE FINANCEIRA DA DESVALORIZAÇÃO-VALORIZAÇÃO DO CAFÉ
BRASILEIRO (1898-1913)**

**THE FINANCIAL FACE OF THE DEVALUATION-VALUATION OF BRAZILIAN
COFFEE (1898-1913)**

Luciana Maria Santiago Balduino¹

Thiago Vinicius Mantuano da Fonseca²

Resumo

Este artigo tem como finalidade explorar as contradições de um momento muito peculiar da história econômica do Brasil. No início do século XX, engendraram-se as condições para um período de expansão econômica conjugada com estabilidade monetária e reiteração da estrutura agrário-exportadora do país. No entanto, concomitantemente, o principal produto da pauta de exportações brasileira encontrava-se com preços descendentes e seus produtores passavam por sérios problemas financeiros. Os processos de desvalorização e valorização do café, na virada do século XIX para o XX, tem uma face financeira muito clara, mas que não ganha a devida centralidade na historiografia. Procuramos colaborar com o enfoque na dimensão do financiamento dos interesses dos cafeicultores através de informações obtidas em fontes primárias, predominantemente quantificadas, as situando metodicamente enquanto estatísticas elaboradas por meios e com fins determinados, elevando sua apreensão no confronto com fatos e informações de origens diversas. Os resultados obtidos demonstram que, desde a luta por um esquema valorizador até o esgotamento da primeira valorização, a dimensão financeira determinou os termos, o encaminhamento e as finalidades dos agentes engajados no processo histórico em tela.

9

Palavras-chave: Café; Finanças; Exportação; Valorização; Estado.

Abstract

¹ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense - UFF (2022). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História: Atlântico e Diáspora Africana da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC (2022). Graduada no curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC (2020).

² Doutorando no curso de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, onde também é graduado em História (2014) e mestre em História Social (2017).

This article aims to explore the contradictions of a very peculiar moment in the economic history of Brazil. At the beginning of the 20th century, the conditions were engendered for a period of economic expansion combined with monetary stability and the reiteration of the country's agrarian-export structure. However, at the same time, the main product in the Brazilian export basket was experiencing falling prices and its producers were experiencing serious financial problems. The processes of devaluation and appreciation of coffee, at the turn of the 19th to the 20th century, have a very clear financial aspect, but that does not gain due focus in historiography. We seek to collaborate by focusing on the financing dimension of coffee growers' interests through information obtained from primary sources, predominantly quantified, methodically situating them as statistics prepared by means and with determined ends, increasing their apprehension when confronted with facts and information from different origins. The results obtained demonstrate that, from the fight for a valorization scheme until the exhaustion of the first valorization, the financial dimension determined the terms, direction and purposes of the agents engaged in the historical process in question.

Keywords: Coffee; Finance; Export; Valuation; State.

Introdução

No alvorecer do século XX, a economia brasileira vivia uma situação insólita: após quase uma década de instabilidade e crises agudas recorrentes, apontava-se para um horizonte de estabilidade, expansão e algum desenvolvimento - mesmo que tolhido por amarras estruturais. Após anos da traumática experiência entre agudos momentos de inflação e desvalorização monetária e, após, uma recessão sustentada com retração na atividade econômica, havia a expectativa de retomada da expansão conjugada com a moeda “forte”. No histórico polo dinâmico da economia agrário-exportadora - a lavoura cafeeira -, embora tenha sido tragada definitivamente para as crises com algum atraso, especialmente por conta de sua produtividade crescente e concentração do mercado mundial de café, persistiam avaliações negativas e o apontamento de problemáticas que tornavam um processo complexo a aparente simplicidade da baixa de preços.

Como, então, uma economia de base agrário-exportadora poderia viver um bom momento em detrimento dos produtores de seu produto básico mais importante? Como o Estado brasileiro - comandado por cafeicultores, seus prepostos e sócios - elaborou e conduziu um programa de reerguimento econômico-financeiro que dava as costas para as consequências na produção e

rentabilidade de um produto em que os plantadores nacionais lideravam e formavam, no conjunto do país, um incontestado *price maker*³?

No final do século XIX, a situação passou a ser incômoda, pois apesar da produção crescente, e por ela mesma, a valorização do câmbio associou-se à tendência anteriormente declinante do preço do produto no mercado mundial gerando um baque nas rendas dos cafeicultores, bem como este movimento abatia suas possibilidades de financiamento. O Brasil continuava agrário-exportador no panorama internacional, mas crescia num quadro em que o seu produto básico era constantemente desvalorizado no mercado mundial. Haveria possibilidade de expansão econômica em que o café gerava rendas fabulosas, mas seus produtores penavam financeiramente se apropriando de declinante fração destas? Apesar de bem representados - inclusive na presidência da República - e das articulações variadas por uma solução política para o declínio do preço do café, por que os cafeicultores se frustraram por mais de uma década na tentativa de lograr um esquema valorizador?

A historiografia que dispomos bem esclareceu as diferenças de política econômica que, mesmo em conjunturas cambiantes, unificavam a ação ortodoxa dos governos dos “três venerandos paulistas” - Prudente de Moraes (1894-1898), Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906) -, em contraposição a descontinuidade constatadas nos governos de Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910) e Hermes da Fonseca (1910-1914). O eixo dessa mudança foi o retorno da ação monetária, cambial e creditícia do governo federal para criação de condições internas com vistas ao pleno logro do primeiro esquema valorizador do café brasileiro, especialmente o produzido em São Paulo.

Neste artigo, privilegiaremos o método quantitativo para observação de índices e informações recorrentes - na maioria das vezes passíveis de seriação - que indiciam a conjuntura nacional e internacional, a situação da cafeicultura e das contas do estado, para percepção geral sobre a política econômica que vedava a possibilidade de valorização; bem como seu reverso, aquela que possibilitou o esquema e se esgotou junto a ele. Para a pesquisa, pretendemos expor recorrentemente as informações quantitativas que já se encontravam em “estágio estatístico”, ou seja, foram por nós levantadas em fontes onde os resultados da quantificação estavam exibidos a partir de classificações e categorizações prévias, próprias dos interesses que o produziam ou cercavam a sua produção.

³ O *price maker* é todo agente econômico - produtor, intermediário ou transformador, individual ou coletivo, empresarial ou institucional - capaz de influenciar, diretamente, um mercado na formação e no deslocamento dos preços e condições de negociações de determinado produto. Esse conceito se contrapõe ao de *price taker* que exprime aqueles agentes econômicos que participam do mercado e desempenham atividades que envolvem desde a produção a negociação com os consumidores, mas não são capazes de influenciar decisivamente nos seus preços e condições.

A crítica, a recolocação das classificações e categorizações originais, e a renovação da forma de exposição das informações tabuladas pelas fontes são expedientes do método: se por um lado, é necessário sopesar interesses e objetivos, desconfiar dos números, suas classificações conceituais, divisões e agrupamentos categoriais por conta de todo processo que as fontes já quantificadas passaram até o historiador se defrontar com elas; por outro, é conveniente se apropriar dos números em novas classificações e/ou categorizações, montando séries não estabelecidas nas fontes, correlacionando informações quantitativas extraídas de fontes distintas e as confrontando com informações não-quantitativas, inclusive as extraídas de outras fontes. Na maioria das vezes foi imperioso elaborar melhor forma de visualização entabulada ou gráfica, especialmente quando nos deparamos com a necessidade de ressaltar informações, recortes ou avaliações que saltam aos olhos do pesquisador e não são devidamente expostas ou sequer constituem o corpo da fonte que fornece a matriz dos números. Expedientes como a utilização de destaques ou códigos de cores em tabelas e gráficos retrabalham as informações extraídas das fontes, resolvendo, a partir delas, questões próprias a nossa pesquisa, permitindo, assim, a visualização das informações quantitativas de forma crítica e contributiva para o entendimento do processo histórico em tela.

O problema que propomos, ante a insuficiência historiográfica, é sobre o real dimensionamento dos interesses financeiros - na produção, transporte, intermediação, comercialização e transformação do café, e no próprio Estado brasileiro - associado a centralidade da perspectiva financeira para o entendimento dos desafios e soluções elaboradas da/para lavoura cafeeira, num momento reconhecido como de crise, mas que, em aparente contradição, era também de grande produtividade. Privilegiando essa questão, vejamos então o processo que levou as contradições abertas entre os poderosos plantadores e o próprio Estado - no momento de desvalorização ou descenso dos preços internacionais do café -, bem como elas foram resolvidas: através da política, onde prevaleceu a luta por um esquema financeiro de valorização do café. E mais, caminemos cronologicamente para implementação dessa valorização, pontuando as suas consequências nas mudanças das diretrizes da política econômica emanada pelo governo federal. Também objetivamos demonstrar como os responsáveis diretos pela desidratação das rendas dos cafeicultores - os intermediários e financistas -, desde o século anterior, capturaram poderosamente o esquema valorizador em seu benefício e pela via fundamental de sua existência: o financiamento para formação e dissimulação de estoques, que, afinal das contas, existiram majoritariamente nos países transformadores e consumidores finais do produto. Ao final, entendamos, então, o fim do primeiro processo valorizador retornando à face financeira como um dos fatores para o seu esgotamento e implicando em uma nova rodada de reorganização do financiamento externo ao Estado.

Do Ascenso dos Capitais Externos ao Ascenso do Movimento pela Valorização do Café

A partir de 1898, sob a presidência de Campos Sales e o comando financeiro de Joaquim Murinho, a política econômica do governo federal favoreceu, primordialmente, através de instrumentos monetários e cambiais, os interesses da banca estrangeira e da burguesia mercantil voltada para a comercialização, financiamento e exportação de produtos agrícolas - nomeadamente o café. Sob o pretexto de combater o processo inflacionário e especulativo desencadeado pela política econômica dos primeiros anos republicanos⁴ foi feito um drástico enxugamento monetário e creditício, o objetivo primeiro era apreciar o câmbio para garantir solvência ao governo federal: “A intervenção no mercado de câmbio foi, portanto, motivada pelas necessidades da administração pública.” (LEVY, 1994, p. 177). Uma elevação de impostos sem precedentes foi executada de maneira inovadora e com consequências sociais substantivas, especialmente no aumento das desigualdades sociais e maior empobrecimento dos trabalhadores.

A manutenção do ajuste monetário e cambial no quadriênio entre 1902 e 1906 não se equívaleu no tocante à política fiscal. As rédeas dos gastos governamentais foram afrouxadas e a sede por receitas extraordinárias diminuídas. Isso só foi possível, a bem dizer, dentro da ortodoxia em voga, por conta dos excelentes resultados da balança comercial no período. O trio Rodrigues Alves, Leopoldo de Bulhões - ministro da Fazenda - e Lauro Muller - ministro de Viação e Obras Públicas - conseguiu caminhar na linha tênue entre manter o equilíbrio financeiro do governo dentro no esquema inaugurado na década anterior, mas também promover uma política de retomada dos investimentos públicos e alguns incentivos pontuais a investimentos privados - especialmente nos transportes, comunicações, infraestrutura e serviços urbanos. A ambição do terceiro presidente civil e paulista era manter o norte das reformas executados nos governos anteriores e encetar um novo período de expansão econômica em bases renovadas, embora ainda mais dependentes do

⁴ O chamado *Encilhamento* foi um conjunto de reações por parte do Estado brasileiro, ainda no Império e que se prolongou nos primeiros anos de regime republicano, intimamente ligadas as transformações estruturais tanto com relação a transição do trabalho escravo ao livre - o fim da escravidão e a grande imigração nas últimas décadas do século XIX -, quanto com relação a sustentada industrialização que ocorria na cidade do Rio de Janeiro, mas também devido a um contexto internacional altamente favorável para economia brasileira, seja pelos excepcionais preços e safras recordes do principal produto básico exportado em larga escala - o café -, seja pelo vulto inédito das entradas de capitais estrangeiros atraídos pela própria cafeicultura, pela urbanização de algumas cidades em crescimento e pelas indústrias nascentes na capital. As medidas econômicas aplicadas pelos últimos gabinetes do Império e pelos primeiros ministérios republicanos davam conta de remover entraves legais, animar o crédito, engrossar o meio circulante através de maior atividade fiscal, descentralizar responsabilidades típicas do Estado e, com isso, estimular a expansão da lavoura e a diversificação dos negócios urbanos, especialmente na melhorias dos serviços e da capacidade comercial nas cidades, bem como na expansão das já existentes e criação de novas indústrias no Rio de Janeiro (LEVY, 1994).

financiamento externo e da concorrência de capitais forâneos para consecução de suas aspirações (GREMAUD, 1997).

De modo distinto, a crise atravessada pela cafeicultura era grave e estrutural. Contraditoriamente, as safras batiam recorde, o volume de exportações compensava a balança comercial brasileira e o café nacional se tornou mais de 80% deste produto no mundo. Que crise, então? Os defensores da lavoura a identificavam no preço do produto, além do controle estrangeiro da intermediação e finalização da mercadoria, na deficiência dos transportes e de uma propaganda que valorizasse o café brasileiro. Em suma, já demandavam a ação do Estado muito antes da efetivação da primeira valorização do café.

É atribuído a Celso Furtado (2007), por conta do conceito de *socialização das perdas*, a interpretação de que os destinos da economia nacional se resumiam às vontades dos plantadores, especialmente os de café. Para Furtado, a economia brasileira estava condicionada à correlação entre a produção primária e a demanda externa, quando a segunda variável não era compatível com a primeira o preço declinava e se operava no câmbio, desvalorizando-o, a compensação aos cafeicultores. Isso só seria possível graças ao controle do Estado pelos cafeicultores. No clássico “O Problema do Café no Brasil”, Delfim Netto (2009) propôs que o movimento nos preços do café não se determinava apenas pelas variações na demanda externa e no ascenso/descenso do consumo nos países importadores, havia também outros fatores, agindo do lado da oferta desde a produção, a transformação, transporte e a comercialização. Para o autor, diferente de Furtado, a inelasticidade na demanda pelo produto não era a principal questão, mas sim a apropriação deficiente das suas rendas pelos plantadores ou, no geral, por nacionais brasileiros - isto gerava a “crise do café” que o Estado Nacional brasileiro não tinha condições plenas de resolver, mesmo que fosse totalmente instrumentalizado pelos cafeicultores.

Acontece é que Furtado não declina sobre como a política econômica ortodoxa desfavoreceu os plantadores de café ao ponto de realizarem ofensiva política contra os seus princípios mais caros - como a constante e ilimitada valorização da moeda -, bem como Delfim não precisa exatamente por quais mecanismos os produtores “perdiam” proporção relevante de suas rendas. Daí a razão deste artigo: a face financeira da economia cafeeira sobrelevou-se especialmente no debate sobre a valorização - duramente criticada em seus “efeitos colaterais” por Delfim -, pois esta aparecia como esforço político dos cafeicultores, em articulação nos estados produtores, exatamente para elevar e reter as rendas criadas.

Beiguelman (1967) foi a primeira autora a sofisticar analiticamente o entendimento sobre o Estado Nacional Brasileiro no período, demonstrando que este estava em disputa e não havia um

determinismo sistemático quanto às políticas adotadas. De acordo com a autora, a própria urbanização e industrialização brasileiras foram condicionadas pela economia agrário-exportadora, o que atenuava este antagonismo nos momentos de disputa e propiciava interesses em comum entre os setores. Peláez (1971) e Villela e Suzigan (1973) também contrapõe a ideia de um Estado pautado exclusivamente pela vontade dos cafeicultores monoliticamente organizados, colocando os limites a estes para exercer política monetária e cambial em relevo e lembrando a diversidade de interesses daqueles que compunham a classe dominante (PERISSINOTTO, 1994). Os autores ressaltam que a ortodoxia econômica era consonante aos propósitos de uma economia absolutamente dependente de sua relação com o setor externo e infiltrada por capitais estrangeiros que exerciam não só influência política, mas também pressão sobre os setores produtivos dos quais eram sócios - lembremos dos intermediários, transportadores e financiadores de café aqui citados.

Fritsch (1980) foi mais um que relativizou as afirmações de que o governo federal tendia a atender, em última instância, aos cafeicultores. Ele ressalta as demais forças sociais em disputa política na Primeira República e a força dos interesses financeiros, nomeadamente de banqueiros estrangeiros, em ascensão desde o fim do império. Algo interessante em Fritsch é constatar como os cafeicultores formavam alianças com outros interesses econômicos em torno dos pontos que defendiam, por exemplo, na batalha por deter a valorização da moeda durante o governo de Rodrigues Alves. Já segundo Gustavo Franco (1992), a experiência inflacionista dos primeiros anos de República pesou para o estabelecimento de medidas que contrariavam os interesses dos cafeicultores. O estabelecimento da orientação econômica mais próxima dos credores externos do Brasil no Estado teria sido um sinal de que os financistas brasileiros haviam cedido ideologicamente ao liberalismo na política monetária e cambial.

Importante referência a respeito desse objeto de estudo, Steven Topik reconhece a limitação creditícia imposta pelo Estado à cafeicultura na “década paulista”. O crédito era insuficiente e, com a valorização monetária, as compensações cambiais minguavam. Para o autor, a razão de fundo era ideológica.

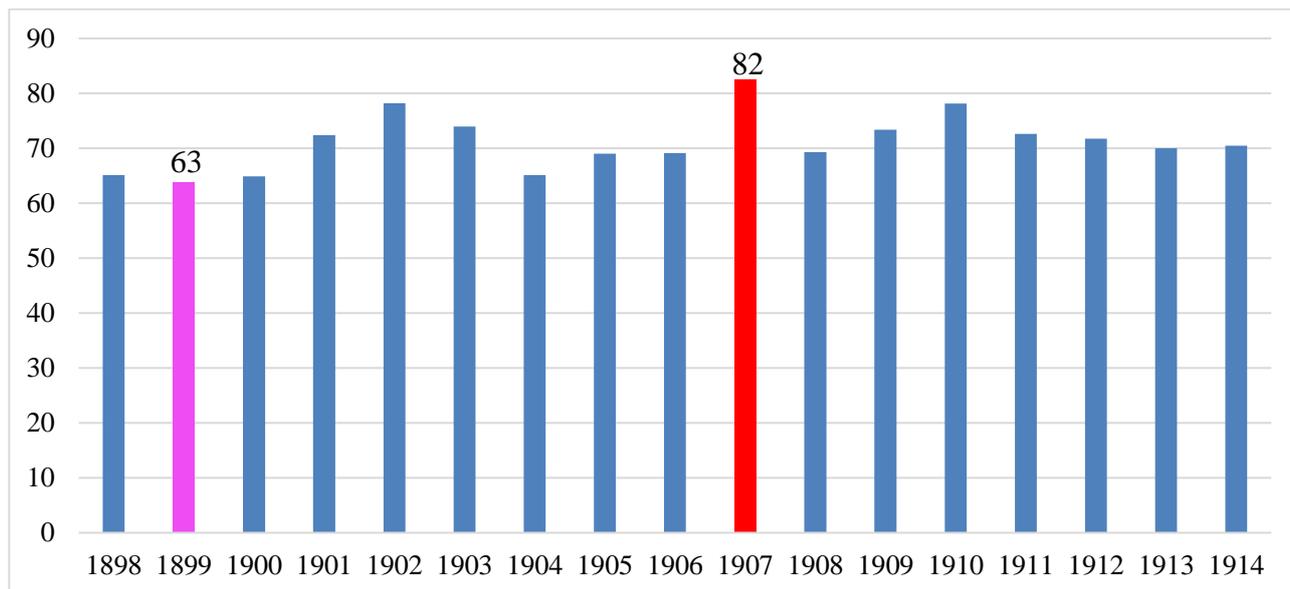
Unfortunately, the three Paulista presidents who governed between 1894 and 1906 disagreed. Despite their close ties to coffee and the personal losses they suffered from the crisis, they pursued policies characterized by one deputy as "Spencerian". Prudente, Campos Sales, and Rodrigues Alves not only did not aid coffee producers, but to an extent hurt them. As already discussed, the fiscal woes engendered by coffee's decline prompted an extremely conservative monetary policy and the Funding Loan. Bernardino de Campos, Joaquim Murinho, and Leopoldo Bulhões, the guiding forces behind the conservative economic policy, argued that the country was too poor and its credit too weak to permit state action in agriculture. At base, however, the issue was more ideological than financial. (TOPIK, 1987, p. 66)

Disto depreendemos haver interpretação historiográfica e econômica que atende ao questionamento que fazemos sobre a combinação de “crise do café” e “prosperidade econômica” no raiar do século XX. Era possível, mas postulamos que a razão central desse fenômeno recaia menos na ideologia dos agentes, e mais num cálculo pragmático que envolvia as contas do governo federal, as relações entre os “homens de Estado” e os financistas estrangeiros - com direito a ameaças veladas à soberania nacional -, a estrutura dependente da economia brasileira e o tipo de inserção permitida ao Brasil e aos brasileiros no mercado internacional de capitais, até aquele momento. O enredamento do Estado brasileiro e dos agentes econômicos aqui instalados no mercado mundial se exprimia num condicionamento financeiro que, dentre outras consequências, comprimia a parte retida das rendas do café pelos plantadores.

A ação política dos cafeicultores incidiu para que essa combinação de fatores tivesse trajetória encurtada, daí ganha relevo a face financeira que une economia cafeeira e Estado Nacional brasileiro. O “o que fazer?” frente àquele estado de coisas variou entre: a queima de estoques de café sobressalentes de qualidade inferior; deixar pequenas e médias fazendas encerrarem sua plantação de café por insustentabilidade financeira como “via natural” para superprodução; impostos sobre esta superprodução; e, a tese vencedora, um grande esquema de valorização que pudesse financiar as supercolheitas e redistribuir o produto convenientemente. Aliás, como já era feito por exportadores/importadores em seus armazéns nos mercados consumidores, mas, em tese, isto mudaria para o domínio dos cafeicultores ou, no mínimo, que eles tirassem algum proveito do manejo comercial do “suprimento visível”. A questão é que todas essas soluções, por seu turno, envolviam ou eram inviabilizadas pela elevada - e em elevação - taxa de câmbio.

Cordeiro atenta para outra perspectiva da questão. Olhando retrospectivamente, desde o Império, a principal reivindicação dos cafeicultores era a institucionalização de uma carteira de crédito rural para além das hipotecas. Os plantadores pleiteavam créditos estáveis e de longa duração, obviamente com juros baixos. O chamado *Encilhamento* iniciou com a justificativa de fornecer crédito para que os fazendeiros pudessem pagar os primeiros salários aos libertos. Em relação ao câmbio, embora fosse vantajoso a desvalorização para as suas receitas, ela também embutia custos pelo encarecimento das importações para as fazendas e para próprio consumo do cafeicultor (CORDEIRO, 1986, p. 87).

Gráfico 1: Percentagem da Produção Brasileira de Café sobre a Mundial (1898-1914)



Fonte: RETROSPECTO COMMERCIAL. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1898-1914.

Apesar dos dados impressionantes em termos de quantidade, volume e proporção da dominância da produção brasileira de café no mercado mundial (**Gráfico 1**), pela primeira vez houve declínio das receitas nominais das principais exportações brasileiras, muito por conta da desvalorização do café, estas caíram a taxa de 10,2% ao ano entre 1901 e 1904, levando a alguma diversificação das lavouras no centro-sul e aumentando, relativamente, a importância da borracha na balança comercial (PELAEZ; SUZIGAN, 1976). O efeito foi patente: as rendas dos cafeicultores declinavam pelo preço interno e não eram compensadas pelo câmbio, como outrora. Esta ofensiva que redundou contrária a mais poderosa atividade econômica da nascente República acabou por organizar e criar consensos entre as oligarquias cafeeiras que, por fim, ganharam parcela importante da opinião pública para suas teses intervencionistas. O intuito era colocar rédeas no monopólio virtual sobre o café que os produtores brasileiros detinham no mercado internacional.

Embora Rio de Janeiro e Minas Gerais fossem importantes produtores de café, não é possível ter dúvidas que a expansão produtiva do de São Paulo foi a responsável por este estado de coisas, seus produtores eram os mais bem equipados, sua produção expandia a fronteira agrícola, suas fazendas recebiam mais e mais imigrantes. As diferenças no custo da produção eram grandes, os paulistas contavam com terras novas, força de trabalho e capitais relativamente baratos. Portanto, todo o estoque acumulado no auge crise - com a supersafra de 1906-1907 - foi de responsabilidade do aumento da produção paulista, bem como são eles os produtores do café mais requerido no mercado internacional, o “Santos”, tipo 7 ou superior. No entanto, a queda dos preços afetava mais gravemente os produtores dos outros estados. (TORELLI, 2004; MENDONÇA, 2008)

Agrava a situação a delongada crise dos comissários de café brasileiros que, com os rebaixados preços do produto e a melhoria do câmbio, ficaram vulneráveis à penetração de intermediários e bancos estrangeiros junto aos cafeicultores (STEIN, 1961). Em realidade, o produtor sentia que o intermediário estrangeiro ganhava dos dois lados: ele percebia que o café era estocado, acondicionado e vendido apenas muito oportunamente, financiando com fôlego próprio um “mercado futuro”. O produtor sentia na pele que uma grande colheita implicava em preços baixos, mas não via um aumento proporcional quando a colheita era substancialmente menor. Bacha (1992) escreve que essa percepção levou os produtores a elaborar uma defesa “contra o mercado” ou “de regularização da colocação do produto no mercado”. Segundo um atento observador e “defensor da causa do café” à época:

[...] o Brasil continua e continuará a ser o grande productor de café, e é, cada vez mais, o regulador dos preços do gênero nos grandes mercados do mundo. Da nossa produção dependem aquelles preços. [...] temos nas mãos uma fortuna colossal, e não sabemos aproveitar nos della. Os nossos cafezaes, tão desvolarizados hoje, representam, de facto, uma enorme riqueza; e ha quem pense que será um bem a geada que os diminua, ou a solução natural que condemne parte delles á morte! Se perdermos hoje cafezaes, teremos de plantal-os de novo dentro de alguns annos, ou outros paizes o farão, o que é mais provável, porque a famosa solução natural não nos deixará certamente com fôlego para novas empresas. (CARVALHO, 1901, p. 129)

Tabela 1: Proporção dos Valores dos Principais Produtos Brasileiros de Exportação

	Café	Açúcar	Algodão	Peles e Couros	Borracha	TOTAL
1881/90	61,70%	9,96%	4,24%	3,19%	7,69%	86,78%
1891/00	63,84%	5,66%	2,48%	2,48%	15,83%	90,29%
1901/10	51,46%	1,24%	2,12%	4,36%	27,94%	87,12%
1911/20	52,40%	3,19%	1,98%	6,41%	11,44%	75,42%

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. 200 Anos de Comércio Exterior. Rio de Janeiro: APEX, 2008.

Impressiona o contraste entre o **Gráfico 1** e a **Tabela 1**, quanto mais os plantadores brasileiros se assenhoravam da produção mundial de café, o valor do produto decaía proporcionalmente na pauta de exportações brasileira. O que justificava isto? Em realidade, isto expressava apenas a camada aparente de um processo mais complexo e intrínseco à queda dos preços internacionais do principal produto em nossa pauta de exportações. O café brasileiro suscitou um grande aparelhamento comercial e industrial, os lucros não mais repousavam primordialmente na produção, mas na intermediação, transporte, acondicionamento, armazenagem, distribuição e comercialização, todos

estes processos sucessivos canalizavam a remuneração dos capitais internacionais investidos por capitalistas instalados nos países consumidores do produto brasileiro.

Os intermediários e financistas estrangeiros se apossaram de informações valiosíssimas sobre os estoques, produção corrente e futura do café, passaram a industrializar todo o processo até o consumo do produto, tinham capitais para atender às necessidades apontadas com a consequência de obterem, ao mesmo tempo, novas posições estratégicas, no financiamento e comercialização do café. Já na década de 1890, as casas comerciais inglesas, alemãs e americanas detinham o controle do comércio de exportação pelos portos brasileiros (HOLLOWAY, 1978). Embora os preços tivessem tendência decrescente nos países consumidores, no Brasil desabavam em ordem muito superior.

Ao longo do século XIX, com o ascenso da produção em São Paulo, o mercado norte-americano consumiu o café brasileiro com preços sustentadamente mais baratos. A expansão do consumo nos Estados Unidos se deu pela conquista de apreciadores - e dependentes - do produto brasileiro. O *breakfast* padrão da classe trabalhadora norte-americana passou a contar com o café, o produto estava caminhando para sua generalização social ao final do século (FALEIROS; TOSI, 2019).

A quantidade comprada por família não variava muito em termos gerais, mas as novas formas de torrefar, ensacar e servir o café criaram uma potente indústria nos Estados Unidos. O grande avanço nos transportes e comunicações de longa distância, além de abater os fretes, deram maior previsibilidade aos compradores, que ousaram na manipulação da mercadoria e criaram um mercado completamente novo: o *coffee bag*. Basicamente, os importadores passaram a formar um mercado em que os compradores não viam o café que comprariam, não faziam a moagem tradicional nas lojas e armazéns, assim como os consumidores finais não torravam mais em suas casas. Este movimento foi sofisticado em 1900, com a invenção das embalagens à vácuo (SAMPER; TOPIK, 2017).

Tirando dos varejistas a manipulação direta do café, dos consumidores a compra em natura e impondo quantidades/qualidades pré-determinadas pela sua industrialização, os torrefadores sustentaram o preço da mercadoria e alavancaram a rentabilidade dos seus empreendimentos quando os preços declinaram no atacado mundial, por volta da década de 1890. Os industriais do café foram, geralmente, os importadores e ensacadores nos primórdios de sua introdução no mercado norte-americano. O movimento de monopolização permitiu a sofisticação da comercialização do produto no “mercado de futuros” (SAMPER; TOPIK, 2017). Já na década de 1880, haviam sido criadores das Bolsas de Café em Nova Iorque, Hamburgo e Londres. Mais tarde, enquanto torrefadores, criaram o *The Coffee-Roasting Trust* (THE NEW YORK TIMES, 02/05/1909, p. 2).

Antes apenas importadores, os agora também torrefadores, passaram a ter uma relação direta com os plantadores, oferecendo crédito e prazos. Eles constituíam, controlavam e manipulavam

estoques, dominavam por completo a industrialização e distribuição do café nos Estados Unidos e na Europa, assim como condicionavam a própria venda aos consumidores finais. Como é possível ver na **Tabela 2**, ao final desse processo, os Estados Unidos e os países europeus eram os maiores consumidores em termos absolutos e, também, alcançavam valores expressivos no consumo proporcional por habitante.

Tabela 2: Consumo de Café no Mundo (1909)

País	Quantidade (em Milhões de Quilos)	Consumo por Habitante (em Quilos)
Estados Unidos	467	5,38
Alemanha	213	3,38
França	107	2,72
Áustria-Hungria	57	1,16
Holanda	40	6,95
Bélgica	40	5,59
Suécia	32	5,95
Itália	24	0,74
Brasil	23	0,89
Turquia	15	0,65
Inglaterra	13	0,3
Finlândia	13	5,62
Noruega	13	5,69
Rússia	12	0,1
Espanha	12	0,65
Suíça	12	3,39
União Sulafricana	11	2,08
Argentina	11	2,09
Dinamarca	11	4,21
Cuba	10	6,2

Fonte: RETROSPECTO COMMERCIAL. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1910.

Da Valorização do Café às suas Exigências Financeiras e Implicações Monetárias

Consensuada a percepção de que havia uma crise e que esta não seria resolvida pelas vias de mercado, os produtores passaram a mover-se, e é claro que eles não poderiam fazê-lo individualmente, o caminho era a política, o instrumento era o Estado e o objetivo era a valorização.

Durante o governo de Rodrigues Alves e, decisivamente, quando a presidência da República passou a Afonso Pena (1906), o ascenso das entradas de capitais externos no Brasil deu novo fôlego à corrente de opinião que bradava pela valorização do café. Cafeicultores e seus representantes viam

num largo, coletivo e sistemático financiamento valorizador dos excedentes, a melhor oportunidade para retomar o controle financeiro de sua produção.

O raciocínio era claro: se o governo federal poderia reformar a capital, construir o seu porto, adquirir ferrovias, reequipar a marinha mercante e de guerra, obter novos territórios, etc., também poderia financiar a valorização do produto que era, em grande medida, a razão de ser da economia brasileira no mercado mundial. Os créditos estatais - especialmente o empréstimo externo de £ 8.500.000 para a construção do porto do Rio de Janeiro (BRASIL, 4.839/1903) - tiveram grandes repercussões políticas, pois criaram um padrão para contratação de “empréstimos produtivos”.

As pressões por novas tomadas de crédito pelo governo federal no exterior cresceram e se referenciavam no empréstimo para as obras do porto. Um embate exemplar entre os senadores Alfredo Ellis e Ramiro Barcellos põe em relevo as disputas sobre os rumos da administração federal. Ardoroso defensor da valorização, Ellis reivindicava recursos para o financiamento da retenção dos estoques cafeeiros, enquanto Barcellos defendia o governo e sua iniciativa de construir o porto e reformar parte da capital.

Imagem 1: Trecho do Debate no Senado entre Alfredo Ellis e Ramiro Barcellos (1903)

O SR. ALFREDO ELLIS—Encontramos capitais para tudo, mesmo para obras que podiam ser adiadas para melhores tempos; para o malsinado café, porém, não se encontra quem os forneça para a sua valorização. E' elle, exclusivamente elle, entretanto, que valoriza todos os emprestimos que se tem feito neste paiz! E' doloroso confessal-o.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — E' doloroso, mas o que se ha de fazer ?

O SR. ALFREDO ELLIS — O café é o valorizador do nosso credito e, entretanto, não existe credito para o valorizar !...

Si, por ventura, não constituisse elle monopolio nosso, porque produzimos 82 % da produção mundial, não estaria a esta hora, na tribuna, importunando os Srs. Senadores com estas considerações; mas, sendo monopolio nosso, ontendo que é do nosso dever valorizal-o, bastando para isso que o Governo compre 4 ou 5 milhões de succas.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — Com que ?

O SR. ALFREDO ELLIS — Com um emprestimo.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — De onde tiral-o ?.

O SR. ALFREDO ELLIS — De onde tirou os \$1 1/2 milhões sterlingos para as obras do porto e para a avenida.

Fonte: BRASIL. Congresso Nacional. *Annaes do Senado Federal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903, p. 106.

Este debate avançou e, já em 1905, pela lei 1.452 (BRASIL, 1.452/1905), de autoria do legislativo, o poder executivo federal ficou autorizado a celebrar acordos com os governos estaduais cafeeiros para regular o comércio do café, viabilizar a valorização e promover a propaganda do café brasileiro.

As teses da valorização começavam a tomar corpo e ganharam impulso fundamental quando, em fevereiro de 1906, pela inércia do governo de Rodrigues Alves, Jorge Tibiriçá - governador de São Paulo -, Francisco Antônio de Sales - governador de Minas Gerais - e Nilo Peçanha - governador do Rio de Janeiro -, se reuniram em Taubaté para definir as bases do "programa de valorização".

Em sua primeira versão, aprovada em 26 de fevereiro de 1906, podemos destacar os mais relevantes pontos do acordo (MENDONÇA, 2008):

- 1- fixação do preço mínimo entre 55 e 65 Francos por saca do tipo 7 ou superior;
- 2- negociação de um empréstimo externo para financiar as compras da produção excedente, de modo a sustentar os preços nas supersafras;
- 3- imposição de uma sobretaxa de 3 Francos sobre cada saca a ser exportada, o recolhimento caberia à União e seria destinada a garantir o serviço e amortização do empréstimo, além dos custos de manutenção do estoque;
- 4- criação de uma Caixa de Conversão que impedisse a valorização do câmbio decorrente da entrada deste empréstimo no país, estabilizando o câmbio e administrando, no país, o empréstimo contraído;
- 5- redução das exportações dos tipos inferiores do produto;
- 6- organização da propaganda sistemática do produto no exterior;
- 7- atribuição ao estado de São Paulo pelas negociações financeiras para viabilizar o Convênio, com responsabilidade solidária dos demais estados.

Em essência, essa política consistia nas seguintes finalidades:

- restabelecer o equilíbrio entre oferta sazonal e procura perene do café;
- repatriar, através do Estado, o controle sobre o monopólio do café no mercado mundial;
- aproveitar a condição creditícia favorável do Brasil nos mercados externos;
- operacionalizar um imposto para deter novas plantações;
- anular a entrada no mercado do café de qualidade inferior.

No entanto, os precursores de Taubaté tinham um grande obstáculo à frente: o governo federal. A intervenção estatal no mercado de café contrariava de frente a ortodoxia de Rodrigues Alves (OLIVEIRA, 1995, p. 59). Leopoldo de Bulhões defendia em seus relatórios que a política econômica de sua administração depurou a cafeicultura nacional e apenas os fazendeiros mais aptos permaneciam na atividade, dando exemplos de prosperidade particular e contribuindo com a força de seus estados (SANTOS, 2005). Em carta ao presidente eleito, Bulhões avaliava o movimento pela

valorização do café: “O movimento paulista é um protesto contra tudo quanto se tem feito para melhorar a situação financeira e a condenação da alta do câmbio.” (LACOMBE, 1986, p. 305).

Para a execução do “movimento paulista” a política cambial deveria mudar e isto só poderia partir da União. A oposição de Alves e Bulhões era, portanto, um entrave para o plano. Além disso, a garantia do governo federal poderia ser imprescindível ou pelo menos facilitaria a obtenção de empréstimos no exterior. O caráter geral da tese valorizadora que prevaleceu era financeiro.

Apesar de grande fazendeiro de café e de suas ligações partidárias e pessoais com São Paulo, Rodrigues Alves resistiu às consequências financeiras do plano endossado pelos três maiores estados produtores de café em Taubaté. O que pode ser espantoso à primeira vista, é inteligível se pensarmos a trajetória republicana de Rodrigues Alves. Embora seus mandatos fossem fruto de fortes bases paulistas, atreladas à cafeicultura, ele deslocou seus interesses em uma atuação amplamente ligada aos financistas estrangeiros (FRANCO, 2001, p. 191), defendendo - ora como presidente da Comissão de Finanças do Senado, ora como ministro da Fazenda ou governador do Estado de São Paulo - as mais caras teses da banca internacional, ao ponto de se tornar o primeiro formulador da ortodoxia no Brasil (FRANCO, 1992). Na figura de Rodrigues Alves “[...] os credores externos do Brasil - sobretudo os Rothschild - viam a possibilidade de o país retomar a austeridade financeira e, assim, manter-se no cumprimento das obrigações da dívida externa.” (SILVA, 2021, p. 68).

Em telegrama enviado ao seu sucessor, Afonso Pena, ainda vice-presidente, mas já na condição de presidente eleito, Rodrigues Alves compartilha ao velho amigo as pressões e apreensões com as quais sofria devido a guinada na política monetária discutida pelo Congresso Nacional. Discussões estas que surgiam devido às implicações financeiras, monetárias e cambiais do acordo entre os presidentes dos estados.

Na correspondência de antecessor para sucessor, Alves deixa claro: era contra a Caixa de Conversão - mecanismo proposto para moderação da flutuação cambial -, não trataria administrativamente a questão, o Congresso não o obedecia a respeito disto e ao futuro presidente caberiam as decisões finais. Como fonte de rara síntese sobre a disputa em tela e que retrata a brutal mudança operada na economia brasileira - inclusive afetando decisivamente o nosso objeto de estudo -, decidimos reproduzir este telegrama na íntegra:

Rio, 19/09

Os centros financeiros da Europa estão muito aprehensivos com o andamento que tem tido na Câmara o projeto que cria uma caixa de emissão e conversão a um câmbio fixo havendo nesta praça eguaes aprehensões. Receio que as dificuldades que estou sentindo se agravem sinão for sustada immediatamente a discussão do projecto até que o seu governo possa com directa responsabilidade guiar o trabalho do Congresso em assumpto tão nebuloso e que pode trazer sérias perturbações ao crédito público. Como

sabe o Congresso não está obedecendo a direcção do governo e infelizmente é profundo o meu desacordo com esse projecto. Receiando que venha encontrar uma situação má no início do seu governo e que as dificuldades que pressinto se agravem cumpro o dever de preveni-lo informando dessas dificuldades e das apreensões que estão pressupondo o meu extinto.

Aceite minhas cordiais saudações.

Rodrigues Alves (BRASIL, 1906, AN-AP15, 0017/0026)

Pierre Denis confirma, em publicação datada poucos anos após os acontecimentos, o debate real que se travava nos subterrâneos da política brasileira: a princípio, os financiadores do mercado cafeeiro eram contra o programa de valorização e, especialmente, a Caixa de Conversão. A figura de Rothschild ressurge como opinião de peso que determinou a relutância do governo federal em anuir com a face monetária do plano:

[...] Rodrigues Alves se reunira à fracção da opinião que era hostil à valorização. Os adversários desta eram com effeito poderosos. Tinham por si, não só o Jornal do Commercio, mas ainda a immensa auctoridade de Lord Rothschild, que se pronunciava severamente contra os projectos dos paulistas, ou porque considerava a valorização uma aventura arriscada, ou por que era sobretudo hostil à criação da Caixa de Conversão. (DENIS, 1910, p. 253)

No entanto, Rodrigues Alves não podia impedir, pelo arraigado federalismo da República, os estados de se entenderem para proteger a sua produção e até contraírem empréstimos. Fez pé firme quanto a política monetária e a doutrina de estabilidade cambial valorizada enquanto pôde, mas as bancadas dos três estados signatários de Taubaté estavam embaladas por um movimento ensaiado há uma década e que contava com grande apoio político.

Em uma ode ao seu governo publicada pelo gabinete da Presidência da República, fica absolutamente claro o porquê da recusa de Rodrigues Alves:

Era, além disso, singular que três governadores se reunissem para tratar de um assumpto desta relevancia, cuja solução affecta profundamente os interesses financeiros e o crédito do paiz, sem ouvirem previamente o presidente da República! (BRASIL, 1906, p. 20)

Em contrapartida, os políticos contrariados por ele, mesmo que de seu estado, provocaram a crise sucessória e vetaram a candidatura de Bernardino de Campos, apoiada por Alves (LACOMBE, 1986, p. 262).

Para Tibiriçá, governador do estado de São Paulo e líder da corrente majoritária no PRP, era mais importante solucionar o problema do café e dar corpo ao plano acordado com Minas e Rio do que impor mais um presidente da República paulista. Na política, a corrente majoritária do PRP abriu

mão de mais uma presidência pelo amplo reconhecimento do “problema do café” como “problema nacional” (ANDRADE, 2019).

São Paulo poderia contrair empréstimos e praticar as cláusulas do convênio por si, mas os produtores dos demais estados aproveitariam da valorização sem rédeas à sua produção e sem a sobretaxa que pagariam os paulistas, além disso, necessitava dos demais estados em termos políticos - as bancadas destes estados eram, também, numerosas.

Em função da crise de preços do café, os produtores paulistas tornaram-se reféns financeiros da União. Qualquer ação necessária para viabilizar a valorização e que fosse relativa ao ambiente econômico, especialmente aquelas que cercavam as rendas do produto e condicionavam a exequibilidade do processo valorizador - a saber: o câmbio e o financiamento externo - estavam condicionadas às decisões do governo federal. Havia necessidade do endosso da União para uma mudança drástica na política monetária, São Paulo não teria condições de levar o programa à frente e os seus esforços seriam inócuos (PELAEZ, 1971, p. 42). Portanto, está claro que a luta pela valorização antecede, e muito, ao encontro em Taubaté.

Em 1906, as oligarquias cafeeiras escolheram aquele quadro político disposto a levar a efeito algum plano que incluísse modificações nas determinações da política monetária. O mineiro Afonso Pena comprometeu-se de pronto a avaliar o caso e venceu as eleições realizadas dias após a assinatura do Convênio de Taubaté pelos estados produtores. Importante pontuar que Viscardi discorda da hipótese de que Afonso Pena tenha sido eleito por seu compromisso com o Convênio de Taubaté. Para a autora:

Ao mesmo tempo, comprovou-se que a candidatura de Afonso Pena não resultou de seus compromissos em executar a primeira política de valorização do café (Convênio de Taubaté, 1906). Através da pesquisa realizada pôde ser comprovado que quando o Convênio começou a ser discutido, a candidatura de Afonso Pena já estava consolidada. Ao mesmo tempo, comprovou-se que a alternativa paulista para o cargo possuía um discurso muito semelhante ao de Afonso Pena, quando se tratava da questão protecionista ao café. Por fim, não se encontrou, na farta documentação analisada, nenhum indício empírico que relacionava a candidatura Pena ao Convênio de Taubaté. (VISCARDI, 2001, p. 13)

Concordamos que não é possível dizer que Pena tenha chegado à presidência por conta do Convênio de Taubaté. No entanto, é necessário dizer que as condicionantes políticas que inviabilizaram a continuidade paulista à frente da República devem-se ao movimento em prol da valorização do café, bem como a respeito da forte contestação à política monetária e cambial adotada pela ortodoxia e fielmente perseguida nos mandatos anteriores à candidatura do primeiro presidente da república mineiro.

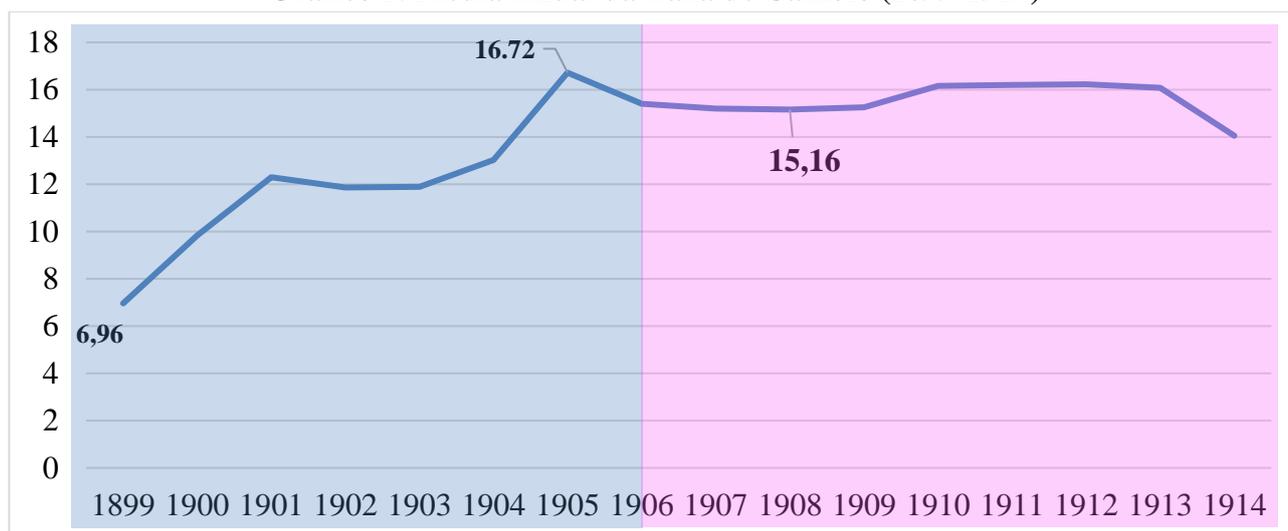
O processo de frustração dos cafeicultores em suas aspirações creditícias e monetárias, ao longo de mais de uma década, levou ao que John Schulz definiu como “fim da repulsa a intervenção estatal” - repulsa esta desenvolvida nos anos de crise do *Encilhamento*. Essa nova orientação encontrou guarida na candidatura e no governo de Pena:

Valorization signaled that the revulsion against state intervention, that elite position demonstrated after the Encilhamento, had run its course. In addition to valorization, Afonso Pena broadly favored increased government activity within the economy. The orthodox reaction to the bubble had triumphed to the point where its leaders could be retired. (SCHULZ, 2008, p. 131)

No entanto, a vida do novo governo não foi fácil. Aderir, apoiar e executar a parte monetária e cambial da valorização expôs Pena ante aos capitais internacionais. Em carta enviada ao ainda presidente eleito, apenas 4 dias antes de sua posse, Francisco Regis de Oliveira - encarregado pela Legação Brasileira do Brasil na Inglaterra - narra uma audiência que teve, junto a Joaquim Nabuco, nos escritórios de Rothschild em New Court. A exasperação do banqueiro com a Caixa de Conversão era evidente, o encarregado caracterizou o estado de espírito dos agentes financeiros do Brasil em Londres como “[...] *alarmados* pelos artigos da imprensa e pelas notícias recebidas do Brasil relativamente a futura Caixa de Conversão e as operações sobre o nosso câmbio.” (BRASIL, 1906, AN-AP15, 0017/0027).

Rodrigues Alves sancionou o decreto legislativo que autorizava os planos dos presidentes dos estados produtores, mas não incluiu a Caixa de Conversão ou qualquer outra medida de inovação quanto à moeda em suas decisões. A exclusão da Caixa de Conversão representou uma vitória da ortodoxia, mas seria temporária. Passada a posse, 21 dias depois, Afonso Pena criou a Caixa de Conversão pelo decreto 1.575 (BRASIL, 1.575/1906). Entre 1889 e 1906 vigia no Brasil uma taxa de câmbio flutuante; entre 1906 e 1914 havia uma taxa de câmbio mista: com ponto e cotação fixa na Caixa de Conversão, mas sem impedimentos quanto à realização no mercado.

Gráfico 2: Média Anual da Taxa de Câmbio (1899-1914)



Fonte (Pence/Mil Réis): RETROSPECTO COMMERCIAL. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1890-1906.

Legenda: Área azul: período pós-Funding Loan e pré-Caixa de Conversão; área em rosa: período pós-Caixa de Conversão e pré-Guerra.

A Caixa de Conversão foi instituída para atuar como mediadora monetária das relações entre o país e o exterior. O governo entraria no mercado de câmbio através dela, mas o faria de forma ordenada e com limites. A Caixa de Conversão se destinava a receber os saques sobre os créditos brasileiros no exterior - especialmente da *conta especial* administrada pela Delegacia do Tesouro em Londres -, o ouro brasileiro em curso legal no mercado de cambiais e as demais moedas estrangeiras que entrassem no país, podendo circular apenas para objetivos específicos. A Caixa fazia o câmbio com bilhetes no valor de 15 pence por mil-réis. Como é possível ver no **Gráfico 2**, abaixo do preço de mercado da moeda nacional, o que pressionava para moderar a sua valorização como pode ser constatado na série. O seu limite legal era de 20.000.000 de libras esterlinas.

Em Mensagem de Abertura das sessões legislativas de 1907, Afonso Pena defendia o novo “aparelho monetário”:

O pensamento que ditou a criação desse aparelho foi certamente bebido na longa e amarga experiência das grandes oscilações cambiais, decorrentes sem dúvida da natureza do meio circulante que possuímos, mas agravadas por circunstâncias que poderiam ser afastadas ou ao menos atenuadas. [...] A segurança oferecida aos capitais estrangeiros que procurem o país, a infiltração da boa moeda na circulação, a permanência de valores decorrentes da estabilidade cambial e o preparo do terreno para uma circulação sã, constituem benefícios que se devem esperar do instituto creado pela sabedoria do poder legislativo. (BRASIL, 1907, pp. 49-51)

Recebendo menos por suas notas conversíveis em mil réis, a soma daqueles que traziam libras para a Caixa tendia a ser maior que no mercado, este era o efeito esperado pelos cafeicultores, que recebiam em libras. Embora esta tivesse um limite legal, pois também fazia sofrer as finanças da União pelo encarecimento oficial do papel moeda, durante seus primeiros anos ela obteve êxito absoluto em conter o câmbio e garantir as transferências de rendas idealizadas dos consumidores para os produtores - ou, na realidade, a médio prazo, para os financiadores do esquema.

É forçoso lembrar que este mecanismo cambial dependia de um fluxo constante de ouro e moedas estrangeiras, especialmente libras. Desta forma, as reservas do Estado brasileiro se tornaram condicionadas ao bom funcionamento da Caixa. Não à toa, ela funcionou bem enquanto o programa de valorização do café logrou, de fato, elevar os preços do produto (**Gráfico 3**) encadeando efeitos sobre a entrada de divisas no país através das importações possibilitadas pelo aumento momentâneo e maior retenção, mesmo que ainda parcial, das rendas do café no Brasil.

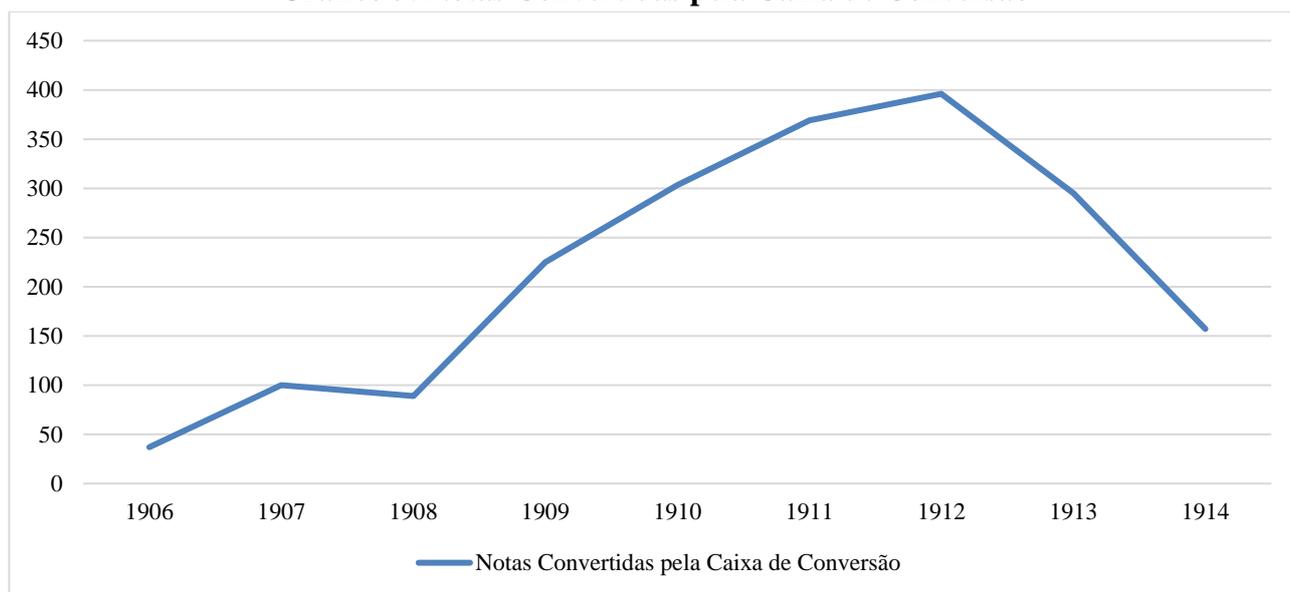
A ferina análise de Bulhões explica os limites do mecanismo, condena o “inflacionismo” e aponta como a dualidade monetária em economias dependentes criava um paradoxo resolvível, em última instância, apenas pelo Tesouro:

O Governo Pena, quebrou a continuidade da política financeira: baixa o câmbio de 17 a 15, impede a sua alta com a chamada Caixa de Conversão, consome o fundo de garantia, alarga a circulação, aumenta vencimentos, eleva a despesa a 500.000 contos, os créditos adicionais a 118.000 contos e, finalmente, converte os saldos orçamentários em déficits. Entregando-se ao inflacionismo tudo veio natural e, fatalmente, como desdobramento lógico, irreprimível.

A Caixa de Conversão é uma nova forma do inflacionismo e do protecionismo. obsta a valorização da moeda e, portanto, prolonga os males inerentes ao regime do curso forçado, complica a solução do problema monetário com a criação de uma moeda fiduciária, que tem, como o papel moeda, curso forçado, corre com igual valor, mais só é conversível em parte. (BULHÕES, 1914, p. 38)

A crítica de Bulhões, como se pode constatar em seu opúsculo, estava presa à ideologia que professava, mas as limitações da valorização do café ganham outro relevo se questionarmos a estrutura da economia brasileira: até que ponto este processo apenas reiterou ou até aprofundou a dependência de nossa economia e enlaçou ainda mais o Brasil nas teias do capital financeiro internacional?

Gráfico 3: Notas Convertidas pela Caixa de Conversão



Fonte (em milhares de contos): NORMANO, J. F. *Evolução Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

A valorização do café trouxe outra mudança importante para as finanças do Brasil republicano: após mais de 50 anos, a predominância da Casa Rothschild sobre as nossas reservas e créditos externos foi abalada. A partir do século XX, timidamente, banqueiros americanos, alemães e franceses entram no circuito das finanças brasileiras, como se pode constatar no **Quadro 1**. Este quadro é ligeira demonstração do ascenso dos capitais externos no Brasil - visto parcialmente, via Estado Nacional -, entre 1903 e 1913.

Quadro 1: Empréstimos Externos Contraídos pela União entre o Primeiro e o Segundo Funding Loan (1898-1914)

Ano	Valor Nominal	Valor Real	Taxa	Juros	Destinação	Banqueiros
1898	8.613.717	8.613.717	0%	5%	<i>Funding Loan</i>	N. M. Rothschild & Sons
1901	16.619.320	16.619.320	0%	4%	Recission Bonds (Resgate de Ferrovias)	N. M. Rothschild & Sons
1903	5.500.000	4.950.000	10%	5%	Porto do Rio de Janeiro	N. M. Rothschild & Sons
1905	3.000.000	2.910.000	3%	5%	Porto do Rio de Janeiro	N. M. Rothschild & Sons
1906	1.100.000	1.056.000	4%	5%	Lloyd Brasileiro	N. M. Rothschild & Sons

1908	4.000.000	3.840.000	4%	5%	Abastecimento de água para o Rio de Janeiro e construção ferroviária	N. M. Rothschild & Sons
1908	100.000.000	100.000.000	0%	5%	Estrada de Ferro Itapura a Corumbá	Banque de Paris et des Pays-Bas; Société Générale et Comptoir National d'Escompte
1909	40.000.000	38.000.000	5%	5%	Porto do Recife	Banque Française pour le Commerce l'Industrie; Crédit Mobilier Français de Paris
1910	10.000.000	8.750.000	12.5%	4%	Resgates da Estrada de Ferro Oeste de Minas e Valorização do Café Construção da Estrada de Ferro Ceará e Piauí	N. M. Rothschild & Sons
1910	100.000.000	78.981.284	10.5%	4%	Estrada de Ferro Goiás	Crédit Mobilier Français de Paris
1910	1.000.000	900.000	10%	4%	Lloyd Brasileiro	N. M. Rothschild & Sons
1911	4.500.000	4.140.000	8%	4%	Porto do Rio de Janeiro	N. M. Rothschild & Sons
1911	2.400.000	1.992.000	17%	4%	Estrada de Ferro Ceará	Lloyd Bank Limited
1911	60.000.000	49.800.000	17%	4%	Estradas de Rodagem na Bahia	Caisse Commerciale et Industrielle de Paris
1913	11.000.000	10.670.000	3%	5%	Resgate de títulos do Tesouro Portos do Recife, Paranaguá e Corumbá Estradas de Ferro Central do Brasil e Oeste de Minas	N. M. Rothschild & Sons
1914	14.502.396	14.502.396	0%	5%	<i>Funding Loan</i>	N. M. Rothschild & Sons

Fontes: BRASIL, 1914; NORMANO, 1939; BRITO, 1945; BOUÇAS, 1946.

Legenda: Linhas em amarelo: empréstimos em libra esterlina; linhas em rosa: empréstimos em Francos.

Em 1906, como preparação para o esquema de valorização, bancos alemães, contando com a intermediação de Theodor Wille & C., concedeu um empréstimo de 1.000.000 de libras esterlinas ao estado de São Paulo. Theodor Wille eram representantes, em realidade, da recém-internacionalizada banca alemã. Wille agenciou o empréstimo junto ao Disconto Gesellschaft e ao Dresdner Bank. Aberta a porteira, outro banqueiro inglês desafiou o colosso Rothschild, tratava-se de J. Henry Shroder & C.,

de Londres, junto a um consórcio com a Société Générale et Comptoir National d'Escomptee, de Paris, e o The First National City Bank of New York que forneceram à São Paulo o empréstimo definitivo para o arranque do plano de valorização, em 1907, no valor de 3.000.000 de libras, mas este já contava com o endosso da União, embora não tenha sido contraído diretamente por ela.

Chico de Oliveira descreve bem como esses empréstimos, antes de emancipar os cafeicultores, os atavam ainda mais aos interesses que espoliavam a lavoura (OLIVEIRA, 2006). Em realidade, ficando parcela substancial da mais valia nos países consumidores do café, a reposição para investimento demandava financiamento externo. Daí que não se vislumbrava, à época, outra saída para a valorização do café que não passasse por empréstimos externos.

Ao mesmo tempo que operava no mercado financeiro, São Paulo conseguiu impor a sobretaxa de 3 francos sobre as sacas produzidas nos estados de Minas e do Rio. No entanto, atuava no mercado para cercear as vendas de mineiros e fluminenses, especialmente atacando a questão da qualidade da mercadoria a ser exportada - privilegiando o café “Tipo 7” abundante nas terras novas, requerido pelos credores do esquema e de pouco domínio dos demais produtores (MENDONÇA, 2008). A restrição ao plantio, por seu turno, estabelecida já em 1902, manteve a produção em um nível relativamente estável nos anos seguintes, muito abaixo da excepcional produção da safra de 1906-1907. A venda gradual do café estocado garantiu, portanto, a estabilidade dos preços no mercado, em um primeiro momento, e dos preços internacionais a níveis altamente remuneradores. O amálgama produtores-Estado-exportadores/bancos passou a funcionar para beneficiar uma parcela de cada um deles: os grandes produtores de São Paulo, o estado de São Paulo, os exportadores de café que participaram do esquema e os seus financiadores diretos (LUNA; KLEIN, 2016).

Em carta de julho de 1907 a Rodrigues Alves, Afonso Pena põe a realidade de ponta-cabeça, rebaixando os objetivos do programa de valorização e nublando o papel dos intermediários no negócio. O presidente tenta convencer o seu antecessor das boas intenções dos cafeicultores:

Pessoas vindas da Europa afirmam que o único ponto que tem produzido mau efeito é a valorização do café, isto é de fácil compreensão para quem conhece os repetidos insucessos de trustes organizados na Europa e nos Estados Unidos para fazer monopólio de produtos. Entretanto, o que pretende São Paulo não é isso, é apenas impedir que uma colheita fenomenal caísse de chofre sobre o mercado de café, desorganizando-o por completo. Se se conseguir distribuir o estoque por um número de anos maior, é muito provável que se normalizará o comércio do café, de interesse vital para nós, mesmo que nos custe algum prejuízo, aceitável, aliás, à vista das vantagens colhidas pelos produtores. (LACOMBE, 1986, pp. 381-382)

Pena lembra a seu antecessor da boa situação financeira que deixara o país e esclarecia que o governo federal endossaria novos empréstimos externos do governo de São Paulo para financiar as ações do plano de valorização. Dá continuidade o presidente:

Note-se que temos em poder dos nossos agentes financeiros, inclusive dinheiro para obras do Porto, soma igual ou superior a 10 milhões de libras, de sorte que podem eles nos oferecer dinheiro sem grande dificuldade, pois nos pagam taxa inferior à do desconto no Banco da Inglaterra, com sabe. O aumento de rendas verificada até agora sobre as previsões orçamentárias é de 50 mil contos ou mais. (LACOMBE, 1986, p. 382)

Nesta missiva, o presidente que deu pernas a Taubaté deixa claro o recado: caso os Rothschild não quisessem, o governo brasileiro procuraria quem estivesse disposto a adiantar recursos para o esforço de valorizar o grande produto de exportação do Brasil. Assim solicitava ao seu velho amigo: “Em conversa com os financeiros de Paris, V. poderá indicar-lhes as vantagens de empregar seus capitais no Brasil. Não acha que muito nos interessa não ficar o governo somente preso no mercado monetário de Londres?” (LACOMBE, 1986, pp. 382-383).

Em 1907, uma breve mas grave crise financeira internacional impossibilitou a rolagem da amortização destes empréstimos, que eram inadequadamente de curto prazo. Então, o governo federal negociou com os Rothschild um empréstimo para alongar e distribuir mais racionalmente os estoques que já estavam cobertos no mercado. O temor do governo é que a falta de financiamento pressionasse o estado de São Paulo a lançar todo café no mercado, o que colapsaria o seu preço e teria efeito de longo prazo na balança comercial brasileira, provocando uma brusca instabilidade da economia e arriscando quebrar a Caixa de Conversão por exaustão, já que o câmbio real iria a pique. Este empréstimo foi aceito pelos banqueiros ingleses após cansativas negociações com o governo brasileiro, e contendo um certo gosto por perceber a aflição dos governantes que ignoraram suas designações contra o plano (FERGUSON, 1998).

No entanto, a demora do acordo com os Rothschild fez com que o estado de São Paulo procurasse outras saídas, uma destas era envolver novamente um consórcio de outros banqueiros para pressionar os Rothschild por sua entrada no negócio. Para tanto, foi elaborado o *Plano Sielcken*. Neste novo arranjo, os paulistas novamente perdiam poder sobre os estoques do café que transfeririam do Brasil para os portos de importação da mercadoria. Mediante um empréstimo de US\$ 75.000.000 de dólares ao estado de São Paulo, coberto com garantias do governo federal, os cafeicultores paulistas entregariam um expressivo estoque de 7 milhões de sacas, a ser completado com mais 1 milhão ao final do ano.

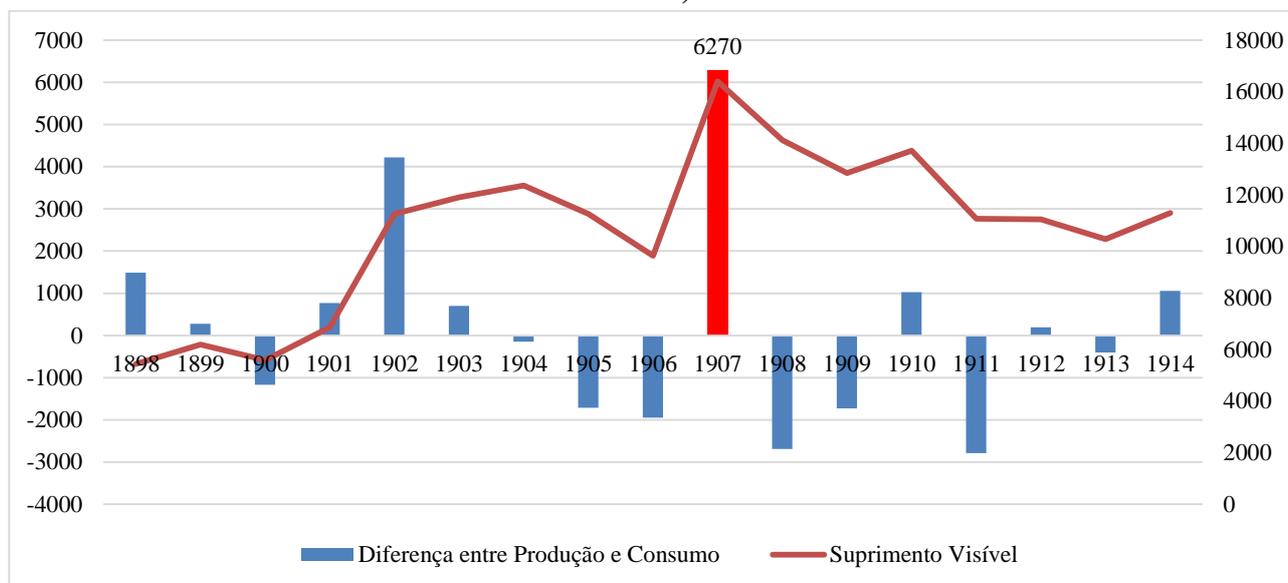
O controle das vendas nos mercados estrangeiros, especialmente em Nova Iorque, além da gestão desses estoques - o que compreendia seu escamoteamento do mercado - ficou a cargo de um *Comitê de Valorização* encabeçado pelos banqueiros londrinos e franceses indicados por Schroeder e pela Société Générale, o governo de São Paulo e o próprio Sielcken tinham participação minoritária. Em terras norte-americanas, este contingente de mercadorias “fora do mercado” afrontava as leis contra os monopólios, os trustes e a manipulação de mercado. Já em 1908, as sacas chegaram às mãos de Sielcken e Arbuckle - dois atacadistas e industriais norte-americanos - por fora do mercado, aos poucos, e por preços inferiores ao já “valorizado”.

Enquanto isto, os preços subiam. E diante do sucesso relativo do plano, Rothschild cedeu. Não querendo ficar de fora e percebendo que os seus concorrentes já desfrutavam dos benefícios da valorização, com a garantia do produto já nos Estados Unidos e na Europa, forneceu 3.000.000 de libras a São Paulo para saldar seus compromissos com o *Comitê de Valorização*, em 1909 (FERGUSON, 1998).

No ano seguinte, Rothschild voltou a ceder créditos, agora diretamente à União como se pode ver no **Quadro 1**, com o fim, dentre outros, de consolidar os empréstimos para o programa de valorização do café. Este empréstimo foi dos mais penosos contraídos pela República. Os “nossos agentes em Londres” fizeram o país pagar caro pela audácia de não obedecer a seus desígnios sobre a valorização do café.

Apesar das perdas claras para os Rothschild, não é verdade que os “interesses internos” ou o “estado de São Paulo” se tornaram detentores de uma reserva líquida. Para os paulistas, a valorização do café não se enfocava nos estoques, no que já havia sido produzido, mas sim na sustentação dos preços futuros, com a conjunção das medidas por safras menores. Os estoques, na prática, pertenciam aos financiadores: exportadores e bancos. Aliás, os estoques geravam um custo para o estado de São Paulo, pois este era o proprietário formal da mercadoria. O estado teve de realizar um contrato com Willie & C. para o transporte e armazenagem das sacas destinadas à valorização em portos dos Estados Unidos e da Europa (HOLLOWAY, 1978, p. 77). Para estes novos empréstimos e para custear a transferência do estoque para o exterior, estabeleceu-se um novo imposto de 5 Francos sobre cada saca.

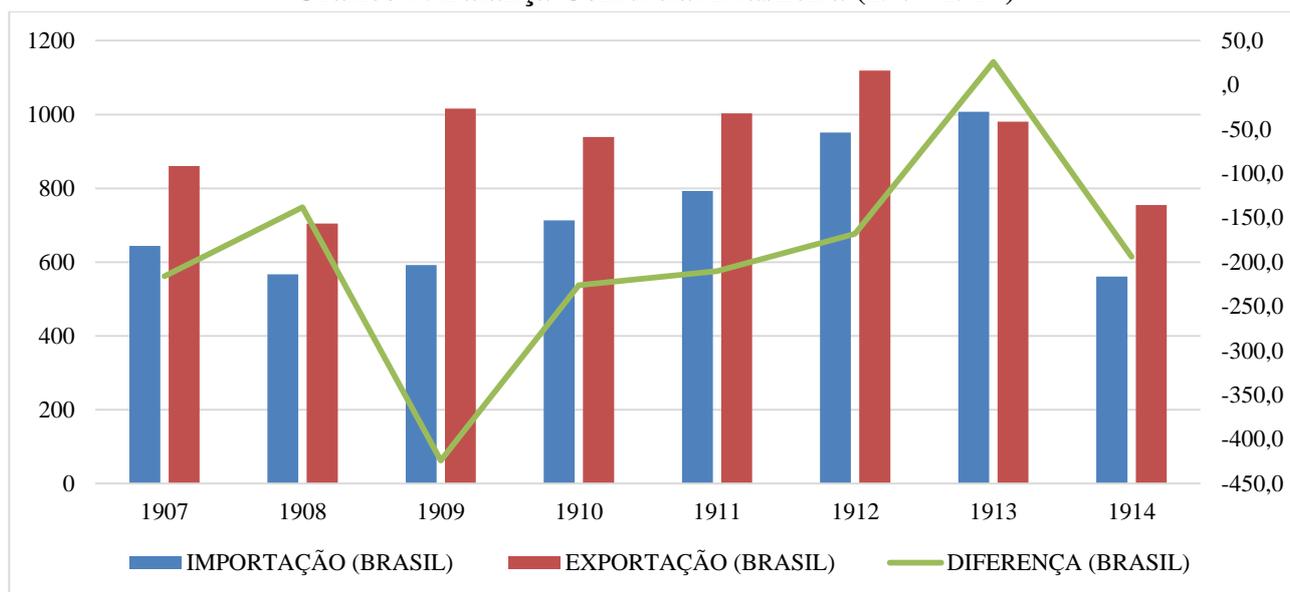
Gráfico 4: Produção Contra o Consumo de Café e o Suprimento Visível no Mercado (1898-1914)



Fonte (em milhares de sacas): RETROSPECTO COMMERCIAL. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1898-1914.

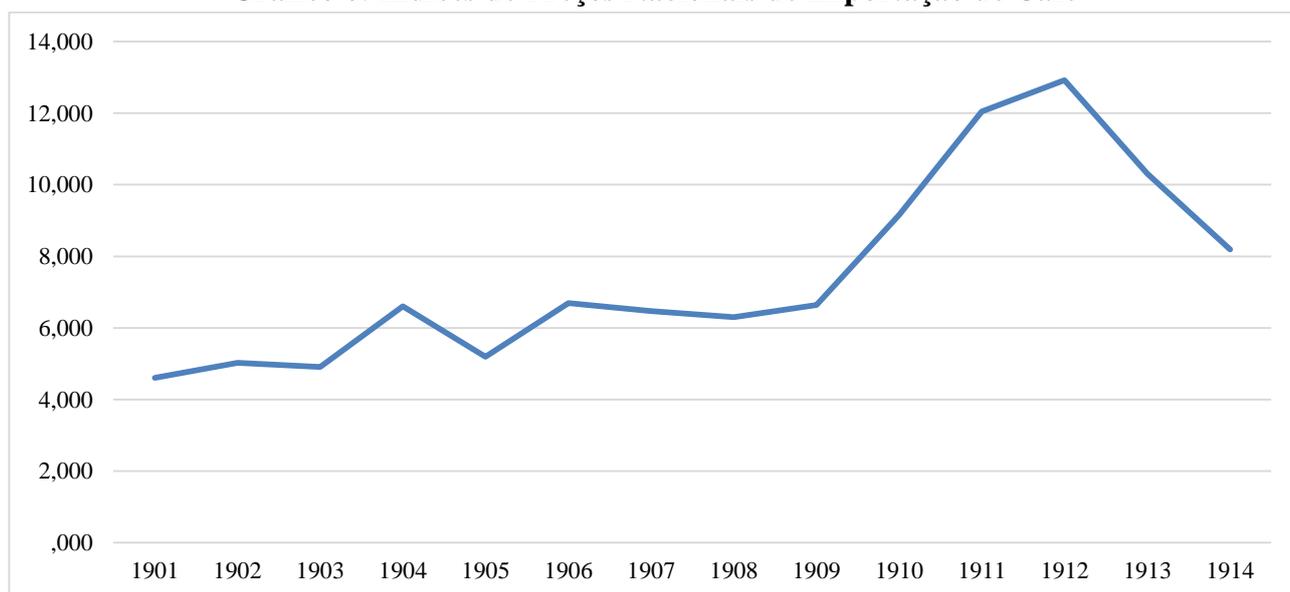
Os resultados mais observáveis da valorização vieram entre 1909 e 1912, quando o substancial aumento dos preços internacionais do café rebateu nos preços internos, chegando a mais que o dobro do verificado no ano da “safra monstro” de 1907 (**Gráficos 4 e 6**). A elevação nos preços da principal mercadoria de exportação brasileira refletiu positivamente na balança comercial (**Gráfico 5**) que, com a estabilidade cambial, garantiam o pagamento do endividamento externo com folgas, gerando um ascenso das importações e retroalimentando a expansão econômica iniciada no governo de Rodrigues Alves.

Gráfico 5: Balança Comercial Brasileira (1907-1914)



Fonte (em milhares de contos): BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria do Serviço de Estatística. *Finanças: Quadro Sinótico da Receita e Despesa do Brasil (período de 1822 a 1913)*. Rio de Janeiro: Tipografia do Ministério da Agricultura, 1914.

Gráfico 6: Índices de Preços Nacionais de Exportação de Café



Fonte (índice 1995 = 100): BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas Históricas do Brasil. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

O *Plano Sielcken*, segundo Caio Prado (1972), reverteu os intuitos plantados no Convênio de Taubaté com a privatização dos estoques e sua manutenção no exterior, fora das vistas dos plantadores e autoridades brasileiras. A proposta de um monopólio estatal cedeu lugar à velha predominância de intermediários e bancos estrangeiros. No entanto, João Manuel Cardoso de Mello (1988) vê o

programa como completamente exitoso, pois logrou elevar os preços do café e reter maior porção das suas rendas no país.

Considerando como verdade que o esquema valorizador passou, fundamentalmente, pelo Estado brasileiro e tinha face financeira sobressalente, era de se esperar que este fosse findado pelo mesmo e que as finanças dos envolvidos no esquema fossem abaladas de alguma forma. Em 1911, as autoridades federais americanas começaram a apreciar a valorização do café no seu mercado interno e, em 1912, a procuradoria de Nova Iorque solicitou a venda imediata dos estoques em processo de valorização. Após a reação do embaixador brasileiro, Dominício Gama, as autoridades federais norte-americanas tentaram entrar o processo. A atuação de Lauro Muller - então chanceler brasileiro - e do embaixador americano no Brasil, Edwin Morgan, visava proteger Sielcken e dar termo à ação valorizadora sem traumas. No entanto, o assunto desencadeou uma batalha tarifária entre os congressos brasileiro e americano (BUENO, 2003). A ameaça era clara: caso os agentes da valorização, brasileiros e americanos, não vendessem os seus estoques “fora do mercado”, o Brasil perderia as “vantagens comerciais” junto aos Estados Unidos e pesadas taxas passariam a pesar sobre o café. Ao Sul, o congresso brasileiro replicou aprovando lei de contrapartida para tratamento comercial diferenciado por parte de outros países. A polêmica terminou em 1913, quando “o comitê liquidou todo o estoque de café restante, fato que, todavia, não encerrou o contencioso comercial entre os dois países.” (BUENO, 2003, p. 376).

Quanto à moeda, o fato é que a experiência do padrão-ouro no Brasil passou a dar sinais de fragilidade com o fim do esquema valorizador, o que se agravou com a crise comercial de 1913 e quebrou, de vez, com o desencadeamento da Grande Guerra, o que levou ao fechamento da Caixa de Conversão e colaborou com a necessidade de um segundo *Funding Loan* brasileiro, em 1914, voltando o país às execradas emissões inconvertíveis (NEUHAUS, 1978).

Considerações Finais

Neste artigo procuramos problematizar o dimensionamento da face financeira dos processos de desvalorização e valorização do principal produto de exportação brasileiro na virada do século XIX para o XX, a saber: o café. Questionando a centralidade do financiamento para as aspirações dos cafeicultores e como elas eram frustradas, tanto pelo Estado, quanto pelos interesses financeiros externos, exatamente pelos limitados instrumentos que os plantadores tinham para captação de recursos até a primeira década do século XX, objetivamos entender, em perspectiva histórica, o tal “problema do café” em seu fulcro.

A problematização proposta advém da percepção da peculiar circunstância histórica que a economia brasileira apresentava nos primeiros anos do novo século: expansão econômica, estabilidade monetária, manutenção da estrutura agrário-exportadora e depreciação do valor de mercado de seu principal produto primário de exportação. Tanto a lavoura, quanto a intermediação de café já apresentavam alto grau de financeirização via capitais externos, antes mesmo da valorização do café, bem como o produto competia com vantagem pelos capitais para o financiamento das atividades produtivas no país. A valorização foi pensada para elevação dos preços e - o que foi de sucesso efêmero - a retenção de uma maior parte das rendas do café no país, nas mãos dos cafeicultores, especialmente os paulistas.

No entanto, uma forte reação dos poderosos cafeicultores contra este estado de coisas não tardou. Afinal de contas, eles elegiam os presidentes da República, isso de alguma coisa deveria valer. E mais, o movimento valorizador ganhou impulso político definitivo num momento em que a expansão econômica, a estabilidade monetária e o ascenso dos capitais externos no Brasil abriam uma brecha para possibilidade de um arranjo financeiro que trouxesse de volta aos produtores o controle da maior parte das rendas geradas pelo café.

Os resultados obtidos com a pesquisa demonstram que a dimensão financeira - na lavoura, na comercialização, na intermediação, nos estoques, no transporte e na transformação do café -, tanto quanto ao crédito, mas também ao câmbio, foi preponderante desde a percepção do “problema do café” na forma concreta que se manifestava aos plantadores, passando pelas elaborações sobre como deveria ser superado, mas também pelas resistências a essas elaborações, e chegando à proposição - nos meandros institucionais do Estado brasileiro - do conjunto articulado de ações que almejavam, bem como as negativas que receberam. Todos os fatos encadeados nesse processo tiveram como tônica uma variedade imbricada de questões financeiras que envolviam produtores, intermediadores, transformadores, consumidores do café e o próprio Estado.

Constatamos que a luta pela valorização e o esquema levado a cabo foram resultados das contingências específicas em que se confinavam as possibilidades de financiamento e manejo da política monetária e cambial via Estado Nacional, acabando por servir como mais um dos instrumentos no quadro geral do ascenso dos capitais externos no Brasil; embora temporariamente bem sucedida em elevar os preços no produto no mercado mundial, é possível perceber que o esquema garantiu o reforço da subordinação brasileira na Divisão Internacional do Trabalho, pois os financiadores/controladores passaram a ser os grandes intermediários que, naquele momento, também se tornavam grandes torrefadores; é possível concluir que, quando o esquema se esgotou, o papel dos plantadores brasileiros no mercado mundial de café permaneceu o mesmo, já a moeda e o crédito do

Estado Nacional não se encontravam na mesma situação apreciada pelos financistas estrangeiros. Os “legados” dos anos de ortodoxia econômica pareciam perdidos e o café voltou a ter preços não compensadores, especialmente porque todo financiamento desde a produção ao consumo estavam, definitivamente, capturados por interesses financeiros externos.

Referências Bibliográficas e Fontes

ABREU, Marcelo de Paiva. Os Funding Loans Brasileiros, 1898-1931. *Pesquisa e Planejamento Econômico* (Rio de Janeiro), v. 32, n.3, p. 515-540, 2002.

ANDRADE, Caio. A Política da Economia Cafeeira: Os Conflitos Entre as Oligarquias Republicanas no Projeto do Convênio de Taubaté. *Revista Crítica Histórica*, v. 10, pp. 251-274, 2019.

BACHA, Edmar. Política Brasileira de Café: uma Avaliação Centenária. In: BACHA, Edmar; GREENHILL, Robert. *150 Anos de Café*. Rio de Janeiro: Salamandra Consultoria Editorial, 1992.

BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BEIGUELMAN, Paula. *Pequenos Estudos de Ciência Política*. São Paulo: Centro Universitário, 1967.

BOUÇAS, Valentim. *História da Dívida Externa da União*. Rio de Janeiro: Edições Financeiras S. A., 1946.

BRASIL. *Coleção das Leis da República do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

BRASIL. Congresso Nacional. *Annaes do Senado Federal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas Históricas do Brasil. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria do Serviço de Estatística. *Finanças: Quadro Sinótico da Receita e Despesa do Brasil (período de 1822 a 1913)*. Rio de Janeiro: Tipografia do Ministério da Agricultura, 1914.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Fundo Afonso Pena (AP15). *Série Correspondências*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *200 Anos de Comércio Exterior*. Rio de Janeiro: APEX, 2008.

BRASIL. Presidência da República. *Mensagem Apresentada pelo Presidente Afonso Pena ao Congresso Nacional na Abertura da Legislatura*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

BRASIL. *O Dr. Rodrigues Alves: o seu Governo (1902-1906)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

BRITO, José do Nascimento. *Economia e Finanças do Brasil (1822-1940)*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1945.

BULHÕES, Leopoldo. *Os Financistas do Brasil* - conferência realizada na Biblioteca Nacional no dia 22 de dezembro de 1913. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1914.

BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República: os Anos de Apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CARVALHO, Vicente de. *Solução da Crise do Café*. São Paulo: Livraria Civilização, 1901.

CORDEIRO, José Nivaldo Gomes. *O Papel do Capital Financeiro na Emergência do Modo de Produção Capitalista no Brasil (1888-1913): Análise da Economia Política Brasileira*. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1986.

39

DELFIN NETTO, Antônio. *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DENIS, Pierre. *O Brasil no Século XX*. Lisboa: José Bastos & Cia, 1910.

FALEIROS, Rogério Naques; TOSI, Pedro Geraldo. O Café no Brasil: Produção e Mercado Mundial na primeira metade do século XX. *História Econômica & História de Empresas*, v. 22, p. 309-343, 2019.

FELIPE, Ednilson Silva; BERTOLANI, Mayara Lyra. O Estado, os Conflitos das Classes Dominantes e a Influência do Capital Estrangeiro na Defesa do Café no Brasil na Primeira República (1889-1930). *Revista de Economia do Centro-Oeste*, Goiânia, v. 5, n. 2, p. 2–23, 2019.

FERGUSON, Niall. *The House of Rothschild*. New York: Viking, 1988.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Brasília: Senado Federal, 2001.

FRANCO, Gustavo. A Primeira Década Republicana. In: Abreu, Marcelo de Paiva. (Org.). *A Ordem do Progresso*. Dois séculos de política econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 1992.

FRITSCH, Winston. Aspectos da Política Econômica no Brasil, 1906-1914. In: NEUHAUS, Paulo (Org.). *Economia Brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GREMAUD, Amaury Patrick. *Das Controvérsias Teóricas à Política Econômica: Pensamento Econômico e Economia Brasileira no Segundo Império e na Primeira República*. Tese (Doutorado em Economia). São Paulo: FEA/USP, 1997.

HOLLOWAY, Thomas. *Vida e Morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Afonso Pena e sua Época*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana: Campos Sales, as Bases e a Decadência da Primeira República Brasileira*. São Paulo: Topbooks, 2015.

LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

LEVY, Maria Bárbara. *A Indústria do Rio de Janeiro Através de suas Sociedades Anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

LUNA, Francisco Vidal; Klein, Hebert. *História Econômica e Social do Brasil: O Brasil desde a República*. São Paulo: Saraiva, 2016.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MENDONÇA, Sônia Regina de. O Convênio de Taubaté e a Agricultura Fluminense. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 04, pp. 83-104, 2008.

NEUHAUS, Paulo. Inflação Brasileira em Perspectiva Histórica. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 32, n 2, abr./jun., pp. 293-315, 1978.

NORMANO, João Frederico. *Evolução Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

OLIVEIRA, Elizabete Rodrigues. *A Intervenção do Estado na Economia Cafeeira na Primeira República: as relações entre o setor público e o privado*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 1995.

OLIVEIRA, Francisco. A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias: Uma Interpretação Teórica da Economia da República Velha no Brasil. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III (4v.). Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

PELAEZ, Carlos Manuel. As conseqüências econômicas da ortodoxia monetária cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945. *Revista Brasileira de Economia*, 1971.

PELAEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1976.

PERISSINOTTO, Renato. *Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora Unicamp, 1994.

PRADO, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.

RETROSPECTO COMMERCIAL. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1890-1914.

SAMPER, Mario; TOPIK, Steven. La Cadena de Mercancías del Café Latino-americano: Brasil y Costa Rica. In: Topik, S. & Marichal, C. & Frank, Z. (orgs.). *De la Plata a la Cocaína: cinco siglos de historia económica de América Latina (1500-2000)*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2017.

SANTOS, Michael Luiz. *Leopoldo de Bulhões: um financista da Primeira República*. Dissertação (Mestrado em Ciência Econômica) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2005.

SCHULZ, John. *The Financial Crisis of Abolition*. New Haven: Yale University Press, 2008.

SILVA, Gustavo Pereira da. Rodrigues Alves: Um Político na Fazenda. In: SALOMÃO, Ivan Colangelo (Org.). *Os Homens do Cofre: o que pensavam os ministros da Fazenda do Brasil Republicano (1889-1985)*. 1ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2021.

STEIN, Stanley. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba: com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

SWEEZY, PAUL; BARAN, Paul. *Capitalismo Monopolista: Ensaio Sobre a Ordem Econômica e Social Americana*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

THE NEW YORK TIMES. Nova Iorque: New Yor Times Co., 1909.

TOPIK, Steven. *The Political Economy of the Brazilian State, 1889–1930*. Nova Iorque: University of Texas Press, 1987.

TORELLI, Leandro Salman. *A Defesa do Café e a Política Cambial: os interesses da elite paulista na primeira republica (1898-1920)*. 144p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2004.

VILLELA, Anibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1973.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O Federalismo Oligárquico Brasileiro: uma revisão da política do café com leite. *Anuario IEHS* (Buenos Aires), v. 16, p. 73-90, 2001.

**DE BRIGHTON A TRAMANDAÍ: A VILEGIATURA MARÍTIMA E A INVENÇÃO DA
PRAIA**
**FROM BRIGHTON TO TRAMANDAÍ: MARITIME VACATIONS AND THE INVENTION
OF THE BEACH**

Lilian Oliveira Trevisan Lima¹

Resumo

O presente artigo analisa as mudanças das percepções do Ocidente sobre a praia, a partir do século XVIII, com o nascimento e expansão da prática da vilegiatura marítima. Observa-se também a importância do pioneirismo da cidade inglesa de Brighton e suas semelhanças na prática de banhos de mar na cidade de Tramandaí, no litoral norte do Rio Grande do Sul, um dos primeiros espaços dedicados à vilegiatura marítima nesse estado. Dessa forma, são realçados os fatores que estimularam o desenvolvimento da vilegiatura marítima nessas duas cidades, relacionando as semelhanças sociais dos usos do território marítimo e como essa prática impactou a sociabilidade e a relação entre natureza e cidade.

Palavras-chave: Vilegiatura marítima; Brighton; Tramandaí.

Abstract

This article analyzes the changes in Western perceptions of the beach from the 18th century onwards, with the birth and expansion of maritime vacations. It also looks at the importance of the pioneering English city of Brighton and its similarities to the practice of sea bathing in the city of Tramandaí, on the north coast of Rio Grande do Sul, one of the first spaces dedicated to maritime vacations in the state. In this way, the factors that stimulated the development of maritime vacations in these two cities are highlighted, relating the social similarities of the uses of the maritime territory and how this practice impacted on sociability and the relationship between nature and the city.

Keywords: Maritime vacations; Brighton; Tramandaí.

Introdução

¹ Mestranda (bolsa CAPES) no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI) na linha de pesquisa Imagens: entre iconografia, cultura visual e intermedialidade. Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

A praia e os banhos de mar contemporaneamente são vistos como práticas comuns de lazer, da fuga da cidade para contato com a natureza, mostrando uma relação de poder entre esses espaços carregados de construções culturais. Contudo, todo território carrega pertencimento de ideias e construção do olhar de uma sociedade. Desta forma, a contribuição teórica de Alain Corbin para esse trabalho é fundamental, principalmente no que diz respeito ao que ele definiu como “invenção da praia” no último capítulo de seu livro “O território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental” (1989).

Anteriormente ao século XVIII, o mar ocupava o imaginário Ocidental, uma obra inacabada da criação divina, visto com pavor, a imensidão das águas remetia a punição divina aos pecadores, como já referenciado na Bíblia o fenômeno do Dilúvio. (CORBIN, 1988, p. 12). No século XVIII se consolida a relação com a praia passando por uma nova construção de olhar voltada para uso terapêutico e a gênese das práticas de veraneio.

A Inglaterra oitocentista é considerada o berço da prática da vilegiatura² marítima, esta que primordialmente tinha como objetivo as práticas terapêuticas. Os médicos ingleses exerceram um papel fundamental para o desenvolvimento dessa atividade, sendo pioneiros na prescrição de banhos de curas, inicialmente nas águas termais de Bath e, posteriormente, nas águas marítimas em Brighton. Referenciando as práticas terapêuticas dos banhos de mar, Corbin destaca que “O modelo de vilegiatura balnear das spas do interior pesou fortemente sobre a invenção da praia. Brighton, sob muitos aspectos, parece um avatar de Bath. Em ambos os casos impõem-se o primado do objetivo terapêutico.” (CORBIN, 1989, p. 270).

O privilégio de passar uma temporada afastados de suas residências aproveitando o lazer da vilegiatura era algo que apenas classes sociais abastadas tinham o prazer de desfrutar. Nessa conjuntura, Brighton era entendida como um lugar destinado às pessoas consideradas “civilizadas”³, a prática do banho de mar passa a ser valorizada e vista como uma atividade destinada aos burgueses e aristocratas e o litoral torna-se o local ideal para essas pessoas entrarem em contato com a natureza e se sentirem “livres” (ENKE, 2013, p. 112).

Assim, os primeiros vilegiaturistas pertenciam a uma elite culta e viajada, o que foi essencial para que essa prática rompesse as fronteiras da Inglaterra e se espalhasse por toda a Europa (BRIZ,

² Temporada que se passa fora das grandes cidades, geralmente no campo ou na praia.

³ Para o sociólogo alemão Norbert Elias, em seu livro “O Processo Civilizador – Vol. 1: uma história dos costumes”, o conceito de “civilização” está diretamente relacionado a maneira como o Ocidente compreende a si mesmo, ou seja, ele se apresenta em oposição a outras sociedades que para os ocidentais são consideradas “incivilizadas” (ELIAS, 1994, p. 23). Ainda, o historiador francês Jean Starobinski destaca em “As máscaras da civilização: ensaios” (2001) que na Idade Moderna esse conceito passa a ser empregado para definir a ação de civilizar ou de corrigir costumes numa sociedade (STAROBINKSI, 2001, p.12). Por fim, o historiador brasileiro Bruno Nery do Nascimento salienta em sua dissertação de mestrado que ser considerado “civilizado” no entendimento moderno era relativo a alguns hábitos como o cuidado com a higiene, a saúde e a beleza e a prática de atividades ao ar livre, como o banho de mar (NASCIMENTO, 2016, p. 21).

2007, p. 255). Os imigrantes europeus estimularam a difusão da vilegiatura para o restante do mundo ocidental, inclusive para o Brasil. No litoral do Rio Grande do Sul essa prática desenvolveu-se a partir do século XIX, quando médicos europeus que imigraram para o Brasil e médicos brasileiros que se formaram na Europa passaram a recomendar os banhos de cura em águas marítimas, assim como já ocorria no outro continente desde o século anterior (SCHOSSLER, 2010, p. 14).

Nessa esteira de disseminação dos usos da praia, Tramandaí, no litoral gaúcho, tornou-se um dos primeiros destinos para aqueles que buscavam a vilegiatura marítima no estado, devido principalmente a sua localização privilegiada, estando próxima à capital e à região metropolitana. Em 1906, o antropólogo Roquette-Pinto, de passagem nesta cidade, relatou:

Para ir da Capital do Estado às costas do Atlântico achei, em comêço, grandes dificuldades. Durante o verão a condução para Tramandaí, ponto inicial de minha verdadeira excursão, não é difícil. Tramandaí é mesmo uma das praias de banho da população de Porto Alegre. Na ocasião a estação balneária não havia ainda começado nem um trânsito era, então, feito seguidamente entre esses dois pontos. Não havia, na Capital, quem me quisesse alugar os cavalos necessários; e o preço que me pediam por alguns, de que precisava, era quantia que eu não dispunha. (ROQUETTE-PINTO, 1962, p. 14)

Assim, nas palavras do antropólogo fica claro a relação dos porto-alegrenses com Tramandaí durante o período do ano destinado à vilegiatura, bem como a ausência de interação com o mar nos meses restantes, ao ponto de não haver nem mesmo transporte disponível para essa localidade. Nota-se que o vínculo de Tramandaí com a capital era baseado predominantemente em torno dessa prática.

Brighton e a invenção da praia no ocidente

No célebre romance *Mansfield Park*, publicado pela primeira vez em 1814, os personagens escritos por Jane Austen passam uma temporada afastados de suas residências e aproveitando a cidade litorânea de Brighton, no sul da Inglaterra. A escolha da autora para descrever tal localidade não foi por acaso. Sendo filha de seu tempo, Austen é muito conhecida nos estudos literários, historiográficos e de áreas afins por retratar — mesmo em obras de ficção — o contexto sociocultural da Inglaterra do início do século XIX.

Observa-se com a narrativa da autora que foi no período em que Jane Austen e os personagens de *Mansfield Park* viveram, que Brighton vivenciou o auge da prática da vilegiatura. Antes do século XVIII, essa região era apenas uma pequena e decadente vila pesqueira, e no século XIX já era o local preferido de vilegiatura do príncipe regente e da alta aristocracia inglesa (BRIZ, 2007, p. 257).

Para que o mar se tornasse um espaço visto e visitado foi preciso que as prescrições médicas, vários doutores da época foram relevantes dentre eles o doutor Richard Russel⁴ — instalado em Brighton em 1755 —, que passaram a prescrever banhos de cura em águas salgadas, alimentando as conexões entre a cidade e a natureza, construindo a sociabilidade no mar. Assim, o historiador francês Marc Boyer em sua obra *Les vilegiatures du XVIe au XXIe siècle: panorama du tourisme sédentaire* (2008) retrata:

Simplemte, desde 1740, muito timidamente a princípio, primeiro em Brighton e depois em algumas outras cidades do lado britânico do Canal, os aristocratas do Reino Unido sentiram o desejo de verificar, em si mesmos, a afirmação de alguns médicos: a imersão brutal na água do mar causava sufocamento salutar. Essa invenção da costa ocorrera em Brighton, mais perto de Londres, a partir de 1740. Iniciava-se uma estância de veraneio: a boa sociedade organizou-se para ali se hospedar. (BOYER, 2008, p. 85, tradução nossa)⁵

Assim, o pioneirismo inglês na vilegiatura marítima também foi carregado pelo eixo do discurso da elite e do corpo médico da época. A Inglaterra pós Revolução Industrial foi palco para o avanço de certas enfermidades que passaram a preocupar a sociedade quando começaram a atingir as elites, despertando nos profissionais da medicina a necessidade de investigar e realizar novos tratamentos. A maior preocupação era com questões psíquicas como a histeria, a ansiedade e a melancolia que atingiam principalmente mulheres e crianças. Para tentar combater essas patologias, os médicos passaram a prescrever os banhos terapêuticos (FREITAS, 2009, p. 109). Esse discurso científico impulsionado pela aristocracia e burguesia ascendente fez com que ir ao litoral passasse a ser uma necessidade para quem buscasse reafirmar seus valores sociais (FERREIRA, 2012, p. 47).

Dessa maneira, tendo um objetivo e um público alvo definido, as primeiras estações destinadas aos banhos de cura precisaram se adaptar aos padrões de vida da elite aristocrática. Para receber os vilegiaturistas, a cidade de Brighton foi equipada com locais indispensáveis para as pessoas “civilizadas”, como capelas, bibliotecas, teatros e cassinos (BRIZ, 2007). Ademais, os hotéis também tiveram um papel fundamental nesse período, sendo o espaço que protagonizava a maioria dos encontros sociais que ocorriam fora das águas. Os dois principais estabelecimentos de Brighton nesse período eram o *Castle Hotel*, fundado em 1776 e o *Oldship*, instalado no ano seguinte. Esses locais

⁴ Richard Russel foi um médico inglês conhecido por defender os benefícios curativos dos banhos de mar, tendo como principal obra “*On the use of sea-water in the diseases of the glands*” (1750), trabalho que fez com que ele ficasse conhecido como “inventor do mar” (SOUZA, 2014, p. 88).

⁵ *Simplement, depuis 1740, très timidement d’abord, à Brighton en premier lieu puis en quelques autres bourgades de la rive britannique de la Manche, des aristocrates de Royaume-Uni avaient éprouvé le désir de vérifier, sur eux-mêmes, l’assertion de quelques médecins : l’immersion brutale dans l’eau de mer provoquait une salubre suffocation. Cette invention du rivage s’était produite à Brighton, plus proche de Londres, à partir de 1740. Unr villégiature estivale commençait : la bonne société s’organisa pour y faire des séjours.* (BOYER, 2008, p. 85)

abrigavam os salões de baile, galerias e salas de jogos de cartas que entretinham os hóspedes durante as noites (CORBIN, 1985, p. 271), fazendo com que os hotéis se transformassem em ambientes destinados ao prolongamento do lazer proporcionado pelo banho de mar (ENKE, 2013, p. 128). Assim, paralelamente à realização dos banhos de mar, ocorria a construção da sociabilidade nos hotéis, como espaços mediadores dessa interação.

Destaca-se ainda que os banhos de mar deveriam ser meticulosamente seguindo as prescrições médicas. Os eixos de cuidados se assentavam em três bases: salinidade, frieza e turbulência (CORBIN, 1989, p. 85). Sobre a temperatura da água, segundo o historiador francês Georges Vigarello, acreditava-se que “[...] o frio faz nascer imagens de circulação de humores, de evacuação de vísceras, de redução de tumores também. Ele age sobre os ‘sólidos’ e sobre os fluxos” (VIGARELLO, 1996, p.129). Acreditando-se que quanto mais gelada a água, mais eficaz o tratamento, os banhos sempre eram realizados pela madrugada e para evitar um choque térmico, o banhista deveria ficar um período na areia para que o ar marítimo resfriasse um pouco sua pele antes de adentrar nas águas frias, posteriormente entrava no mar até que a água atingisse os joelhos e então mergulhava rapidamente cerca de três vezes (PEREIRA, 1906, p. 49).

As práticas terapêuticas não eram indicadas de forma generalizada, havia variações de acordo com a faixa etária, como o caso de algumas crianças que eram proibidas pelos médicos de entrar na água do mar, enquanto para outras eram indicados banhos rápidos e totalmente submersos na água gelada (CORBIN, 1989, p. 87). Os papéis de gênero também eram muito bem separados durante a realização dessa prática, para as mulheres, entendidas como seres mais frágeis e sensíveis, os banhos eram realizados utilizando pesados trajes de lã, sempre nas águas mais rasas e tendo a menor duração possível. Já para os homens, essa era uma atividade quase que heroica, então eles nadavam por um maior tempo em águas mais geladas e profundas, quase sempre em um estado de seminudez, sendo os banhos indo além de uma terapia, mas servindo também como demonstração de masculinidade e virilidade (CORBIN, 1989, p. 87-88).

Toda essa codificação da prática da vilegiatura fazia com que os vilegiaturistas tivessem pouca autonomia. Entretanto, havia um outro tipo de liberdade que era conquistada durante essa temporada. Sobre essa questão, Weber afirma que “O turista ou o curista ficava livre — se não para fazer exatamente o que desejava, pelo menos para agir de modo diferente. Para representar um certo ideal urbano, onde a ordem social era menos rígida, as relações mais fáceis, a mobilidade maior” (WEBER, 1998, p. 218). Portanto, mesmo seguindo normas estritamente rígidas, a vilegiatura ainda demonstra uma liberdade e distração perante ao movimento das cidades grandes que cresceram e se modernizaram de maneira exacerbada nesse contexto pós Revolução Industrial.

Para além do exposto, embora a vilegiatura marítima tenha nascido como uma prática extremamente elitista e restrita apenas a uma pequena parcela da sociedade, com o passar das décadas, ela se expande e atinge as camadas populares, impulsionada pelo discurso médico e o crescente desejo de imitar os nobres (CORBIN, 1989, p. 294). Contudo o fato dessa prática se disseminar por mais classes sociais, não significa que houve uma interação entre a elite e o compartilhamento dos espaços de vilegiatura dentre elas, pois os membros das classes altas desejavam preservar a sua distinção social (FREITAS, 2009 p. 110).

À vista disso, retomando às obras de Jane Austen, em *Sanditon* — última novela escrita pela autora e publicada inacabada em 1817, após a sua morte —, Austen apresenta o cenário cultural em torno da vilegiatura em outra localidade da Inglaterra. Enquanto Brighton era frequentada por nobres e pela elite aristocrática, Sanditon era o destino das classes mais baixas, sendo até mesmo considerada por Corbin como uma espécie de “anti-Brighton”, uma vez que ao passo que essa era considerada um local de encontro de gente “civilizada”, Sanditon era vista pela elite como o palco da “incultura, imoralidade e estupidez” (CORBIN, 1989, p. 297). Logo, apesar de existir um enorme contraste entre essas duas localidades, ainda fica clara uma relação forte entre as duas. Embora criada como o oposto de Brighton, Sanditon ainda assim emerge graças ao pioneirismo da primeira, corroborando o papel fundamental que Brighton exerceu para a difusão da vilegiatura marítima nesse período.

A expansão da vilegiatura e a invenção da praia em Tramandaí

As cidades de Brighton e Tramandaí, situadas no litoral do norte gaúcho, embora localizadas em continentes longínquos separados por um oceano, as duas convergiam em torno da interação com o mar. Assim como em Brighton, em Tramandaí a principal atividade anterior ao desenvolvimento da vilegiatura marítima também era a pesca — sendo até mesmo mais bem-sucedida do que na cidade inglesa, que se encontrava em decadência.

Para além disso, o desenvolvimento dessa prática na Europa influenciou muito para sua chegada em Tramandaí, principalmente porque famílias de imigrantes italianos e alemães tiveram um papel fundamental no “ramo de agenciamento de viagens e empreendimentos de cura e lazer tanto nos sanatórios, como nos lugares de veraneio, que também não excluíram os preceitos da terapia” (SCHOSSLER, 2010, p. 67).

Em 1906 o antropólogo Edgard Roquette-Pinto visitou Tramandaí durante sua excursão pelo litoral e região das lagoas do Rio Grande do Sul, realizada a mando do Museu Nacional. Bem como era costume dos cientistas em excursão e mesmo outros viajantes do momento, Roquette-Pinto registrou aspectos importantes das localidades por onde passou em um diário de viagem. Logo, a

respeito de Tramandaí, deu um grande destaque para a pesca e exportação do bagre para lugares como Porto Alegre e Rio de Janeiro (ROQUETTE-PINTO, 1962, p. 13). Outrossim, foi bem nesse período de transição do século XIX para o XX, que Tramandaí passou a conciliar a pesca com outra atividade que se tornou fundamental para a modesta economia da região nesse período: a vilegiatura marítima com fins terapêuticos.

Assim como ocorreu na Europa, o discurso médico desempenhou um papel fundamental nos primórdios da vilegiatura marítima no litoral do Rio Grande do Sul, sendo inclusive defendida por grandes nomes como o médico, jornalista e político gaúcho Raul Pilla que no início da década de 1920 escreveu para o jornal *Correio do Povo*:

É uma verdadeira necessidade social popularizar as praias de mar. Não se trata, apenas, de oferecer lugares onde passar férias regulamentares. Para isso, qualquer recanto serve. Os banhos, as pulverizações salinas do ar, a limpidez e a forte luminosidade da sua atmosfera fazem das praias marítimas grandes e insubstituíveis fatores higiênicos e terapêuticos. Relegá-las, equivaleria a abandonar as fontes minerais, cujas virtudes não há quem desconheça. Desenvolvê-las, é concorrer para o fortalecimento da raça, pois não existe melhor tônico para o organismo infantil. (PILLA, RAUL. *Correio do Povo*, 29/11/1921)

Em um primeiro momento, os vilegiaturistas que partiam da capital, região metropolitana e serra do estado, não encontravam um local preparado para recebê-los. Era necessário que levassem consigo tudo aquilo que fossem precisar durante sua estadia e até mesmo que construíssem lá as suas moradias temporárias. Além do mais, não havia ainda uma estrada feita para ligar essas regiões ao litoral norte, o que sem dúvidas dificultava muito a viagem que era feita por caminhos e conduzida por guias que conheciam a região. O trajeto era realizado em caravanas que seguiam em carretas de boi e mais tarde em carroções puxados por cavalos, algumas levando as pessoas e outras levando os mantimentos. Como a viagem de Porto Alegre até Tramandaí nessa época levava cerca de oito dias, os viajantes precisavam pernoitar em acomodações em fazendas que existiam nesse percurso. (SOARES, 2008, p. 35).

Percebendo a demanda na região, alguns hotéis foram construídos por empresários para atender as necessidades dos vilegiaturistas — assim como também ocorreu em Brighton. Desse modo, visto que o principal interesse dos praticantes da vilegiatura marítima nesse período eram os banhos de curas prescritos por seus médicos europeus ou brasileiros que estudaram na Europa, o primeiro hotel da região dedicou-se a esse objetivo desde o seu nome, sendo fundado assim, em 1888, o Hotel da Saúde — onde inclusive Roquette-Pinto se hospedou durante sua excursão (ROQUETTE-PINTO, 1962, p. 20).

Nas décadas seguintes, o ramo hoteleiro expandiu-se em Tramandaí. Diante disso, um dos hotéis de maior destaque do período foi o Hotel Sperb, fundado em 1898 por Jorge Francisco Eneas

Sperb, morador de São Leopoldo. Embora os praticantes da vilegiatura buscassem uma rotina diferente nos meses de dezembro a março daquela vivida no restante do ano em suas cidades originárias, eles também não queriam abrir mão de itens básicos para seu conforto e boa alimentação. Tendo isso em vista, cerca de cinco dias antes de sua ida ao litoral, Jorge Sperb despachava para Tramandaí carretas de bois carregadas de alimentos, bebidas e inúmeros outros itens indispensáveis para o bem-estar de seus hóspedes (SOARES; PURPER, 1985, p. 125), ademais, elas eram enviadas com esses dias de antecedência com o intuito de que chegassem junto com a diligência que trazia os vilegiaturistas, essa que também era de responsabilidade de Sperb. Dessa forma, a estadia dos praticantes da vilegiatura possuía uma relação de dependência com os hotéis desde a partida da capital até a volta para casa. Todas as atividades realizadas durante o período da vilegiatura — desde a ida de bonde para a beira da praia, os banhos de mar e as atividades sociais como os bailes realizados nos salões dos hotéis — também eram organizadas pela administração desses estabelecimentos, fazendo com que os vilegiaturistas estivessem restritos a esse tratamento terapêutico.

Nessa época o Brasil não importava da Europa apenas objetos, mas também, os modos de se comportar, uma vez que este continente era considerado uma referência sobre o que era ser “civilizado” para os brasileiros (MARIEN, 2008, p. 19). Assim, com a importação do discurso médico que prezava pelas águas frias para os banhos de cura, o litoral do Rio Grande do Sul foi muito apreciado para a realização desse tratamento em razão da baixa temperatura de suas águas (CORREA, 2010, p. 175). Por essa razão, os trajes de banho deste período geralmente eram de uma lã bem grossa e escura, o que fazia com que fosse muito difícil voltar ao hotel com ela molhada, por isso, a administração desses estabelecimentos construía biombos de madeira na beira da praia para que seus hóspedes pudessem trocar de roupa com privacidade. Além disso, como não haviam salva-vidas à disposição, os banhos eram sempre tomados em grupos que formavam correntes humanas para evitar afogamentos (SOARES, 2000, p. 128).

Levando em conta que os hotéis se localizavam a uma grande distância da beira do mar, havia também a necessidade de um transporte disponível para os vilegiaturistas. Assim, no início os hotéis disponibilizavam carros de bois para seus hóspedes, transporte que foi substituído por um bondinho instaurado no fim da década de 1920. Além do mais, em meados do século XX surge um transporte muito característico do veraneio em Tramandaí: os caminhões abertos conhecidos como “Dindinho” em referência a empresa de transporte que o operava. Esse transporte foi tão marcante para os veranistas que opera até hoje, sob o nome de “Carrossauro” (SOARES, 2008, p. 27).

Observa-se que os hotéis impactaram na vida dos vilegiaturistas, bem como economicamente na vida das famílias e aqueles que residiam em Tramandaí. Diversos moradores da cidade

trabalhavam nos hotéis durante a temporada de veraneio e outros realizavam atividades como vendas ambulantes para os hóspedes. (SOARES, 2008, p. 29).

No decorrer das temporadas de veraneio, a vilegiatura em Tramandaí ganha cada vez mais adeptos, muitos influenciados pelas publicidades que os hotéis faziam em veículos de informação, como o jornal porto-alegrense *Correio do Povo*, como também por relatos e cartões postais de familiares e amigos. A difusão das informações sobre a vilegiatura marítima, as práticas de sociabilidade nos hotéis e as melhorias nos transportes urbanos permitiram um novo olhar para a praia na metade do século XX. As águas marinhas tornaram-se espaço de lazer com suporte também das atividades culturais realizadas nos hotéis.

Dessa forma, a partir da década de 1930, ocorre uma transformação na prática da vilegiatura terapêutica, principalmente porque os banhistas passam a ter mais autonomia para gerir suas atividades, não se limitando mais tanto a programação dos hotéis (SCHOSSLER, 2010, p. 8), fazendo com que aos poucos o objetivo terapêutico fosse perdido e a prática ficasse mais centrada no lazer, conceito definido pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier como:

“um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, [...] sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais” (DUMAZEDIER, 1973, p. 34).

Diante disso, outros fatores também influenciaram na expansão e transformação prática da vilegiatura em Tramandaí. O primeiro é mais amplo e influenciou no lazer não apenas nessa região, mas em todo o mundo: a conquista de direitos dos trabalhadores. Na transição do século XIX para o XX, sem a possibilidade de férias remuneradas, passar três meses desfrutando do descanso no litoral não era uma realidade para a classe operária, assim, a prática da vilegiatura ficava restrita apenas a um pequeno grupo da sociedade. No Brasil, esse direito apenas foi assegurado na década de 1940, fazendo assim com que houvesse um processo de democratização dessa prática (CORREA, 2010, p. 178). Ademais, o segundo também ocorreu a partir dessa década, quando as estradas que ligavam a região da capital ao litoral norte foram reformadas, fazendo com que o litoral não fosse mais procurado apenas no período do verão ou por aqueles que podem ficar hospedados ali por meses, mas também se tornando um espaço de lazer também nos fins de semana (SCHOSSLER, 2010, p. 176). Por fim, o terceiro fator diz respeito ao intenso processo de urbanização e industrialização vivido na capital e região metropolitana do estado. Desde o século XIX, o Lago Guaíba e alguns arraiais de Porto Alegre eram espaços para banhos, lazer e descanso, todavia, com o avanço da indústria e o crescimento da cidade, aos poucos esses locais foram diminuindo seu caráter recreativo e o litoral passou a ser mais procurado para suprir a necessidade dessas atividades (CORREA, 2010, p. 178).

Nesse sentido, Dumazedier destaca que duas condições foram essenciais para que o lazer se tornasse possível para os trabalhadores: as atividades sociais não serem mais totalmente regradas por ritos impostos pela comunidade e o trabalho se destacar de outras atividades, fazendo com que o tempo livre seja nitidamente separável dele (DUMAZEDIER, 2008, p. 28).

No Rio Grande do Sul, assim como ocorreu na Inglaterra, a localidade frequentada pelos vilegiaturistas também era uma forma de distinção social. Com essa prática consolidada no imaginário burguês, logo ela passou a ser desejada por outros grupos sociais que se dirigiam principalmente para as cidades mais próximas da capital, como Tramandaí, fazendo com que essas praias adquirissem um caráter mais popular, assim, muitas famílias da elite passaram a buscar outros balneários, como a praia de Torres, que por ser mais distante de Porto Alegre era menos acessível (SCHOSSLER, 2010, p. 15).

Além disso, desprendendo-se dos hotéis, os veranistas mudaram totalmente a sua dinâmica. Uma das principais mudanças se deu justamente em relação a estadia, surgindo em Tramandaí o fenômeno da segunda residência. Ao contrário do turista, este que não estabelece vínculos com o lugar visitado, o praticante da segunda residência cria um vínculo incontestável com esse território (CORREA, 2016, p. 302), estabelecendo até mesmo uma relação geracional da sua família com esse local. Assim sendo, muitas famílias construíram casas em Tramandaí e passaram a viver ali nos meses de dezembro a março, criando uma ligação afetiva com esse espaço, convivendo todos os verões com a mesma vizinhança que sempre se reencontra nesse período, como uma espécie de comunidade secundária.

Sobre o início da prática da vilegiatura, Corbin destaca que “[...] o curista dispõe de pouca liberdade o médico prescreveu a estação, a hora, a duração e o lugar de seus exercícios; fixou o número de banhos de sua temporada” (CORBIN, 1989, p. 85). Posto isso, é justamente nesse período que os banhos de mar atingiram um distanciamento da visão médica para se tornarem uma prática cultural, deixando de ter hora marcada para começar e terminar, com as pessoas podendo escolher como e quando eles ocorreriam.

Por fim, a sociabilidade na faixa de areia passou a ser um dos momentos mais significativos para os veranistas. Os adultos aproveitavam do descanso e repouso sob o sol enquanto tomavam chimarrão e conversavam com pessoas que ali também estavam estabelecidas. Para as crianças, esse foi o maior espaço de troca e amizade, ali que brincavam de construir castelos de areia, jogavam bola e tomavam seus banhos na parte rasa do mar. A venda ambulante que já era bem característica desde os primórdios da vilegiatura se intensificou, indo desde alimentos e artesanatos até brinquedos e roupas de banhos, estas que também se transformam nesse período. À noite, quando a praia não era

mais tão atrativa, os veranistas voltavam para suas residências, onde havia uma grande sociabilidade com seus vizinhos ou saíam para outros locais da cidade que foi se modernizando para atender essa demanda, surgindo cinemas, lancherias e clubes para entreter esse público.

Considerações finais

Contemporaneamente, antes de ir à praia como uma prática social, comum entre as diversas classes sociais, no Ocidente a construção do imaginário sobre a praia carrega consigo um teor de invenção, já revisitado por Corbin quando ressalta o medo e a repulsa. Foi na Inglaterra pós Revolução Industrial que essa mentalidade em relação ao mar se transformou. Assumindo que muitas mazelas que se expandiram pelo país nesse período, como a melancolia e a histeria, estavam ligadas aos avanços trazidos pela revolução, médicos ingleses passaram a acreditar que banhos em águas termais e marítimas poderiam ajudar a curar tal enfermidades, tendo início a vilegiatura terapêutica.

Diante desse contexto, inicialmente a prática da vilegiatura estava reservada apenas à elite aristocrata, pessoas que poderiam usufruir de meses afastadas de suas casas destinando-se apenas a essa atividade. Assim, alguns espaços começaram a se adaptar para receber os vilegiaturistas, o que aconteceu na cidade litorânea de Brighton, considerada a primeira praia moderna ocidental.

Sendo a vilegiatura nesse período uma atividade extremamente elitista e praticada por pessoas das altas classes sociais e que realizavam viagens internacionais frequentemente, ela logo espalhou-se por toda a Europa. Esse fato também influenciou para que ela fosse levada para o restante do mundo ocidental, inclusive ao Brasil, pelos imigrantes europeus. Nessa esteira de acontecimentos, no estado do Rio Grande do Sul, a vilegiatura marítima teve sua gênese no século XIX, com grande destaque para a cidade de Tramandaí, no litoral norte, que foi um dos primeiros destinos dos vilegiaturistas oriundos de Porto Alegre e região.

Logo, apesar da grande distância que separa Tramandaí e Brighton, as duas cidades possuem semelhanças no que diz respeito às suas relações com o mar. Sendo inclusive graças ao pioneirismo da primeira, que a segunda se tornou um destaque no que diz respeito à prática da vilegiatura marítima com fins terapêuticos. Observa-se como alguns fatores foram decisivos para o desenvolvimento dessa prática nos dois locais, como o papel fundamental do discurso médico e a criação de empreendimentos hoteleiros para atender as necessidades dos vilegiaturistas. Assim, ambas passaram por um processo que as fizeram sair de vilas pesqueiras para grandes estações de vilegiatura, processos esses que exerceram uma grande transformação econômica, social e cultural nas duas localidades.

Referências Bibliográficas

AUSTEN, Jane. *Lady Susan, Os Watson, Sanditon*. Tradução Rodrigo Breunig. Porto Alegre: L&PM, 2018.

AUSTEN, Jane. *Mansfield Park*. London: Penguin Books, 1994.

BOYER, MARC. *Les vilegiatures du XVIe au XXIe siècle: panorama du tourisme sédentaire*, Paris:éditions sem, 2008.

BRIZ, Maria da Graça. Vilegiatura balnear – Imagem ideal / Imagem real. *Revista do IHA*, v. 3, p. 254–267, 2007. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/12546>. Acesso em: 24 de maio de 2023.

CORBIN, Alain. *Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

CORREA, Luiz Henrique Sedrez. A segunda residência como indutora da urbanização em áreas litorâneas na contemporaneidade. *Geo UERJ*, n. 28, p. 291-307, 2016.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Germanidade e banhos medicinais nos primórdios dos balneários no Rio Grande do Sul. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, n.1, jan.-mar. 2010, p.165-184.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia Empírica do Lazer*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador – Vol. 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Zahar, 2011.

ENKE, Rebecca Guimarães. *O espetáculo do mar em uma estação balneária no Rio Grande do Sul: A vilegiatura marítima na Villa Sequeira/Praia do Cassino (1885-1960)*. 2013. Tese. (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FERREIRA, Felipe Nóbrega. *Ao sul do sul o mar também é pampa: sensibilidades de verão na Villa Sequeira, Rio Grande/RS (1884-1892)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2012.

FREITAS, Joana Gaspar de. O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado. *Revista da Gestão Costeira Integrada* 7 (2): 105- 115 (2007), p.109-110. Disponível em: <http://www.aprh.pt/rgci/>. Acesso em: 28 de maio de 2023.

MARIEN, Silvia Trindade. *Trajes de banho no Brasil: modos de olhar e de educar o corpo (1920-1930)*. Campinas, SP, 2008.

NASCIMENTO, Bruno Nery do. *Entre a “Mendigópolis” e o “Recife Novo”*: reforma urbana, higiene e políticas de saúde para as mulheres no governo de Sérgio Loreto (Pernambuco, 1922 - 1926). 2016. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016.

PEREIRA, B. da Costa. *Povoa de Varzim como estação Balnear Marítima (Apontamentos subsidiários)*. Livraria Povoense Editora, 1906. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/17261>. Acesso em: 01 de out. de 2023.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Relatório da excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1962.

SCHOSSLER, Joana Carolina. “*As nossas praias*”: os primórdios da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul (1900 – 1950). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SCHOSSLER, Joana Carolina. *Lembranças fotográficas da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul*. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10., 2010, Santa Maria. Anais [...]. Santa Maria: ANPUH, 2010.

SOARES, Leda Saraiva. *A saga das praias gaúchas: de Quintão a Torres*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

SOARES, Leda Saraiva. *Tramandaí – Imbé: 100 anos de história*. Porto Alegre: EST edições, 2008.

SOARES, Leda Saraiva; PURPER, Sonia. *Tramandaí: terra e gente*. Tramandaí: AGE, 1985.

SOUZA, Luiz Antonio de. *O urbanismo na interface do turismo: Usos e apropriações especulativas do litoral da Bahia*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Salvador, 2014.

STAROBINKSI, Jean. “*As máscaras da civilização: ensaios*”. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VIGARELLO, Georges. *O limpo e o Sujo: Uma história da higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WEBER, Eugen. *Fraça fin-de- siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DINÂMICA ECONÔMICA DA VILA DE ITAPEMIRIM-ES NO OITOCENTOS

ECONOMIC DYNAMICS OF THE VILLAGE OF ITAPEMIRIM-ES IN THE 19TH CENTURY

Laryssa da Silva Machado¹

Resumo

Este trabalho pretende discutir a dinâmica econômica da Vila de Itapemirim ao longo do século XIX, quando a região viveu seu ápice social, político e econômico na província do Espírito Santo. Pretende-se traçar um perfil social e econômico desta localidade, onde se encontra atividades relacionadas a exportação e ao mercado externo, mas também intensas relações econômicas e sociais que visavam destinadas ao mercado interno. Para isso, o trabalho realizou pesquisa qualitativa com fontes primárias, com a utilização de documentos como a Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833, inventários *post mortem* e Testamentos, e Relatórios de Presidentes de Província, além de pesquisas bibliográficas. Essa dinâmica econômica envolvia membros da elite, cativos e a população mais empobrecida da região, uma vez que as questões econômicas, políticas e sociais se misturam.

56

Palavras-chave: dinâmica econômica de Itapemirim, elites e cativos, economia capixaba.

Abstract

This work intends to discuss the economic dynamics of Vila de Itapemirim throughout the 19th century, when the region experienced its social, political and economic peak in the province of Espírito Santo. It is intended to draw a social and economic profile of this locality, where activities related to export and the foreign market are found, but also intense economic and social relations aimed at the domestic market. For this, the work carried out qualitative research with primary sources, using documents such as the Nominal List of the Population of Itapemirim in 1833, Post mortem Inventories and Wills, and Reports of Presidents of Province, in addition to bibliographical research. This economic dynamic involved members of the elite, captives and the most impoverished population in the region, since economic, political and social issues are mixed.

¹ Doutoranda do Programa da Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES; Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Itapemirim e Marataízes; Membro do Laboratório de História, Poder e Linguagem.

Keywords: economic dynamics of Itapemirim, elites and captives, Espírito Santo economy.

Sobre a formação do Vale do Itapemirim

As terras do Vale do Rio Itapemirim aparecem na história brasileira desde o princípio da colonização portuguesa, com a divisão entre as capitanias do Espírito Santo e São Tomé (MACHADO, 2021, p.35-43), que eram delimitadas certamente pela foz do Rio Itapemirim (SOFFIATI, 2019, p.68). Registros relacionados à ocupação da região do Rio Itapemirim só apareceram no início do século XVIII, quando expedições em busca do ouro passaram a ocorrer nos “sertões” capixabas. Às margens do Rio Itapemirim foi fundada, em princípios do Setecentos, a fazenda Caxangá e destinava-se a produção de açúcar. Mais tarde, a fazenda foi rebatizada de Fazendinha (MORENO, 2016, p.19). A colonização efetiva dessa região, aconteceu apenas em 1771, com a chegada dos refugiados das Minas de Castelo, após ataque indígena ao local, que obrigou os trabalhadores a abandonarem a região. “Vieram, os sobreviventes, instalar-se na barra do Rio Itapemirim” (OLIVEIRA, 2008, p.222) e adquirem terras na região, entre elas a Fazendinha (BRAGA, 1996, p.15-17). A partir de então, a região se desenvolveu com lavouras de cana de açúcar, inicialmente, e depois do café. Em 1808, de acordo com os relatos do Desembargador Luís Tomás de Navarro, nas margens do Rio Itapemirim, havia seis ou sete engenhos grandes de fabricar açúcar. Já em 1828, eram seis sesmarias com cultivos agrícolas, mas apenas três eram confirmadas, duas lojas de fazendas secas e três de lojas de molhados, além de tavernas (VASCONCELLOS, 1978, p.36).

A povoação da região foi realizada pelos próprios capixabas, mas contou com a ajuda de fluminenses, mineiros e paulistas que imigraram para o Espírito Santo na primeira metade do século XIX em busca de melhores condições de vida (OLIVEIRA, 2008, p.308). Muitas famílias vieram para a região em busca de terras férteis e trouxeram seus cativos e maquinários (MORENO, 2016, p.32). Essa imigração causou crescimento populacional na região, onde se criaram as condições favoráveis para a emancipação administrativa, ocorrida em 27 de junho de 1815, quando a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. O ato foi posto em prática em 9 de agosto de 1816, com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho (MORENO, 2016, p.33).

O crescimento populacional de Itapemirim pode ser medido na Tabela 01. As margens do Rio de mesmo nome foram ocupadas por lavouras de cana-de-açúcar e café, aquela desde o século XVIII e esta a partir da segunda metade do século XIX. Com isso, a região possuía quantidade significativa de cativos, que superou o número de habitantes livres em alguns períodos. Vilma Almada, concluiu

que “no Espírito Santo foi a região de Itapemirim [sul] aquela que majoritariamente desenvolveu uma economia do tipo “plantation” escravista” (ALMADA, 1984, p.88).

A quantidade de cativos em Itapemirim sempre foi elevada, conforme demonstra a tabela 01. Na segunda metade do século XIX a quantidade de cativos aumentou, com ápice no ano de 1861. Nos anos seguintes esses números sofreram uma queda significativa devido à emancipação política de Cachoeiro em 1864, mas ainda assim a quantidade de cativos era maior que na primeira metade do século.

A tabela 01 indica dados gerais sobre a população livre e cativa de Itapemirim, mas não a esmiúça. Em alguns documentos a população é detalhada e pode-se observar as especificidades como a idade, o sexo e a cor. Nesse período a população cativa de Itapemirim era formada por maioria de pretos. A quantidade de pardos cativos era pequena, o que comprova, como demonstrado, que havia pouca intensidade nas relações raciais, pelo menos na primeira metade dos Oitocentos.

TABELA 01: População de Itapemirim e do Espírito Santo (1817-1872)

Ano	ESPÍRITO SANTO			ITAPEMIRIM				
	Livres	Cativos	Total	Livres	%	Cativos	%	Total
1817	—	—	24.585	—	—	—	—	2.025
1818	—	—	25.960	—	—	—	—	2.025
1824	22.165	13.188	35.353	1.184	51	1.148	49	2.332
1827	22.931	12.948	35.879	797	44	1.038	56	1.835
1833	—	—	27.916	1.360	46	1.596	54	2.937
1839	16.847	9.233	26.080	852	34	1.635	66	2.487
1843	21.122	10.376	32.720	1.825	45	2.109	55	3.984
1856	36.793	12.100	48.893	2.508	57	1.885	43	4.393
1857	36.823	12.269	49.092	—	—	—	—	4.393
1861	42.217	18.485	60.702	4.493	51	4.315	49	8.843
1870	51.825	18.772	70.597	4.680	70	2.013	30	6.693
1872	59.478	22.659	82.137	6.808	68	2.873	32	9.881

Fonte: VASCONCELLOS, 1858; VASCONCELLOS, 1828; ESPÍRITO SANTO, 1839, p. 18; 1844, p. 16; 1857, p. A-5, A-6, A-7; 1857, p. 9 e 10; 1961, p.62-63; 1871, p. 137-140; Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833; LAGO, 2013, p. 39; Censo de 1872.

Outro dado a ser observado é a proporção sexual nas escravarias. A desproporção sexual nas escravarias é analisada como um problema para a formação de famílias e possível motivo para revoltas (FLORENTINO, GÓES, 1997). Em Itapemirim tal desproporção não ocorria com tanta intensidade nos anos descritos na tabela. A Tabela 02 revela que a quantidade de pretos cativos era grande em relação aos pardos, traço de uma comunidade com pouca miscigenação. O quantitativo de homens, tanto livres, quanto cativos, era maior que o de mulheres. Nos três primeiros anos analisados na tabela, a desproporção sexual era maior entre os cativos do que entre os livres. Quanto ao número de crianças referentes ao ano de 1833, estas representavam quantidade expressiva na população livre, branca ou de cor (38%). Já entre os escravizados, os infantes eram apenas 13%. Pode-se observar a

preferência por cativos do sexo masculino, mais utilizados nas lavouras, conforme Florentino e Góes analisaram (1997, p.95). A desproporção entre os sexos também pode ser explicação para o baixo índice de crianças cativas.

A família cativa, segundo Florentino e Góes, era uma das diversas estratégias de paz dentro das senzalas, em resposta ao ambiente de tensão causado pela própria dinâmica da escravidão. A escassez de mulheres nas escravarias contribuía para a crise entre os cativos, acentuada pelo incremento de “negros novos”, que chegavam com o tráfico transatlântico. Para Florentino e Góes é nítida a relação proporcional entre o tamanho da escravaria e os laços de parentesco, indicando que “as famílias escravas tinham por sentido fundamental o estabelecimento da paz” (FLORENTINO, GÓES, 1997, p.95). Os autores defendem a ideia de que a violência não era suficiente para obter do cativo o necessário à produção escravista. Assim, a permissão da constituição de famílias era uma estratégica política da escravidão.

TABELA 02: População de Itapemirim-ES detalhada nos anos de 1824, 1827, 1833 e 1872

		Homens	%	Mulheres	%	Crianças	%	Total	% Geral
1 8 2 4	Branços	298	53	264	47	---	---	562	24
	Índios	102	48,5	108	51,5	---	---	210	9
	Pardos Livres	198	52	184	48	---	---	382	16,5
	Pretos Livres	12	40	18	60	---	---	30	1,5
	Pardos Cativos	16	64	9	36	---	---	25	1
	Pretos Cativos	665	59	458	41	---	---	1.123	48
	Total de Livres	610	51,5	574	48,5	---	---	1.184	51
	Total de Cativos	681	59,5	467	40,5	---	---	1.148	49
Total	1.291	55,5	1.041	44,5	---	---	2.332	100	
1 8 2 7	Branços	172	50	174	50	---	---	346	19
	Índios	59	48	64	52	---	---	123	7
	Pardos Livres	135	46,5	155	53,5	---	---	290	16
	Pretos Livres	16	42	22	58	---	---	38	2
	Pardos Cativos	20	49	21	51	---	---	41	2
	Pretos Cativos	547	55	450	45	---	---	997	54
	Total de Livres	382	48	415	52	---	---	797	43,5
	Total de Cativos	567	54,5	471	45,5	---	---	1.038	56,5
Total	949	52	886	48	---	---	1.835	100	
1 8 3 3	Branços	230	32,5	196	27,5	282	40	708	24
	Índios	27	26	36	34,5	41	39,5	104	4
	Pardos Livres	138	29	149	31	190	40	477	16
	Pretos Livres	16	46	15	43	4	11	35	1
	Pardos Cativos	26	47,5	13	23,5	16	29	55	2
	Pretos Cativos	801	52	545	35,5	195	12,5	1.541	52
	Escravos s/ Ident.	---	---	---	---	---	---	8	---
	Ilegível	---	---	---	---	---	---	8	---
	Chinês	---	---	---	---	---	---	1	---
Total de Livres	411	30	396	29	517	38	1.360	46	

	Total de Cativos	827	52	558	35	211	13	1.596	54
	Total	1.238	42	954	33	728	25	2.937	100
1	Branços	2.036	47	2.019	46,5	281	6,5	4.336	44
8	Pardos Livres	519	40,5	580	45,5	182	14	1.281	13
7	Pretos Livres	221	45,5	217	45	46	9,5	484	5
2	Caboclos Livres	482	68	181	25,5	44	6,5	707	7
	Pardos Cativos	281	32,5	503	58	81	9,5	865	9
	Pretos Cativos	900	45	990	49	118	6	2.008	21
	Total de Livres	3.258	48	2.997	44	553	8	6.808	70
	Total de Cativos	1.181	41	1.493	52	199	7	2.873	30
	Total	4.439	46	4.490	46	752	8	9.681	100

Fonte: VASCONCELLOS, 1978, p. K; Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833; Censo de 1872.

Toda composição social apresentada nas tabelas acima observadas demonstram as características da sociedade de Itapemirim no século XIX, formada por grandes fazendas com um contingente grande de cativos e uma atividade econômica relevante.

Aspectos gerais da economia itapemerinense: fazendas, engenhos e senhores de terras

Itapemirim, como todas as regiões colonizadas na capitania do Espírito Santo, recebeu desde o princípio da exploração de suas terras lavouras de cana de açúcar (MORENO, 2016, p.20-22). Na primeira metade dos Oitocentos, o açúcar ainda era o principal produto e Itapemirim se destacava por suas prósperas lavouras e seus engenhos movidos a vapor. Além dos dois cultivos, café e cana, havia o plantio do algodão e do fumo e serrarias que exportavam madeira.

O Porto de Itapemirim era o mais próximo da capital imperial e por conta disso exportava mercadorias direto para a Corte. Em relatório realizado em 1849, o Dr. Antônio Pereira Pinto exaltou os lavradores que comercializam direto com o Rio de Janeiro. Segundo ele, o comércio favorecia as lavouras, pois facilitava a circulação de produtos. “No município de Itapemirim, porém, já não se dão estes inconvenientes, quer o café, quer o assucar são directamente exportados para o Rio, pelos productores, e por isso n'essa parte da província se encontrão já magníficas fazendas (sic)”. Para Pereira Pinto, tão importante quanto produzir era exportar (ESPÍRITO SANTO, Relatório, 1849, p.10). Essa proximidade com o Rio de Janeiro, porém, não era lucrativa para o Espírito Santo, ao contrário do que dizia o presidente provincial. O lucro com a produção não permanecia em terras capixabas, mas sim com os comerciantes cariocas (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.31). No entanto, para a Vila do Itapemirim, o comércio com a Corte a transformara em um importante entreposto de produtos agrícolas (MORENO, 2016, p.86).

Em 1834, o então Juiz de Paz de Itapemirim, Francisco de Paula Gomes Bittencourt realizou o levantamento da população de Itapemirim - a “Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833”. A lista traz o nome dos 2.937 habitantes da Vila que se dividiram em 303 fogos, além das informações

sobre cor, estado civil, idade, profissão e nacionalidade da população. No campo das observações são apresentados os bens de cada família. Pelo documento se pode estimar como era a Vila de Itapemirim nas primeiras décadas do século XIX e nos primeiros anos de emancipação política.

O primeiro aspecto observado no documento diz respeito às estruturas de posse dos cativos. Dos 303 fogos, 32% das residências possuíam escravizados. As posses com mais de 20 cativos representavam 23%, o que revela que as escravarias de Itapemirim eram formadas por quantidade expressiva de escravizados. Acrescente-se a esses números o fato de que sete dessas escravarias contavam com 50 ou mais cativos e em outras duas propriedades havia mais de 100, conforme apresenta a tabela 03.

TABELA 03: Estrutura da Posse de Cativos em Itapemirim-ES (1833)

Quantidade de Cativos	Nº de Proprietários	(%)
De 1 a 5	54	56
De 6 a 10	13	13
De 11 a 20	8	8
De 21 a 30	5	5
De 31 a 40	2	2
De 41 a 50	7	7
De 51 a 100	7	7
Acima de 100	2	2
Total de Propriedades com cativos	96	32
Fogos sem cativos	204	67
Ilegível	3	1

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Outras fontes utilizadas nesse trabalho, que ajudam a medir a estrutura de posse de cativos no Oitocentos, são os inventários *post-mortem* e testamentos da Vila de Itapemirim. A Tabela 04 demonstra que de 85 documentos analisados 64% apresentaram posse de cativos. Os documentos cartoriais demonstram, assim como a Lista de 1833, que a maioria dos proprietários itapemerinenses possuíam pequenas posses com até 5 cativos. Em relação as posses com mais de 20 escravizados, soma-se 22%, outro valor semelhante ao encontrado em 1833. Destas, uma possuía mais de 50 cativos e quatro tinham em suas posses mais de 100 escravizados.

TABELA 04: Estrutura da Posse de Cativos em Itapemirim-ES (1836-1888)

Quantidade de Cativos	Nº de Proprietários	(%)
De 1 a 5	22	40
De 6 a 10	13	24
De 11 a 20	8	14
De 21 a 30	1	2
De 31 a 40	4	7
De 41 a 50	2	4
De 51 a 100	1	2
Acima de 100	4	7

Total de Propriedades com cativos	55	65
Fogos sem cativos	30	35
Total de documentos	85	100

Fonte: Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, 1836-1888.

Geisa Ribeiro efetuou levantamento semelhante nas Regiões Central, que compreendia as freguesias de Vitória, Queimado, Cariacica, Carapina e Santa Leopoldina e na Região Sul com as freguesias de Cachoeiro, Rio Prado, Alegre, Veado, Itabapoana e Aldeamento Afonsino, da Província do Espírito Santo (RIBEIRO, 2012, p.52, 111). Na região Central, 62% dos documentos cartoriais apresentavam cativos, enquanto que na região Sul, esse valor era 96% (RIBEIRO, 2012, p.114). As tabelas a seguir apresentarão, respectivamente, as fazendas e situações de terras que aparecem na Lista de 1833 (Tabela 05) e nos inventários e testamentos (Tabela 06). Esses registros são importantes para se traçar um perfil da elite itapemerinense, bem como de suas posses de terras, principal fonte econômica da região nesse período.

TABELA 05: FAZENDAS E SITUAÇÃO DE TERRA EM 1833		
Fazenda	Proprietário	N. de cativos
Fazenda Muqui	Joaquim Marcelino da Silva Lima	304
Fazenda Cotia	D. Thomazia da Silva Medella	107
Fazenda Area	Manoel da Costa Pereira	85
Fazenda Cardoso	José Bello de Araújo	81
Fazenda Carreira Comprida	José Antônio de Souza	69
Situação Paineiras	Francisco de Salles	51
Fazenda Colheres	Josefa Moreira Borges	49
Fazenda Ribeira e Brejo Grande	Joaquim José Alves Silva	40
Fazenda Barra Seca	D. Maria Magdalena	32

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Alguns fazendeiros e fazendas merecem destaque. Primeira delas é a de D. Thomazia da Silva Medella, a segunda maior proprietária de cativos em 1833 (107). Havia sido casada com o Capitão Tavares Brum, um dos primeiros fazendeiros da região, dono da Fazendinha, além de outra fazenda denominada São José, depois chamada de Cutia (MARINS, 1920, p.211). Esta última foi herdada por ela após a morte de seu marido e era uma das maiores propriedades de Itapemirim em 1833. Nela havia fábrica de açúcar e de farinha. Também possuía um sítio, propriedades na Vila e em diferentes lugares. Anos mais tarde casou-se com o Tenente Luiz José Moreira, que se tornou um dos principais fazendeiros daquela época.

TABELA 06: FAZENDAS E SITUAÇÃO DE TERRA (1836-1888)		
Fazenda	Proprietário	N. de cativos
Fazenda Cardoso	José Bello de Araújo (pai)	147
Fazenda Carreira Comprida	Ignacio Acciole de Vasconcelos	138
Fazenda Coroa da Onça	João Nepomuceno Gomes Bittencourt	111
Fazenda Cutia	João Rodrigues Barbosa	111

Fazenda Ouvidor do Norte	José Gomes Pinheiro	49
Fazenda Boa Vista	José Bello de Araújo (filho)	37
Fazenda São Paulo	José Tavares de Brum e Silva	31
Fazenda Barra Seca	José Marques Pereira	30
Fazenda Brejo dos Patos	Ignácio Francisco de Souza	15
Fazenda Piabanha	D. Mafalda Maria do Espírito Santo	13
Fazenda Cery	Urçula Maria do Espírito Santo	6
Fazenda Colheres	Vicente Ferreira da Silva	0

Fonte: Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, 1836-1888

O principal fazendeiro de Itapemirim foi Joaquim Marcelino da Silva Lima, Sargento Mor que, em 1846, recebeu o título de Barão de Itapemirim. Era paulista e veio para o Espírito Santo em 1802. Sua família se instalou em Benevente onde formaram o engenho de açúcar “Três Barras” (ROCHA, 1966, p.42). Casou-se em primeiras núpcias com D. Francisca do Amaral e Silva, mas fica viúvo e se casa com D. Leocádia, filha do Capitão Tavares Brum. Mudou-se para Itapemirim. Era Comendador da Ordem de Cristo, Oficial da Ordem da Rosa, tinha honras de Brigadeiro, por ter sido Diretor Geral dos Índios Purys do Aldeamento Imperial Afonsino (MARINS, 1920, p.211-212). Oliveira o destaca como exemplar caso de bandeirante do século XIX (OLIVEIRA, 2008, p.355).

Era dono das fazendas Fazendinha e Queimada, que eram anexas e se localizavam na Barra do Itapemirim, além das fazendas do Ouvidor, do Morro Grande, do Bananal, de Fruteira do Norte e Muqui (MARINS, 1920, p.214). Esta última serviu como sua residência onde edificou suntuoso palacete e capela dedicada a Santo Antônio. O Barão, segundo Marins, possuía mais de 400 cativos (MARINS, 1920, p.212-214). No mapa de 1833 tinha 304 escravizados e apenas a Fazenda Muqui, mas era o maior proprietário de cativos da região. Naquela propriedade havia engenho de açúcar e cachaça, e entre os animais da fazenda encontrava-se um urso panda.

Os Gomes Bittencourt, conhecidos como “Moços da Areia”, pois eram proprietários da Fazenda Areia, eram os principais rivais políticos da família do Barão de Itapemirim. Vangloriavam-se por terem chegado ao sul capixaba antes de Silva Lima. Francisco Gomes Coelho da Costa, pai dos “Mocos da Areia”, solicitou Carta de Doação de Sesmaria 1807, que foi confirmada em 1811. Na petição afirma que as terras pertenciam a sua família a mais de 50 anos. Essas eram povoadas por seu sogro, Francisco de Almeida Pinheiro, pai de Maria Francisca Pinheiro (MARINS, 1920, p.204).

Estes também eram grandes proprietários de terras e cativos. Os principais membros da família eram: Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, dono das fazendas Areias e Coroa da Onça; Major Francisco de Paula Gomes Bittencourt, proprietário das fazendas Vermelho e Cerejeira; Tenente Heliodoro Gomes Pinheiro, proprietário da Fazenda Rumo e o sexto maior proprietário de cativos em 1833; e o Capitão José Gomes Pinheiro, dono da Fazenda Ouvidor do Norte, além das irmãs Izabel, casada com o Capitão José Barbosa Meirelles, dono da fazenda Guaranhum, na Serra;

e Rachel, casada com o Major Caetano Dias da Silva, nono maior dono de cativos da Lista Nominal, proprietário das fazendas Limão e Pau d'Alho e fundador da colônia de Rio Novo (MARINS, 1920, p.216).

Em 1833 a Fazenda Areia era propriedade de Manoel da Costa Pereira, que residia em Campos, mas era administrada por José Gomes Pinheiro, um dos “moços da Areia”. A propriedade possuía 85 cativos, engenho de açúcar e uma olaria. Outro membro desse grupo, em 1833, era Heliodoro Gomes Pinheiro, que ainda não possuía nenhuma fazenda, mas era dono de 55 cativos. Caetano Dias da Silva, cunhado dos Gomes Bittencourt, era solteiro em 1833. Das fazendas citadas por Marins (1920, p.214-216), possuía em 1833 apenas a Limão, com 50 cativos.

O casal João Nepomuceno e D. Francisca aparece na Lista Nominal de 1833 ainda bem jovens: ele com 26 e ela com 23 anos. Tinham apenas dois filhos pequenos. Já no inventário de 1849, a família havia aumentado, com quatro filhos. Em 1833, quando começavam a construir sua fortuna, possuíam algumas braças de terras nas margens do Rio Itapemirim e 35 cativos. De 1833 para 1849, no entanto, sua escravaria praticamente triplicou, saltando de 35 para 111 cativos. Aparece no inventário como parte da Fazenda Coroa da Onça ferraria, engenho e alambique.

Politicamente, os Gomes Bittencourt se destacavam no município enquanto o Barão possuía prestígio provincial. Este era o líder do partido liberal enquanto aquele liderava o partido conservador. Entre os anos de 1843-1858 o Barão ocupou o cargo de vice-presidente provincial por oito vezes consecutivas e assumiu a presidência da província em dois períodos, entre 1852-1853 e em 1857 (DAEMON, 2010, p. 362, 378, 386, 393, 398, 546, 548, 552). A rivalidade entre ambos foi observada durante a visita do Imperador D. Pedro II ao Espírito Santo e a Itapemirim. Ambos foram dois dos maiores patrocinadores da visita imperial, e compunham a comitiva que recebeu o D. Pedro II em Vitória. Esperavam a visita imperial em suas fazendas, mas o Imperador preferiu se hospedar na casa de um terceiro, o capitão José Tavares de Brum e Silva, que ficava na sede da vila (ROCHA, 2008, p.51, 64, 231).

As intrigas entre os “Moços da Areia” e o Barão de Itapemirim também aparecem nas denúncias sobre a desobediência da Lei Eusébio de Queirós de 1850. Na região compreendida entre o norte da província do Rio de Janeiro e o sul da província do Espírito Santo as tentativas de desembarque continuaram por alguns anos após 1850. A permanência do tráfico no litoral de Itapemirim não servia apenas às lavouras capixabas de café, mas também para o envio de cativos ao norte do Rio de Janeiro e às Minas Gerais (PEREIRA, 2013, p.2).

Denúncias envolvem tanto o nome do Barão de Itapemirim, apontado como um dos principais traficantes negreiros do Sudeste (Santana, 2000, p.304), quanto o Coronel Gomes Bittencourt e o

Major Dias da Silva. Em 06 de abril de 1851 o presidente da Província do Espírito Santo, Felipe José Pereira Leal, informou em correspondência confidencial ao ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, o desembarque de “cento e tantos” africanos em Barra do Itabapoana, fruto de negociação com José Bernardino de Sá, comerciante negreiro, para a fazenda do Barão de Itapemirim. A incriminação foi enviada pelo coronel Gomes Bittencourt e seu cunhado, o major Dias da Silva, ambos desafetos do barão, conforme o próprio Leal, que também chamou a atenção de Queirós para a amizade do citado barão com traficantes (OFÍCIO CHEFE DE POLÍCIA ESPÍRITO SANTO, 1851; PEREIRA, 2013, p.6).

Dias da Silva havia sido chamado em uma coluna do Correio de Vitória de 1852, de “tigre sanhudo atrás da presa”, devido sua relação com o tráfico ilegal de africanos (PEREIRA, 2015, p.15). Quanto ao seu cunhado, o coronel Gomes Bittencourt, denúncias com seu nome também ocorreram após 1850. Em 3 de novembro de 1852 o presidente Azambuja alertou o delegado de Polícia de Itapemirim “sobre um projeto para desembarque de africanos livres atribuídos aos Gomes Bittencourt” (OFÍCIO CHEFE DE POLÍCIA ESPÍRITO SANTO, 1852). Em outro ofício, de 10 de setembro de 1852, o delegado de Polícia de Itapemirim realizou denúncias ao presidente da Província contra os Gomes Bittencourt e o barão, pois de acordo com ele, ambos protegiam o tráfico de escravos em Itapemirim (OFÍCIO CHEFE DE POLÍCIA ESPÍRITO SANTO, 1852).

Itapemirim era parte de uma complexa rede de contrabando negreiro após 1850. A “tríplice Fronteira”, como definido por Pereira, preocupou autoridades imperiais durante toda essa década. Além disso, não era apenas o Barão de Itapemirim que realizava esse tipo de comércio ilegal de pessoas. Outros grandes fazendeiros, como o Coronel Gomes Bittencourt, e seu cunhado, o major Dias da Silva, também estavam envolvidos, o que levanta a hipótese de que outros membros da elite podem ter sido responsáveis pelo infame comércio. As fontes indicam, que a trama era muito maior e envolvia outros fazendeiros locais. “Os donos de terra, portanto, não eram vítimas endividadas com os traficantes, mas participantes diretos do negócio” (CARVALHO, 2018, p.127).

Florentino e Fragoso, observaram que, entre os finais do Setecentos e nas décadas iniciais do século seguinte, novas fórmulas de acumulação econômica foram experimentadas pelo Sul-Sudeste brasileiro, com a hegemonia de uma nova elite econômica, constituída pelos comerciantes de grosso trato (FLORENTINO, FRAGOSO, 2001, p.84-85). “A escravidão ampliaria um vasto e lucrativo ramo de comércio – o tráfico transatlântico. O comércio negreiro, um dos setores mais rentáveis [...] determinaria não a opção pela escravidão em geral, mas sim pelos escravos africanos” (FLORENTINO, FRAGOSO, 2001, p.122). Esse perfil pode ser transportado para a nata da elite de Itapemirim, conforme analisado.

Outros nomes que merecem destaque são aqueles com grandes propriedades. Em 1845 a correção da partilha dos bens do ex-presidente da Província do Espírito Santo, o desembargador Ignacio Accioli de Vasconcellos, foi aberta em Itapemirim. Accioli era casado com Leonor Felisberta de Accioli, pai de seis filhos, e dono da fazenda Carreira Comprida. Na Lista Nominal de 1833 a fazenda de Accioli era administrada por José Antônio de Souza, morador da região, dono de 69 cativos, enquanto que na partilha de 1845 se observa que a escravaria da Carreira Comprida dobrou de tamanho para 138 escravizados. Também possuía terras na Safra, que dará origem a fazenda de mesmo nome.

Dois outros proprietários apresentavam escravarias com mais de 100 cativos. Eram esses: Jose Bello de Araújo e Dona Urçula Barreto da Silva Barbosa. O primeiro era casado com Anna da Silva Tavares e tinham seis filhos em 1833. No inventário, aberto em 1855, aparecem apenas três filhos do casal. Em 1833 possuía a Fazenda Cardoso com engenho de açúcar e fábrica de aguardente. Já em 1855, além dessa fazenda, possuía outras terras. Sua escravaria aumentou de 81 cativos, em 1833, para 147 indivíduos em 1855. Também eram donos da fazenda Boa Vista, uma das mais importantes do município por sua produção de aguardente e açúcar.

Já D. Urçula Barreto da Silva Barbosa deixou testamento e inventário que foram abertos em 1863. Fora casada com Joaquim Moreira da Silva Lima com quem teve duas filhas, ambas casadas com os filhos do Barão de Itapemirim. Casara-se novamente com o Tenente Coronel João Rodrigues Barbosa. Em sua escravaria havia 111 cativos. Ela e seu marido eram donos da Fazenda Cutia, que na Lista Nominal de 1833 pertencia a D. Thomázia Medella. Havia nessa fazenda engenho, alambique, olaria e casa de farinha.

Outras fazendas e situações de terras aparecem nos documentos cartoriais e na Lista de 1833. A Fazenda Paineiras, em 1833 pertencia a Francisco de Salles. Havia engenho de fabricar açúcar e cachaça e 51 cativos. A fazenda foi adquirida por Joaquim José Alves Silva e deixada por herança ao seu genro Luiz Moreira da Silva Lima e sua filha Rita, posteriormente. Joaquim José Alves Silva também era dono da Fazenda Brejo Grande e da Fazenda Ribeira em 1833, e o terceiro maior proprietário de cativos da região, somado os trabalhadores das duas propriedades. Por residir em Campos, a fazenda Brejo Grande era administrada por Francisco José Alves Silva, que possuía além de 51 cativos, engenho de açúcar e aguardente. Já na Fazenda Ribeira, havia 40 cativos e fábrica de açúcar. Além das duas fazendas, era dono das fazendas Lancha, Barra Seca, Araçã, Poço Grande, Paineiras, Coqueiro, Aytrizes, Cancan e Laranjeira (MARINS, 1920, p.216-217).

A Fazenda Barra Seca pertencia à D. Maria Magdalena em 1833. Havia nela engenho de açúcar e 32 escravizados. Também aparece na Lista Nominal de 1833 a Fazenda Colheres, que pertencia à

dona Josefa Moreira Borges, com 49 cativos, fábrica de açúcar e cachaça. Outra fazenda que se destacava era a Safra, patrimônio de D. Josepha Souto e seu esposo Joaquim Bello de Araújo. Também merece destaque a fazenda Muribeca, terras que pertenceram aos jesuítas no início da colonização até a expulsão dos religiosos, e era propriedade de Antônio José da Silva Tinoco (MARINS, 1920, p.213).

As grandiosas fazendas não retratam fielmente a população de Itapemirim do século XIX. A situação de terras e moradia de grande parte da população era precária. De acordo com a Lista de 1833, 183 moradores (60%) possuíam algum tipo de situação em terras, que podiam ser próprias, de favor ou foreiras. A Tabela 07 apresenta os tipos de propriedade dos moradores itapemirinese.

TABELA 07: Tipos de Propriedades de Terras de Itapemirim-ES (1833)		
Tipo de Propriedade	Quantidade	%
Lavouras em terras foreiras	90	49
Lavouras em terras próprias	38	21
Braças de terras, lavouras e cercados sem especificação de posse	31	17
Fazendas e situações de terra	14	7,5
Lavouras em terras de favor	10	5,5
Total de Propriedades	183	100

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Quase metade dos proprietários de lavouras em Itapemirim, cerca de 49%, não possuíam terras próprias e suas lavouras estavam em terras foreiras. As fazendas representavam apenas 7,5% das propriedades e as lavouras em terras próprias eram 21%. Esses dados revelam a desigualdade na distribuição de terras e sua enorme concentração nas mãos de uma elite, já que, além da maioria da população ocupar terra foreira ou de favor, 5,5% dos moradores possuem lavouras em terras de favor. Também se consegue perceber essa disparidade social pelo tipo de moradia que os habitantes possuíam, conforme demonstra a Tabela 08:

TABELA 08: Tipos de Moradia de Itapemirim-ES (1833)		
Tipo de Propriedade	Quantidade	%
Casa de Palha	225	79
Casa de Telha	44	15
Casa de Vivenda	8	3
Prédio Rústico	6	2
Casa sem especificação	4	1
Total de Moradias	287	100
Não possuem bens/ Ilegível	16	---

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Conforme demonstrado, a maioria dos moradores de Itapemirim habitavam em casas de palha, que podiam estar em terras próprias, de favor ou foreiras. Além disso, 48 moradores foram designados com residências na Vila, e nove famílias moravam em casas de aluguel. Somado o número das casas

de telha, prédios rústicos e casas de vivenda, 21% da população vivia nesse tipo de moradia, que, aparentemente, eram casas mais caras e seguras.

Nos inventários e testamentos também é possível observar os tipos de moradia de Itapemirim ao longo do Oitocentos. Diferente da Lista Nominal que aparecem todas as residências existentes, os documentos cartoriais descrevem uma parcela da população que possuía algum tipo de bem e excluía parcela significativa de pessoas. Nos 85 documentos aparecem 116 residências, isso porque algumas famílias possuíam mais de um imóvel. Dessas, a maioria eram casas de telha (27%) ou de palha (26%). Também havia as casas de vivenda (9%) e os sobrados (12%). Oito documentos trazem a existência de Senzalas (6%). Ainda que 55 documentos (65%) apresentem a existência de cativos como um dos bens, apenas 8 possuíam esse tipo de moradia específica para seus cativos, ou seja, nem todos os proprietários tinham esse tipo de bem entre suas posses.

TABELA 09: Tipos de Moradia de Itapemirim-ES (1833)

Tipo de Propriedade	Quantidade	%
Casa de Palha	32	26
Casa de Telha	33	27
Casa de Vivenda	11	9
Sobrado	15	12
Outras casas	25	20
Senzalas	8	6
Total de Moradias	124	100

Fonte: Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, 1836-1888

Os dados acima deixam claro a desigualdade existente em Itapemirim: enquanto a elite local desfrutava da maior quantidade de terras, grandes fazendas e número expressivo de cativos, a maioria da população não possuía terras próprias. Cerca de 55% dos habitantes tinham lavouras em terras foreiras ou de favor. A historiografia, porém, contempla na maioria dos relatos as grandes fazendas. “A estratificação escravista brasileira guardava fortes semelhanças com a vigente na Europa do Antigo Regime [...], marcada por grande concentração de riqueza, com a miserabilidade se estendendo por mais da metade da população, sem a presença de grupos intermediários” (FLORENTINO, FRAGOSO, 2001, p.175).

A Dinâmica econômica de Itapemirim

Com o desenvolvimento das lavouras de café, a cana de açúcar deixou de ser protagonista na economia capixaba. O surto cafeeiro ocorrido principalmente no interior da região sul capixaba fez com que muitos fazendeiros de Itapemirim substituíssem o açúcar pelo novo cultivo. No Alto Itapemirim, especialmente nas freguesias novas de Cachoeiro de Itapemirim, de Alegre e de Veado,

o café obteve maior sucesso que na faixa litorânea. Aos poucos, aqueles que haviam mudado de cultivo, no Baixo Itapemirim, retornaram ao plantio da cana (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.35).

A Lista Nominal de 1833 contém aspectos econômicos da região. Como demonstrado, 60% dos (183) moradores possuíam algum tipo de lavoura ou cercado em terras. Mas, havia outras atividades econômicas importantes, conforme apresenta a Tabela 10. No total somavam-se 55 empreendimentos econômicos, sendo que 31% eram fábricas de açúcar e aguardente, além de uma fábrica de farinha.

Os outros empreendimentos encontrados em maior quantidade foram as embarcações destinadas tanto à pesca quanto ao transporte de passageiros e as Lojas de Fazenda e Negócios de Fazenda Seca que representavam 11%. Ao todo foram descritas 21 lojas comerciais que além das Lojas de Fazenda, contavam com Lojas de Secos e Molhados/ Negócio de Molhados, Negócio de Varejo, e outros empreendimentos. Destaque para o comércio de adereços chineses que pertencia a Francisco Dias Carneiro. O grande número de comércios e negócios encontrados demonstra a dinâmica das atividades econômicas locais. O predomínio da agricultura, demonstrado pelas fazendas e lavouras (60%) e pelos engenhos e fábricas de açúcar e aguardente e farinha comprovam o destaque que Itapemirim possuía no período analisado.

TABELA 10: Atividades Econômicas de Itapemirim-ES (1833)		
Atividade Econômica	Quantidade	%
Engenhos/ Fábrica de Açúcar e Aguardente	17	31
Embarcação (viagem e pesca)	6	11
Loja de Fazenda/ Negócio de Fazendas Secas	6	11
Secos e Molhados/ Negócio de Molhados	5	9
Olaria	3	5,5
Negócios com casas de aluguel	3	5,5
Loja de Ofício	3	5,5
Negócio de Varejo	2	3,5
Casa de Negócio	1	1,8
Peixaria	1	1,8
Taberna	1	1,8
Negócio volante	1	1,8
Comércio de adereços chineses	1	1,8
Ferraria	1	1,8
Padaria	1	1,8
Loja de Ferreiro	1	1,8
Loja de Marinheiro	1	1,8
Fábrica de Farinha	1	1,8
Total de Atividades Econômicas	55	100

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Nos inventários e testamentos é observar inventários e testamentos também se observa os negócios existentes em Itapemirim. Dos 85 documentos analisados, 70 (82%) possuíam algum tipo de bem raiz e 19 (22%) algum carro ou embarcação. A Tabela 11 descreve esses bens, desde terras e

plantações até as fábricas e outros empreendimentos, assim como os carros e barcos presentes nos documentos. São mencionados 361 tipos de bens raiz (89%) e 46 carros e embarcações (11%).

A Tabela 11 mostra o predomínio das terras e pastos. Nos 70 documentos com bens raiz aparecem 758 animais, entre vacas, bois, cavalos, porcos, galinhas e outros. A pecuária também representava atividade econômica rentável. Os cafezais e as arrobas de café são percentual maior que os canaviais e as arrobas de açúcar (11% e 5% respectivamente). Possivelmente, esses homens atuavam como negociantes e produtores de café, não apenas de açúcar. Mas a produção açucareira permaneceu com fôlego ao longo do Oitocentos. Enquanto que em 1833 aparecem 17 engenhos e fábricas de açúcar, a tabela mostrou 55 bens relacionados a essa produção, entre engenhos, fábricas e maquinários. As lavouras de mandioca eram 8% e fábricas de farinha aumentaram de 1 para 15 (4% dos bens da tabela). Essa produção sustentava a população local.

TABELA 11: Bens Raiz, Carros e Barcos de Itapemirim-ES (1836-)

Atividade Econômica	Quantidade	%
Engenhos/ Fábrica e Bens de Açúcar e Aguardente	55	13
Embarcação (viagem e pesca)	27	7
Fábrica de Farinha	15	4
Carros/ Carros de Boi/ Carroças	19	5
Olaria	9	2
Ferraria	6	1
Serraria	3	1
Terras e Pastos	161	39
Cafezais/ Pés de Café/ Arrobas de Café	44	11
Canaviais/ Plantações de Cana/ Arrobas de Açúcar	20	5
Plantações de Mandioca	32	8
Árvores Frutíferas	15	4
Total de Bens Raiz	361	89
Total de Barcos e Lanchas	46	11
Total de Bens	407	100

Fonte: Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, 1836-1888

De certo, a região sul capixaba abasteceu o Espírito Santo com açúcar e aguardente ao longo do século XIX, além de exportar esses produtos para o Rio de Janeiro. Por conta disso, em 1847, o Presidente da Província Dr. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz fez o seguinte comentário sobre as lavouras de Itapemirim:

A cultura da canna de assucar é também n'este município um dos gêneros principais da cultura que prospera visivelmente, a ponto de existirem ali já 14 engenhos bem montados, sendo quatro movidos por vapor. A par d'elle o café, cuja plantação começou poucos annos, tendo até hoje dado bem fundadas esperanças de tornar-se um dos mais importantes ramos de exploração. Cultivão alguns lavradores também, mas em menor escalla, o algodão e o fumo, a que se presta o terreno, bem como aos gêneros de primeira necessidade, em que igualmente se empregarão, pouco além do que é sufficiente para as necessidades do município, sendo portanto, pequena a exportação de taes gêneros (Relatório, 1847, p. 63).

Como se pode perceber, em 1847 o café era apenas uma “esperança” para a economia capixaba, enquanto o açúcar ainda era o principal produto e Itapemirim se destacava por suas prósperas lavouras e seus engenhos movidos a vapor. Em relatórios de presidentes provinciais, se reclamava da ausência de um local apropriado para a realização das transações comerciais no Porto de Itapemirim. Em fala realizada pelo presidente José Machado d'Oliveira em 1841, relatou-se:

O Administrador da Mesa de Rendas da Villa de Itapemirim tem-me representado, que experimentando-se alli não pequeno prejuízo nas mesmas Rendas por causa da maneira por que até agora se tem feito exportar os gêneros de produção do Paiz, tem fundamento para pensar que se obviará esse prejuízo levantando-se em lugar adequado huma pequena casa (cuja despesa calcula em 300\$rs.) onde se possam recolher os gêneros que tem de embarcar por exportação havendo meios para serem pesados; e como me pareça esta medida vantajosa, e mesmo indispensável; a apresento ao vosso conhecimento para deliberardes como vos aprouver; ajuntando aqui a referida representação para que mais bem conhecaes as razões, em que se basea aquelle Administrador para semelhante exigência (ESPÍRITO SANTO, 1841, p.36-37).

Sete anos depois, em outro relatório, o presidente provincial Dr. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz voltou a criticar a falta de um prédio destinado ao comércio das mercadorias no porto. A reivindicação era antiga e, por conta disso, ele a considerava importante. “O administrador da mesa de rendas de Itapemirim insiste na necessidade de edificar-se no porto d’essa villa um armazém apropriado, onde se recolhão certos generos afim de serem mais exacta e commodamente conferidos” (ESPÍRITO SANTO, 1848, p.32). Em 1857 o Barão de Itapemirim solicitou à Câmara Municipal a edificação de um Trapiche na Barra (MORENO, 2016, p.86).

De certo que a separação entre Itapemirim e Cachoeiro gerou queda econômica para aquele município. No relatório que o vice-presidente, Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos, apresentou em 1864, descreveu-se o declínio das lavouras de cana itapemirinsenses, que competia com Campos na exportação de açúcar em anos anteriores, mas que havia estacionado sua produção. Já o alto Itapemirim prosperava com o cultivo do café, que era a única fonte de riqueza pública da província, de acordo com suas análises (ESPÍRITO SANTO, 1864, p.91).

O município de Itapemirim continuava a produzir açúcar, ainda que este produto não apresentasse o mesmo lucro que obtivera no passado. Além disso, na Barra se localizava o Porto do Itapemirim, responsável pela exportação das mercadorias produzidas na região, principalmente o açúcar e o café (HESS, FRANCO, 2005, p.34). Pelo porto, eram exportadas as mercadorias produzidas na região e outros produtos eram importados. O Rio Itapemirim afigurava-se importante para a irrigação das lavouras de cana e café, que se localizavam em suas margens, e também como

via de transporte de mercadorias da região cafeeira para o porto (MORENO, 2016, p.85-86). Em relatório apresentado em 1852 o presidente da província José Bonifácio Nascentes d'Azambuja demonstrou os valores importados pelos portos de Vitória e Itapemirim nos anos de 1850 e 1851, conforme apresenta a tabela 12.

TABELA 12: Artigos Importados pelos Portos de Vitória e Itapemirim (1850-1851)

Cidade	Gêneros Nacionais		Gêneros Internacionais	
	Artigos	Valores	Artigos	Valores
Vitória	107	112.205\$770	79	182.483\$190
Itapemirim	45	21.080\$400	67	81.998\$680

Fonte: Relatório, 1852, Mapa 10.

Itapemirim importou ao todo 112 produtos, sendo a maioria de gêneros internacionais. Já o Porto de Vitória importou 186 mercadorias e a maioria era nacional. Isso revela que Itapemirim consumia quantidade expressiva de mercadorias importadas, marca de interesses e costumes de uma elite dominante. “A articulação [...] de elementos estrutura o imaginário [...] e este imaginário acaba por definir aquilo que é importante e aquilo que não é o que dá significado a vida num determinado local e em certo momento do tempo” (RSTOLDO, 2007, p.56). O porto também era responsável por levar a outros portos nacionais as mercadorias que eram produzidas na região. No mesmo relatório, o presidente d'Azambuja descreve os produtos exportados por Itapemirim no ano de 1851.

TABELA 13: Valores dos Produtos Exportados Pelo Porto de Itapemirim-ES (1851)

Produto	Itapemirim	Espírito Santo	%
Café	24:216\$600	206:643\$700	11
Açúcar	59:692\$820	108:100\$860	55
Madeira	266\$770	32:228\$490	1
Algodão	18\$800	4:470\$090	8
Aguardente	3:181\$200	3:181\$200	100
Mantimentos	763\$100	68:244\$940	1
Total	88:138\$090	423:719\$920	21

Fonte: Relatório, 1852.

Em 1851 Itapemirim era responsável por 11% da exportação de café na província, embora, seu cultivo apenas estivesse no início. Em relação à exportação dos derivados da cana, a região vendia 55% do açúcar e 100% da aguardente provincial. No total foram exportados 21% do valor geral da província, um pouco mais de 88 contos de réis. Em outro relatório de 1862, o presidente provincial, Pereira Junior, apresentou quadro comparativo da exportação de produtos entre os anos de 1857-1861. Já em 1864, o presidente Pindahiba de Mattos noticiou os mesmos dados, porém, referentes aos anos de 1862 e 1863. A Tabela 14 apresenta os números oficiais, onde se pode fazer um comparativo entre os anos de 1857-1863.

TABELA 14: Produtos Exportados Pelo Porto de Itapemirim-ES (1857-1863)

Ano	Produto	Itapemirim	Espírito Santo	%
1857	Café (arroubas)	23,287	156,883	14,2
	Açúcar (arroubas)	15,401	24,474	62,9
	Algodão (arroubas)	146	1,466	9,9
	Mantimentos (alqueires)	10,195	219,174	2,2
	Aguardente (medidas)	9,720	9,960	97,5
	Couros (número)	53	862	6,1
	Toucinho (arroubas)	32	32	100
	Total arrecadado	8:582\$772	58:383\$491	14,7
1858	Café (arroubas)	28,339	151,227	18,7
	Açúcar (arroubas)	27,562.15	43,232.22	63,7
	Algodão (arroubas)	404	1,699.8	23,7
	Mantimentos (alqueires)	3,865	125,640	3,0
	Aguardente (medidas)	30,600	31,320	97,7
	Couros (número)	101	837	12,0
		Total arrecadado	9:697\$710	38:709\$428
1859	Café (arroubas)	46,770.23	154,703.23	30,2
	Açúcar (arroubas)	25,063.14	42,606.23	58,8
	Mantimentos (alqueires)	7,968	174,579	4,5
	Aguardente (medidas)	32,100	32,100	100
	Couros (número)	87	742	11,7
		Total arrecadado	14:536\$240	62:007\$205
1860	Café (arroubas)	79,991.10	213,815.10	37,4
	Açúcar (arroubas)	21,986	30,451.16	72,2
	Algodão (arroubas)	25	1,479	1,6
	Mantimentos (alqueires)	5,149	149,581	3,4
	Aguardente (medidas)	24,138	24,138	100
	Couros (número)	120	756	15,8
		Total arrecadado	25:445\$600	83:447\$094
1861	Café (arroubas)	62,813.2	223,806.12	28,0
	Açúcar (arroubas)	18,827	21,843.12	86,1
	Mantimentos (alqueires)	3,894	105,888	3,6
	Aguardente (medidas)	4,810	5,090	94,4
	Couros (número)	92	446	20,6
		Total arrecadado	21:405\$145	70:867\$504
1862	Café (arroubas)	59,621	229,447	25,9
	Açúcar (arroubas)	18,170	30,006	60,5
	Algodão (arroubas)	140	1,745	8,0
	Mantimentos (alqueires)	3,681	143,490	2,5
	Aguardente (medidas)	36	46	78,2
	Couros (número)	29	246	11,7
		Valores Oficiais	386:196\$866	1.481:254\$115
1863	Café (arroubas)	37,561	139,341	26,9
	Açúcar (arroubas)	20,541	32,458	63,2
	Algodão (arroubas)	102	4,597	2,2
	Mantimentos (alqueires)	3,599	203,929	1,7

	Aguardente (medidas)	3,600	6,120	58,8
	Couros (número)	22	323	6,8
	Valores Oficiais	260:764\$000	1.140:517\$882	22,8

Fonte: 1857-1861: Relatório, 1862, p. 83-85; 1862-1863: Relatório, 1864, mapas 92, 93 e 96.

Entre os anos de 1857 a 1863 Itapemirim foi responsável por grande parte da exportação de mercadorias da Província. Apenas o Porto de Vitória exportava quantidade maior de mercadorias. O café assumiu a liderança da produção e das vendas na região: enquanto que em 1851, no início do surto cafeeiro na província, apenas 11% dos valores exportados referiam-se ao café, em 1860, menos de uma década, as vendas representavam 37,4% dos valores totais da província. Ainda assim, Itapemirim produzia e exportava a maior parte do açúcar e da aguardente.

O ano de 1860 merece destaque por representar o ápice da produção cafeeira descrita nos documentos. Cerca de 37,4% de todo café exportado pelo Espírito Santo foi vendido através do Porto de Itapemirim, enquanto que em 1861 a exportação do açúcar representou 86,1% do total comercializado pela província. Nos anos mencionados os valores arrecadados pelo Porto de Itapemirim representaram pouco mais de 30% do total das exportações da Província, que representa aumento significativo se comparado ano de 1851, quando o total vendido era de 21% das exportações.

Durante os anos de 1857 e 1858 exportava-se quantidade parecida dos dois produtos. Mas, a partir do ano de 1859, o café se tornou a principal mercadoria vendida pelo Porto de Itapemirim, em quantidades muito superiores ao açúcar. Nas décadas seguintes, o café continuou a liderar as exportações, sendo sempre seguido pelo açúcar. A Tabela 15 apresenta as mercadorias exportadas nos anos de 1873 e 1885, de acordo com os relatórios que foram apresentados pelos presidentes e vice-presidentes da Província.

TABELA 15: Produtos Exportados pelo Porto de Itapemirim-ES (1873 e 1885)

Produto	1873*			1885**		
	Itapemirim	Espírito Santo	%	Itapemirim	Espírito Santo	%
Café	141,645	306,406	46,2	3.296.044	10.592.887	31,1
Açúcar	12,144	17,410	69,7	61.905	162.345	38,1

Fonte: 1873: Relatório, 1873, p. 34-37; 1886: Relatório, 1885, p. 5-8.

* Medidas em arroubas; ** Medidas em quilos.

Em 1873 a exportação de café na localidade de Itapemirim representou 46,2% do total do movimento da província enquanto que em 1886, essa quantidade diminuiu para 31,1%. Também houve forte queda na exportação de açúcar de 69,7% para 38,1% no ano de 1886. Ainda assim, com o passar dos anos, o café protagonizou as exportações do sul capixaba e assumiu o lugar que antes era do açúcar.

Considerações Finais

Pelos dados apresentados fica claro que Itapemirim teve seu principal produto de exportação substituído na segunda metade do século XIX. O café, como demonstrado, anteriormente, neste trabalho, tornou-se a mercadoria de maior valor na província, produzido principalmente no interior da região sul. Assim, entre as exportações de Itapemirim, o café foi o produto vendido em maior quantidade. Porém, não se deixou de produzir açúcar na região que, aliás, continuou sendo a maior produtora canavieira da província. O açúcar de Itapemirim abastecia a província e era enviado para outros lugares. A economia da Região Sul, a partir da metade do Oitocentos, produzia tanto café quanto o açúcar que ocupavam os primeiros planos na economia provincial.

Este trabalho procurou demonstrar a dinâmica econômica e social de Itapemirim ao longo do século XIX. Ficou claro que o sul capixaba desenvolveu uma economia baseada na *plantation* de cana de açúcar, no litoral, e café no interior e ambas as produções eram exportadas a partir do porto. Porém, a sociedade itapemerinense e suas atividades econômicas não se restringiam as grandes fazendas e produtos para exportação. Comerciantes locais, fábricas de produção de alimentos, lavouras frutíferas, pecuária, embarcações para pesca e transporte e carros para transporte de mercadorias e pessoas são encontrados entre as atividades econômicas e bens presentes dos documentos.

Essa sociedade itapemerinense pode ser enquadrada na sociedade descrita por Fragoso e Florentino. Homens de grosso trato, envolvidos tanto com atividades agrícolas e comerciais, bem como com participação no tráfico negreiro, são os principais membros da elite política e econômica. Estes figuram entre os maiores proprietários de cativos, alguns com título de nobreza, como o Barão de Itapemirim, e ambos com envolvimento político na Vila e na capital da Província do Espírito Santo. Também merece destaque o quantitativo de cativos, muitos deles africanos. Nem sempre esses sujeitos eram propriedade desses grandes fazendeiros. A maioria dos donos de escravizados possuíam de 1-5 cativos. Essa mescla social e econômica compõem a dinâmica de uma das vilas mais prósperas do Espírito Santo no século XIX. Ainda que seja uma vila do interior de uma província pequena, suas relações e redes de envolvimento são interessantes e merecem destaque.

Referências Bibliográficas

Livros

ALMADA, V. P. F. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

- BITTENCOURT, G. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: Do engenho colonial ao contexto fabril – portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.
- BRAGA, N. *Histórias de Cachoeiro*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/ UFES/ Secretaria da Educação e Cultura, 1996.
- DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.
- FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FLORENTINO, M.; FRAGOSO, J. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HESS, R. R.; FRANCO, S. P. *A República e o Espírito Santo*, Vitória, ES: Multiplicidade, 2005.
- MARINS, A. Itapemirim. In: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920.
- MARQUES, C. A. *Dicionário Histórico, Geográfico E Estatístico da Província Do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2003.
- MORENO, L. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016.
- OLIVEIRA, J. T. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.
- ROCHA, L. *Crônicas de Cachoeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livros S. A., 1966.
- ROCHA, L. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.
- ROSTOLDO, J. P. *Vida Capixaba: o retrato de uma época-1930*. Vitória: IGHES, 2007.
- SOFFIATI, A. *O norte do Rio de Janeiro no século XVI: à luz da história mundial e da eco-história*. Rio de Janeiro: Autogradia, 2019.
- VASCONCELLOS, I. A. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.
- VASCONCELLOS, J. M. P. *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo, 1858*.

Capítulos de Livros

CARVALHO, M. J. M. de. A rápida viagem dos “Berçários Infernais” e os desembarques nos engenhos do litoral de Pernambuco depois de 1831. In.: OSÓRIO, H. e XAVIER, R. C. L. *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

FRAGOSO, J. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima, *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Artigos de Periódicos Impressos

SANTANA, L. A. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. In: *Dimensões: Revista de História da UFES*. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 301-306.

Dissertações e Teses

LAGO, R. D. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

MACHADO, L. S. *No caminho das águas: a trajetória histórica da Vila de Itapemirim e de seu porto (1800-1850)*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2021.

RIBEIRO, G. L. *Enlaces e Desenlaces: Família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

ROCHA, H. C.; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.

Trabalhos apresentados em eventos

PEREIRA, W. L. C. M. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). *XI Congresso Brasileiro de História Econômica*. Vitória: 14 a 16 de setembro de 2015. Disponível em http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850_1860.pdf.

PEREIRA, W. L. C. M. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. *6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 2013. Disponível em <http://www.escravidaoliberalidade.com.br/site/images/Textos.6/walterpereira.pdf>.

Documentos de Arquivos

APEES, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

APEES, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Ofício do Chefe de Polícia dirigido ao Ministério de Justiça. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

Obras com entidade como autor

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1833-1888). *Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo*. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo.

Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Comercial, 1876, 12 volumes. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20do%20Brasil&link=Imperio%20do%20Brasil#.

**O CONTÍNUO E DESCONTÍNUO NAS PRÁTICAS DE ESCRITA NO DIÁRIO DE ANNE
FRANK (1942-1944): A ESCRITA COMO MEMÓRIA, POSSIBILIDADE E
TESTEMUNHO DE SI.**

**THE CONTINUOUS AND DISCONTINUOUS IN WRITING PRACTICES IN DIARY OF
ANNE FRANK (1942-1944): THE WRITING AS MEMORY, POSSIBILITY AND
TESTIMONY OF ONESELF.**

Ytalo dos Santos Lima¹

Resumo

O artigo tem como propósito analisar o contínuo e o descontínuo nas práticas de escritas de Anne Frank entre 1942 a 1944. Acompanhando o processo de elaboração de uma escrita comum para uma escrita literária a partir da análise textual e de abordagem qualitativa das entradas do *Diário de Anne Frank*, busca-se demonstrar como a escrita de Anne Frank passa por ressignificações diretamente ligadas a modificações em sua própria identidade a partir do contexto histórico que vivia. Ademais, de que forma o nome da autora Anne Frank funciona como uma representação coletiva das vítimas do Holocausto na posição de testemunho.

79

Palavras-chave: Anne Frank; Escrita de si; Contínuo; Ficção.

Abstract

The article has the purpose of analyze the continuous and discontinuous in Anne Frank's writing practices between 1942 and 1944. Following the process of elaboration from a common writing to a literary writing, through textual analysis and qualitative approach of the *Diary of Anne Frank's* entries, it seeks to demonstrate how Anne Frank's writing undergoes resignifications directly linked to modifications in her own identity and in the historical context in which she lived. With such analysis, it is noticed that the name of the author Anne Frank works as a collective representation of the Holocaust's victims in the position of witness.

Keywords: Anne Frank; Writing of the self; Continuous; Fiction.

¹ Mestrando do programa de pós-graduação em história social da Universidade Federal do Ceará.

O diário que ganhou o mundo

Durante a experiência em uma aula sobre Nazismo/Fascismo para turmas de 9º ano, optei por usar *O Diário de Anne Frank* como fonte para a aula. Após a primeira aula em que contextualizava o conteúdo para os alunos, apresentei-os à Anne Frank, pedindo que lessem trechos avulsos da edição de capa dura que disponibilizamos. Ao final, colocamos como atividade a confecção de uma carta², de caráter livre, destinada a Anne Frank.

Nas cartas, os alunos revelavam segredos de si, confidenciando a uma jovem da mesma idade que eles, mas de outro tempo e outro local. Foi naquele momento que se tornou perceptível a força que *O Diário de Anne Frank* carrega. Essa capacidade de se conectar com a imensa maioria dos jovens, o que acarreta seu sucesso editorial com milhões de exemplares pelo mundo e traduzido em dezenas de idiomas.

Sobre o sucesso de obras como diários, Angela de Castro Gomes afirma que:

É cada vez maior o interesse dos leitores por um certo gênero de escritos - uma escrita de si -, que abarca diários, correspondências, biografias e autobiografias, independentemente de serem memórias ou entrevistas de histórias de vida, por exemplo (GOMES, 2004, p. 7).

80

Quanto a Escrita de Si, pensando enquanto prática, ela ocorre quando “[...] os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas[...]” (GOMES, 2004, p. 11). Contudo, assim como no início de uma aula, é necessário apresentar o sujeito histórico e o contexto que vivia antes de qualquer análise ser iniciada, algo que a própria Anne Frank se preocupa no início do diário com a longa entrada de 20 de junho de 1942.

SÁBADO, 20 DE JUNHO DE 1942

[...]

Como ninguém entenderia bulhufas das minhas histórias [...] se eu comesse a contar a minha vida assim, do nada, me vejo obrigada a reproduzir uma pequena sinopse da minha história, por mais a contragosto que o faça.

O papai, o pai mais precioso que se pode imaginar, já tinha 36 anos quando se casou com a mamãe, que, na época, tinha 25. A minha irmã Margot nasceu em 1926, em Frankfurt am Main, Alemanha. No dia 12 de junho de 1929, eu segui seu exemplo. Vivi os meus primeiros quatro anos em Frankfurt. Como éramos judeus pelas quatro linhagens (ou seja, “puros-sangues”), em 1933 o papai se mudou aqui para a Holanda e se tornou diretor da filial holandesa da Opekta Mij, uma empresa de confecção de geleias. A mamãe, Edith Frank-Holländer, também veio para a Holanda em setembro do mesmo ano, e Margot e eu fomos para Aken, onde morava a nossa avó. A Margot veio em dezembro para a Holanda, e eu, em fevereiro do ano seguinte; uma vez aqui,

² Atualmente, as cartas constam no acervo do LEAH - Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História na Universidade Federal do Ceará.

me puseram sentada sobre uma mesa como um presente de aniversário para a Margot. (FRANK, 2019a, p. 22)

Na década de 1920, a Alemanha entrava em profunda decadência econômica, sofrendo com as pesadas indenizações determinadas pelo Tratado de Versalhes, ao ser derrotada na Primeira Guerra Mundial em 1918, e agravada pela crise financeira mundial na quebra da Bolsa de Valores em Nova York, em outubro de 1929. Concomitantemente, o antissemitismo começa a ganhar cada vez mais força, com os judeus ocupando espaço central no ódio generalizado de determinados grupos e partidos políticos alemães, como o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP).

Em 30 de Janeiro de 1933, Adolf Hitler, o líder do NSDAP, já naquela época o maior partido da Alemanha, é nomeado chanceler e líder do governo pelo presidente Paul von Hindenburg. Poucos meses depois, em 1 de abril de 1933, se inicia o boicote às instituições judaicas por toda a Alemanha. Lojas, livrarias, consultórios médicos, escritórios de advocacia, toda e qualquer instituição que pertencia a judeus foram destruídos e seus bens saqueados. Em meio a crise étnica que seu povo sofria, Otto Frank (1889-1980), decide se mudar para Amsterdã, na Holanda, instalando a filial da empresa de seu cunhado, a Opteka, passando um período longe da família para estabelecer a empresa até que possam morar com ele. Sua esposa, Eddith Frank (1900-1945) e filhas, Margot Frank (1906-1945) e Anne Frank, estavam hospedadas temporariamente na casa da mãe de Edith em Anchen, uma cidade alemã próxima à fronteira do Reino dos Países Baixos (HIRSCHFELD, 2019).

Após maio de 1940, os bons tempos começaram a degradingolar: primeiro a guerra, depois a capitulação, a invasão dos alemães e o início do martírio para nós, os judeus. (FRANK, 2019a, p. 22 e 23)

Em 15 de maio de 1940, a Alemanha invade as fronteiras da Holanda, dando seguimento à sua expansão militar pela frente ocidental da Europa. Todo o corpo ministerial holandês já havia se retirado em exílio e em pouco menos de 5 dias, o país foi devidamente ocupado. Em seus primeiros atos, tendo em vista que os holandeses faziam parte da concepção dos nazistas de “raça ariana”, os alemães tiveram o cuidado para que o governo do território não afetasse negativamente a vida dos futuros cidadãos alemães, mas o mesmo não poderia ser dito de um outro povo que também vivia na Holanda, os judeus.

Era uma lei restritiva aos judeus atrás da outra, e as nossas asas foram cortadas. Os judeus tinham de ter costurada na roupa a estrela de davi; os judeus tinham as bicicletas confiscadas; os judeus não podiam mais pegar bonde; os judeus não podiam mais dirigir carros, nem se fossem os seus próprios; os judeus só podiam fazer compras entre as três e as cinco da tarde; os judeus só podiam frequentar cabeleireiros judeus; os judeus não podiam mais ficar na rua entre as oito da noite e as seis da manhã; os judeus não podiam mais frequentar cinemas, teatros ou qualquer outro espaço de entretenimento; os judeus não podiam mais frequentar piscinas, o que também valia para outros espaços desportivos, como quadras de tênis e de

rinques de hóquei; os judeus não podiam mais remar; os judeus não podiam mais praticar nenhum tipo de esporte em público; os judeus não podiam mais ficar após as oito da noite nem nos seus próprios jardins, nem no dos seus conhecidos; os judeus não podiam entrar na casa de cristãos; os judeus eram obrigados a frequentar escolas judaicas; entre tantas outras leis do gênero. A nossa vidinha de sempre transcorria com proibições aqui e ali. A Jacque não parava de me dizer: “Eu não me atrevo a fazer mais nada, com medo de que também seja proibido.” Mas ainda dava para aguentar, apesar de estrelas, escolas separadas, confinamento em casa e daí por diante. (FRANK, 2019a, p. 23)

Ademais, a situação dos judeus só piorou com o passar dos anos após a ocupação da Alemanha no território holandês.

Cabe ressaltar que, no início da Segunda Guerra Mundial, cerca de 140.000 judeus viviam na Holanda. Imediatamente após a ocupação do país pelas tropas alemãs, os cidadãos judeus perderam seus direitos plenos e foram obrigados a se registrarem junto às autoridades nazistas de ocupação. Em julho de 1942, começaram as deportações. Muitos seguiram primeiramente para o campo de trânsito de Westerbork, localizado na própria Holanda. De lá, muitos foram deportados para os campos de concentração e de extermínio na Polônia. Ao todo, cerca de 100.000 judeus foram deportados da Holanda até o final de 1943. Em torno de 25.000 judeus escaparam à deportação imediata escondendo-se e passando a viver na clandestinidade. Dentre eles, estima-se que 9.000 caíram nas mãos da polícia nazista. A maioria foi delatada através de cartas e telefonemas anônimos dirigidos às autoridades alemãs de ocupação. Dos 140.000 judeus que viviam na Holanda até o início da guerra, cerca de 102.000 morreram em campos de concentração e extermínio. (CORNELSEN, 2019, p. 7)

A situação cada vez mais crítica dos judeus forçou Otto e sua família, após tentativas mal sucedidas de sair do país, a construir um esconderijo “[...] num anexo de fundos de um prédio localizado no número 263 da Prinsengracht, em Amsterdã, onde funcionava o escritório da firma Opekta, de sua propriedade” (CORNELSEN, 2019, p. 6). A mudança ocorreu no dia 6 de julho de 1942 e menos de um mês antes, Anne havia recebido o diário de presente de aniversário no dia 12 de junho de 1942, anexando uma foto recente sua e escrevendo logo a seguir “Que foto mais fofa, não é?!!!!” (FRANK, 2019b, p. 611).

A citação do diário foi extraída do livro “OBRA REUNIDA: Anne Frank” em que

Pela primeira vez os textos de Anne Frank serão traduzidos diretamente do holandês. Para a Record, que é a editora oficial do diário no Brasil, a contratação de seus escritos completos é essencial, pois ajuda a compreender a personalidade de uma das autoras mais populares de nosso catálogo”, explica a editora-executiva Renata Pettengill. (CARTAS..., 2019)

No livro “Obra Reunida: Anne Frank”, consta-se a totalidade dos textos escritos por Anne Frank atualmente conhecidos, diversos contos escritos no esconderijo, um romance incompleto, um ensaio de fotografias sobre o Egito, cartas endereçadas a familiares, algumas poesias destinadas a amigas próximas e um livro de citações, copiando trechos de seu interesse a partir de suas leituras.

Em relação à fonte ser uma obra traduzida, seja diretamente do holandês ou de outra língua, Paulo Henriques Britto em seu texto “Tradução e Ilusão” (2012), discorre sobre a prática da tradução, principalmente no território brasileiro. Para ele,

A noção de fidelidade tem sido criticada, relativizada e desconstruída em artigos, teses e livros. E há hoje toda uma linha de pesquisa na área, a dos estudos descritivos, que analisa as traduções e o papel que elas desempenham no sistema literário em que elas circulam sem sequer levar em conta os originais a elas relacionados. (BRITTO, 2012, p. 21).

Junto a isso, Britto também traz duas estratégias tradutórias do teórico Jiří Levý. Em *Umění překladu* [A arte da tradução], falando sobre duas abordagens.

Uma, a ilusionista, é aquela em que o texto traduzido é feito para ser lido em lugar do original, representando-o junto ao público que desconhece o idioma em que ele foi escrito; assim, tenta-se dar ao leitor a ilusão de estar lendo o original. Na estratégia anti-ilusionista, por sua vez, o tradutor “não pretende oferecer o original, e sim comentá-lo, dirigindo-se por vezes aos leitores com alusões pessoais e tópicas” (Levý, 2011 apud BRITTO p.22).

Considerando as leituras realizadas de várias edições, o livro “Obra Reunida: Anne Frank” se encaixa perfeitamente na categoria de uma tradução ilusionista. Mesmo ciente de estar lendo uma obra traduzida de um idioma estrangeiro, o leitor terá a sensação da leitura da edição original, publicada em 2013 por *Uitgeverij Prometheus*, em Amsterdã. Além disso,

Paradoxalmente, essa estratégia ilusionista tem por meta a autenticidade: “autenticidade” como efeito de uma estratégia calculada, é claro, e não a coisa em si – pois o texto autêntico, o original, foi escrito num idioma ao qual o leitor não tem acesso (pois se tivesse, ele não recorreria à tradução) (BRITTO, 2012, p. 26).

Uma das exclusividades que o livro “Obra Reunida: Anne Frank” traz é as versões de *O Diário de Anne Frank* separadamente e é a partir destas que será demonstrado o contínuo e o descontínuo das práticas de escrita de Anne Frank, e da mesma forma, uma introdução sobre essas versões se torna necessária.

Iniciado em 12 de Junho de 1942, ao ganhar um caderno de capa xadrez vermelho e branco em seu aniversário de 13 anos, Anne Frank decidiu transformá-lo em seu diário intimista. Menos de um mês depois, Anne passou a retratar sua vivência em um esconderijo, fugindo da perseguição nazista, acompanhada por sua família; a família van Pels, composta pelo pai, Hermann van Pels (1898-1945), a mãe, Auguste van Pels (1900-1944) e o filho, Peter van Pels (1926-1945); e por fim, Fritz Pfeffer

(1889-1944). Em seis meses, o primeiro caderno estava completo e ela passou para um segundo, que se perdeu³, e em seguida para mais dois. Esses manuscritos são conhecidos como a *versão a*⁴.

Em 28 de março de 1944, Anne ouvira pela rádio Oranje o discurso do ministro da educação Bolkstein, que pedia a população holandesa que conservasse diários e outros tipos de relatos escritos para que fossem coletados e publicados posteriormente, mostrando ao mundo as atrocidades que o povo judeu sofreu. “Foi então que Anne, tendo em vista uma possível publicação, começou a retrabalhar no diário, reescrevendo e corrigindo passagens, ampliando alguns trechos e condensando outros” (OBRA..., 2019c, p. 607). Esse manuscrito, visando a possibilidade de uma publicação, é conhecido como *versão b*⁵.

A edição original do diário em sua forma impressa foi publicada em 25 de junho de 1947 por Otto Frank, intitulado *Het Achterhuis [O Anexo]*⁶, que seguindo a vontade de sua filha, publicou o compilado de materiais que Anne Frank escreveu ao longo dos anos no esconderijo com o objetivo de ser publicado posteriormente. No entanto, houve uma seleção de Otto Frank e da editora que iria publicar o impresso, pois “Temia-se principalmente que ele [*O Diário de Anne Frank*] lembrasse aos leitores da guerra de que todos preferem esquecer-se” (PROSE, 2019, p. 594).

Nesse contexto, em 1991, uma nova versão foi lançada por Mirjam Pressler, novelista e tradutora alemã, a pedido da *Anne Frank Fonds*, herdeira universal de Otto Frank (falecido em 1980) e também dos direitos autorais de Anne Frank, sendo considerada a versão mais completa de *O Diário de Anne Frank*⁷, compilada a partir da versão da primeira publicação e de materiais conservados pela própria fundação. Atualmente, essa versão (batizada como *versão d*) é considerada ainda hoje a versão do leitor de *O Diário de Anne Frank*.

No prefácio das edições comercializadas de *O Diário de Anne Frank* é explicitado sobre essas versões, quem as escreveu e os objetivos de cada uma delas. No entanto, é a *versão d* que os leitores possuem o acesso mais facilitado, comprando de forma física ou digital, adquirindo em bibliotecas, ao contrário das versões anteriores, que é considerada em desuso (como a *versão c*) ou ainda utilizadas para pesquisa (*versão a e b*).

³ OBRA REUNIDA, 2019c, p. 607

⁴ O termo *versão a, b, c, d* é utilizado pela Fundação Anne Frank para diferenciar, respectivamente, o diário intimista de Anne Frank, seu manuscrito de um livro, a primeira edição do livro *O Diário de Anne Frank*, em 1947 e a edição definitiva, em 1991.

⁵ A partir de 28 de março de 1944, após iniciar o seu manuscrito visando uma publicação, Anne Frank escreveu simultaneamente a *versão a* e a *versão b*.

⁶ Respeitando o desejo da filha, Otto Frank utilizou o mesmo título que Anne Frank havia pensando para o seu manuscrito, também conhecido como *versão b*. (OBRA REUNIDA, 2019c, p. 796)

⁷ Como estratégia de *marketing*, a Editora Doubleday, responsável pela tradução e publicação da obra produzida por Mirjam Pressler nos Estados Unidos em 1995, destaca logo na capa do livro a frase “*The definitive edition*”, reforçando como a edição definitiva de *O Diário de Anne Frank* (CORNELSEN, 2019)

A partir de *Obra Reunida: Anne Frank* (2019), contendo a *versão a* e *versão b* separadamente, uma pesquisa qualitativa, usando o método de Análise de Conteúdo (BAUER, 2008), será praticada nestes materiais, estabelecendo que através da Análise de Conteúdo, é possível “Traçar um perfil ou comparar os perfis para identificar um contexto, [...] ou avaliar os motivos básicos de uma pessoa através de cartas pessoais e anotações no diário” (BAUER, 2008, p. 193).

Para isso, iremos fazer uma amostragem a partir de unidades sintáticas (BAUER, 2008), nesse caso, palavras-chaves baseadas em temáticas específicas presentes ou ausentes nessas versões, analisando as suas localizações no texto como um todo e suas inter-relações, se focando em suas dimensões sintáticas e semânticas, além de elementos externos ao texto, mas que também afetam a sua escrita.

Por meio desse método, busca-se uma análise das práticas de escrita de Anne Frank numa perspectiva de continuidade e descontinuidade, possibilitando um aprofundamento nesses aspectos pela comparação direta entre as diferentes versões, permitindo averiguar mudanças importantes que ocorreram na sua escrita. Outrossim, será demonstrado como tais mudanças foram acarretadas por ressignificações que Anne Frank construiu em sua própria identidade, já que a partir da escrita de si, enquanto prática cultural, “[...] o indivíduo moderno está constituindo uma identidade para si através de seus documentos, cujo o sentido passa a ser alargado” (GOMES, 2004, p. 11).

O papel enquanto um memória de si

20.6.42

[...] “O papel é mais paciente que o homem”: esse ditado me veio à mente num dos meus dias levemente melancólicos, sentada com a cabeça apoiada sobre as mãos, entediada, de puro desânimo, em dúvida sobre se sair ou ficar em casa. Acabei ficando na mesma postura, com a cabeça dando voltas. Sim, de fato, o papel é paciente, e, já que não tenho a menor intenção de mostrar a quem quer que seja o caderno forrado em papelão sobre o qual consta a grandiosa palavra “diário”, a não ser que eu conheça em algum momento desta vida um amigo ou amiga que mereça o título de “o” amigo ou “a” amiga, o mais provável é que nunca caia nas mãos de nenhum interessado. (FRANK, 2019a, p. 21)

Esse é um dos trechos iniciais que se encontra em qualquer edição comercializada atualmente de *O Diário de Anne Frank*. Pela estrutura de um diário, com datas bem definidas e um relato cotidiano do dia a dia, o relato do dia 20 de junho de 1942 parece destoar quando comparado ao relatos dos outros dias, em que a jovem Anne Frank conta sobre as amigas, a escola, preocupações com as notas e flertes com rapazes.

Como explicado anteriormente, a *versão d* de *O Diário de Anne Frank* é considerada popularmente como a versão do leitor. A discussão sobre as versões aparece no prefácio, mas além dele, o corpus da obra é construído enquanto um diário, com data, o texto e assinatura do autor. Especificamente em *O Diário de Anne Frank*, temos também um remetente para cada entrada do diário, com Anne escrevendo como se fosse uma carta para uma grande amiga, pois como constata no prefácio da *versão b*, “[...] não quero simplesmente registrar os fatos num diário como faria qualquer um, mas sim transformar o próprio diário nessa amiga propriamente dita, que se chama Kitty” (FRANK, 2019b, p. 833).

Philippe Lejeune afirma que a base de um diário é a sua data (LEJEUNE, 2008). “Uma entrada do diário é o que foi escrito num certo momento, na mais absoluta ignorância quanto ao futuro, e cujo conteúdo não foi com certeza modificado” (LEJEUNE, 2008, p. 260). Apenas nessas palavras, já seria necessário recolher todas as obras intituladas *O Diário de Anne Frank*, pois estariam supostamente diante de uma farsa, já que a entrada datada de 20 de junho de 1942, na realidade, foi transcrita muito tempo depois dessa data, mas especificamente, após 29 de março de 1944, quando Anne Frank decide escrever um livro baseado em seu diário pessoal.

A obra *O Diário de Anne Frank*, se trata de uma mistura entre versões que se passa enquanto uma única. Uma mistura entre a escrita intimista de um diário pessoal (*versão a*) com um manuscrito de um livro baseado em seu diário pessoal (*versão b*). O trecho extraído do diário pertence a *versão b*, a entrada inteira nunca tendo sido transcrita na *versão a*, pertencendo a outras inúmeras entradas que foram escritas por Anne Frank no início de 1944.

Diante de todas essas informações, deve-se então articulá-las para se avaliar um dos conceitos e objeto de análise que Lejeune propõe em seus trabalhos sobre a autobiografia, que é noção do pacto autobiográfico, em que o autor traz uma série de questões não só sobre os mecanismos de leitura e de escrita desse gênero literário, como também nas identidades produzidas pela coincidência entre o nome próprio, narrador e do personagem (LEJEUNE, 2008).

Numa autobiografia, usualmente, temos esses nomes todos iguais, já que falamos de uma escrita na primeira pessoa⁸, e de fato, na *versão a* isso ocorre, em que o nome Anne Frank, pode ser associado ao nome de quem escreve, quem narra e a personagem.

No entanto, isso já se modifica na *versão b*, pois Anne Frank decide adotar os pseudônimos⁹ para se referir aos moradores do Anexo¹⁰, usando o nome Anne Aulis Robin para designar a si mesma.

⁸ Em Pacto Autobiográfico, Lejeune ressalta que existem autobiografias escritas na 2ª e na 3ª pessoa, apesar de serem mais raras.

⁹ OBRA..., 2019c, p.16

¹⁰ Nome escolhido por Anne Frank para designar o esconderijo na fábrica de seu pai, entre 1942 a 1944.

Nesse ato, a tríplice dos nomes é rompida e agora, temos o nome da personagem e da narradora destoando do nome de quem a escreve.

Figura 1 - Lista de Anne com alterações nos nomes

A lista de Anne com alterações nos nomes

Anne = Anne Aulis Robin	J. Kleiman = Simon Koophuis
Margot = Betty Aulis Robin	V. Kugler = Harry Kraler
Pim = Frederik Aulis Robin	Bep = Elly Kuilmans
Mamãe = Nora Aulis Robin	Miep = Anna v. Santen
G. v. Pels = Petronella v. Daan	Jan = Henk v. Santen
H. v. Pels = Hans v. Daan	Gies & Co = Kolen & Cia
P. v. Pels = Alfred v. Daan	Opekta = Travies
F. Pfeffer = Albert Dussel	

Fonte: OBRA..., 2019c, p.16

Na *versão a*, a tríplice é una, todos os nomes coincidindo, o que fortalece a noção de fidelidade do texto, fazendo o leitor crer com mais facilidade que o que está lendo é o relato real de uma pessoa. Já na *versão b*, os nomes do narrador e personagem divergem do nome do autor. Com sua escrita, Anne Frank narra a vida de Anne Aulis Robin por meio da própria personagem, alterando os nomes do personagem e do narrador.

Ademais, a quebra da coincidência dos nomes transforma a *versão b* em um romance biográfico, no qual “[...] o leitor pode ter razões de suspeitar, a partir das semelhanças que acredita ver, que haja identidade entre autor e *personagem*, mas que o autor escolheu negar essa identidade ou, pelo menos, não afirmá-la” (LEJEUNE, 2008, p. 25). Em seus escritos não é explicitado o motivo da mudança de nome. O que se pode afirmar é que diante da passagem de sua escrita privada para uma escrita que almejava ser pública, Anne decidiu por mudar os nomes, o que já levanta diversas suposições: algum motivo pessoal, uma estratégia de publicação que pensou, preservar a sua privacidade, etc.

Ao mesmo tempo, Anne Frank utiliza como base a *versão a* para escrever a *versão b*, adotando um processo de edição dos seus próprios escritos, dessa vez, não tendo um propósito de resistir ao tormento que era viver em um esconderijo, mas de encantar seus futuros leitores. Apesar da estrutura da *versão b* ainda se manter enquanto um diário, a sua forma se modifica consideravelmente, com uma preocupação maior no estilo, na narrativa, na coesão e outros elementos.

O trabalho de Anne Frank na *versão b* é muito mais um processo de edição do que escrita, no qual, ao se pensar a estrutura de um diário, também pode ser entendido como um processo de edição do passado, para ser mais exato, o passado lembrado de Anne Frank, que inicia a escrita da *versão b* em 1944 a partir da reescrita de entradas de 1942. Portanto, o que nos importa não é o passado, mas o passado que é lembrado e conscientemente apreendido (LOWENTHAL, 1981). Esquemmatizando essa experiência do tempo nas práticas escritas de Anne Frank, particularmente entre a *versão a* e *versão b*, as temos em três dimensões: a vivida, lembrada e a narrada.

Tabela 1 - As experiências do tempo na versão A e versão B

Experiência do tempo	Vivida (real)	Lembrada (ficção)	Narrada (ficção)
Versão A	A experiência do tempo real (Não alcançado).	Passado rememorado recente.	Diário.
Versão B	A experiência do tempo real (Não alcançado).	Passado rememorado menos recente.	Autobiografia.

Fonte: construção do autor

Na primeira, não temos qualquer forma de acesso a ela, pois foi o momento vivido por Anne Frank. Na segunda, da mesma forma, não temos qualquer indício, pois elas estavam apenas na mente de Anne Frank, em suas lembranças, inclusive, incluem perdas, pois nenhuma memória consegue recuperar completamente o momento vivido por alguém (LOWENTHAL, 1981). Além disso, pensando nesse passado rememorado, temos na *versão a* um passado recente a ser lembrado, com Anne escrevendo ao fim do dia ou em um intervalo de alguns dias, e na *versão b*, um passado menos recente, cuja jovem se remete a 1942, estando em 1944.

Por fim, na terceira, temos finalmente acesso a um vestígio dessa experiência do tempo. Transcritas por Anne Frank a partir de suas lembranças, a narrativa estabelecida da *versão a* e *versão b* possuem intencionalidades diferentes, que vão orientando a narração das memórias e que a partir dessas perdas sequenciais do que de fato se viveu, criam por fim uma ficcionalização da memória.

Tal intencionalidade na narrativa de suas memórias se derivam com a preocupação da reação de um outro, seja em um diário intimista “Querido diário eu espero que nunca ninguém mais leia você

exceto o meu querido e fofo marido [...]”¹¹ (FRANK, 2019b, p. 628), ou um romance biográfico “[...] imagino que uns dez anos depois da guerra, as pessoas vão ter uma sensação estranhamente engraçada ao lerem como nós judeus vivemos, comemos e falamos aqui”¹² (FRANK, 2019b, p. 750). Phillipe Artieres nos ajuda a alcançar uma visão sobre essa questão a partir da noção de intenção autobiográfica.

Numa autobiografia, a prática mais acabada desse arquivamento, não só escolhemos alguns acontecimentos, como os ordenamos numa narrativa; a escolha e a classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar às nossas vidas.

Dessas práticas de arquivamento do eu se destaca o que poderíamos chamar uma intenção autobiográfica. Em outras palavras, o caráter normativo e o processo de objetivação e de sujeição que poderiam aparecer a princípio, cedem na verdade o lugar a um movimento de subjetivação. Escrever um diário, guardar papéis, assim como escrever uma autobiografia, são práticas que participam mais daquilo que Foucault chamava de preocupação com o eu. Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência. (ARTIÈRES, 1998, p. 3)

Apesar da escrita de um diário ser designada como uma ação intimista, não deve ser confundida como algo totalmente individual, privado. Algo que na sua leitura, nos possibilita conhecer o interior de uma pessoa. O que lemos na verdade é a construção de um eu pensado por aquele que escreveu o diário a partir da narrativa e seleção das memórias ficcionalizadas. Dessa forma, compreende-se como a escrita autobiográfica, assim como a biográfica, devem ser pensadas além de apenas um mero registro escrito das memórias de um indivíduo.

O papel enquanto um diário

Na frase inicial do entrada anterior do diário, “O papel é mais paciente que o homem.”, pode ser averiguada a relação entre a prática de escrita de Anne Frank e o objeto que comportava essas ações. “Eu ainda acho que o melhor de tudo é poder ao menos passar para o papel o que penso e sinto, senão me sufocaria” (FRANK, 2019b, p.727). Ao comparar o papel ao homem, Anne Frank personifica o seu diário enquanto um indivíduo, nesse caso Kitty, sua amiga tão acalentada, tendo uma paciência muito maior que a maioria das pessoas, na visão dela.

Inicialmente, as entradas do diário, na *versão a*, não constavam de uma destinatária. Apesar de Anne personificar o seu diário “A você - assim espero - vou poder confiar tudo, como nunca antes a mais ninguém, e espero que me sirva de grande amparo” (FRANK, 2019b, p. 611), o nome Kitty

¹¹ Na data da entrada consta, QUINTA-FEIRA, JULHO 1942.

¹² Na data da entrada consta, QUARTA, 29 DE MARÇO DE 1944.

somente surgiu na entrada de 22 de setembro de 1942, transformando as entradas de um diário para cartas destinadas a alguém como ela mesmo confidência na entrada do dia anterior “Estou morta de vontade de me corresponder com alguém, e vou fazer isso na sequência com o meu diário. Então eu agora escrevo em forma de cartas, o que, no fundo, dá na mesma” (FRANK, 2019b, p. 633).

Apesar da afirmação da própria, com a mudança para o formato de cartas, uma nova dinâmica na escrita de Anne Frank surge, pois agora, diante de um nome, uma amiga tão acalentada, Anne se torna muito mais presente em sua escrita.

E presente não simplesmente pelas informações que ele lhe dá sobre sua vida, suas atividades, seus sucessos e fracassos, suas aventuras e desventuras; presente com uma espécie de presença imediata e quase física. [...] Escrever é, portanto, "se mostrar", se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro. E isso significa que a carta é ao mesmo tempo um olhar que se lança sobre o destinatário (pela missiva que ele recebe, se sente olhado) e uma maneira de se oferecer ao seu olhar através do que lhe é dito sobre si mesmo. A carta prepara de certa forma um face a face (FOUCAULT, 2017, p. 156)

É a partir do diário que Anne Frank relata sobre sua vida em uma determinada duração entre 1942 a 1944 para Kitty, que servindo como uma espécie de alterego, buscava contar o seus dias dentro do esconderijo, diante da necessidade de um outro para poder lidar com a solidão que sentia. Ao mesmo tempo, a partir do formato da correspondência, Anne intensifica a sua prática de escrita cada vez mais, iniciando uma introspecção que “[...] é preciso compreendê-la menos como um deciframento de si por si do que como uma abertura que se dá ao outro sobre si mesmo” (FOUCAULT, 2017, p. 157). Kitty se transforma então nesse outro, uma amiga tão acalentada (FRANK, 2019b) como ela mesma afirma, sempre atenciosa, que sempre estava disposta a ler as angústias, inquietações, medos, as impressões que Anne tecia sobre o seu próprio corpo e alma.

SEXTA-FEIRA, 24 DE DEZEMBRO DE 1943

Querida Kitty,

Eu [...] já lhe escrevi muitas vezes que nós aqui nos vemos constantemente confrontados com diferentes estados de espírito, e notei que esse mal tem se intensificado no que diz respeito a mim. “*Himmelhoch jauchzend, zu Tode Bertrübt*” se aplica aqui com muito propriedade. “Gritando de alegria” eu fico quando penso em quão bem nós estamos aqui e me comparo com outras crianças judias; “Morrendo de tristeza” eu me sinto, por exemplo, quando a sra. Kleiman vem nos visitar e conta sobre o Hóquei do Jopie, os amigos e os clubes. (FRANK, 2019, p. 677 a 678)

Nessa temática, uma das maiores fontes de tristezas para Anne Frank era sua relação com a mãe, Edith Frank. Na entrada do mesmo dia, ela discorre sobre esse fato

Apesar de tudo, apesar de todas as teorias e todos os esforços, sinto falta todos os dias e em todos os momentos de uma mãe que me entenda. Por isso também é que eu penso em tudo o que eu faço e escrevo que no futuro quero ser para os meus filhos essa mamis que eu idealizo. Uma mamis que não interprete com tanta seriedade tudo o que se diga por aí, mas sim o que vem de mim. (FRANK, 2019b, p. 678)

Da mesma forma, no formato da correspondência, Foucault chama atenção a outro aspecto estratégico do que ele chama de relação consigo mesmo (FOUCAULT, 2017) e que compartilha com a escrita de um diário, que são os dias contados ao seu destinatário. Afinal, “O diário é, em primeiro lugar, uma *lista de dias* uma espécie de trilho que permite discorrer sobre o tempo” (LEJEUNE, 2008, p. 261).

A carta é também uma maneira de se apresentar a seu correspondente no desenrolar da vida cotidiana. Narrar o seu dia não absolutamente por causa da importância dos acontecimentos que teriam podido marcá-lo, mas justamente quando ele não é senão semelhante a todos os outros, demonstrando assim não a importância de uma atividade, mas a qualidade de um modo de ser - faz parte da prática epistolar [...]. (FOUCAULT, 2017, p. 159)

Na condição clandestina em seu próprio país, Anne precisava lidar com a realidade de passar dias e dias dentro de um espaço fechado, sem poder sair, fazer barulho e rodeado de pessoas que mais tinham conflitos que conversas amigáveis. Dessa forma, a escrita se torna então uma ocupação de seu dia, os relatos de seu cotidiano não sendo selecionados por importância, como era antes de entrar no esconderijo, mas pelo simples ato de relatar, de escrever para alguém o seu dia e saber que a destinatária leria com grande prazer.

Ademais, tendo em vista que tal prática de escrita é continuada, ou seja, feita com regularidade, narrando todos os dias, com regularidades constantes, em meio as repetições das atividades do dia e além disso, o desejo de ocupar o seu tempo, a partir da memorização, comparações podem ser feitas, permitindo uma “revisão do dia”.

Parece que foi na relação epistolar - e conseqüentemente para colocar a si mesmo sob os olhos do outro que o exame de consciência foi formulado como um relato escrito de si mesmo: relato da banalidade cotidiana, das ações corretas ou não, da dieta observada, dos exercícios físicos ou mentais que foram praticados. (FOUCAULT, 2017, p. 160)

Desse modo, é a partir da transformação da escrita da Anne Frank para uma escrita epistolar, enquanto se correspondia com um outro, que seus relatos iam cada vez mais se centrando em si mesmo, pois agora, Anne não simplesmente escrevia o seu dia em uma folha de papel, mas contava, narrava o seu dia, sobre si mesmo, para um outro. Buscava-se, então, explicar determinados atos e acontecimentos, relatava as causas de sentimentos positivos e negativos, contextualizava o momento que vivia. Junto a isso, compreendendo a sua prática de escrita como algo continuado, ao revisar o dia constantemente, Anne conseguiu se revisar, ressignificando determinadas questões que em um período significava algo e em outro sua significância foi modificada.

Em seu próprio diário, Anne Frank registra essa experiência como na passagem abaixo.

DOMINGO, 2 DE JANEIRO DE 1944

Querida Kitty,

Quando vi que não tinha o que fazer de manhã, folhee o diário e encontrei muitas cartas com o tema “mamãe” em que me refiro a ela em termos tão maldosos que fiquei chocada e perguntei a mim mesma: “Anne, é você mesma falando de ódio assim? Anne do céu, como você pôde?” (FRANK, 2019a, p. 12)

O início da entrada denota um fenômeno relativamente comum na escrita de um diário, em que quanto mais o espaço de tempo de uma entrada para outra aumenta, mais Anne Frank vai perdendo o elo que as liga, o que resulta, por exemplo, em seu choque ao reler o seu diário, a *versão a*, no dia 2 de janeiro de 1944 e não reconhecer de início a maioria das palavras escritas por ela mesma sobre a sua mãe.

A partir do esquecimento em sua memória e do confronto com essas memórias esquecidas em seus registros anteriores, Anne pôde *deliberar* (LEJEUNE, 2008) sobre a sua própria trajetória, buscando explicar o que aconteceu nesse período para um outro e ao mesmo tempo, para si mesma.

Mantive uma dessas páginas aberta e refleti sobre como era possível eu sentir tanto ódio a ponto de fazer tais confidências a você. Tentei trazer à tona a Anne de um ano atrás para entendê-la e desculpá-la, porque a minha consciência não vai ficar limpa enquanto eu não explicar como cheguei a essas acusações. Eu estou e sempre estive à mercê dessas mudanças de humor em que a água (figurativamente) chega ao meu pescoço e que me fazem ver tudo de maneira subjetiva, sem tentar pensar com calma as palavras da outra pessoa antes que o meu temperamento explosivo a ofendesse ou entristecesse. (FRANK, 2019b, p. 929)

92

A entrada de 1944 se refere a entradas anteriores, de 1942 e 1943, que registravam as constantes tensões entre Anne Frank e sua mãe. Presa dentro de um local no qual era obrigada a conviver todos os dias com ela e mais 6 pessoas, no qual a privacidade era um privilégio custoso, Anne passou por um ciclo de intensas reflexões em relação a sua progenitora até chegar por fim num entendimento sobre esse aspecto da sua vida.

Eu ficava furiosa com a mamãe (e ainda fico com frequência). Ela não me entendia, isso é verdade, mas eu também não a entendia. Como me amava, ela era carinhosa, mas, porque acabou em situações desagradáveis por minha causa — e, por conta disso e de outras circunstâncias deploráveis, ficou nervosa e irritadiça —, é compreensível que ela fosse grosseira comigo.

[...]

A época em que eu condenava a mamãe entre lágrimas é página virada; eu amadureci, e os nervos da mamãe se acalmaram um pouco. Costumo ficar de bico calado quando me irrita, e ela segue o meu exemplo, o que, aparentemente, deu uma melhorada na situação. Porque é impossível para mim amar a mamãe com o amor carinhoso de um filho. (FRANK, 2019b, p. 929)

Essa ressignificação não ocorre somente em suas relações, mas na própria vida de Anne Frank.

TERÇA-FEIRA, 7 DE MARÇO DE 1944

Querida Kitty,

Quando eu penso na minha vidinha de 1942, tudo me parece tão irreal. Aquela vidinha de princesa quem levava era uma Anne Frank bem diferente desta, que aprendeu tanto aqui. Uma vidinha de princesa, isso é o que ela era.

[...]

A Anne de 1942 também era diferente, também solitária, também ansiando uma amiga de fato, mas tentando consciente ou inconscientemente preencher a lacuna com piadas.

Agora eu olho para a minha própria vida com desdém e percebo que um ciclo se fechou, aquele do período escolar leve e despreocupado. Ele nunca mais vai voltar, nem mesmo anseio por ele, é como se eu não coubesse mais nele. Quem sabe se eu não tivesse ficado nele para sempre se tivesse mudado!

(FRANK, 2019b, p. 716 a 717)

Ao revisar a si mesmo, ao compreender que a Anne Frank de 1942 é completamente diferente da Anne Frank de 1944, a jovem escritora chega a um entendimento com seu passado, gerando uma resolução em seu presente por mudança e finalmente, se lançando ao futuro por uma possibilidade de uma nova Anne Frank que tanto deseja ser.

O contínuo e descontínuo na escrita de um diário

Ao pensarmos o diário em sua forma, é notório a liberdade que é possibilitado a quem o escreve. “Asserção, narrativa, lirismo, tudo é possível, assim como todos os níveis de linguagem e de estilo, dependendo se o diarista escreve apenas para ajudar a memória, ou com a intenção de seduzir outra pessoa” (LEJEUNE, 2008, p. 261).

Contudo, dentro dessa liberdade na forma, existe uma regra imutável na escrita de um diário que é a sua continuidade e que não deve ser confundida como uma obrigatoriedade em escrever todos os dias, afinal, o diarista escreve como bem entender o seu próprio diário. Ainda assim, mesmo que uma entrada seja feita em um dia e a próxima daqui a dias, semanas, meses ou até mesmo anos, no instante que a próxima entrada é posta, uma ligação é feita entre elas e um contínuo é construído.

Tal contínuo também é pensado por Roger Chartier, que dentro da cultura do escrito, pontua que

[...] vai desde o livro ou o jornal impressos, até a mais ordinária, a mais cotidiana das produções escritas, as notas feitas em um caderno, as cartas enviadas, o escrito para si mesmo, etc. Parece-me que na cultura do escrito há um *continuum* desde a prática da escrita ordinária até a prática da escrita literária. (CHARTIER, 2001, p. 84)

Em simultâneo, o diário também se forma a partir de um descontínuo. De pausas, vazios e espaços não preenchidos que podem ser motivados por inúmeros motivos por parte do escritor. Na *versão a*, por exemplo, era comum espaços de 2 a 5 dias entre os registros, assim como momentos

em que eram seguidos diariamente, ou vários de um mesmo dia. Também havia anotações de dias anteriores ao momento que Anne Frank escreveu, narrando sobre o que aconteceu.

Portanto, ao pensarmos o diário não apenas em um contínuo ou descontínuo, mas no contínuo e descontínuo, podemos então enxergar a escrita do diário enquanto um *ritmo* (LEJEUNE, 2008). “Cada entrada é, portanto, um microorganismo que faz parte de um conjunto descontínuo: entre duas entradas, um espaço vazio. Elas se seguem na ordem do calendário e do relógio, contínuo que serve para avaliar suas descontinuidades e irregularidades” (LEJEUNE, 2008, p. 295).

No caso de *O Diário de Anne Frank*, diversos fatores poderiam determinar o seu ritmo de escrita. Um deles era a guerra que acontecia no mundo, em que a partir de um rádio, os moradores do esconderijo acompanhavam o decorrer do conflito.

TERÇA, 6 DE JUNHO DE 1944.

Queridíssima Kitty,

“This is D-day”, disseram na rádio inglesa às doze horas e com razão: “This is the day”, a invasão teve início! (FRANK, 2019b, p. 808)

O dia D é a designação do primeiro dia da maior operação militar realizada por tropas do Reino Unido, Canadá, Estados Unidos e França, tendo inclusive participação do Brasil posteriormente, buscando libertar o território noroeste da Europa ocupado pela Alemanha (DIA D..., 2019). As expectativas sobre o objetivo da operação e o seu aparente sucesso nos dias subsequentes, fez os ânimos no esconderijo melhorarem de forma expressiva.

SEXTA, 9 DE JUNHO DE 1944.

Querida Kitty,

A invasão está correndo às mil maravilhas. As tropas aliadas tomaram Bayeux, um vilarejo na costa francesa, e agora estão lutando para tomar Caen. Está claro que o plano é isolar a península na qual fica Cherbourg.[...] Todo o bafafá daqui já deu uma moderada; mas continuamos esperando que a guerra tenha finalmente acabado até o final do ano; já está mais que na hora! (FRANK, 2019b, p. 810)

Antes dessa entrada de 6 de julho, os intervalos de tempo entre as entradas na *versão a* eram de pelo menos 5 a 8 dias, com Anne tendo um foco maior em seus estudos e iniciando outros projetos de escritas além do seu diário. Com o início da operação, a cada 3 dias, Anne fazia longos e detalhados relatos das notícias que ouvia pela rádio, esperando ansiosamente pelo final da guerra, algo que ansiava desde do primeiro dia que entrou no esconderijo, já que significava o fim de seu tormento e finalmente a sua liberdade. Não é à toa que na *versão a*, seu diário pessoal, a palavra guerra em sua grande maioria está ligada a advérbios de tempo como *após a guerra, depois da guerra, pós-guerra*.

TERÇA, 13 DE JUNHO DE 1944.

Querida Kit, [...] Quanto à invasão, continua indo tudo à perfeição, apesar do tempo horroroso, as incontáveis tempestades, as pancadas de chuva e a maré alta. (FRANK, 2019b, p. 812)

Depois dessa entrada, o intervalo de tempo para a próxima voltou a ser como era antes. Apesar da operação bem sucedida no primeiro dia e do inevitável avanço das tropas aliadas pelo território ocupado, a derrota da Alemanha Nazista e seus aliados seria um processo lento, diminuindo a empolgação inicial de Anne Frank e os moradores do esconderijo e retornando então ao ritmo usual de escrita do diário.

A questão do *ritmo* se torna ainda mais complexa, pois deve-se pensar os contínuos e descontínuos a partir da *versão a* e *versão b*. No primeiro, temos uma escrita de cunho intimista, em que o outro era você mesmo no futuro, feita em diversos cadernos, seguindo, portanto, uma sequência de páginas. As entradas eram feitas ou ao fim do dia, ou vários dias depois, preenchendo o espaço em branco a partir de sua memória e, principalmente, o que queria registrar.

Nessa versão, no início de sua escrita, Anne se preocupa em registrar os acontecimentos do esconderijo, seus sentimentos, a progressão da guerra e como afetava o seu povo e o mundo para um outro fictício, pelo formato específico de uma correspondência.

No segundo, na *versão b*, temos uma escrita de cunho literária, em que o outro era o futuro leitor do seu manuscrito, feito em folhas soltas que conseguia. Uma versão que se consolida como um projeto para Anne Frank em meados de 29 de março de 1944.

QUARTA, 29 DE MARÇO DE 1944

Querida Kitty,

Ontem à noite o ministro Bolkestein falou à rádio Oranje sobre o fato de que, finda a guerra, seria feita uma coleta de diários e cartas sobre a guerra. É claro que, na mesma hora, todos quiseram saltar sobre o meu diário. Imagine que interessante seria se fosse publicado um romance sobre Anexo. Só pelo título, as pessoas achariam que se trata de um romance policial. Mas, falando sério, imagino que uns 10 anos depois da guerra, as pessoas vão achar uma sensação estranhamente engraçada ao ler como nós judeus vivemos, comemos e falamos aqui. (FRANK, 2019b, p. 750).

A partir do relato do ministro, Anne se deu conta que ao viver durante a Grande Guerra, como a mesma denomina, enquanto judia e registrando todo esse período, ela estava construindo um testemunho de um acontecimento histórico. Quando se especula o que as pessoas daqui a 10 anos pensariam sobre como os judeus viviam, comiam e falavam nesse momento, Anne Frank compreende que haverá pessoas interessadas em ler os seus escritos.

Depois desse dia, novos anseios irão surgir acompanhados de um desejo que ela confessou em 5 de abril de 1944.

QUARTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 1944

[...]

Tenho de estudar para não continuar sendo uma ignorante, avançar e me tornar uma jornalista, porque é isso que eu quero! Estou ciente de que sei escrever. Alguns dos

meus contos são bons; as minhas descrições do Anexo, divertidas; muito do meu diário tem voz própria, mas... se eu realmente tenho talento, essa é outra questão. (FRANK, 2019a, p. 210)

Em seu objetivo de ser uma jornalista, Anne Frank demonstra uma resignificação no ato de escrever, e conseqüentemente, a forma como deseja se inserir no mundo que vive. E essa resignificação vai além de uma escrita pensando em tornar uma profissão, como relatado na carta do mesmo dia.

E, se eu não tiver talento para escrever nem livros nem para jornais, sempre posso escrever para o meu próprio prazer. Mas quero progredir; para mim é inconcebível ser como a mamãe, a madame e todas as outras mulheres que fazem algo e depois são esquecidas. Quero ter alguma atividade paralela ao meu marido e aos filhos à qual eu possa me dedicar! Ah, sim, não quero que a minha vida tenha sido em vão como a da maior parte das pessoas! Quero poder servir e agradar às pessoas que vivem à minha volta, mesmo aquelas que não me conhecem; quero perdurar, mesmo após a minha morte! E é por isso que dou graças a Deus por ter me dado, quando nasci, a possibilidade de me desenvolver e escrever, ou seja, expressar tudo o que existe em mim! (FRANK, 2019a, p. 211)

De acordo com o registro, para Anne Frank, a escrita era uma possibilidade de existência, de ser lembrada como alguém além de uma doméstica, de uma esposa amável e uma mãe atenciosa. Ela queria vivenciar essas posições, mas não queria parar apenas nisso. No dia 29 de março de 1944, ao ouvir na rádio sobre o potencial de seu diário enquanto documento histórico, ela enxergou um caminho que rompia com essa barreira que sua mãe e outras mulheres nunca ultrapassaram em sua visão e que culminou em uma decisão para alcançar essa possibilidade.

QUINTA 11 DE MAIO DE 1944.

Querida Kitty,

[...]

Agora, mudando completamente de assunto: já faz tempo você sabe que o meu grande desejo é me tornar jornalista e, depois, uma escritora famosa. Se conseguirei ou não dar forma a essas inclinações ao status (ou à mania) de grandeza está por ver, mas assuntos eu já tenho suficientes. Após a guerra, de qualquer maneira, quero publicar um livro intitulado “O Anexo”; se vai dar certo, porém, já é outra história; o que eu sei é que vou usar o meu diário como base. (FRANK, 2019b, p. 796)

A partir do desejo de se tornar uma escritora, Anne inicia os seus projetos literários, definindo nesse dia o objetivo de publicar um livro chamado *Het Achterhuis* [*O Anexo*], usando como base o seu diário, a *versão a*, e conseqüentemente, retratar a sua vida no período de quase dois anos que ficou presa no esconderijo. Quanto ao gênero literário, Anne tece uma ideia de como imagina o seu livro em 29 de março de 1944 da *versão a*.

TERÇA, 29 DE MARÇO DE 1944.

[...]

Querida Kitty,

[...]

Imagine que interessante seria se fosse publicado um romance sobre o Anexo. Só pelo título, as pessoas achariam que se trata de um romance policial. Mas, falando sério, imagino que uns dez anos depois da guerra, as pessoas vão ter uma sensação estranhamente engraçada ao lerem como nós judeus vivemos, comemos e falamos aqui. Apesar de eu contar a você muito sobre nós, ainda assim o que você fica sabendo é só uma pequena parcela do que é a nossa vida. (FRANK, 2019, p. 750)

As entradas selecionadas mostram que desde do princípio, Anne enxergava a sua obra como um romance, um gênero que ela já tinha experiência prévia por estar escrevendo um romance intitulado “A vida de Cady” nesse período.

Na *versão b*, por possuir uma proposta biográfica, no gênero de um romance, Anne agora deseja construir a coerência no que escreve de forma mais abrangente, reunindo diversos elementos narrativos, ela vai construindo o formato geral do livro e conseqüentemente, um formato geral de como queria expor a sua vida ao outro.

Isso denota a mudança no ritmo dessa versão comparada a *versão a*. Um ritmo que a continuidade se alavanca em relação a descontinuidade no aspecto narrativo. Uma continuidade pensada dentro do gênero romance, em que agora existe uma seletividade mais explícita e abrangente no que é registrado. Agora, Anne não se preocupa em selecionar o mais importante de um dia, mas como esses registros podem formar um enredo interessante o suficiente para os seus futuros leitores, em como essas entradas ordenadas, compõem um ritmo de leitura compreensível e agradável para um leitor.

97

O final de um diário

A conclusão deste artigo começa com a seguinte pergunta: como terminam os diários? Para Lejeune, deve-se primeiro diferenciar os diários com um fim programado, no qual “A limitação desses cadernos é ao mesmo tempo cronológica e temática: são diários parciais, dedicados a um período, e centrados em uma zona de experiência particular[...]” (LEJEUNE, 2008, p.271) como os diários generalistas, que tem por objetivo acompanhar uma vida o maior tempo possível.

Feito essa separação, percebe-se que a *versão a* é considerada um diário generalista, enquanto a *versão b*, ressaltando o seu aspecto literário, mas ainda se utilizando da estrutura de um diário, pode ser vista como um diário parcial, dedicado a narrar um período específico da sua vida.

Diante disso, se questiona então o que delimita o final dessas versões. Lejeune afirma que o diário generalista não é criado pensando em um final, em que constantemente se prolonga as entradas, seus registros, pois enquanto sobrevivência, pensamos em um futuro que ele será lido pela própria pessoa que a escreve ou por um leitor, caso fosse publicado como uma autobiografia.

Enquanto a *versão a* fosse escrita, Anne Frank continuaria a aspirar em um futuro, uma possibilidade de existência no qual iria sobreviver a Segunda Guerra Mundial e poderia, finalmente, publicar a sua biografia ficcional. Ao mesmo tempo, esse horizonte que tanto ansiava também seria o final da *versão b*, no momento que superasse todas as adversidades que vivia.

No entanto, sempre existirá um momento que um diário irá se encerrar e pela coincidência infeliz, o motivo que finaliza a escrita da *versão a* é a mesma da *versão b*.

O último apontamento no diário data de 1º de agosto de 1944. Após delação, cuja autoria até hoje permanece incerta, o esconderijo foi descoberto na manhã de 04 agosto de 1944, entre 10h00 e 10h30, quando um automóvel estacionou diante do prédio número 263 da Prinsengracht. Dele desembarcaram o sargento da SS Karl Josef Silberbauer, trajando seu uniforme, e pelo menos três auxiliares holandeses da Grüne Polizei (“Polícia Verde”), polícia de ocupação alemã, em trajes civis, todos armados. (CORNELSEN, 2019, p. 7)

Com essa interrupção trágica, a *versão a* e a *versão b* chegam ao final não esperado por sua escritora. Contudo, apesar do fim das duas versões iniciais, *O Diário de Anne Frank* continua por Otto Frank, o único dos ocupantes do esconderijo a sobreviver ao campo de concentração nazista. A partir de outro processo de seleção e edição, Otto Frank, junto a editora holandesa *Uitgeverij Contact* (CORNELSEN, 2019) publicou o livro de sua filha, misturando entradas da *versão a* e *versão b*, e em 1947 publica a primeira edição do diário, intitulado *Het Achterhuis* (“O Anexo Secreto”) e, atualmente, também conhecida como a *versão c*. Da mesma forma, uma edição reformulada foi lançada em 1991, feita então pela Mirjam Pressler, a *versão d*.

Apesar da interrupção da escrita do diário, seguido da morte de sua escritora, o diário continuou nas mãos de outras pessoas, dessa vez se tornando uma autobiografia publicada, mas sempre tendo o nome de Anne Frank estampado na capa do livro. Tal nome se situa em uma posição complexa, pois a morte real de Anne Frank ilustra um acontecimento que ocorre com todos os escritores que se submetem ao processo de publicação de seu texto.

[...] a escrita está atualmente ligada ao sacrifício, ao próprio sacrifício da vida; apagamento voluntário que não é para ser representado nos livros, pois ele é consumado na própria existência do escritor. [...] essa relação da escrita com a morte também se manifesta no desaparecimento das características individuais do sujeito que escreve; [...] a marca do escritor não é mais do que a singularidade de sua ausência; é preciso que ele faça o papel do morto no jogo da escrita. (FOUCAULT, 2001, p. 268 e 269)

Como apresentado antes, em sua trajetória editorial, houve uma reelaboração contínua da imagem de Anne Frank enquanto indivíduo. Tal processo ocorreu pelo próprio apagamento de sua individualidade, o seu nome próprio, para que desse lugar ao seu nome enquanto autora. No entanto, pelo fato de seu livro ser retratado como uma autobiografia, e principalmente por ser uma publicação

póstuma, é facilitada a confusão para os leitores de que o nome do autor e o nome próprio são o mesmo. Ao ler *O Diário de Anne Frank*, consigo entender quem é a Anne Frank, sua autora. No entanto, sempre houve uma cisão entre esses dois nomes.

O nome do autor, apesar de muitas vezes compartilhar as mesmas palavras que o nome próprio e possuir um valor de nome próprio, é algo essencialmente diferente do nome relacionado a um indivíduo.

[...] um nome de autor não é simplesmente um elemento em um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome etc.): ele exerce um certo papel em relação ao discurso: assegura uma função classificatório; tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outro. [...] Chegar-se-ia finalmente a idéia de que o nome do autor não passa, como o nome próprio, do inteiro de um discurso ao indivíduo real e exterior que o produziu, mas que ele corre, de qualquer maneira, aos limites dos textos, que ele os recorta, segue suas arestas, manifesta o modo de ser ou, pelo menos, que ele o caracteriza. Ele manifesta a ocorrência de um certo conjunto de discursos, e refere-se ao status desse discurso no interior de uma sociedade e uma cultura. (FOUCAULT, 2001, p. 273 e 274)

Numa única busca em uma livraria, seja física ou digital, dezenas de exemplares de *O Diário de Anne Frank* podem ser facilmente encontrados. Diferentes edições, diferentes tipos de livros, diferentes editoras, mas todas elas compartilham o nome Anne Frank como autora. É seu nome que concede status ao livro; que concede uma unidade estilística, um tipo de escrita que é associada a ela; que apresenta uma coerência conceitual, uma forma de pensar que qualquer coisa diferente desse padrão é excluído; e por fim, que permite datar e relacionar sua obra com a realidade. (FOUCAULT, 2001)

O testemunho em um diário

Diante dessas funções, se percebe que o nome Anne Frank, estampado nas capas de *O Diário de Anne Frank*, usualmente acompanhado da foto de uma jovem com belo sorriso chamada Anne Frank, são nomes essencialmente diferentes. A imagem representa uma pessoa. Um registro fotográfico de uma garota que viveu entre 1929 a 1945, tendo morrido prematuramente e com uma grande paixão pela escrita. O nome escrito assume uma duplicidade, pois:

O diário de Anne Frank é, ao mesmo tempo, símbolo e documento: símbolo de todas as vítimas do racismo, do antissemitismo e do genocídio cometido pela Alemanha nazista contra o povo judeu e, ao mesmo tempo, documento do destino de uma família judia marcada por uma vida confinada e absurda numa Holanda ocupada pelas tropas nazistas. (CORNELSEN, 2019, p. 14)

Tais informações tornam-se relevantes, pois explicitam a constatação de que o nome Anne Frank estampado em *O Diário de Anne Frank*, se constrói em torno de uma representação feita

coletivamente. Uma constatação que se torna óbvia diante da percepção da escritora e dos “editores”¹³ por trás da obra, mas junto a isso também existe um agrupamento mais implícito ao pensar o diário em caráter de testemunho de uma vítima.

Valoriza-se o testemunho pela possibilidade de fornecer, sem desvios interpretativos e analíticos de terceiros, o acesso imediato ao passado e também por possibilitar, mediante a recuperação de vozes silenciadas pela construção de presentes e futuros, evidenciando sua profunda marca política. (AVELAR, 2012, p. 31)

A própria Anne Frank iniciou o seu romance biográfico justamente ao perceber o potencial que seu diário possuía enquanto um testemunho. Naquela época, ela o pensava como depoimento da Segunda Guerra Mundial, a declaração do sofrimento de seu povo, a palavra de uma sobrevivente. No entanto, infelizmente, não é o diário de uma sobrevivente que estamos refletindo, é o diário de uma vítima, e não somente a vítima de algum evento traumático, mas do evento que é pensado como a síntese de todos os acontecimentos traumáticos do século XX.

Como evento-síntese das barbáries genocidas do século XX, o Holocausto impôs à historiografia e à memória o seu lugar como tema indispensável para a reflexão sobre outras histórias traumáticas marcadas pela violência e extermínio, transformando-se, desse modo, em um índice para as representações sobre as relações entre passado e presente. (AVELAR, 2012, p. 35)

Diante desse peso que é esse evento, da mesma forma, os testemunhos relacionados a ele também terão uma atenção diferente em comparação a outros, pois ao mesmo tempo que são testemunhos de vítimas, também são traumas. Quantos morreram? Como morreram? Porquê morreram? Quem os matou? As mesmas perguntas que são feitas por um historiador, também podem ser feitas por alguém fora desse campo, tamanha é a curiosidade que nos move ao perceber quão absurdo foi a maioria dos massacres do passado em comparação a nossa realidade no presente.

Lejeune afirma que um dos pilares do pacto é a reciprocidade (LEJEUNE, 2008). Diante de um livro que lhe pede para receber os anseios, medos, raivas, paixões e expectativas de uma jovem, o mesmo deve ser feito por quem o lê. Identificação é uma das grandes forças que movem *O Diário de Anne Frank*. Foi essa mesma identificação que me interessou a pesquisar sobre essa obra, quando ao ministrar aulas de história para ensino fundamental II com o diário como fonte, os alunos sempre percebiam semelhanças com a narrativa que liam.

Desde o início, essa força foi pensada e articulada para a obra. Começou na *versão b*, em 1944, com Anne a utilizando para tentar conseguir o seu sonho de ser uma grande escritora. Depois de sua morte, foi seu pai que se utilizou, publicando em 1947 a *versão c* fazendo alterações que destoavam

¹³ Utilizo essa palavra para designar a participação de Otto Frank e Mirjam Pressler no processo de publicação da *versão c* e *versão d*)

das intencionalidades de sua filha. E por fim, na *versão d*, maior que a versão c, e é considerada como a edição definitiva de *O Diário de Anne Frank*.

Em todas elas, havia um mesmo objetivo, trazer ao mundo a memória, o diário, o testemunho de uma judia que tentou sobreviver ao Holocausto e que a partir dela, serviu para sensibilizar o mundo das atrocidades que o povo judeu sofreu durante a Segunda Guerra Mundial. A partir dessa obra, o combate ao antissemitismo perdura e não há como negar que *O Diário de Anne Frank* desempenha um papel significativo nessa luta, sendo uma obra no qual julgo “[...] que ajuda a pensar, que permite ao indivíduo situar-se em relação aos outros, com o mundo, com a natureza, com a transcendência, e que é o suporte da atividade crítica” (CHARTIER, 2001. p. 127).

Referências Bibliográficas

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: *Arquivos pessoais, Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), v. 11, n. 21, p. 9-34. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>. Acesso em: 10 ago. 2023.

AVELAR, Alexandre de Sá. História, tempo presente e testemunho: ainda em torno dos limites da representação. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, [S.l.], v. 8, n. 8, p. 29-57, dez. 2012. ISSN 2359-0092. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/12773>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BAUER, Martin W. A análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.W. & GASKELL, G. (org.) *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som – um manual prático*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRITTO, P. H. Tradução e ilusão. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 76, p. 21-27, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/47535>. Acesso em: 10 ago. 2023.

CARTAS inéditas de Anne Frank em seus 90 anos. *Record*, Rio de Janeiro, 07 jun. 2019. Disponível em: <https://www.record.com.br/cartas-ineditas-de-anne-frank-em-seus-90-anos/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Sabori*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

CORNELSEN, E. L. A gênese de O Diário de Anne Frank – um legado para a humanidade. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, Belo Horizonte, v. 13, n. 24, p. 37-54, 2019. DOI: 10.17851/1982-3053.13.24.37-54. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/14538>. Acesso em: 10 ago. 2023.

DIA D: por que o 6 de junho de 1944 mudou a história da humanidade. *BBC*. Publicado em: 5 jun. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48526108>. Acesso em: 11 ago. 2023.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. In: *Ditos & Escritos III*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 264-298.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In.: *Ditos & Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2017. p. 144-162.

FRANK, Annelies. O diário de Anne Frank. In: FRANK, Annelies. *Obra Reunida: Anne Frank*. Tradutor: Cristiano Zwiesele do Amaral. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019a, p. 11-277.

FRANK, Annelies. Anexos. In: FRANK, Annelies. *Obra Reunida: Anne Frank*. Tradutor: Cristiano Zwiesele do Amaral. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019b, p. 605-962

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si. Escrita da História. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.7-24.

HIRSCHFELD, Gerhard. O pano de fundo histórico. In: FRANK, Annelies. *Obra Reunida: Anne Frank*. Tradutor: Cristiano Zwiesele do Amaral. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019, p. 577-588.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico*. De Rosseau à Internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História* : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 17, n. 0 p. 63-201, 1981.

OBRA REUNIDA: Anne Frank. Tradutor: Cristiano Zwiesele do Amaral. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

O passado não nos serve mais? Uma conversa sobre imagem, memória e civismo

Does the past no longer serve us? A conversation about image, memory and civism

Gabriel Motta Costa¹

Resumo

O presente artigo surgiu durante discussões feitas em uma aula do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ) e, tem por intuito promover um debate historiográfico sobre o projeto cívico pedagógico de mobilização social de culto à nação através das imagens de caráter histórico. Dessa forma, tentou-se compreender como o conceito de cultura interagiu com o processo histórico e com as experiências, já que os monumentos são entendidos como produtos culturais. Buscamos demonstrar como as imagens de caráter histórico servem como elementos de promoção do civismo e apaziguadores, mas que, ao mesmo tempo, exprimem violência simbólica.

Palavras-chave: Cultura; Sociedade; Monumento; Projeto cívico pedagógico.

Abstract

This article emerged during discussions held in a class of the Graduate Program in History at the State University of Rio de Janeiro (PPGH-UERJ) and aims to promote a historiographical debate about the civic pedagogical project of social mobilization of the cult of the nation through images of a historical character. In this way, we tried to understand how the concept of culture interacted with the historical process and with the experiences, since the monuments are understood as cultural products. We seek to demonstrate how the images of a historical character serve as elements of civic promotion as pacifying elements, but at the same time, they express symbolic violence.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ), bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense - Campus Campos e integrante do Laboratório de História do Poder e das Ideologias (LAHISPI/UFF-Campos).

Keywords: Culture; Society; Monument; Pedagogical civic project.

Ninguém está verdadeiramente isento de tendências políticas. A opinião de que arte não deveria ter a ver com política é em si mesma uma atitude política.

George Orwell

Introdução

Penso esta exposição como uma conversa. Assim, o intuito deste texto, ou melhor, desta conversa, é o de promover algumas inquietações e reflexões acerca das bases cívicas, se assim podemos dizer, dos símbolos que compõem o acervo da imaginária urbana brasileira. Atualmente o debate vem tomando força, principalmente após um trágico evento, o assassinato do afro americano George Floyd nos EUA por um policial branco em uma ação covarde, no ano de 2020. Após o ocorrido, uma onda “antimonumentos” se fortaleceu levando a derrubada de monumentos, estátuas e esculturas que representavam um passado opressor que ainda ecoa na atualidade.

Os alicerces mnemônicos que assumiam a forma de elementos fixadores e aglutinadores de um determinado grupo social estão sendo contestados e ressignificados. No bojo dessa dinâmica estão inscritos os monumentos de caráter histórico. Pois são a comemoração, a celebração de um acontecimento memorável (LE GOFF, 1992). Os monumentos, estátuas, esculturas e outros são vestígios do passado e carregam consigo uma dupla função na representação do mesmo. Por um lado, podemos interpretá-los como celebrações públicas de uma memória que uma dada época quis sacralizar e perpetuar, comunicá-la aos pósteros. Destarte, memória e monumento estão intimamente ligados, pois a materialização da primeira é concretizada pelo segundo. Através de sua concretude, o monumento é capaz de consagrar uma narrativa histórica e/ou algum personagem histórico. Sendo assim, o monumento torna-se um elemento cujas intenções são a perpetuação e fixação de uma memória, tornando-a coletiva. Por outro lado, essas peças de caráter histórico assumem a forma de fontes para o estudo do passado e seus valores, são encarados como documento.

Assim, o fio condutor desta conversa, utilizando três exemplos de monumentos como documentos: a estátua de Borba Gato, o Monumento às Bandeiras e o Monumento ao Duque de Caxias, busca demonstrar como as peças de caráter histórico servem como elementos de promoção

do civismo, através do projeto cívico pedagógico de celebração dos símbolos nacionais sacralizados em bronze, na tentativa de ocultação das mazelas sociais, mas ao mesmo tempo exprimem violência simbólica. Sendo importante começarmos nossa conversa com algumas considerações sobre as mudanças conceituais que o conceito cultura sofreu ao longo do processo histórico e reagiu às experiências, já que os monumentos são entendidos como produtos culturais. Portanto é relevante tecer algumas reflexões sobre os usos do passado, pois entendemos que as peças históricas nos remetem a uma visão de passado e de história. Conversemos, pois.

Cultura, uma conversa

Não é incomum nos depararmos com debates sobre qual a “cara” que o Brasil tem. Nas redes sociais, mídias impressas ou audiovisuais são extensas as provocações e discussões sobre o caráter cultural nacional, sobre o que forma a brasilidade e quais são os símbolos e signos que nos representam. O que é brasileiro? O que é Brasil? Essas perguntas soam como se de fato houvesse “um objeto uno e inteiriço assim chamado (cultura brasileira), e não vivêssemos imersos em perspectivas polimorfos geográficas, étnicas, históricas, climáticas e sociais – maranhices, mineirices, gauchices etc” (CHAUÍ, 2008, p. 17). De intrometido, proponho-me a tentar trazer algumas reflexões acerca desse tema tão conflituoso e, por vezes, nebuloso. Traçando um caminho que nos leve ao que proponho trazer para essa conversa, o papel dos monumentos de caráter histórico como elementos do processo cívico pedagógico, mas que, ao mesmo tempo, exprimem violência simbólica.

De início, qual é a definição de cultura? Já que, os monumentos, o objeto central de nossa conversa, são compreendidos como produtos culturais. Definir cultura não é uma tarefa fácil. O termo cultura é centro de estudos em diferentes áreas como sociologia, história, antropologia e outros, sendo que, em cada uma dessas áreas é trabalhada a partir de enfoques e usos distintos. Assim, torna-se de suma importância compreender como o conceito de cultura interagiu com a história e com a experiência em transformação ao longo dos anos. Uma rápida pesquisa em dicionários revelará uma vasta possibilidade de significações para cultura, “conjunto das estruturas sociais, das manifestações intelectuais e artísticas, etc; conjunto de conhecimentos adquiridos; terreno cultivado” (DICIO, 2023), dentre outros.

Em sua origem, vinda do latim do verbo *colere*, cultura possuía seu significado relacionado ao cultivo e ao cuidado com a terra, com a prole, com os deuses e o sagrado. Era um processo objetivo, “como cultivo, a cultura era concebida como uma ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém, era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios” (CHAUÍ, 2008, p. 24).

Esse sentido foi se perdendo no decorrer do processo histórico ocidental, mas não podemos compreendê-lo desassociado das modificações decisivas que *sociedade* e *economia* também sofreram nos fins do século XVI e no século XVII. Sociedade, num primeiro momento, traduzia o ideal de companheirismo, de realização comum. Hoje, “sociedade é uma formulação da experiência que resumimos como ‘sociedade burguesa’” (WILLIAMS, 1979, p. 18), sendo ela a descrição de um sistema ou uma ordem geral. No que tange a economia, sua concepção estava relacionada à administração do lar e, posteriormente, a administração de uma comunidade, “antes de tornar-se a descrição de um determinado sistema de produção, distribuição e troca” (WILLIAMS, 1979, p. 16). Antes dessas transformações conceituais, cultura era especificamente o crescimento e o cuidado com o plantio e com animais, e, por extensão, o crescimento e cuidado das faculdades humanas. O que quero dizer é que esses três conceitos não se transformaram no mesmo ritmo, mas que cada um deles, em sua medida, foi afetado pelo movimento dos outros.

De seguida, no século XVIII, com as transformações promovidas pelo Iluminismo francês, cultura ressurgiu adquirindo uma nova qualidade, tornava-se sinônimo de civilização. O termo civilização deriva da ideia de vida civil, ou seja, a absorção dos homens por uma organização social, e, aqueles que estão inseridos nessa organização são adjetivados como “civis”, indicando ordenamento, educação e cortesia. Mas mais que isso, civilização expressava dois sentidos que estavam historicamente unidos: “um Estado realizado, que se podia contrastar com a ‘barbárie’, mas também agora um estado realizado de desenvolvimento, que implicava processo histórico e progresso” (WILLIAMS, 1979, p. 19).

Com o Iluminismo, o termo cultura tornou-se o padrão que media o nível de civilização de uma sociedade. Destarte, cultura passou a ser compreendida como um conjunto de práticas artísticas, técnicas, filosóficas, científicas e outros, que eram considerados como elementos fundamentais para avaliar e hierarquizar os regimes políticos, segundo um critério de evolução. Juntamente, introduziu-se a ideia de tempo no conceito de cultura, um tempo linear e evolutivo, que, aos poucos, relacionava cultura a progresso. “Avalia-se o progresso de uma civilização pela sua cultura e avalia-se a cultura pelo progresso que traduz a uma civilização” (CHAUI, 2008, p. 25). Nesse sentido, cultura evocava os progressos individuais, enquanto civilização evocava os progressos coletivos. Cultura tornava-se um conceito político e ideológico.

Já no século XIX, a antropologia se incumbiu da promoção de estudos referentes à cultura, sendo marca dos primeiros estudos a continuidade do conceito iluminista de evolução ou progresso. Imersos na dinâmica capitalista europeia, os primeiros antropólogos estabeleceram a Europa capitalista como o maior grau de evolução ou progresso, avaliando as demais sociedades segundo a

presença ou ausência de alguns elementos que pertencem ao modelo capitalista ocidental. O Estado, o mercado e a escrita. Aquelas sociedades que não desenvolvessem formas de troca, comunicação e poder semelhantes à escrita, ao mercado e a organização do Estado europeu eram definidas como “culturas primitivas”. Cultura passava a ser um conceito que distinguia as diferentes formas culturais. Desse modo, durante o processo “evolutivo cultural” o primitivo caminharia para o desenvolvimento do Estado, da escrita e do mercado, segundo o modelo capitalista europeu, para que, ao concluir essa metamorfose cultural, se tornasse não primitivo, alcançando o “progresso”. Uma projeção etnocêntrica às demais culturas ao afirmar que a cultura europeia capitalista é a etapa final do desenvolvimento de uma cultura ou de toda a civilização. Essa forma de percepção criava uma dicotomia entre o homem irracional ou selvagem, em seu estado natural, aculturado; e a cultura que ele adquire através dos canais de instrução intelectual, alcançando por final a razão. No presente, um dos sentidos mais utilizados de cultura vem da origem deste pensamento, que caracteriza como possuidores de cultura àqueles que detêm o saber formal.

O panorama muda, sobretudo, com a filosofia alemã, no século XIX, ao pensar a cultura como a dissociação imediata à natureza e inauguração do mundo do homem, “pela linguagem e pelo trabalho o corpo humano deixa de aderir de pronto ao meio, como o animal adere” (CHAUÍ, 2008, p. 27). Através da linguagem e do trabalho, o homem modifica a natureza, mas não somente para a sua subsistência, ele cria símbolos e signos, nessa transformação ele se relaciona com o possível e com o ausente. “A ordem humana, porém, é a ordem simbólica, isto é, a da capacidade humana para relacionar-se com o ausente e com o possível por meio da linguagem e do trabalho” (CHAUÍ, 2008, p. 27). E nesse processo de transformação e conformação do meio, o homem passa a ser definido como agente histórico, tornando a concepção de cultura mais alargada.

A partir de meados do século XX, os antropólogos europeus irão absorver esse pensamento, buscando se distanciar da ideologia etnocêntrica e imperialista da cultura. Entendendo que “cada cultura exprime, de maneira histórica e materialmente determinada, a ordem humana simbólica com uma individualidade própria ou uma estrutura própria” (CHAUÍ, 2008, p. 28). O termo cultura passou a ter uma abrangência que não possuía antes, sendo compreendido agora como produção e criação da linguagem, da sexualidade, das expressões da música, da dança, dos sistemas de relações sociais, das relações de poder e outros. Desse modo, cultura passa a ser relacionada com o campo em que os homens elaboram símbolos, signos e significados, onde são instituídos as práticas e os valores.

Mas, como afirma Chauí, “essa abrangência da noção de cultura esbarra, nas sociedades modernas, em um problema: o fato de serem, justamente, *sociedades* e não *comunidades*” (CHAUÍ, 2008, p. 30).

A comunidade se estrutura na indivisão interna e na ideia de bem comum, “a nação sempre é concebida como urna profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p. 34). Como afirma Anderson, “foi a fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas se tenham disposto não tanto a matar, mas, sobretudo, a morrer por essas criações imaginárias limitadas” (ANDERSON, 2008, p. 34). As mudanças intelectuais e o fortalecimento do modo de produção capitalista ocidental que se sucederam após a “Era das Revoluções” levaram a uma nova organização social. A busca pelo bem comum e as relações face a face, que afirmavam a encarnação do espírito da comunidade foi se esvaecendo, dando lugar ao individualismo e a competição.

O mundo moderno renuncia à comunidade, a ordem capitalista dá origem à sociedade “cuja marca primeira é a existência de indivíduos separados uns dos outros por seus interesses e desejos” (CHAUÍ, 2008, p. 30). Marcada pela divisão social interna, a sociedade é disposta segundo a divisão de classes e instituída por meio da invenção de pacto social ou contrato social firmado entre os indivíduos para estabelecê-la. Além da divisão em classes, a sociedade institui a divisão cultural, distinção feita pela dicotomia cultura de elite e cultura popular, ou cultura dominante e cultura dominada. Para Bourdieu,

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. [...] a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante (BOURDIEU, 1989, p. 10-11).

O papel da cultura dominante “é aquele a partir do qual se legitima o exercício da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social” (CHAUÍ, 2008, p. 33). As concepções de cultura popular estão relacionadas às opções políticas, os românticos buscam a cultura nacional, a universalidade da cultura popular pelo viés nacionalista; a de herança iluminista e seu caráter civilizatório, que compreende a cultura popular como uma manifestação ignara, propõe a sua subversão por meio de uma ação pedagógica a ser realizada pelo Estado; a populista pretende trazer uma carga revolucionária, na perspectiva dos movimentos de esquerda, ou um caráter conservador, na perspectiva dos movimentos de direita, a cultura popular se torne o alicerce do Estado; a cultura popular também pode ser compreendida como aquilo que é produzido pela classe trabalhadora “segundo o que se faz no pólo da dominação, ou seja, como repetição ou como contestação, dependendo das condições históricas e das formas populares de organização” (CHAUÍ, 2008, p. 33).

A distinção entre cultura dominante e cultura dominada é mascarada pela indústria cultural, que cria a falsa realidade de que todos têm acesso aos mesmos bens culturais. Mas, na verdade, a indústria cultural separa os bens culturais pelo seu valor de mercado, sendo fundamental para essa mercantilização cultural o papel dos agentes encarregados de administrar a qualificação do que é artístico (CANCLINI, 1998). Alimentando e aumentando o hiato entre a “elite” cultural, que consome os produtos culturais ditos “caros” e “raros”, e as massas, que são abastecidas por produtos culturais considerados com menos valor e “comuns”. A indústria cultural está voltada para a lógica do mercado, preocupada com a venda de cultura. Como resultado da mercantilização cultural, na busca incessante de consumidores, o caráter da originalidade, do trabalho, no sentido de criação do sentido, do pensar, da autenticidade, é anulado, dando lugar à reprodução e a massificação.

A autenticidade de uma coisa é a quintessência de tudo o que foi transmitido pela tradição, a partir de sua origem, desde sua duração material até o seu testemunho histórico. Como este depende da materialidade da obra, quando ele se esquia do homem através da reprodução, também o testemunho se perde. Sem dúvida, só esse testemunho desaparece, mas o que desaparece com ele é a autoridade da coisa, seu peso tradicional. [...] *Generalizando, podemos dizer que a técnica da reprodução destaca do domínio da tradição o objeto reproduzido.* Na medida em ela multiplica a reprodução, substitui a existência única da obra por uma existência serial (BENJAMIN, 1985, p. 168).

Não é minha pretensão, imaginem só, propor uma teoria sobre a formação cultural brasileira. Mas, entendo que seja importante perceber como a mudança conceitual que o termo cultura sofreu ao longo do processo histórico se relacionando às experiências, já que, nossos pensadores, literatos, historiadores utilizaram e utilizam tal conceituação para dar a “cara” do Brasil. Buscando constituir a estrutura óssea que sustenta o meio sociocultural gelatinoso brasileiro, marcado por suas regionalidades e peculiaridades.

Na modernidade, com a indústria cultural e o seu imediatismo consumista pautados na mercantilização das produções culturais, cultura como o campo onde se dão as práticas de construção dos valores, dos signos e símbolos, do trabalho e outros, se afasta cada vez mais da democratização cultural e caminha para a massificação cultural. E, a constituição do que podemos nomear de sociedade brasileira, processo que pode ser encarado, como afirma a historiadora Beatriz Vieira como (de)formação nacional incompleta; é marcada pelo choque entre projetos de nação distintos e conflitos socioculturais internos. O contraste social, econômico e cultural brasileiro, que se arrasta e perdura ao longo dos anos, são um dos impedimentos para o estabelecimento daquilo que se pode chamar “civilização”. “A falta de condições concretas no Brasil para uma civilização digna do nome, o bem-viver coletivo e o desenvolvimento do mundo cultural e intelectual lato senso, ao invés da

pobreza, da doença e do analfabetismo, remontam ao século XIX, como se vê em Capistrano de Abreu, Tobias Barreto, José Veríssimo, Silvio Romero, entre tantos” (VIEIRA, 2021, p. 147).

Memória de concreto

A rotina em uma cidade, em que percorremos e circulamos por ruas, praças, jardins, pode ofuscar a paisagem que nos cerca. Esses lugares que fazem parte do nosso cotidiano podem acomodar objetos que demarcam o espaço das grandes cidades contemporâneas, como estátuas, esculturas, bustos, monumentos e outros que podem ser compreendidos por seus atributos artísticos, pelo seu caráter histórico ou como pontos de referência espacial (KNAUSS, 1998). A ligação desses objetos urbanos com a identidade dos espaços que ocupam os torna, em alguns casos, símbolos de uma comunidade.

O termo monumento é passível de diferentes interpretações e significações. Le Goff destrincha a palavra e dá o seu sentido etimológico ligado à memória, naquilo que faz recordar e evoca o passado. Memória e monumento estão intimamente ligados, pois a materialização da primeira é concretizada pelo segundo. Através de sua concretude, o monumento é capaz de consagrar uma narrativa histórica e/ou algum personagem histórico. Sendo assim, o monumento torna-se um elemento cujas intenções são a perpetuação e fixação de uma memória, tornando-a coletiva.

Paralelo ao pensamento de Le Goff (1990), a análise de Pierre Nora (1993) entende o conceito de monumento também como a cristalização de uma memória, tornando-se a sua materialidade simbólica devido ao fato de que, em suma, apenas uma minoria experimentou e vivenciou o acontecimento sacralizado. Nora vai além ao dotar os monumentos de outra qualidade, sendo eles compreendidos, também, como lugares de memória. Um local se torna um lugar de memória se a ele for investido simbolismo para consagrá-lo, fazendo-se necessária a construção de uma significação simbólica. Deste modo, monumentos, rituais, documentos e outros podem ser imbuídos de uma aura simbólica, tornando-se lugares de memória.

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica (NORA, 1993, p. 21).

Os lugares de memória surgem da necessidade de se manter viva a lembrança, seja um aniversário, organização de celebrações, criação de arquivos, entre outros; e, se mantêm de um sentimento de que não há memória espontânea. A História ganha papel fundamental na sacralização dos momentos que são arrancados e devolvidos ao movimento histórico. Tanto Le Goff quanto Nora

atribuem ao monumento escultórico a propriedade de fixador de uma memória e construtor de memória coletiva.

Nesse sentido, os monumentos são artefatos que têm como principal finalidade a perpetuação ao longo do tempo de uma memória, evento e/ou um personagem histórico, que através de sua materialidade evoca o passado. Faz lembrar. E, através do simbolismo a ele transmitido, tornar-se um lugar de memória. “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (NORA, 1993, p. 8).

O passado e seus usos

Faço uma pergunta ao leitor que pode parecer genérica, mas que é de nosso interesse: o que é memória? Engana-se quem acha que é uma pergunta de fácil resposta. Os dicionários nos dão pistas interessantes, definindo a memória como “faculdade de reter ideias, sensações, impressões, adquiridas anteriormente; efeito da faculdade de lembrar; lembrança; recordação que a posteridade guarda” (DICIO, 2023) e outros. Em um plano individual, denominamos *memória* a capacidade de um conjunto de funções psíquicas que os seres vivos têm de adquirir, armazenar e evocar informações. Em sua origem, vinda do latim, a palavra memória deriva de *menor* e *oris*, tendo seu significado relacionado ao “o que lembra”, estando, assim, intimamente ligada ao passado; àquilo já vivido (PADRÓS, 2001).

Passado e memória estão estreitamente ligados, sendo uma relação paradoxal entre o esquecimento e a preservação do passado, “[...] em termos concretos a memória relaciona-se com a dimensão do tempo passado, estabelecendo uma necessária interação entre o esquecimento (apagamento) e a preservação integral do passado (na verdade, preservação impossível)” (PADRÓS, 2001, p. 80). Através de critérios diversos, no nível individual, a memória tem a capacidade de sistematizar de maneira seletiva as lembranças daquilo que já foi vivenciado. Revisitando o passado, ao lembrarmos, revivemos algo já sucedido, percebendo de novo o passado. Devemos ter consciência de que a memória é retroativa, parte do presente para o passado. Ao lembrar, estamos voltando a um passado em que os eventos e fatos que serão memorados estão se desenvolvendo. A memória é a reconstrução do passado a partir dos quadros sociais do presente (HALBWACHS, 1990). Trazemos uma parte do passado ao lembrarmos, mas, ao mesmo tempo, estamos ocultando outras. O lembrar e o esquecer caminham juntos.

O esquecimento é algo comum, nós não nos lembramos de tudo. Como já dito, o esquecimento faz parte do lembrar, mas devemos nos perguntar sobre essa ação. Se, por um lado, o esquecer pode ser involuntário, o simples fato de que nós priorizamos determinado acontecimento em virtude de

outros. A memória precisa ser revisitada para não se esvaír ao sabor do tempo. Nesse sentido, existe uma relação dialética, o rastro de uma memória que busca manter unidas a presença do ausente e a ausência da presença. A memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, esses rastros do passado, uma presença que não existe mais, sempre corre o risco de se apagar definitivamente (RICOEUR, 2007). Por outro lado, o esquecer pode ser uma operação voluntária, quando há a intenção de se apagar uma passagem do passado. Na Alemanha nazista houve a tentativa de eliminar os judeus fisicamente, culturalmente e historicamente. O extermínio metódico de um povo, uma operação objetiva de esquecimento, o *Shoah*. O passado é refém das demandas do presente e das projeções para o futuro (GAGNEBIN, 2009).

Provoco outra questão ao leitor, uma memória somente nos pertence ou podemos experimentar uma lembrança de forma coletiva? Após o desenvolvimento de estudos significativos sobre o tema, podemos ter a perspectiva da experiência compartilhada da memória, ou seja, da sua natureza social. A memória coletiva. Há a coletividade da lembrança, seja por um grupo específico ou por uma comunidade como um todo, isso se dá porque nunca estamos a sós. Mesmo quando envolvem experiências pessoais, as lembranças resultam da interação com outras pessoas. “Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos” (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Ao mesmo tempo, o lembrar possibilita a preservação de uma base comum de elementos políticos, sociais e culturais, que são convertidos e identificados como referências nas relações sociais de cada um dos grupos. O lembrar preserva as vivências da coletividade e transmite o legado da experiência histórica acumulada às gerações futuras. Assim, a memória não está somente na ação de relembrar o passado, ela possui um papel altamente significativo como mecanismo cultural de criação de sentido de pertencimento de grupos e comunidades. E, também, assumindo uma “função política de ser entendida como defesa de si e dos outros nos quais o sujeito se reconhece” (SANTOS *apud* SEIXAS, 2007, p. 84).

Assim, não só os indivíduos possuem memória (individual), como as sociedades também. Os valores, as atitudes, os códigos compartilhados, resultantes de determinada interação, implicam em continuidades e rupturas com tradições e com a cultura transmitida por outras gerações. Lembranças, símbolos e valores identificam o coletivo no espaço e no tempo. São elementos carregados de memória. Memória coletiva (PADRÓS, 2001, p. 83).

Como podemos perceber a memória também assume a forma de elemento fixador e aglutinador em um determinado grupo social. Devemos ter em mente que são os indivíduos que lembram e revisitam uma memória, mas são os grupos sociais dos quais fazem parte que determinam o que deve

ser lembrado e como deve sê-lo. Quando a um evento é imbuída a áurea de marco fundador, a partir dele que será definido o que deve ser assimilado, esquecido e tergiversado pela comunidade (PADRÓS, 2001). Ocorre o que Williams define como “tradição seletiva”, “o que, nos termos de uma cultura dominante efetiva, é sempre assumido como ‘a tradição’, ‘o passado significativo’” (WILLIAMS, 2011, p. 54). A seleção se dá pela escolha de significados e práticas que são enfatizados, enquanto outros significados e práticas são postos de lado e excluídos. Processo que também busca reinterpretar, enquadrar e diluir alguns desses significados e práticas ou colocá-los em formas que dão suporte ou, ao menos, não contrastem com outros elementos da cultura dominante eficaz.

Nesse sentido, a memória se revela também como um espaço de disputa, já que a verdade objetiva de como o fato ocorreu não é unívoca, o senso comum não é a realidade em si. O papel do historiador se faz necessário para revelar o real possível de ser alcançado, visto que não há neutralidade nos registros da memória, assim como nas produções da história. Como já assinalava Marx:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos (MARX, 2011, p. 25).

Assim, podemos chegar à compreensão de que a memória não é um gabinete onde os fatos serão depositados, “mas um ativo processo de sentido, e, sob esse aspecto, revela como o narrador ao construir um relato memorialístico produz um sentido para o passado e para a sua vida” (MONTENEGRO, 2012, p. 4).

Gente que vira estátua

A proposta desta conversa é enxergar os monumentos de caráter histórico para além de sua qualidade do “fazer lembrar”. Encará-los como objetos que são frutos da dicotomia cultura dominante – cultura dominada e, ainda mais importante, como produtos das perspectivas históricas e mnemônicas ditas oficiais das quais o passado é elaborado. Nesse sentido, estas peças exercem explicitamente a função social e política do simbolismo, já que “os símbolos são os instrumentos por excelência da <<integração social>>: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração <<lógica>> é a condição da integração <<moral>>” (BORDIEU, 1989, p. 10).

Os monumentos de caráter histórico buscam sacralizar um determinado evento/personagem da história, conferindo às ações individuais caráter universal. Apresentando o processo histórico como confirmação da univocidade da nação, comemorando um evento histórico e conjugado à promoção de um monumento, “celebrando ritualisticamente e afetivamente a aliança entre passado e presente confirma e justifica a nação e a sua memória” (KNAUSS, 2000, p. 176).

Para o auxílio da recepção e promoção dos monumentos de caráter histórico, o recurso biográfico é utilizado. Aqueles que são eternizados em pedra/bronze por seus feitos individuais, tidos como heróicos e por isso devem ser agraciados, emanam qualidades ou exemplos de vida a serem seguidos, ou que devem servir de inspiração. “A condição biográfica possibilita uma base de identidade a partir da condição humana universalmente válida” (KNAUSS, 2000, p. 178). E, essa identidade é reforçada pelo valor afetivo investido num objeto comum. O atributo moral das peças históricas se refere a um conjunto, a nação, mesmo sendo uma peça individual, os valores como virtude, civismo, saber são partilhados coletivamente. A identidade afetiva para com as imagens pode mascarar as distâncias e diferenças sociais, “a partir de uma mesma base emocional, a comunhão dos cidadãos que circulam em torno da mesma peça urbana e que expressa valores sociais comuns” (KNAUSS, 2000, p. 178).

Mas, coincidentemente, os monumentos não são inertes à ação do tempo. O movimento contínuo do processo histórico promove releituras e ressignificações para as peças feitas em um tempo passado. Onde antes havia a sacralização de um evento e/ou personagem da história, hoje ele pode corresponder às mazelas do passado que assombram o mundo contemporâneo.

Recentemente vemos em diversos países um questionamento que vem tomando conta da agenda política, pública e cultural: os monumentos e seus lugares. Essa onda de questionamentos, ressignificações e de derrubada de monumentos, estátuas e outros não é algo novo. Do mundo antigo aos processos revolucionários contemporâneos vemos a destruição de emblemas e símbolos que já não estavam mais de acordo com a nova ordem estabelecida. Em 2020, após o assassinato de George Floyd, um homem negro, por um policial branco na cidade de Minneapolis, nos EUA, houve um frenesi “antimonumentos” que tomou conta das principais cidades do mundo. Os movimentos iconoclastas antirracistas colocam o passado em questão, visando monumentos que simbolizam o legado da escravidão e do colonialismo². Como já anunciava Benjamin: “nunca houve um

² Algumas estátuas que foram contestadas por esse movimento que tem escala global: Robert Lee, Charlottesville; Theodore Roosevelt, Nova York; o comerciante de escravos Edward Colston, Bristol; o rei belga Leopoldo II, Bruxelas; Borba Gato, São Paulo e outras. São exemplos dessa “guerra às estátuas” e revelam a crise do pacto histórico. Cf. NAPOLITANO, Marcos. Ainda temos tempo para os heróis? O “bota-abixo” das estátuas e a crise do pacto histórico nas sociedades contemporâneas. In: *Monumentos, memória e violência*. Org: Rosane Kaminski, Marcos Napolitano. São Paulo: Letra e Voz, 2022.

monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie” (BENJAMIN, 1994, p. 225).

Erigir um monumento de caráter histórico não se traduz somente como o ato de sacralizar simbolicamente um personagem/evento histórico, é também o ato de seleção e validação de uma determinada narrativa histórica. Digo isso, pois nas lutas simbólicas pela imposição da definição do mundo social, estão inscritos os “Combates pela História” (FEBVRE, 1989) e pela memória, assim como os objetos que delas fazem alusão. Desse modo, além de confundirem a promoção de uma narrativa histórica, uma passagem selecionada do passado, eternizada em bronze ou em pedra como um marco, ou melhor, como imagem de civismo, os monumentos também “cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação” (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Podemos perceber o argumento defendido nesta conversa em um caso recente no Brasil, não no erguimento de um monumento histórico, mas na construção de uma praça. Em novembro de 2019, na cidade de Nova Veneza, no estado de Santa Catarina, os descendentes do agrimensor italiano Natale Coral solicitaram junto ao poder legislativo da cidade, o projeto de lei de fundação de uma praça em homenagem à Natale Coral. Coral, na memória e história local, é tido como o fundador da cidade de Nova Veneza, justamente por seu trabalho na demarcação de terras.

Ainda em novembro, a Câmara dos Vereadores de Nova Veneza aprovou o projeto de lei legislativo nº 0026 que denomina a Praça Pública Natale Coral. Dias depois, a lei nº 2.738 foi sancionada pelo prefeito Rogério José Frigo ficando oficialmente denominada de Praça Natale Coral. A *Famiglia Natale Coral*, ainda recebeu o documento que denominou o nome da Praça de Natale Coral. Dez anos antes, em 2009, a Câmara de Vereadores de Nova Veneza reconheceu Natale Coral *in memoriam* o título honorífico de “Cidadão Neoveneziano”.

A Praça Natale Coral é lar de um memorial quadrado e cônico, posicionado na diagonal do nascer do sol, ressaltando as técnicas utilizadas na época por Coral. A estrutura do memorial está postada em uma base quadrangular onde estão inscritas duas rosas dos ventos indicando os nortes. Na parte superior, verticalmente está uma baliza topográfica em forma de flecha, uma menção ao povo indígena que habitava na região. Mas quem foi Natale Coral? Por que suas ações merecem ser homenageadas e eternizadas?

Natale Coral nasceu na Itália em 1859 e faleceu no Brasil em 1911. Sua trajetória no Brasil começa com sua chegada no porto do Rio de Janeiro em 1879, junto aos milhares de imigrantes europeus vindos durante o século XIX para o sul do país durante o processo de colonização da região. Coral foi responsável por fazer toda a demarcação de terras da “Colônia Nuova Venezia”, que era dividida em cinco núcleos: Nuova Venezia, Nuova Belluno, Jordão, Nuova Treviso e Belvedere.

Conforme o avanço da colonização europeia, os habitantes nativos que ocupavam a região de Paranaguá à Porto Alegre, os *Laklãnõ-Xokleng*³, tiveram seu modo de vida ameaçado. Sendo obrigados a assaltar as propriedades dos colonos ou atacá-los como forma de autodefesa. As ações dos indígenas ameaçavam os interesses das companhias responsáveis pela venda de lotes aos colonos, que junto aos governos provinciais, contratam grupos armados para a caça e expulsão dos *Xokleng*. Dessa campanha de “busca e destruição” surgiu a figura do “bugreiro”, profissional responsável por afugentar ou exterminar os “bugres”, os *Xokleng*.

Devido ao seu conhecimento do território, Natale Coral foi contratado pela Cia Metropolitana de Nova Veneza, empresa responsável pela venda de terras em Nova Veneza, como agrimensor e, posteriormente, como bugreiro na campanha de caça aos indígenas. Segundo o historiador e professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Waldir Rampinelli⁴, Coral receberia a quantia de cinquenta mil réis por bugre morto, mediante a orelha trazida (RAMPINELLI, 2021).

Na história e na memória de Nova Veneza está marcado o ataque comandado por Coral no interior de Urussanga, episódio conhecido como o “Massacre de Palermo”. Os bugreiros rastrearam e localizaram um acampamento indígena durante uma incursão de “limpeza” do território. Ao final do ataque, os bugreiros contabilizaram sessenta e duas orelhas cortadas. Além do massacre, quatro crianças, sendo uma de colo, foram levadas pelos colonos.⁵

A Praça Natale Coral busca consagrar a memória do indivíduo que leva o seu nome, considerado como o marco fundador de Nova Veneza. Porém, ao suspender este personagem do

³ Na atualidade, os indígenas *Xokleng*, da Terra Indígena Ibirama-La Klãnõ, no Alto Vale do Itajaí (SC), estão no centro de um dos julgamentos mais importantes: o marco temporal, segundo o qual uma área só poderá ser demarcada se for comprovado que os indígenas a habitavam quando a Constituição de 1988 foi promulgada. Os *Xokleng*, antes ameaçados pelos bugreiros, hoje são atacados por madeireiros, produtores rurais e políticos da região. Em 2009, o governo de Santa Catarina pediu a reintegração de posse de parte da terra Ibirama na Justiça, madeireiros e produtores também reivindicaram terrenos na região. A nova ameaça pode ser concreta devido ao fato de os *Xokleng* afirmarem não estarem na região em 1988 pois haviam sido expulsos ou fugiram da violência. Cf. BECHARA, Victoria. Os indígenas de SC que suportaram massacres e podem fazer história no STF. *Veja*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/os-indigenas-de-sc-que-suportaram-massacres-e-podem-fazer-historia-no-stf>. Acesso em 19 jun. 2023.

⁴ O professor da UFSC, Waldir Rampinelli, é natural de Nova Veneza e esteve envolvido em uma polêmica relacionada à memória de Natale Coral. O professor publicou um vídeo nas redes sociais em que acusa a prefeitura e os vereadores de Nova Veneza de homenagearem um bugreiro, um matador de indígenas. A repercussão local foi tamanha que Rampinelli sofreu ameaças contra a sua integridade física e, além disso, os descendentes de Coral irão buscar os meios judiciais, caso o professor não retire suas afirmações de circulação. Os idealizadores da praça e os descendentes de Coral também apoiam, caso algum vereador de Nova Veneza aceite o projeto, propor um título de *persona non grata* a Waldir Rampinelli. Cf. MESSER, João Paulo. A polêmica da Praça em Nova Veneza. *ENGEPLUS*. Disponível em: <https://www.engeplus.com.br/noticia/bastidores/2021/a-polemica-da-praca-em-nova-veneza>. Acesso em 03 out. 2023.

⁵ Algumas indicações de leitura sobre o tema são: DALL'ALBA, João Leonir. *Histórias do Grande Araranguá*. Araranguá (SC): Gráfica Orion Editora, 1997; SANTOS, S. C. dos. *Ensaio oportuno*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2007; OSÓRIO, Paulo Sérgio. *Apropriação territorial e o papel das elites locais no processo de modernização na Região Sul Catarinense no século XIX*. 2020. Tese (Doutorado em História) – PPGH/PUCRS, Rio Grande do Sul, 2020.

processo histórico e legá-lo um lugar de memória, estamos dando continuidade a uma determinada memória e fortalecendo visões e narrativas históricas, mas ao mesmo tempo promovendo o silenciamento.⁶ Os *Xokleng* sofreram dois tipos de violência, a física, por conta das campanhas de bugreiros durante o século XIX e início do século XX e, atualmente, de madeireiros e produtores rurais, que ameaçam sua existência e território, e simbólica, pois os seus algozes são lembrados e homenageados pela memória e história oficial.

Na cidade de São Paulo, localizado na confluência das avenidas Santo Amaro e Adolfo Pinheiro, na zona sul da capital, está o monumento em homenagem ao bandeirante Manuel de Borba Gato (1649-1718). A peça foi inaugurada em 1963, nas comemorações do IV Centenário de Santo Amaro, obra do escultor Júlio Guerra (1921-2001) levou seis anos para ficar pronta. Suas características são: 10 metros de altura e estrutura feita com trilhos de bonde. É revestida por basalto e mármore, o que a classifica como mosaico tridimensional, já que os diversos tipos de pedras definem as feições e o vestuário de Borba Gato. O monumento pesa 20 toneladas, sendo que só a cabeça, que foi a parte mais difícil de ser colocada por ter sido necessário içá-la por mais de dez metros de altura, tem três toneladas.

Apesar de ser uma peça controversa, é considerada como um dos cartões-postais de São Paulo. Borba Gato foi um bandeirante paulista, natural de Santo Amaro, responsável por desbravar os sertões brasileiros e promover o avanço ao interior do território em busca de ouro e pedras preciosas. Mas, também, ficou conhecido pelos massacres e capturas de indígenas e escravos negros durante suas incursões. Em 2016, a estátua de Borba Gato e o Monumento às Bandeiras foram pichados, ambas as peças carregam consigo o símbolo da exploração colonial e suas chagas.

Após os eventos ocorridos nos EUA, com as decapitações e demolições de símbolos escravagistas e impulsionados pela onda de protestos antirracistas, petições on-line foram enviadas à Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo cobrando a retirada da estátua de Borba Gato, “Borba Gato, bandeirante, foi um escravocrata responsável pela morte de povos indígenas durante a interiorização do território brasileiro. Hoje, a estátua Borba Gato, situada no bairro de nome homônimo, no distrito de Santo Amaro, presta homenagem à sua biografia genocida” (MERCIER, 2021). Ou como argumenta outra petição, “Nós, Guarani das aldeias de São Paulo, nos sentimos

⁶ Em fevereiro de 2021, a equipe de coordenação do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica divulgou a nota de repúdio “à homenagem feita a Natale Coral, assassino de indígenas (que ‘trazia a orelha dos índios na salmoura, só por riso’)”. O Departamento de História/UFSC; o Departamento de Antropologia/UFSC; o PPGA/UFSC; o Instituto Memória e Direitos Humanos (IMDH)/UFSC; o curso de História/UNESC; a Seção Santa Catarina da Associação Nacional de História – ANPUH – SC e a Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil manifestaram apoio à nota de repúdio. Cf. Nota de repúdio à homenagem feita a Natale Coral, assassino de indígenas. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/diversas/item/6289-nota-de-repudio-a-homenagem-feita-a-natale-coral-assassino-de-indigenas>. Acesso em 03 out. 2023.

humilhados todas as vezes que passamos ao lado dessa estátua. Borba Gato foi um assassino de povos indígenas e não pode ser considerado um herói” (MERCIER, 2021). O passado já não é mais inquestionável e estático.

O grupo Revolução Periférica, que também atua nas redes sociais reivindicando a visibilidade dos excluídos socialmente, já havia colocado cartazes em pontos da capital paulista com a pergunta: “Você sabe quem foi Borba Gato?”. No ano de 2021, acompanhando o movimento iconoclasta antirracista, o grupo incendiou a estátua que homenageia o bandeirante Borba Gato. Vale ressaltar que, no ano anterior, foram colocados crânios ao lado de outros monumentos que fazem menção aos bandeirantes.

Após a ação da Revolução Periférica houve grande repercussão na mídia, a polícia prendeu o motorista do caminhão que conduziu parte do grupo até o local e transportou os pneus que seriam incendiados. Nos dias decorrentes, Paulo “Galo” Lima, líder do movimento Revolução Periférica, e sua esposa Gêssica Barbosa foram detidos pela polícia. Lima assumiu a autoria do incêndio, era entregador e fundador do movimento dos Entregadores Antifascistas. Em entrevista ao *El País Brasil*, o professor Jurandir Augusto Martim, indígena guarani, à época deixava claro em suas palavras a ação do grupo Revolução Periférica e a necessidade de se ressignificar os símbolos nacionais, “a simbologia dessas homenagens tem valor e mesmo que ela não seja tão representativa como foi no passado, ainda fortalece a lembrança. Não faz sentido ter esses símbolos. Eles deveriam ser derrubados” (MERCIER, 2021).

Em 1953 era inaugurado outro monumento em homenagem aos bandeirantes, o Monumento às Bandeiras, de Victor Brecheret. Localizado no principal parque da cidade de São Paulo, o Ibirapuera, na praça Armando de Salles Oliveira (antiga praça dos Bandeirantes). A região já era tomada pela presença bandeirante muito antes da inauguração do monumento. Diversos logradouros próximos ao parque do Ibirapuera já haviam recebido nomes de bandeirantes nos anos 1930, como as ruas Domingos Leme, Leonardo Nardez, Lourenço Castanho, Baltasar da Veiga, Antônio Afonso, Mendes Pais, Domingos Fernandes, Januário Cardoso, Pais de Araújo, André Fernandes, Campos Bicudo, Jerônimo da Veiga e Pedroso Alvarenga e Jacintho Moreira Cabral.

A construção do monumento teve início no fim da década de trinta, período em que as oligarquias paulistas haviam sido afastadas do Poder Executivo com a Revolução de 1930 e perdido a Revolução Constitucionalista de 1932. Houve uma mobilização ideológica articulada pelos líderes do movimento “Revolução de São Paulo pelo Brasil” que buscavam invocar o espírito dos bandeirantes para a derrubada do governo provisório de Getúlio Vargas (CAPELATO, 1981). Brecheret apoiou o movimento paulista de 1932 construindo uma escultura em gesso do soldado

constitucionalista. Era necessário um novo fôlego cívico, assim, a elite paulista buscou na imagem um símbolo de sua própria reestruturação e identificação com os bandeirantes, seus supostos ancestrais. Como aponta o historiador Antônio Celso Ferreira (2002), o Monumento às Bandeiras não reflete somente a epopéia dos bandeirantes, traduz, também, uma visão dos modernistas sobre a história de São Paulo.⁷ O bandeirante tornou-se o grande mito fundador da nacionalidade paulista (FERREIRA, 2002).

É importante lembrar que o projeto do Monumento às Bandeiras foi proposto inicialmente por ocasião das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, sediada no Museu Paulista, em São Paulo. O projeto de Brecheret teve apoio de intelectuais e artistas modernistas que haviam realizado em 1922 a Semana de Arte Moderna. Oswald de Andrade, Menotti del Piccha e Monteiro Lobato encabeçaram uma comissão responsável pela organização do projeto de um monumento paulista em homenagem aos bandeirantes, ofertado à cidade por ocasião da celebração do Centenário da Independência.

Nas primeiras décadas do século XX, as narrativas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), fundado em 1894, e da Academia Paulista de Letras (APL), criada por volta de 1909, duas instituições afinadas a grupos dirigentes, exaltavam a memória dos bravos e heróicos desbravadores bandeirantes e sua relevância para a história nacional. Nesse sentido, confundindo a história de São Paulo com a história nacional, sendo os bandeirantes um símbolo regional e nacional do Brasil (WALDMAN, 2022).

O Monumento às Bandeiras conhecido popularmente como “Empurra-empurra” ou “Deixa que eu empurro” é feito de granito e representa um grupo empurrando uma canoa. À frente do grupo estão postados dois bandeirantes portugueses montados a cavalo, seguido de um grupo de homens acorrentados pelo pescoço que representam o índio, o negro e o mameluco. Brecheret usou como modelos seus próprios amigos para a construção das estátuas, além de tornar a si mesmo como bandeirante de sua obra, o escultor é o único nomeado. Em sua figura está a inscrição: “Autorretrato do escultor Victor Brecheret (02/10/1937)”.

No ano de 2013, uma manifestação, que contava com a presença de lideranças indígenas, reuniu-se para protestar contra a PEC 215, cujo texto modificava o sistema de demarcação de terras indígenas no país. O trajeto dos manifestantes começou na Avenida Paulista, seguiu pela Brigadeiro

⁷ Ver FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. Ferreira busca trazer algumas reflexões sobre a complexa indagação: *o que é ser paulista?* Para dar cabo ao questionamento e promover esclarecimentos, o autor utiliza como fonte as obras dos letrados paulistas entre 1870 e 1940, traçando um caminho que mostra a importância dos intelectuais paulistas para a criação de uma identidade regional.

Luís Antônio e teve seu fim com a ocupação do Monumento às Bandeiras. Os manifestantes escalarão o monumento carregando faixas e cartazes com frases como “Demarcação já!” e “Guarani”. Um tecido vermelho foi estendido sobre as figuras do grupo escultórico que estão postados atrás dos bandeirantes montados, enquanto na parte de trás da peça foi pintada com tinta branca a frase “Bandeirantes assassinos”.

Os manifestantes não indígenas ainda jogaram tinta vermelha sobre as peças do monumento, ação que foi taxada pela mídia como vandalismo. Após o evento, o líder indígena guarani Marcos dos Santos Tupã publicou uma carta em resposta à mídia que se referia à intervenção como vandalismo. Tupã, logo no começo de sua exposição parte de uma concepção completamente diferente ao afirmar: “Para nós, povos indígenas, a pintura não é uma agressão ao corpo, mas uma forma de transformá-lo. Nós, da Comissão Guarani Yvyrupa, organização política autônoma que articula o povo guarani no sul e sudeste do país, realizamos no último dia 02 de outubro, na Av. Paulista, a maior manifestação indígena que já ocorreu em São Paulo desde a Confederação dos Tamoios” (TUPÃ, 2013). Para o líder indígena, o pano vermelho representava o sangue de seus antepassados que foi derramado pelos bandeirantes, dos quais a sociedade branca tem orgulho. Ao final de seu texto, Tupã propõe a ideia de arte como transformação: “Esse monumento para nós representa a morte. E para nós, arte é outra coisa. Ela não serve para contemplar pedras, mas para transformar corpos e espíritos. Para nós, arte é o corpo transformado em vida e liberdade e foi isso que se realizou nessa intervenção” (TUPÃ, 2013).

Outra peça histórica que também merece atenção é outra obra de Brecheret, também localizada na cidade de São Paulo e inaugurada em 1960. O Monumento ao Duque de Caxias, localizada na Praça Princesa Isabel, região central paulistana. A escultura mede 48 metros ao total. Luís Alves de Lima e Silva foi o único brasileiro a receber o título de duque no reinado de Dom Pedro II. Caxias é interpretado por alguns como um grande herói da história nacional por seus feitos militares internos e externos. Além de ser considerado o patrono do exército brasileiro. Suas glórias escondem a violência de que fez uso para sufocar as revoltas populares que se desenrolaram durante o período do governo de Dom Pedro II. Houve mobilização social, durante a década de quarenta, para angariar fundos em prol da construção do monumento, sendo feito até um concurso internacional de maquetes, na qual uma comissão escolheria a melhor obra. Brecheret saiu vencedor do concurso.

Brecheret elaborou na base do monumento baixos-relevos que apresentam cenas da trajetória de Duque de Caxias. Essas cenas são representadas unicamente em cada uma das faces do pedestal. São essas: “*Pacificação, Caxias falando ao povo de Bagé*”, “*Reconhecimento de Humaitá*”, “*Batalha de Itororó*” e “*Enterro de Caxias*”. A morte de Caxias confere fim à sua jornada, mas suspende a sua

memória do processo histórico, como louvável de apreciação, sendo imbuída a sua imagem a áurea de herói.

Nem todos viram ou irão virar estátuas, para que suas ações sejam louvadas e sacralizadas, elas devem corresponder à ordem social ou a sua preservação. Nesse sentido, podemos perceber uma “tradição seletiva”. Partindo da premissa de que a história é escrita pelos vencedores, e como aparece nas páginas iniciais do Manifesto comunista de Marx, “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2007, p. 40), os objetos que a partir dela são produzidos - estátuas, monumentos, bustos e outros de caráter histórico – estão imersos nessa dinâmica. O projeto cívico pedagógico através dos monumentos de caráter histórico busca promover a univocidade da nação através da imagem, utilizando para isso as comemorações, instituições de datas, a biografia do monumentalizado para a constituição de uma identidade afetiva, mas que, ao mesmo tempo, vimos que exprimem violência simbólica. Pois, numa sociedade, a divisão se dá de forma natural, seja na disposição de classes, seja na divisão entre cultura dominante e cultura dominada.

Considerações finais

Como elementos apaziguadores e simbólicos, os monumentos de caráter histórico, além de eternizarem uma passagem e/ou personagem da história oficial, têm a função de promover o civismo e a univocidade da nação. Nesse sentido, as diferenças e a (de)formação social são escamoteadas através do processo cívico pedagógico em torno das peças históricas que compreendem o acervo da imaginária urbana.

Quando os movimentos sociais buscam a derrubada de monumentos, desses símbolos, ou mesmo quando há a operação de remoção por parte do poder público ou o próprio abandono ao sabor do tempo, é porque a “mensagem celebrativa herdada do passado está sendo questionada ou perdeu o sentido para as próprias elites que as erigiram” (NAPOLITANO, 2021). Podemos perceber o que Napolitano anuncia como crise do “pacto histórico”, já que existe a contestação dos pilares mnemônicos que promovem uma visão comum do passado que são transmitidas às gerações futuras de forma hegemônica e institucionalizada.⁸ As ações dos movimentos sociais e a efervescência de contestação da memória e a da história dita “oficial”, simbolizam uma nova dimensão da luta: a

⁸ Napolitano caracteriza o “pacto histórico” como “[...] faz com que atores políticos e grupos sociais diversos, mesmo em situação de conflito, compartilhem certas visões comuns do passado, como se fosse uma memória hegemônica e institucionalizada. NAPOLITANO, Marcos. Ainda temos tempo para os heróis? O “bota-abaixo” das estátuas e a crise do pacto histórico nas sociedades contemporâneas. In: *Monumentos, memória e violência*. Org: Rosane Kaminski, Marcos Napolitano. São Paulo: Letra e Voz, 2022. p. 97.

conexão entre direitos e memória. Desvelando o lugar simbólico dado no espaço público aos opressores que constituem os pilares da história “oficial” de suas sociedades. Transformando o espaço que compõe o ambiente urbano cotidiano em um local de disputa entre o passado e suas mazelas e o presente e seu revisionismo histórico.⁹ Como já afirmava Goethe: “assim como sobre os homens, também sobre os monumentos, o tempo não abdica de seu direito” (GOETHE, 2008, p. 122).

A efervescência dos movimentos revisionistas dos “perdedores” confronta a história e a memória oficiais. O processo pelo qual o progresso foi estabelecido e os nomes de figuras históricas que o acompanharam são, atualmente, questionados. As vítimas do passado não serão mais silenciadas e, como afirma Hobsbawm, é necessário se fazer uma história de baixo para cima ou como declarou Benjamin: “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1985, p. 225). Aqui, fazendo uso da concepção benjaminiana, a redenção do passado e de suas vítimas se faz na rememoração do passado. Mas não somente de maneira contemplativa que se deve olhar para o passado. É um processo ativo “a redenção é uma tarefa revolucionária que se realiza no presente [...] trata-se de ganhar a partida contra o adversário poderoso perigoso” (LOWY, 2005, p. 53). O papel do historiador, narrador ou cronista como Benjamin afirma, ao fazer seu ofício é fundamental, “já que a redenção exige a rememoração integral do passado sem fazer distinção entre acontecimentos ou os indivíduos ‘grandes’ e ‘pequenos’” (LOWY, 2005, p. 54). Desse modo, o passado e a memória tornam-se objeto de disputa entre o “oficial” e as contradições que surgem das reivindicações das minorias, “não havendo a redenção para a geração presente se ela fizer pouco caso da reivindicação das vítimas da história” (LOWY *apud* TIEDEMANN *et al.* (1973). p. 52).

Por fim, a discussão aqui apresentada buscou perceber como o passado e seus usos são objetos de disputa. Em uma sociedade dividida por classes, onde os direitos são regalias de alguns, os choques e tensões sociais constantes e o passado e sua herança colonial que nos assombram, erguer um monumento não afirma somente uma memória oficial, é necessário compreender e questionar a lógica monumental sacralizada. Quais são os símbolos que nos representam? São eles inertes, no sentido de não sofrerem com a ação do tempo? As demandas do presente e as projeções para o futuro, a “guerra simbólica” e a crise do pacto histórico nos fazem questionar: realmente a história teve seu fim?

Sites visitados

BECHARA, Victoria. Os indígenas de SC que suportaram massacres e podem fazer história no STF. *Veja*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/os-indigenas-de-sc-que-suportaram-massacres-e-podem-fazer-historia-no-stf>. Acesso em 19 jun. 2023.

⁹ Aqui entendendo como revisionismo histórico um processo científico e metodológico sério feito por historiadores e pesquisadores de outras áreas. Não essa enxurrada que vemos de “estudos” e notícias que veiculam a desinformação e que são propagadas pelos “brasis paralelos” e manuais “politicamente incorretos de história” que, na verdade, promovem o negacionismo. Encaro essas propostas ditas “revisionistas” como apenas mau-caratismo publicitário.

Câmara de Vereadores de Nova Veneza. Disponível em: <https://www.cvnv.sc.gov.br/proposicoes/pesquisa/0/1/0/6561>. Acesso em 03 out. 2023.

Cultura, DICIO – Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cultura/>. Acesso em 03 out 2023.

G1. Estátua, Estátua de Borba Gato é incendiada em São Paulo, *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/noticia/2021/07/24/estatua-de-borba-gato-e-incendiada-por-grupo-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em 15 mar. 2023.

Memória, DICIO – Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/memoria/>. Acesso em 03 out 2023.

MERCIER, Daniela. Estátua de Borba Gato, símbolo da escravidão em São Paulo, é incendiada por ativistas. *El País Brasil*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-24/estatua-do-borba-gato-simbolo-da-escravidao-em-sao-paulo-e-incendiada-por-ativistas.html>. Acesso em 16 mar. 2023.

MESSER, João Paulo. A polêmica da Praça em Nova Veneza. *ENGEPLUS*. Disponível em: <https://www.engeplus.com.br/noticia/bastidores/2021/a-polemica-da-praca-em-nova-veneza>. Acesso em 03 out. 2023.

NAPOLITANO, Marcos. A guerra às estátuas e a política pública de memória. *Nexo Jornal*. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2021/A-guerra-%C3%A0s-est%C3%A1tuas-e-a-pol%C3%ADtica-p%C3%BAblica-de-mem%C3%B3ria>. Acesso em 11 jan. 2023.

Nota de repúdio à homenagem feita a Natale Coral, assassino de indígenas. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/diversas/item/6289-nota-de-repudio-a-homenagem-feita-a-natale-coral-assassino-de-indigenas>. Acesso em 03 out. 2023.

PLANALTO. L0601-1850. *Planalto.gov.br*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em 15 ago. 2022.

RAMPINELLI, Waldir. Nova Veneza na Contramão da História. *APUFSC*. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2021/02/17/nova-veneza-na-contramao-da-historia/>. Acesso em 03 de out. 2023.

SP.GOV. BORBA GATO guarda a entrada do bairro de Santo Amaro. *Sp.gov.br* Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=285148>. Acesso em 16 mar. 2023.

TUPÃ, Marcos dos Santos. Monumento à resistência do povo guarani. *CTI*. Disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/monumento-a-resistencia-do-povo-guarani/>. Acesso em 20 mar. 2023.

Planalto.gov.br. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em 15 ago. 2022.

Bibliografia

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BENJAMIN, Benjamin. *Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas I*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. *Crítica y Emancipación*, (1): 53-76, junio 2008.
- Cultura*, Dicio, disponível em: <https://www.dicio.com.br/cultura/>. acesso em: 27 jul. 2022.
- COSTA, Gabriel Motta. A teoria da classe ociosa: uma análise de Thorstein Veblen sobre a dominação socioeconômica entre classes. *Revista Contemporartes*, maio 2020. Disponível em: <https://revistacontemporartes.com.br/2020/05/08/a-teoria-da-classe-ociosa-uma-analise-de-thorstein-veblen-sobre-a-dominacao-socioeconomica-entre-classes>.
- COSTA, Sérgio. O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Sociedade e Estado - Volume 29*, número 3, setembro/dezembro 2014.
- ENGELS, F.; MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, Lda. 1989.
- FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- GOETHE, J. *As afinidades eletivas*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2014.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.
- HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- KNAUSS, Paulo. A festa da imagem: a afirmação da escultura pública no Brasil do século XIX. *19&20*, Rio de Janeiro, v. V, n. 4, out./dez. 2010.
- KNAUSS, Paulo. *Imagens urbanas e poder simbólico: esculturas e monumentos públicos nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói*. 1998. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

- KNAUSS, Paulo. O Descobrimento do Brasil em escultura: imagens do civismo. *Proj. História*. São Paulo, (20), abr. 2000.
- LE GOFF, Jacques, 1924. *História e memória* / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.
- LOWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. *Arte & Ensaios*. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dezembro 2016.
- NAPOLITANO, Marcos. Ainda temos tempo para os heróis? O "bota-abaixo" das estátuas e a crise do pacto histórico nas sociedades contemporâneas. In: *Monumentos, memória e violência*. Org: Rosane Kaminski, Marcos Napolitano. São Paulo: Letra e Voz, 2022. p. 93-119.
- NORA, Pierre. Entre memória e história; a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo. (10), dez. 1993.
- ORWELL, George. *Dentro da baleia e outros ensaios*. Org: Daniel Piza. Trad. José Antonio Arantes. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- PADRÓS, E. S. *Usos da memória e do esquecimento na história*. *Letras*, [S. l.], n. 22, p. 79–95, 2001. DOI: 10.5902/2176148511826. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11826>. Acesso em: 8 jan. 2023.
- PASTANA, Mariana. Um herói eternizado em bronze: o monumento ao general Osório no Rio de Janeiro (1864). *Anais da XII JORNADA DE ESTUDOS HISTÓRICOS PROFESSOR MANUEL SALGADO*. RJ: Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ, 2017. p. 623-638.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SANTOS, Márcia Pereira dos. *História e memória: desafios de uma relação teórica*. *OPSIS*, vol. 7, nº 9, jul-dez. 2007.
- VIEIRA, Beatriz. Na carne dos dias: um fio de conversa sobre a (de)formação nacional em Paulo Arantes. *Passagens de Paris*, nº21 (2021.1).
- WALDMAN, Thaís Chang. A pedra sangrou: o dia em que o 'Monumento às bandeiras' se transformou no 'Monumento à resistência guarani'. In: *Monumentos, memória e violência*. Org: Rosane Kaminski, Marcos Napolitano. São Paulo: Letra e Voz, 2022. p. 165-185.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

OUTROS CORPOS E VIDAS:**FAMÍLIAS ESCRAVIZADAS NÃO-BRANCAS NOS SERTÕES DO RIO GRANDE
(RIBEIRA DO ACAUÃ, TOTORÓ, SÉCULOS XVIII-XIX)****OTHER BODIES AND LIVES:****NON-WHITE ENSLAVED FAMILIES IN THE SERTÕES DO RIO GRANDE
(RIBEIRA DO ACAUÃ, TOTORÓ, 18th-19th CENTURIES)**Matheus Barbosa Santos¹

Resumo

Investiga o fenômeno das *dinâmicas de mestiçagens* no Totoró e suas adjacências, ao longo dos séculos XVIII e XIX. Metodologicamente parte de revisão historiográfica, análise e transcrição de inventários *post-mortem* do sertão do Seridó. Partiu do pressuposto que o Totoró, situado na Ribeira do Acauã, não foi uma espacialidade constituída apenas por sujeitos livres e luso-brasílicos, desbravado e povoado apenas pela família Lopes Galvão, mas, também, por cativos não-brancos que constituíram núcleo familiar. Utilizando os pressupostos da História Quantitativa e Serial e da Micro-História, partindo do que foi analisado, constatou que o Totoró também foi um local formado e constituído por sujeitos e famílias de não-brancos, cativos, que também chegaram e povoaram este chão com seus descendentes, como é o caso das matriarcas Inácia, Tereza, Luiza e Maria.

126

Palavras-chave: História dos Sertões; Totoró; Não-brancos; Mestiçagens; Escravidão.

Abstract

It investigates the phenomenon of miscegenation dynamics in Totoró and its surroundings, throughout the 18th and 19th centuries. Methodologically, it starts with a historiographical review, analysis and transcription of *post-mortem* inventories from the sertão do Seridó. It started from the assumption that Totoró, located in Ribeira do Acauã, was not a spatiality constituted only by free and Luso-Brazilian subjects, pioneered and populated only by the Lopes Galvão family, but also by non-white captives who also constituted a family arrangement. Using the assumptions of Quantitative and Serial

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRN-CERES-PPGHC. Integra o Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura em Sertões Coloniais: História e Historiografia (SERCOL) - UFRN. Atualmente é Coordenador do Memorial Mateus de Medeiros Lula, da Câmara Municipal de Currais Novos/RN.

History and Micro-History, based on what was analyzed, it found that Totoró was also a place formed and constituted by subjects and families of non-whites, captives, who also arrived and populated this ground with their descendants, as is the case of the matriarchs Inácia, Tereza, Luiza and Maria.

Keywords: History of the Sertões; Totoró; Non-whites; Miscegenation; Slavery.

Introdução

Sertão, conceito utilizado de forma mais preponderante e nítida durante o período colonial, empregado para nomear e conceituar infindas terras que não estavam sob o domínio português, sobretudo nos primeiros anos de sua chegada, demarcou os espaços, segundo Janaína Amado (1995), de que pouco ou nada sabiam os colonos. No entanto, enunciar e apontar o sertão, distinguiu/distingue o ponto de observação e localização de quem nomeia, separa os pastos e pessoas que se diferenciam quando do seu uso.

Neste contexto, descreveu Amado (1995), nascem dualidades que se complementam, como “litoral” e “costa”, oposto ao que foi nomeado e demarcado enquanto sertão. Para além das diferenças geográficas entre terras banhadas pelo mar e o interior das possessões portuguesas, o litoral era o espaço conhecido, que mesmo coabitando outros povos, como índios e negros, havia o elemento branco colonizador, estava presente o seu universo simbólico e cultural.

Nessa premissa, os recantos do Novo Mundo, mobilizados enquanto sertão, espaços desconhecidos e misteriosos, inacessíveis e perigosos, eram habitados, pela óptica colonial, por bárbaros e hereges. Essa perspectiva, conceituando dado espaço e pessoas que ali estavam, significou para os nativos, pessoas escravizadas, degradados e leprosos, possibilidade de vida e sobrevivência frente aos colonizadores pouco sujeitos ao diferente e ao diverso. “Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem falava” (AMADO, 1995, p.150).

Dessa forma, o sertão não é um tipo empírico de lugar, ele não pressupõe tangibilidade, não se definiu do ponto de vista da geografia. Antonio Moraes (2003), discutindo este conceito, demonstrou que pouco importa, apenas, características naturais e ambientais atreladas ao sertão, pois na forma que o debatemos e compreendemos, ele não se configura como uma obra da natureza, mas como um fenômeno humano.

Para Antonio Moraes (2003), o sertão é uma condição, um conceito atravessado por diferentes sentidos, que ao longo do seu uso, espacialmente e temporalmente, variou seu “momento empírico”, como uma forma preliminar de apropriação simbólica. Sendo essa categoria cultural, o sertão tem o

“poder de evocação de imagens, sentimentos, raciocínios e sentidos, construídos ao longo da sua experiência histórica” (NEVES, 2003, p.158).

Discursar e se apropriar do sertão, mobilizar sua carga simbólica, dialeticamente construída, serviu como base para um projeto povoador, civilizador e modernizador, buscando alternativas para superação da condição sertaneja. O sertão, investigado enquanto um espaço de fronteira, por Candice Vidal e Souza (2015), se referiu aos espaços vazios dos referenciais de mundo lusitanos. Ora, semanticamente construído como um espaço inóspito e desabitado, considerando os sujeitos que se encontravam no litoral das terras do Novo Mundo, o sertão justificou ações sobre ele, espaços potencialmente disponíveis para civilização e conquista, para se tornarem rentáveis para máquina colonial.

Esse contexto, viabilizou que colonos e gados marchassem por “terras devolutas e desabitadas”, usurpassem territorialidades indígenas, convivessem e coexistissem atravessados por relações tensas, de interesses e conflituosas. Depois da expulsão dos holandeses (1654), essa frágil convivência não encontrou motivos para permanecer, tornando os conflitos e embates cada vez mais recorrentes, tendo em vista os empreendimentos e tentativas de implantação da atividade pastorícia nos rincões do Novo Mundo, repetidas vezes refreados e frustrados pela resistência das populações indígenas. Esse cenário conflagrou, o que ficou conhecido, na época, conforme Pedro Puntoni (2002), como “Guerra dos Bárbaros” (1651-1725)², etnocídio indígena, direcionado em sua maioria aos nativos que estavam em espaços nomeados enquanto sertão, o *gentio tapuia*.

O sertão do Seridó foi um dos palcos de maior radicalidade dos confrontos, com embates iniciados por volta do ano de 1683. Olavo de Medeiros Filho (1984) apontou que por volta de 1690, aos pés da Serra d’Acauã³, houveram combates entre o braço armado da Coroa Portuguesa e os indígenas localizados neste espaço, pejorativamente chamados de tapuia, no qual mais de mil nativos foram presos, entre mortos e fugitivos houve quase um milhar.

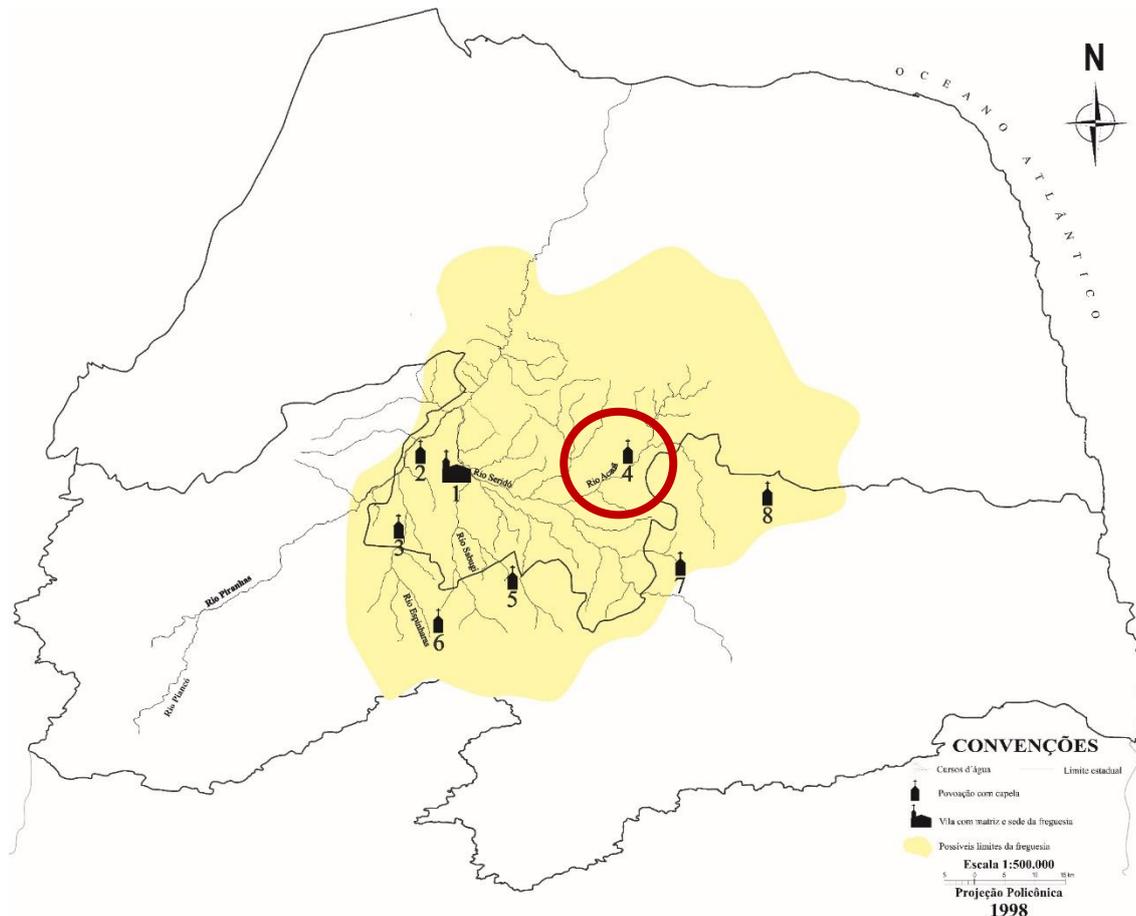
No limiar da guerra, no sertão da Capitania do Rio Grande, nos últimos anos do século XVII, quando se contaram corpos e guardaram armas, o processo de colonização dos sertões se processou com mais afinco, havendo requerimentos e doações de sesmarias para ocupação daquelas terras com o gado, construindo currais de madeira e pedra, erguendo sítios e fazendas para lida com o criatório e com lavouras, conforme escreveu Helder Macedo (2011).

² Segundo Olavo de Medeiros Filho, os últimos embates entre colonos e indígenas, na Capitania do Rio Grande, ocorreram no ano de 1725 (MEDEIROS FILHO, 1984).

³ Atualmente, a Serra d’Acauã” se localiza no município de Currais Novos/RN.

Dessa forma, tornando o sertão conhecido e rentável para os olhos coloniais, percorrendo este território através das suas vias fluviais, se esboçara a Ribeira do Seridó, localidade escolhida para sediar a Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (1748) e, posteriormente, o Termo Judiciário da Vila Nova do Príncipe (1788)⁴:

Figura 01 – Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (1748) e Termo Judiciário da Vila Nova do Príncipe (1788)



Legenda: 1 – Vila Nova do Príncipe, sede da Freguesia do Seridó, contando com a Capela de Nossa Senhora do Rosário e a Matriz da Senhora Santa Ana do Seridó; 2 – Povoação da Nossa Senhora do Ó da Serra Negra; 3 – Povoação de Nossa Senhora da Guia do Acari; 4 – Povoação de Santa Luzia do Sabugi; 5 – Povoação de Nossa Senhora da Guia dos Patos; 6 – Povoação de Nossa Senhora da Luz da Pedra Lavrada; 7 – Povoação de Nossa Senhora das Mercês da Serra do Cuité (MACEDO, 2020). A área que foi destacada no mapa, situa a Ribeira do Acauã, local onde se encontra o Totoró.

⁴ Compreendemos a Ribeira do Seridó como todo o território pertencente a administração religiosa da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó e do Termo Judiciário da Vila Nova do Príncipe, espaços situados nos sertões da Capitania do Rio Grande. Banhados pelos Rios Acauã, Espinharas, Piranhas e Seridó, a Freguesia do Seridó foi desmembrada da Freguesia de Nossa Senhora da Guia, de Patos, na Capitania da Paraíba, em 1748, assumindo como sede a Povoação do Caicó. Em 1835, o território remodelasse novamente, frente ao desmembramento da Freguesia do Acari, sob o culto de Nossa Senhora da Guia. Parte dessa espacialidade corresponde atualmente à região do Seridó norte-riograndense, localizado na parte centro-sul do Estado (MACEDO, 2020).

O mapa, resultado de uma tentativa de aproximação do apogeu territorial desta circunscrição no período colonial, esboçara quais seriam os domínios religiosos, jurídicos e administrativos da Freguesia do Seridó e do Termo Judiciário da Vila Nova do Príncipe. A área acima destacada, localiza a Ribeira do Acauã em relação aos domínios do sertão do Seridó. É neste espaço que se encontra o Totoró⁵, embrião do município de Currais Novos/RN, localidade de nosso principal interesse.

Desta maneira, temos como objetivo discutir acerca dos sujeitos e das famílias não-brancas⁶, constituídas por pessoas escravizadas de diferentes qualidades, no Totoró e suas adjacências, durante os séculos XVIII e XIX. Acreditamos que essa espacialidade não foi formada apenas por indivíduos e núcleos familiares brancos, de origem lusa ou luso-brasílica, bem como, não se restringiu somente aos Lopes Galvão.

Essa breve narrativa sobre o sertão do Seridó, acerca dos conflitos entre colonos e indígenas, do processo de ocupação destas terras por famílias e gados, também esteve presente em obras de eruditos radicados neste solo. Durante o século XX, estes sujeitos, segundo Helder Macedo (2020), voltaram suas atenções na eleição e valorização do passado lusitano e luso-brasílico deste espaço, reverenciando “pais fundadores”, “sujeitos de estirpes” e do que eles consideravam enquanto “velhas famílias do Seridó”. Estes escritos, são responsáveis por conceber um passado comum para este espaço e para sua população, um local visto e encarado majoritariamente enquanto masculino, branco, ocidental e cristão.

Tais perspectivas também foram reproduzidas e reforçadas, em certa medida, para o espaço de nosso interesse: o Totoró, localizado na Ribeira do Acauã, no sertão do Seridó. Intelectuais seridoenses, como José Bezerra Gomes (1911-1982) e sua obra *Sinopse do Município de Currais Novos* (1975), Celestino Alves (1929-1991) com *Retoques da História de Currais Novos* (1985),

⁵ Totoró ou Tororó, é uma palavra de origem indígena e provavelmente significa “lugar onde se acha água”. O Rio Totoró nasce na Serra de Santana e se encontra com o Rio São Bento, antigo Maxinaré, com foz localizada na Serra do Doutor, e desaguam no Rio Acauã (SOUZA, 2008). É importante mencionar, também, que a Data de Terra do Totoró, foi uma porção territorial que abrigava sítios e fazendas. O nome “Totoró”, por sua vez, nomeou o rio, um pico rochoso e unidades familiares destinadas ao criatório e ao plantio.

⁶ Para fins desse estudo, consideramos os sujeitos integrantes das *matrizes puras*: índio, negro, preto e crioulo. Também trabalhamos com pessoas qualificadas como *mestiças*, termo empregado para os indivíduos provenientes dos contatos biológicos ocorridos entre pessoas que foram qualificadas pelo Estado e pela Igreja como mamelucos, pardos, mulatos cabras e curibocas – qualidades predominantes na Ribeira do Seridó. Dessa forma, não estamos tratando de uma categoria homogênea, mas um termo plural e flexível, incluindo pessoas de diferentes qualidades e condições no contexto da Ibero-América. Esse termo, configurando-se enquanto móvel e maleável, se modificou ao longo do tempo e do espaço, sendo empregado, inicialmente, para nomear apenas os filhos de pessoas providas da Europa com nativas do Novo Mundo. Todavia, a partir do século XVIII, contemplou uma maior abrangência, definindo e qualificando pessoas de diferentes *tipos*. Portanto, um conceito equivalente ao de *mestiço* seria o de *mestiçagem* (PAIVA, 2015).

Antônio Quintino Filho (1911-?) e *História de Currais Novos* (2009 [1987])⁷, e Joabel Rodrigues de Souza (1937-2014) com seu livro *Totoró, Berço de Currais Novos* (2008); estavam dedicados em contar suas versões acerca do atual município de Currais Novos/RN, recaindo no reforço de elementos hegemônicos, promovendo silenciamentos acerca de outras pessoas e famílias.

O Totoró, na óptica destes autores, quando existiu menção sobre populações indígenas, faziam referência ao seu desaparecimento ou uma ocupação tratada enquanto passada, do passado colonial. Desta forma, na segunda metade do século XVIII, Cipriano Lopes Galvão, casado com Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos, partiram de Igarassu, na Capitania de Pernambuco, para tomarem posse de suas terras. Ao se instalarem, num suposto limbo ocupacional em que somente essa família andava por este solo, geraram descendentes e povoaram este chão com seus ramos genealógicos frondosos. O que seria o “primeiro povoador” do Totoró se insere numa dimensão um pouco mais ampla, pois também é considerado enquanto um dos “opulentos sujeitos” que teriam desbravado o sertão, ao lado de Tomaz de Araújo Pereira e Caetano Dantas Correia, “todos os povoadores iniciais do Seridó, troncos das tradicionais famílias que ainda hoje vivem na região, em que trabalham e a que servem” (AUGUSTO, 2002 [1940], p.14).

Para compreendemos o fenômeno estudado, alicerçar nossas discussões, trabalhamos com o conceito de *qualidade*, coevo aos empreendimentos da Ibero-América, presente no dicionário de Raphael Bluteau (1712). O termo fez referência ao que compõe o ser, não sendo possível definir de forma mais delimitada o que abrange a qualidade, tendo em vista que nenhum ser ou espécie agrega o todo. Esse conceito também toca o universo espiritual, relacionando formas de entendimento, vontade e “virtudes morais”. Em relação ao corpo, os aspectos se detêm na figura, no movimento, quietação e grandeza.

Nos interessa, sobremaneira, o conjunto de qualidades intrínsecas ao corpo, sua beleza e alma, podendo ser genuínas dos sujeitos ou adquiridas, os dotando de estima e nobreza. Bluteau (1712), aqui, se referiu ao “homem de *calidade*”, tipicamente masculino, do *genere clarus*.

Eduardo Paiva (2015) evidenciou que o conceito de qualidade distinguiu pessoas que tinham, daquelas que não tinham, ou das pessoas que apresentavam em menor proporção ou intensidade. Foi uma categoria utilizada para diferenciar corpos, aparência e fisionomia. Esteve associada aos

⁷ Antônio Quintino Filho, na sua obra *História de Currais Novos* (2009 [1987]), merece menção acerca do seu trabalho crítico e de problematização das fontes documentais. Sem formação acadêmica em História, reproduzindo narrativas quase engessadas acerca do Seridó e do Totoró, em certa medida, também tensionou sobre o pioneirismo da família Lopes Galvão no desbravamento e constituição familiar neste chão. Ainda, considerando seu contexto de produção e seus pares, dedica um capítulo do seu livro para tratar sobre *A Escravidão em Currais Novos*, defendendo que os primeiros desbravamentos destas terras foram protagonizados por escravos, que estes sujeitos não eram apenas uma mão de obra forçada e compulsiva aos serviços dos seus senhores, mas que a “escravidão definiu-se, constituindo-se num verdadeiro organismo social” (QUINTINO FILHO, 2009 [1987], p.53).

preceitos de nobreza, quando fazia menção aos “nobres, brancos, ocidentais e cristãos”, em oposição aos “mouros, orientais e infiéis”.

O processo de colonização inaugurou novas formas, outros parâmetros para o uso e compreensão do conceito de qualidade. Essa categoria foi utilizada para diferenciar, classificar e hierarquizar indivíduos e grupos sociais, baseados na ascendência e descendência genealógica, proveniência, origem religiosa, condição jurídica (seja o indivíduo livre, cativo ou forro); ocupação, e ainda se guiou por elementos mais tangíveis, utilizando os corpos das pessoas, como cores de pele, tipo de cabelo e o delineamento dos lábios e/ou bocas. Caso essas ferramentas não bastassem para designar o qualificativo de algum sujeito, os elementos que fossem mais sobressalentes e aparentes eram tomados como forma de atribuição (PAIVA, 2015).

A partir deste contexto, Eduardo Paiva (2015) cunhou o conceito de *dinâmicas de mestiçagens*, que seriam mesclas biológicas – consentidas ou não – e culturais que buscou compreender o processo de misturas, mobilidades e trânsitos engendrados nas Américas, além de observar superposições e coexistências de elementos que não se mesclaram ou deram origem a um novo elemento. O percurso histórico destas mesclas, segundo o autor, teve participação de agentes históricos não-mestiços, tais como índios, negros e brancos, que não eram definidos e nem se definiam como provenientes de misturas.

Os dois conceitos trabalhados até aqui não são fenômenos reguladores, esquemas bem definidos e/ou delimitados acerca de eventos que não retratavam um mundo unificado ou uma realidade mestiça, mas compreende e abarca um conjunto diverso, matizes e cores de diversas formas e jeitos. São conceitos maleáveis e flexíveis, sujeitos ao seu emprego, concepção e modificações ao longo do tempo e do espaço.

Por fim, levando em consideração nossas discussões, utilizamos o conceito de “genealogia mestiça”, de Helder Macedo (2020), que em suas palavras concerne a “um conjunto de antepassados de uma ou mais famílias, cujos ancestrais mais remotos, no período colonial, propiciaram a existência de relações de parentesco consanguíneo e espiritual com pessoas de diferentes qualidades e condições” (p.11).

Para viabilizarmos nossas intenções, trabalhamos com fontes judiciais, que são os inventários *post-mortem* do Arquivo da Vara Cível da Comarca de Currais Novos/RN (1788-1851), digitalizados pelo autor do texto; e do processo de mesmo caráter de José Gomes Nobre (1764), conservado no Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC), no Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) – Campus de Caicó, disponível para consulta online no site *Acervus UFRN*.

Para o trabalho com essas fontes, partimos das abordagens da Micro-História, como os *jogos de escala* discutidos por Jacques Ravel (1998). Nossas intenções, como mencionado anteriormente, estão centradas no rastreo e compreensão das trajetórias de sujeitos e famílias não-brancas situadas no sertão do Seridó, na Ribeira do Acauã, mais especificamente no espaço do Totoró e suas adjacências. Assim, mudaremos nosso foco e faremos diálogos macros tomando como base este fenômeno investigado.

Dessa forma, dialogamos com perspectivas da *História Quantitativa e Serial* (GUEDES, FRAGOSO, 2016; BOTELHO, 2001; GUEDES, SAMPAIO, 2014), levando em consideração nossas intenções em construirmos um panorama quantitativo dos sujeitos cativos não-brancos presentes no Totoró, entre os séculos XVIII e XIX, de tal modo que conseguimos perscrutar e verticalizar nossas análises utilizando o método do *paradigma indiciário*, de Carlo Ginzburg (1989), auxiliando no recolhimento de indícios e da possibilidade de esquadriharmos nossa documentação.

Por fim, também nos amparamos no *método onomástico* (GINZBURG, PONI, 1989), utilizando aquilo que os sujeitos têm como um dos seus maiores bens: o nome. Aqui, ele será usado como fio condutor para construção de redes genealógicas, na reconstituição de famílias.

Outras cores no Totoró

Os autores que se dedicaram em escrever especificamente sobre município de Currais Novos/RN, como José Bezerra Gomes (1975) e Celestino Alves (1985), Antônio Quintino Filho 2009 [1987] e Joabel Rodrigues de Souza (2008), ao elevarem Cipriano Lopes Galvão e Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos enquanto “povoadores” e “fundadores” do que seria posteriormente essa cidade, quando da chegada deste casal no Totoró, na segunda metade do século XVIII, reforçando suas origens lusas, encarando estes sujeitos e seus descendentes enquanto os troncos fecundos do povoamento deste espaço, além de conceberem um passado comum, também criaram um tipo de sujeito, alegando que “observa-se a presença ainda hoje viva do elemento branco, de olhos azuis e cabelos brancos, caracterizando o seridoense, enobrecido pela sua origem genealógica, oriundo do antigo marinheiro (dólico-louro), de origem lusa, lembrando loirões e alentajanos, originários de Portugal” (GOMES, 1975, p.41-42).

No entanto, quando nos preocupamos com pessoas que não figuram como protagonistas destas histórias, quando inserimos e compreendemos os sujeitos não-brancos enquanto povoadores, fundadores e participantes do processo histórico ocorrido no Totoró, é possível percebermos uma realidade complexa, composta por diferentes qualidades, de pessoas de diferentes cores, como percebermos na tabela abaixo:

Tabela 01 – Qualidades de pessoas escravizadas no Totoró (XVIII-XIX)

QUALIDADE	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Mulato ou mulata	80	27,4%
Crioulo ou crioula	76	26,03%
Cabra	51	17,47%
Sem qualificação	34	11,65%
Gentio de Angola	27	9,25%
Pardo ou parda	14	4,8%
Índio ou índia	4	1,37%
Gentio de Mina	3	1,03%
Mestiço de Pardo e Preto	2	0,69%
Negra	1	0,35%
TOTAL:		292

Fonte: Utilizamos os inventários *post-mortem*, para o levantamento do léxico das qualidades dos cativos do Totoró e suas adjacências, entre os séculos XVIII e XIX, pois nesta fonte não existe abreviaturas acerca do qualificativo do indivíduo, sendo possível verificarmos o designativo de maneira extensa, o que permite uma maior proximidade e segurança de análise para um fenômeno complexo como o das mestiçagens. Elaboração feita a partir de 46 processos do AVCCCN. 1°CJ. Inventários *post-mortem*, Caixas 01, 02 e 03 (1788-1854). FMDTZ, Currais Novos/RN; E 01 processo do LABORDOC. 1°CJ. Inventários *post-mortem*, Caixa 321 (1737-1768). Inventário de José Gomes Nobre (1764). LABORDOC, CERES, UFRN, Campus de Caicó/RN. Total de documentos: 47.

A qualidade de “mulato”, representando 27,4% dos cativos que viveram no Totoró, segundo Eduardo Paiva (2015), foi utilizada a partir do século XVI para os domínios espanhóis e portugueses nas Américas. Seriam os frutos de mães negras e pais brancos, ou vice-versa; essa qualidade também remete uma visão animalizante do sujeito, uma vez que o termo “vinha sendo associado a ‘mula’ (animal nascido do cruzamento entre asno e égua ou entre cavalo e asna), a híbrido e até mesmo a bastardo” (p.217).

Essa qualidade, e os sujeitos que levavam essa marca em seus corpos, estavam intimamente ligados ao ambiente escravista, formas de trabalho forçado, afazeres que, na visão colonial, eram depreciativos e humilhantes. Pessoas que assim foram nomeadas, tinham maiores dificuldades de se moverem socialmente, particularizados pela falta de qualidade proveniente do cativo.

O termo “crioulo” também foi uma categoria utilizada pelas Coroas Portuguesas e Espanholas desde o século XVI, conforme apontamentos de Eduardo Paiva (2015). Na América Portuguesa, foi usado para qualificar o rebento de mãe africana, o escravo que não nascera em África. Composto 26,03% das pessoas escravizadas do Totoró, os sujeitos assim nomeados nasceram escravizados, não conheceram nenhuma realidade anterior ao cativo, logo, não passaram pelos processos de violências da travessia do Atlântico, como provavelmente seus genitores. Carlos Engemann (2016), sinalizou que os processos de vida e socialização dessas pessoas estavam demarcados e delimitados por suas condições e trabalho.

17,47% dos cativos do Totoró foram qualificados como “cabras”, categoria animalizante, como o termo explicita. Márcia Amantino (2016) afirmou que essa categoria lexical, em especial, variou intensamente ao longo do tempo-espço, sendo o termo empregado aos descendentes das relações entre índios e negros. A partir da segunda metade do século XVIII, a autora observou que, neste momento, essa qualidade tinha menos a ver com laços indígenas: o modo pelo qual estava sendo empregado, agora, dizia respeito aos filhos de negros com seus descendentes mestiçados.

No final do século XVIII para o início do XIX, Amantino (2016) percebeu que essa qualidade estava sendo empregada para o mestiço de africano com mulato. Esses sujeitos reconfiguravam o léxico das qualidades, tornavam este processo mais denso e complexo, pois sua ancestralidade e misturas eram difíceis de precisar. De toda forma, assegura a autora, essa categoria deve ser compreendida “no conjunto das qualidades de menor valor hierárquico” (p.97), haja vista que “cabra” foi usado para “designar pessoas nascidas da mestiçagem entre índios e negros ou de negros (crioulos ou africanos) com mulatos ou pardos” (p.97).

Das qualidades presentes na referida tabela, não conseguimos encontrar o qualificativo de 11,65% de pessoas escravizadas, representando 34 cativos situados no Totoró. Entretanto, se valendo das suas condições jurídicas enquanto sujeitos em situação de escravidão, de figurarem nos inventários *post-mortem* como bens de seus senhores, foi possível visualizar, a partir das investigações de Eduardo Paiva (2015), que no século XVI, “preto” e “negro” eram sinônimos de sujeitos escravizados, conquanto nem todo cativo fosse um “negro” vindo de África, malgrado grande parte deles o fossem.

“Negro”, quando foi expressamente nomeado, figurando em 0,35% dos escravos no Totoró, fez referência aos africanos escravizados. “Preto”, desta feita, foi menos mobilizado, mas assim como “negro” vemos seu emprego enquanto qualidade e como cor. Para Paiva (2015), cor foi uma ferramenta de identificação e distinção social, “um verdadeiro caleidoscópio de origens, mesclas biológicas e cores de pele na Ibero-América pode, desde o início, ter incentivado o uso dessa categoria, que, de resto, não apenas coloriu aquele universo, mas serviu de marcador social de distinção, de vivência, de convivência e de mobilidade” (p.154).

O Totoró, espacialidade localizada no interior da Capitania do Rio Grande, no sertão do Seridó, também foi povoado por pessoas provindas de África, como vemos 9,25% do escopo social de cativos designados com “Gentio de Angola”. O termo “gentio”, foi adotado na atribuição de pessoas que eram consideradas bárbaras e selvagens, muitas vezes, sujeitos nomeados enquanto “Gentio de Angola” ou “Gentio de Mina” – este, representando, 1,03% dos escravizados de África situados nestas paragens –, foram adotados como sinônimos de “cativo” (PAIVA, 2015).

Proveniente do contato entre negros, crioulos, mulatos, que poderia ter ocorrido com brancos e índios, “pardo” se tornou uma categoria indicativa de qualidade. Sujeitos assim nomeados, contando 4,8% no Totoró, dispunham de mais facilidade para movimentações sociais, considerando, certamente, os indivíduos em regime de escravidão. Apesar destas rudimentares aspirações, Eduardo Paiva (2015) recordou que era praticamente indelével o sinal da escravidão nos seus corpos, em suas tezes.

“Índio” foi uma categoria lexical amplamente utilizada nas terras do Novo Mundo, predominantemente para nomeação das populações autóctones. Os grupos nativos que estavam situados no sertão foram pejorativamente denominados como “tapuias”, encarados como perigosos e bravios (PAIVA, 2015). Essa distinção foi adotada pelos grupos situados no litoral, os Tupi, que eram inimigos dos “tapuias” (MACEDO, 2011).

É importante dizer que “tapuia” não se configurou como um etnônimo, mas uma qualidade colonial, forjada por indígenas do litoral e colonos, permitindo que os sujeitos assim nomeados fossem também chamados de “bárbaros”, “gentios” e “gentio bárbaros”. Dialogando com Pedro Puntoni e Cristina Pompa, Helder Macedo (2011) apontou que era relevante “perceber uma determinada associação entre *tapuias* e o sertão, como se essas duas categorias estivessem a tal ponto entrelaçadas que seria mesmo difícil separá-las” (p.98).

Nas escravarias presentes no Totoró, entre os séculos XVIII e XIX, temos 0,69% de pessoas qualificadas como “mestiço de pardo e preto”. Para além das designações de “pardo” e “preto”, anteriormente discutidas, “mestiço” era o filho entre ibéricos e nativas, também chamados de “mamelucos” e “bastardos”, sobretudo no início da conquista da América Portuguesa. Este termo, com o tempo, foi amplamente empregado, uma vez que abarcava interpretações generalizantes, aludindo aos descendentes de uniões mistas (PAIVA, 2015).

No Totoró, temos o emprego de um vocábulo que remete à qualidade de “preto”, “pardo” e “mestiço”, além de fazer referência aos fenômenos das mesclas, assim, “mestiço de pardo e preto” seria uma qualidade ou seria o descendente proveniente do contato entre um pardo e um preto? Seria possível falar sobre o filho do contato entre três qualificativos distintos? Apesar da dinamicidade e de suas mudanças ao longo do tempo e do espaço, haveria um teto de nomeações no léxico das qualidades? Infelizmente, no momento, não dispomos destas respostas.

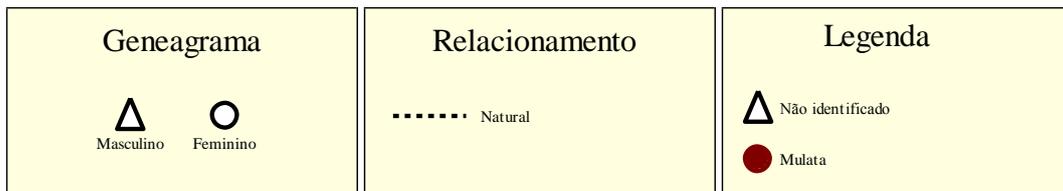
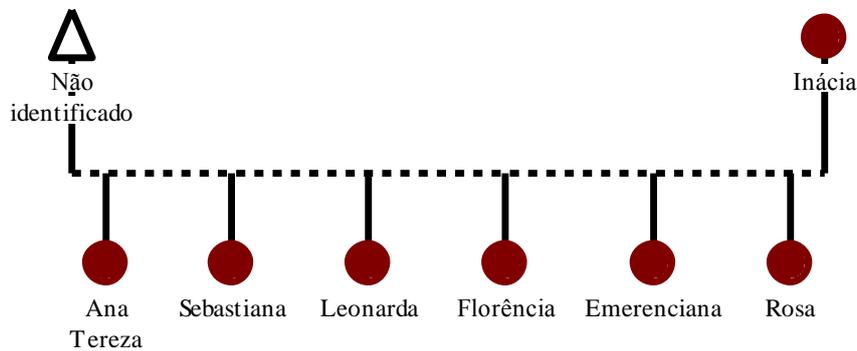
No cativoiro, famílias

Os sujeitos escravizados, que estavam no Totoró, entre os séculos XVIII e XIX, além de estarem presentes na condição de cativos nos processos inventariantes, estavam vivendo, se relacionavam

com seus pares, com seus senhores; vaquejavam o gado, plantavam e cuidavam das lavouras, comiam e viam o nascer e o pôr do sol, apesar da situação que eles viviam naquela sociedade. Essas pessoas também foram os pés infantes do chão do Seridó, das terras denominadas Totoró, também povoando-as com seus genes, suas cores e modos de ser.

Assim, além dos dados que trabalhamos e discutimos na primeira parte deste texto, com o intuito de construirmos arranjos genealógicos de pessoas não-brancas em situação de escravidão, falamos de Inácia, que com um ou mais de um sujeito que não conhecemos, podendo ser da mesma escravaria que ela estava integrada ou não, foi mãe de seis mulheres: Ana Tereza, Sebastiana, Leonarda, Florência, Emerenciana e Rosa. Todas elas, incluindo a matriarca, foram qualificadas como mulatas:

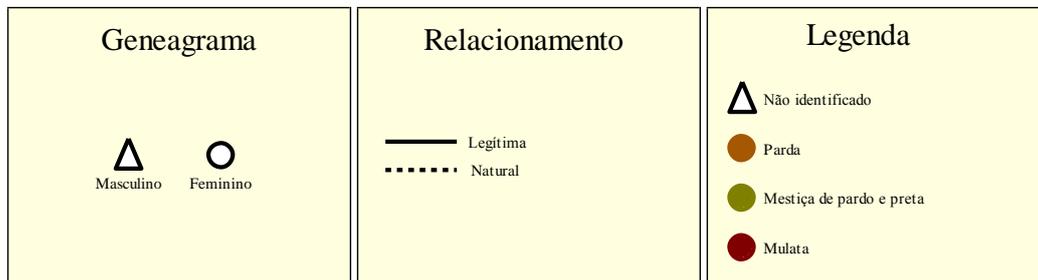
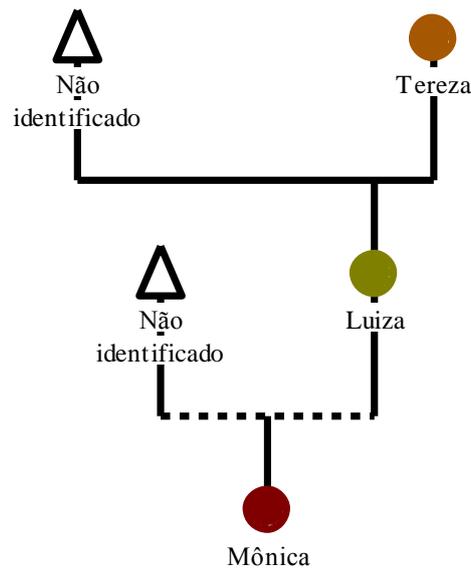
Geneograma 01 – Descendência de Inácia



Fonte: AVCCCN. 1^oCJ. Inventários *post-mortem*, Caixa 01 (1788-1814). Inventário de D. Adriana de Holanda e Vasconcelos (1793). FMDTS, Currais Novos/RN.

Fazendo parte da mesma escravaria, como foi possível percebermos no inventário *post-mortem* de Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos (1793), temos outro arranjo familiar composto por duas gerações, isto é, mãe, filha e neta, como podemos visualizar abaixo:

Geneograma 02 – Descendência de Tereza

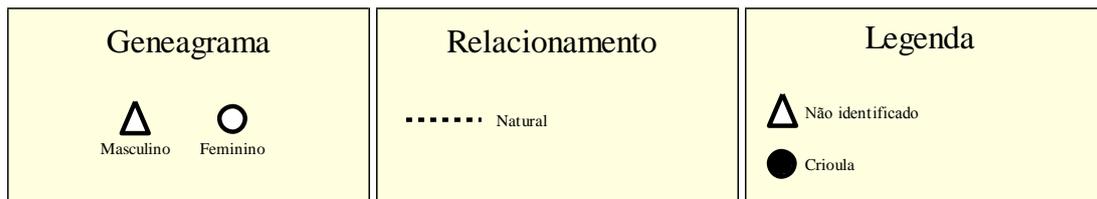
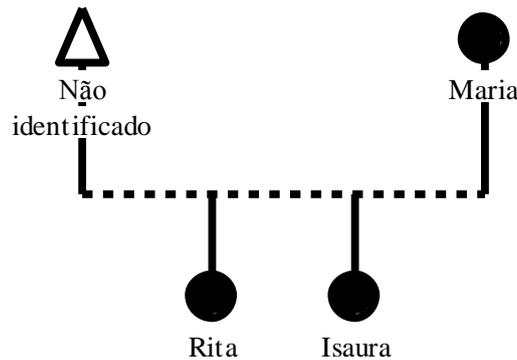


Fonte: AVCCCN. 1°CJ. Inventários *post-mortem*, Caixa 01 (1788-1814). Inventário de D. Adriana de Holanda e Vasconcelos (1793). FMDTS, Currais Novos/RN.

Tereza, qualificada como parda, proveniente de uma relação que não conseguimos rastrear, gerou Luiza, qualificada como mestiça de pardo e preto; ela, por sua vez, com um homem que não podemos precisar, gerou Mônica, designada enquanto mulata.

Por fim, ainda no mesmo inventário *post-mortem*, dentre os 24 cativos que estavam sob posse da senhora acima, temos a descendência de Maria, que com um sujeito que não conseguimos identificar, deu à luz para Rita e Isaura, todas três qualificadas enquanto crioulas, conforme o geneograma:

Geneagrama 03 – Descendência de Maria



Fonte: AVCCCN. 1°CJ. Inventários *post-mortem*, Caixa 01 (1788-1814). Inventário de D. Adriana de Holanda e Vasconcelos (1793). FMDTS, Currais Novos/RN.

Essas três matriarcas, presentes no processo de Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos (1793), moradora que foi no Totoró de Cima, na Ribeira do Seridó, Termo Judiciário da Vila Nova do Príncipe, foram mães de forma natural, não tinham matrimônio perante os olhos da Igreja Católica (com exceção de Tereza, mencionada enquanto casada, apesar da não identificação do seu marido), o que não foi uma barreira para que elas construíssem ou mantivessem relações, afetos e gerassem seus descendentes. Além da condição destas mulheres e suas filhas enquanto escravas, devemos pensar que “práticas amorosas se circunscreveram a partir de objetivos diversificados que envolveram interesses díspares entre pessoas de ‘qualidades’ e ‘condições’ diferentes, foram frutos, em última instância, dos processos de mestiçagens que, paralelamente, também ajudaram a forjar a sociedade colonial” (SANTOS, 2017, p.53).

Essas formações genealógicas, estes qualificativos que essas mulheres carregavam em seus corpos, adensaram práticas nominativas do léxico das qualidades, uma vez que partindo do que sabemos acerca da categoria de mulato, como Inácia, designada enquanto tal, teria gerado outras filhas de mesma qualidade? É possível supor que ela poderia ter outro designativo que não fosse proveniente de mescla, mas no momento da inventariação dos bens, o responsável pela escrita do processo, o escrivão João de Sousa e Silva, nomeou ela desta forma pela mesma estar integrada ao mundo da escravidão? É provável que todas ali presentes tenham sido adjetivadas tendo apenas o cativo como medida?

Outros questionamentos nos fazem tensionar o comportamento do léxico das qualidades e o fenômeno das dinâmicas de mestiçagens para realidade do sertão do Seridó, mais especificamente o Totoró, pois quais critérios teriam sido acionados quando Tereza teve sua filha Luiza nomeada enquanto mestiça de pardo e preto? Sabemos que os inventários *post-mortem* eram constituídos por diversas peças jurídicas, da mesma forma que era um documento formado por diversas mãos, diferentes pessoas que faziam parte dos autos, como o juiz ordinário e/ou de órfãos, responsável, na maioria das vezes, pela abertura e por presidir o processo; o inventariante, normalmente cônjuge do inventariado – quando fosse o caso –, ou seja, da pessoa que havia falecido, era o encarregado de gerenciar o espólio, por sua prestação de contas; também estavam presentes neste processo os louvados, responsáveis pela avaliação dos bens; e os partidores, incumbidos de fazer a partilha da herança entre os herdeiros.

Outro sujeito vinculado ao aparelho burocrático da América Portuguesa, também presente na feitura dos processos inventariantes, era o escrivão e/ou tabelião, responsável pela redação jurídica dos autos, por seguir uma normativa administrativa e escrever o que havia sido decidido pelos envolvidos. Era o último encarregado de transcrever falas, ações, desejos, vontades e decisões do que estava acontecendo naquele dado tempo e naquele dado espaço. Destacamos este sujeito histórico, pois ele foi responsável em legar para posteridade os registros daquela época, categorias e vocábulos que qualificaram os indivíduos em situação de escravidão no Totoró colonial.

Retornando aos três núcleos familiares que abordamos, por que somente Maria teria gerado filhas que estivessem de acordo, no sentido biológico, com seu qualificativo? Podemos inferir, diante destes casos, é que todas essas variáveis, o que foi usado para qualificar alguém, compunham o léxico presente e pungente nas terras do Novo Mundo, pois a partir do contato de homens e mulheres de diferentes qualidades e condições, da constituição de famílias destes sujeitos, no entrelaçamento de diferentes e diferenças, ora em harmonia, ora nem tanto, suas características abarcaram desde aspectos físicos, biológicos e culturais (SANTOS, 2017).

Apesar das suas condições enquanto sujeitas escravizadas, da marca que levavam em seus corpos, essas pessoas e famílias integravam o cotidiano colonial do Totoró. Estavam presentes dentro da casa senhorial, transitavam entre plantações e currais, percorriam os caminhos entre os lugarejos, se relacionavam e também semeavam este chão com seus descendentes.

Considerações Finais

O Totoró e suas adjacências, entre os séculos XVIII e XIX, abrigava pessoas em situação de escravidão que foram qualificadas de diferentes maneiras: mulato, crioulo, cabra, Gentio de Angola

e de Mina, pardo, índio, negra e mestiço de pardo e preto. Estes indivíduos, partindo de relações que se deram no cativo – mas, não somente nele –, geraram descendentes e constituíram famílias matrifocais, apesar de não serem numerosas e não terem ultrapassado gerações, pelos dados que conseguimos seguir e reconstituir, são contemporâneas aos “opulentos sujeitos” – Tomaz de Araújo Pereira, Caetano Dantas Correias e Cipriano Lopes Galvão –, que teriam desbravado e povoado este chão.

Estes indivíduos, por mais que estivessem submetidos ao trabalho forçado e compulsório, que tenham sido distinguidos, classificados e hierarquizados a partir do léxico das qualidades, não deixaram de estar presentes no cotidiano colonial, estabelecendo relações entre si, com seus senhores e com outras pessoas que faziam parte daquela dada realidade social. Elas foram responsáveis por pluralizarem qualidades, condições e cores.

O exercício qualificativo, em se tratando dos inventários *post-mortem*, poderia passar pela mão de diversos agentes históricos, vinculados ao Estado e Justiça, como o juiz de órfãos e/ou ordinário, o inventariante, os louvados e partidores. Todavia, acreditamos que o escrivão e/ou tabelião, desempenhava papel capital na qualificação dos indivíduos não-brancos, considerando que ele era o responsável pela redação da peça jurídica. A partir de sua diversidade, o fenômeno das dinâmicas de mestiçagens e o léxico das qualidades foi complexificado nestes rincões, sendo necessária uma nova organização, interpretação e compreensão do que acontecia nas Américas, no Totoró, e que demandava distinções e hierarquizações dos grupos sociais.

Essas pessoas e suas famílias, presentes nas escravarias do Totoró, apesar da sua ascendência cativa, extrapolaram delimitações impostas pelo cativo e pelos seus senhores. A Ibero-América foi um espaço formado e construído a partir de um universo social múltiplo, no qual pessoas distinguiram e foram distinguidas. Talvez, o fenômeno das dinâmicas de mestiçagens, considerando o lugar e pessoas atravessadas pelo conceito de sertão, tenha sido empregado de modo mais complexo se pensarmos outras áreas coloniais.

Também é importante mencionar que essas pequenas genealogias trabalhadas, constituídas a partir do cativo, são encabeçadas por mulheres, considerando que os pais não foram mencionados, seja por estarmos tratando de relações não oficiais pela óptica cristã, por contatos forçados, ou devido ao cativo.

O Totoró e suas adjacências, entre os séculos XVIII e XIX, não foi um espaço constituído apenas por pessoas brancas, de origem lusa ou luso-brasílica, onde se esteve presente somente os Lopes Galvão e seus descendentes, assim como se compreendeu através dos escritos de José Bezerra Gomes (1975), Celestino Alves (1985), Antônio Quintino Filho 2009 [1987], e Joabel Rodrigues de

Souza (2008). Não estamos falando de um lugar formado apenas por pessoas não-brancas também. Tentamos demonstrar uma localidade onde pessoas que não se misturaram, conviveram com outras provindas de mesclas, que coexistiam pessoas livres e escravizadas.

Fontes

Bibliográficas

Dicionário

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Crítico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichtyologico, Indico, Isagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo(sic), Rethorico, Rústico, Romano, Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Terapteutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico: Autorizado com Exemplos dos Mehlores Escritores Portuguezes, e Latinos; e Offerecido a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712, p.09-10. 8 v. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/>>. Acesso em: 30 set. 2022.*

Arquivo da Vara Cível da Comarca de Currais Novos

Fórum Desembargador Tomaz Salustino
Currais Novos/RN.

Inventários *post-mortem*, 1º Cartório Judiciário

Caixa 01 (1788-1814). Inventário de Quitéria Lopes Correia e Manoel de Sá de Meneses. Inventariante: Luciano Gomes de Lima. Serra do Cuité, 1788.

Caixa 01 (1788-1814). Inventário de Francisca Xavier de Moura. Inventariante: José de Freitas Leitão. Fazenda Totoró de Baixo, 1789.

Caixa 01 (1788-1814). Inventário do Coronel Antônio Garcia de Sá Barroso. Inventariante: Capitão Tomaz de Araújo Pereira. Povoação do Acari, 1793.

Caixa 01 (1788-1814). Inventário de Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos. Inventariante: Fazenda do Totoró de Cima, 1793.

Caixa 01 (1788-1814). Inventário de Dona Tereza Maria da Visitação. Inventariante: Félix Gomes Pequeno. Fazenda do Totoró, 1793.

Caixa 01 (1788-1814). Inventário de Manoel Rodrigues da Cruz. Inventariante: Dona Tereza Maria José. Fazenda Jesus Maria, 1799.

Caixa 01 (1788-1814). Inventário de Salvador de Souza Castro. Inventariante: Dona Bernarda Roiz do Rosário. Sítio Riacho Fechado, 1807.

Caixa 01 (1788-1814). Inventário de Dona Josefa Maria da Conceição. Inventariante: José Lopes Galvão. Sítio Riacho da Areia de Baixo, 1813.

Caixa 01 (1788-1814). Inventário do Capitão-mor Cipriano Lopes Galvão. Inventariante: Dona Vicência Lins de Vasconcelos. Fazenda do Totoró de Cima, 1814.

Caixa 02 (1814-1832). Inventário de Cipriano Lopes Galvão. Inventariante: Dona Tereza Maria de Jesus. Sítio São Bento, 1814.

Caixa 02 (1814-1832). Inventário de José Freire de Amorim. Inventariante: Josefa Maria dos Prazeres. Sítio Santo André, 1817.

Caixa 02 (1814-1832). Inventário de Vicência Francisca de Jesus. Inventariante: Luiz de Bulhões Júnior. Fazenda Jesus Maria, 1821.

Caixa 02 (1814-1832). Inventário de Francisca Vieira de Santa Ana. Inventariante: Luiz José Gomes Torres. Fazenda Olho d'Água, 1823.

Caixa 02 (1814-1832). Inventário de José Gomes Torres. Inventariante: Rita Maria de Sena. Sítio Olho d'Água, 1826.

Caixa 02 (1814-1832). Inventário de Izabel de Oliveira. Inventariante: Diogo Mendes de Oliveira. Sítio Mulungu, 1824.

Caixa 02 (1814-1832). Inventário de João Lopes Galvão. Inventariante: Dona Joana Francisca de Jesus. Fazenda da Cascavel, 1825.

Caixa 02 (1814-1832). Inventário de Miguel Pinheiro Teixeira. Inventariante: Joaquim Pinheiro Galvão. Sítio Cacimba do Meio, 1825.

Caixa 02 (1814-1832). Inventário de Manoel Lopes Galvão. Inventariante: Dona Ana de Araújo Pereira. Sítio Riacho da Areia, 1826.

Caixa 02 (1814-1832). Inventário de Vicência Lins de Vasconcelos. Inventariante: Gonçalo Lopes Galvão. Fazenda Totoró, 1828.

Caixa 02 (1814-1832). Inventário de Antônio José da Silva. Inventariante: Izabel Rita de Bulhões. Sítio Jesus Maria, 1829.

Caixa 02 (1814-1832). Inventário de Maria Benedicta de Bitancourt. Inventariante: Leonardo Pinheiro Teixeira. Sítio Riacho Fundo, 1830.

Caixa 02 (1814-1832). Inventário de Manoel de Luiz de Bulhões. Inventariante: Inês Maria de Barros. Sítio Trapuá, 1831.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Ana Gertrudes de Jesus. Inventariante: João Batista dos Santos Júnior. Sítio Mulungu, 1837.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Ana Maria da Circuncisão. Inventariante: Manoel Lopes Pequeno. Sítio Mulungu, 1837.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Ana Tereza de Jesus. Inventariante: Joaquim Manoel de Vasconcelos. Sítio Santa Ana, 1837.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Diogo de Melo. Inventariante: Hilária Maria do Livramento. Sítio Totoró de Baixo, 1839.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Luiz Rodrigues da Silva. Inventariante: Antônia Maria da Conceição. Sítio Maracajá, 1840.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Dona Ana de Araújo Pereira. Inventariante: Bartolomeu Medeiros Galvão. Sítio Riacho da Areia, 1841.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Félix Gomes Pequeno Júnior. Inventariante: Dona Rita Maria de Jesus. Fazenda Totoró, 1842.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Ana Maria de Jesus. Inventariante: Manoel Rodrigues da Cruz. Sítio São Bento, 1844.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Antônio José Ferreira. Inventariante: Mônica Francelina de Jesus. Sítio São Bento, 1844.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Félix Gomes Pequeno. Inventariante: Dona Ana Lins de Vasconcelos. Sítio Totoró, 1845.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de João Bezerra Galvão. Inventariante: Reverendo Joaquim Galvão de Medeiros. Fazenda São Bento, 1845.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Alexandre Freire de Andrade. Inventariante: José Freire de Amorim. Sítio Santo André, 1846.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Ana Maria do Rosário. Inventariante: Capitão Gonçalo Lopes Galvão. Povoação de Currais Novos, 1846.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Bartolomeu de Medeiros Galvão. Inventariante: Luiz de Medeiros Galvão. Sítio Areia, 1846.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Cipriana Joaquina de Medeiros. Inventariante: Reverendo Joaquim Galvão de Medeiros. Fazenda da Areia, 1846.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Alexandrina Fausta da Fonsêca. Inventariante: Joaquim Manoel da Fonsêca. Sítio Totoró, 1847.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Francisca Xavier de Lima. Inventariante: Francisco Inácio Galvão. Fazenda São Bento, 1847.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Joana Batista de Jesus. Inventariante: Pedro Gomes de Melo. Sítio Jesus Maria, 1847.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Joaquim José da Silva. Inventariante: Luiz de Medeiros Galvão. Sítio Areia, 1848.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Manoela Joaquina de Medeiros. Inventariante: Padre Joaquim Galvão de Medeiros. Sítio São Bento, 1848.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Maria da Conceição de Vasconcelos. Inventariante: Félix Gomes Galvão. Sítio Cascavel, 1849.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Francisco Lopes Galvão. Inventariante: Ana Joaquina de Vasconcelos. Sítio Totoró, 1851.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Gonçalo da Costa Lima. Inventariante: Antônio Vicente da Costa. Sítio Mulungu, 1851.

Caixa 03 (1837-1854). Inventário de Izabel Maria da Conceição. Inventariante: Manoel Pinheiro Lima. Sítio Santa Rita, 1851.

Laboratório de Documentação Histórica

LABORDOC – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó, Campus de Caicó.

Fundo da Comarca de Caicó
Caicó/RN

Inventários *post-mortem*, 1º Cartório Judiciário

Caixa 321 (1737-1768). Inventário de José Gomes Nobre. Inventariante: Dona Tereza José de Jesus. Fazenda dos Currais Novos, 1764.

Referências

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.

ALVES, Celestino. *Retoques da História de Currais Novos*. Natal: Fundação José Augusto, PMCN, 1985.

AMANTINO, Marcia. Cabras. In: PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel F. Fernández Chaves; GARCÍA, Rafael M. Pérez (Orgs.). *De que Estamos Falando? Antigos Conceitos e Modernos Anacronismos – Escravidão e Mestiçagens*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, p.83-97.

AUGUSTO, José. *Famílias Seridoenses*. Natal: Sebo Vermelho, 2002 [1940].

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et al (Org.). *História Quantitativa e Serial no Brasil: Um Balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

ENGEMANN, Carlos. Gerações de Cativos: Escravos Africanos e Crioulos no Sudeste Brasileiro do Século XIX. In: IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França (Org.). *Dinâmicas de Mestiçagens no Mundo Moderno: Sociedade, Culturas e Trabalho*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016, p.71-90.

GOMES, José Bezerra. *Sinopse do Município de Currais Novos*. Natal: Gráfica Manimbu, 1975.

GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João (Org.). *História Social em Registros Paroquiais (Sul-Sudeste do Brasil, Séculos XVIII-XIX)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Org.). *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: Métodos e Técnicas de Pesquisa na Reinvenção de um Corpus Documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O Nome e o Como: Troca Desigual e Mercado Historiográfico. In: *A Micro-História e Outros Ensaios*. Tradução de António Narino. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 169-178.

MACEDO, Helder Alexandre de. *Populações Indígenas no Sertão do Rio Grande do Norte: História e Mestiçagens*. Natal: EDUFRN, 2011.

146

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Outras Famílias do Seridó: Genealogias Mestiças nos Sertões do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII-XIX)*. Curitiba/PR: CRV, 2020.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *Rústicos e Cabedais: Patrimônio e Cotidiano Familiar nos Sertões da Pecuária (Seridó – Século XVIII)*. Natal: Flor do Sal: EDUFRN, 2015.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açú e Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: Um “Outro” Geográfico. *Terra Brasilis (Nova Série)*. *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, n. 4-5, 2003, p.1-8.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como Recorte Espacial e Como Imaginário Cultural. *POLITEIA: História e Sociedade*, Vitória Conquista/BA, v. 3, n. 1, p.153-162, 2003.

PAIVA, Eduardo França. *Dar Nome ao Novo: Uma História Lexical da Ibero-América Entre os Séculos XVI e XVIII (as Dinâmicas de Mestiçagens e o Mundo do Trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2002.

QUINTINO FILHO, Antônio. *História de Currais Novos*. 2. Ed. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2009 [1987].

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a Experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SANTOS, Igor Bruno Cavalcante dos. *As Famílias Plurais e as Contribuições Para Uma Sociedade Mestiça na Comarca de Sabará (1720-1800)*. 2017. 157 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mariana, 2017.

SOUZA, Candice Vidal e. *A Pátria Geográfica: Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro*. 2.ed. Goiânia: Editora UFG, 2015.

SOUZA, Joabel Rodrigues de. *Totoró, Berço de Currais Novos*. Natal/RN: EDUFRN, 2008.

Racismo e invisibilidade negra: o legado da emancipação da escravidão no Ceará¹

Racism and black invisibility: the legacy of emancipation from slavery in Ceará

Lusirene Celestino França²

Resumo

A partir da análise da historiografia cearense sobre escravidão, abolição e racismo, pretendemos fazer algumas reflexões sobre as relações raciais na sociedade cearense e a construção do mito de que não existem negros no Ceará. Sob diferentes olhares e perspectivas, os novos estudos sobre a presença do negro nesse estado revelaram que essa afirmação de negação foi forjada desde a abolição da escravidão nessa província, que ocorreu em 25 de março de 1884. A partir do discurso racial, a população negra foi discriminada e houve a tentativa de apagar seus registros e participação na História. Tudo isso, segundo estudos recentes, foi embasado pelo discurso acadêmico que serviu para legitimar teses reducionistas sobre a população afro-brasileira construindo também, portanto, um racismo epistemológico.

148

Palavras-chave: racismo; emancipação; Ceará

Abstract

Based on the analysis of Ceará's historiography on slavery, abolition and racism, we intend in this article to reflect on race relations in this society and the construction of the myth that there are no black people in Ceará. From different perspectives, new studies on the presence of black people in this state have revealed that this affirmation of denial has been forged since the abolition of slavery in this province, which took place on 25 March 1884. Based on this racial discourse, the black population was discriminated against and there was an attempt to erase their records and participation in History. All of this, according to recent studies, was based on academic discourse that served to

¹ Este texto teve apoio financeiro da bolsa de pesquisa da Coordenação de Apoio Pessoal de Nível Superior (Capes).

² Doutoranda em História Comparada no PPGHC - UFRJ (2022). Mestrado em História pela Universidade Federal de São João Del-Rei (2010). Possui graduação em Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008) e Licenciatura em História pela UNIFRAN (2017).

legitimize reductionist theses about the Afro-Brazilian population, thus also constructing an epistemological racism.

Keywords: racism; emancipation; Ceará

Introdução

Após a emancipação dos escravizados na província cearense em 1884, quatro anos antes da abolição em território nacional, o que se observou foi a tentativa de apagamento das memórias da escravidão e da população negra. Assim, ao longo dos anos, foi construída a narrativa de que não havia negros no Ceará devido ao insignificante número de escravizados que existia nessa província quando foi decretado o fim da escravidão em seu território. Essa justificativa foi apropriada pelo discurso acadêmico e tanto a historiografia nacional quanto a regional reproduziram essa tese, reforçando que, devido ao número reduzido de africanos nessa província, estes tiveram pouco impacto na economia do Ceará e, portanto, a abolição da escravidão nesse local foi um evento isolado, causado por peculiaridades ligadas a aspectos políticos e às questões demográficas. Alguns historiadores ainda pontuaram que foram as elites abolicionistas cearenses que tiveram um papel decisivo no processo histórico da abolição da escravidão no Ceará ³.

A historiografia do abolicionismo recente demonstra que essa visão de protagonismo das elites pelo fim da escravidão ainda é corrente. Em estudo atual sobre o movimento abolicionista brasileiro, Angela Alonso (2015) faz sua análise partindo do mapeamento das associações emancipacionistas e abolicionistas no Império, em meados do século XIX, seguindo a trajetória política e o ativismo em favor do fim da escravidão dos intelectuais e abolicionistas André Rebouças, Jose do Patrocínio, Abílio Borges, Luis Gama e Joaquim Nabuco.

Com uma pesquisa densa em diversas fontes e uma escrita envolvente, Angela Alonso postula que o abolicionismo é de elite e pontua que a Abolição foi uma faceta do movimento abolicionista que agiu conforme a conjuntura política, criando estratégias no espaço público e na esfera política, como também na clandestinidade para ruir o sistema escravista no Brasil. Segundo Angela Alonso, somente a relevância desse movimento abolicionista das elites letradas do Império foi determinante

³ Para saber mais sobre essas teses reducionistas sobre a emancipação da escravidão no Ceará e no Brasil, ver: CARVALHO, José Murilo de. “A política da abolição: o rei contra os barões”. In: CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das Sombras: a política imperial*. São Paulo: vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. GRAHAM, Richard. “As causas da abolição da escravatura no Brasil”. In: GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo, Ed Perspectiva, 1979.

para o resultado da Lei Áurea em 1888, “um fenômeno que não foi nem obra dos escravos, nem graça de princesa”⁴ (ALONSO, 2015, p.17).

Dessa forma, percebemos que a construção da história desse evento foi repleta de explicações simplistas e cristalizadas pelo discurso racial que deram pouca importância aos seus principais protagonistas – a população africana e afro-brasileira – que foram explorados durante séculos por uma elite branca.

Nesse sentido, Maldonado-Torres salienta que o discurso racial atravessa todas as esferas da sociedade e que, portanto, pode-se falar também da existência de um racismo epistemológico incrustado nos sistemas universitários, representando um empecilho para a integração dos sujeitos de cor. Para esse autor, a universidade dominante abre espaço para os estudos étnicos para que haja representação étnica e não uma revolução epistêmica desse modelo de pensamento colonial. Assim, Maldonado-Torres pontua que a Universidade no modelo vigente sempre serviu para legitimar o pensamento colonial e o eurocentrismo. (MALDONADO-TORRES, 2006, p. 120-125)

Anibal Quijano afirma que esse padrão mundial da colonialidade de poder da sociedade moderna que tem suas bases no capitalismo, produziu essa perspectiva de conhecimento denominado eurocentrismo e foi estabelecido a partir da constituição da América:

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. (QUIJANO, 2005, p. 115)

De fato, esse padrão de conhecimento elaborado pelos europeus (os povos dominantes) na dinâmica colonial perpassa vários séculos e construíram a ideia de raça como entendemos hoje. “Desse modo, a raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico da classificação universal da população mundial” (QUIJANO, 2005, p. 108).

⁴ As elites abolicionistas deram visibilidade à questão servil e ao sentimento antiescravista, mas, por outro lado, eles também tinham interesse em controlar, tanto o debate quanto às ações de rebeldia dos escravizados. Ao desconsiderar as ações dos escravizados em prol de sua própria liberdade como importante para o fim da escravidão, Angela Alonso desvaloriza os avanços dos últimos anos da história social que descortinou diversos cenários escravistas e as lutas em torno da liberdade, tendo os escravizados como protagonistas desses processos históricos. Ver: AZEVEDO, C. M. M. de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2004; MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ-EDUSP, 1994; FERREIRA, Lusirene C. F. *Nas asas da Imprensa: a repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885)*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

Dialogando com os estudos recentes sobre a história do negro no Ceará à luz das reflexões sobre pensamento colonial e eurocêntrico, faremos um debate historiográfico sobre como se constituiu uma epistemologia racista na historiografia da emancipação da escravidão pelo Instituto Histórico do Ceará e quais foram os desdobramentos desse discurso racial na sociedade cearense.

Demonstraremos que a construção da memória histórica da emancipação da escravidão no Ceará (em 1884), foi produzida por uma elite branca que negou a importância e a participação dos protagonistas afro-cearenses. Esse discurso hegemônico teve como desdobramento o silenciamento das memórias sociais da população negra e legitimou os estigmas sociais que provocavam várias situações de preconceito e discriminação racial.

Manifestações culturais afro-cearenses

No município de Uruburetama no interior do Ceará, existe uma comunidade negra chamada Conceição dos Caetanos que sempre era lembrada como um refúgio de descendentes de escravizados no período das comemorações da Abolição da Escravidão no Ceará no século XX. Antonio Vilamarque Souza afirmou que essa comunidade negra era muitas vezes visitada pelas emissoras de televisão locais nessas ocasiões. No entanto, as matérias só se importavam em reproduzir as cenas da escravidão, perpetuando, assim, a imagem do negro como “escravo”. (SOUSA, 2006, p. 72). Diante dessas abordagens catastróficas carregadas de estereótipos e preconceitos, os membros dessa comunidade negra passaram a rejeitar essas reportagens e se autoafirmaram como descendentes de homens e mulheres livres.

Essas narrativas de relacionar o negro à escravidão são muito comuns no pensamento eurocêntrico, incrustado na sociedade brasileira. Quijano afirma que “os povos conquistados foram postos numa situação natural de inferioridade, conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais” (QUIJANO, 2005, p. 108). A partir desses pressupostos, Fanon salienta que é muito comum o olhar branco identificar o negro com a escravidão.

Depois tivemos que enfrentar o olhar branco. Um peso inusitado nos oprimiu. O mundo verdadeiro invadia nosso pedaço. No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. (...) Eu era ao mesmo tempo responsável pelo meu corpo, responsável pela minha raça, pelos meus ancestrais. Lancei sobre mim um olhar objetivo, descobri minha negridão, minhas características étnicas, – e então detonaram meu tímpano com a antropofagia, o atraso mental, o fetichismo, as taras raciais, os negreiros (...). (FANON, 2008, p. 104-106)

É interessante notar que, diante de todo o pensamento opressor eurocêntrico colonial, Fanon pontua que a única solução que o negro encontra no primeiro momento para sair dessas situações

desconcertantes de ser apontado na rua, ou ser temido somente por causa de sua cor de pele, é a invisibilidade: “fico em silêncio, aspiro ao anonimato, ao esquecimento.” (FANON, 2008, p. 96). O princípio da existência humana era normalizado apenas no homem branco, o outro era o negro. É esse pensamento colonial que ainda está presente até os dias atuais e que embasam as práticas racistas da sociedade.

Nesse sentido, Funes (2004) argumentou que a ideia que afirma a inexistência de negros no Ceará, porque a escravidão nesse estado foi pouco significativa, é uma lógica perversa que associa o negro à escravidão, deixando implícito que todo negro é um escravizado ou descendente. É uma forma de desqualificar e marcar socialmente a população africana e afrodescendente. Sendo assim, a negritude cearense foi excluída da História e lhes foi negado o direito à cidadania. “Excluído, vai-se aquilombando nas periferias, nas favelas, nas frentes de expansão, enclausurando-se no mundo rural, no universo cultural, constituindo sua identidade, a partir de sua historicidade.” (FUNES, 2004, p. 132)

Junto com isso, o que se revelaram nas práticas culturais e religiosas cotidianas da população negra após o fim da escravidão no Brasil e no Ceará foram perseguições e controle social. Em relação ao Ceará, Antonio Vilamarque Sousa pontua que:

Até o início dos anos de 1980, o negro no Ceará era extremamente estigmatizado. Essa estigmatização assentava-se sobre um discurso étnico historicamente estabelecido, de que a presença e participação social do escravo nesse estado fora de pouca recorrência e relevância social. Essa perspectiva, além de associar e restringir o universo da cultura afro-cearense a experiência da escravidão, também estabelecia que em decorrência dessa pouca representatividade social do negro escravizado, derivava, conseqüentemente, a ausência de práticas racistas. (SOUSA, 2006, p. 12)

No século XX, em meio às tentativas de esquecimentos, silêncios e repressões da cultura afro-brasileira no Ceará, o que se observou durante os anos que seguiram após o fim da escravidão e início da República foi o aumento da repressão estatal e policial às práticas culturais e religiosas da população negra. De forma paradoxal, essa população que o Estado considerava inexistente no Ceará tinha suas práticas culturais apagadas e controladas, sendo excluídas dos espaços públicos das cidades. Com a modernização e urbanização desses espaços, esse processo de cerceamento das manifestações culturais dos negros em Fortaleza, a capital do Ceará, ficou mais visível.

Segundo Janote Marques (2008), várias manifestações culturais afro-brasileiras foram extintas ou mesmo ressignificadas para acompanhar as mudanças sociais, econômicas e políticas que estavam ocorrendo em Fortaleza. O embelezamento da cidade embasada nos ideais do “progresso” e da “civildade” havia expulsado as populações negras dessas regiões, e juntamente os seus rituais e manifestações culturais foram perseguidos e controlados nesses espaços públicos urbanos.

Percebe-se que, em Fortaleza, foram os casos do fim da coroação de reis negros na Irmandade do Rosário, dos cerceamentos aos autos de rei congo (pressionados a se apresentarem apenas em praças e terrenos murados), bem como das perseguições a outras manifestações negras que ocorriam em várias partes da cidade. (MARQUES, 2008, p. 68)

Certamente, as festas de negros, como denominou Janote Marques, constituíam o cotidiano das festividades religiosas da cidade de Fortaleza, eram costumes e práticas culturais de origem africana que mobilizavam a sociedade e faziam parte da sociabilidade cearense. As coroações de reis na Irmandade do Rosário, as encenações dos Congos, os sambas, os maracatus e diversas outras manifestações religiosas e culturais foram espaços conquistados pelos negros cearenses. Marques demonstrou que essas festas de negros acompanhavam as transformações urbanas e se ressignificavam e se adaptavam cotidianamente:

Considerando que os sambas, os congos, as coroações de reis negros na Irmandade do Rosário ocorriam (por vezes interligados) em diversos locais de Fortaleza, durante boa parte do calendário anual, e envolviam um número considerável de pessoas, pode-se perceber que, através dessas festas, conquistavam-se territórios (ainda que temporariamente), afirmava-se uma identidade negra (constantemente reelaborada) e se permitia a congregação de diversos sujeitos históricos na cidade. A força dessas práticas culturais negras fez com que elas transpassassem a dinâmica socioespacial da Fortaleza de fins do XIX, transcorressem o século seguinte e permanecessem na cidade. Entretanto, o crescimento urbano da capital e o preconceito contra práticas culturais negras continuaram “afastando” as festas de negros para os “subúrbios” da cidade. (MARQUES, 2008, p. 91-92)

Ao longo do tempo, essas festas não apenas representaram a ocupação dos espaços público e privados nas cidades do Ceará, elas resistiram e significaram a própria existência da presença do Negro na sociedade cearense. As festividades forjaram a cultura afro-cearense: mesmo sendo reprimidas e excluídas dos espaços públicos pelas autoridades políticas com medidas repressoras e policialescas, elas marcaram a História de pessoas e constituíram a memória popular de indivíduos de diversas camadas sociais.

Funes também alerta que o processo abolicionista nessa província não foi tão humanitário quanto apregoam, já que veio acompanhado de uma série de medidas de controle social:

O controle sobre o outro é mantido com todas as implicações sociais decorrentes desse processo e relação de trabalho. A abolição nos moldes em que foi realizada, permitiu a passagem de uma “coerção predominantemente física do trabalhador para uma coerção predominantemente ideológica”. No Ceará, em particular na cidade de Fortaleza, há um aumento considerável daqueles indivíduos sujeitos à condição de agregados e empregados domésticos. (FUNES, 2004, p. 132)

Com isso, Funes demonstra que o processo histórico da abolição não legou apenas a liberdade ao cativo, mas também foi marcado por medidas controladoras, com implicações sociais que não só

excluem esses indivíduos do processo abolicionista, mas, também, colocam-nos à margem da população, reforçando as diferenças sociais entre negros e brancos.

Assim, as experiências de liberdade das pessoas “de cor” livres no pós-emancipação foram mais complexas do que se imagina. Se por um lado, essas pessoas recém-libertas do jugo do cativo buscavam por espaço de reconhecimento da sua cidadania na sociedade brasileira, por outro lado o que encontraram foi um ambiente de repressão e uma tentativa de apagamento de suas tradições e culturas nos espaços públicos aos quais estavam acostumadas a circular. A liberdade conquistada com o fim da escravidão não veio acompanhada de medidas de inserção dos libertos no mercado de trabalho assalariado e muito menos nos espaços de sociabilidades. Apagar a memória da escravidão foi quase que um desejo incessante da elite brasileira. Contudo, nesse caminho tinha a população afro-brasileira que cultivaram suas culturas e tradições africanas e não deixaram que essa memória se apagasse. Foi nesse espaço de lutas e resistências que as culturas afro-cearenses foram ressignificadas e adaptadas cotidianamente nessa sociedade excludente.

Dois mitos que se cruzam: invisibilidade dos negros no Ceará e o paraíso racial brasileiro

154

Apesar de ter passado mais de um século desde que a abolição da escravidão no Ceará foi decretada pelo presidente da Província Sátiro Dias, os resquícios da nossa cultura colonial da escravidão ainda permeiam nossa sociedade. Tratar a população negra como inferior, querer silenciar sua voz, sua cultura ou religião ainda é, infelizmente, algo bem comum na nossa sociedade. Várias denúncias de racismo são demonstradas nas páginas dos jornais, nas redes sociais, na televisão e em toda parte ouvimos histórias que demonstram que o racismo e suas várias nuances estão ainda presentes e precisam ser combatidas para se criar uma sociedade mais igualitária e humana.

Nesse sentido, Alberti e Pereira destacaram que o racismo no Brasil tem suas especificidades e o grande desafio do movimento negro brasileiro na década de 1970 foi enfrentar e desconstruir o “mito da democracia racial” que introjeta na sociedade brasileira a ideia de que não existe preconceito de raça no Brasil e as relações raciais são harmoniosas por causa da miscigenação. Esse pensamento ganhou destaque após a publicação do livro *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre em 1933 (ALBERTI E PEREIRA, 2005, p. 1).

Combater o racismo é uma tarefa árdua, mas combater o racismo em um lugar que nega a existência da sua população negra é desafiador. O discurso de que a presença da população negra era irrelevante na província do Ceará foi criado tanto pela historiografia nacional quanto pela historiografia regional. A partir daí surgiram explicações históricas de que o Ceará aboliu a escravidão em sua província antes da Lei Áurea, em 1888, por conta de aspectos demográficos e políticos, sem

levar em conta o processo histórico que se constituiu através de lutas, greves, fugas e outros tipos de resistências dos próprios negros. A história desse evento foi criada por grupos das elites abolicionistas, que se alçaram ao papel de protagonistas. À população negra foi negada a sua participação e silenciada as suas memórias e culturas na sociedade cearense. Dessa forma, a historiografia tradicional cearense legitimou e criou o mito de que não existem negros no Ceará.

Fazendo uma breve análise na edição especial de comemoração do centenário da Abolição (1984), da Revista do Instituto Histórico do Ceará⁵, observamos que a maioria dos artigos produzidos por historiadores ou colaboradores do instituto exaltam os heróis da abolição (elite abolicionista cearense) e tentam representar os eventos de forma ufanista, remetendo a ideia de que o Ceará é a Terra da Luz por extinguir a escravidão em seu território devido a benevolência de seus habitantes. (Revista do Instituto do Ceará, 1984)

A maioria dos artigos dessa edição especial da revista no Centenário da Abolição utiliza o argumento de que no Ceará existiam poucos escravizados devido às suas características econômicas, que eram baseadas no sustento interno, na pecuária e nas lavouras de algodão. Nesse sentido, o artigo do historiador e sócio do Instituto, Pedro Oliveira, ao fazer uma análise da demografia da população cearense no século XIX, apontou: “como vemos, o Ceará na segunda década do século passado não era uma ‘negrícia’, e a vida sócio econômica da província não deu condições para que isso viesse a ocorrer em nenhuma fase de sua história”. (OLIVEIRA, 1984, p. 67)

O que chama atenção nesse trecho é a forma como Oliveira se refere à população africana, “negrícia”, sempre com adjetivos pejorativos. Além disso, o fato de existir poucos africanos e afrodescendentes na província cearense parecia ser motivo de orgulho para a maioria dos autores. Segundo Pedro Oliveira, o Ceará nunca foi uma terra de escravizados. A escravidão é vista como uma nódoa que manchava a história do Ceará.

No artigo de abertura da revista “Abolição – Um ato de fé!”, o autor Tácito Theophilo, que era militar do exército e membro do Instituto do Ceará, apresenta os principais motivos para o fim do cativo no Ceará as questões econômicas, o reduzido número de escravizados e o espírito de humanidade e solidariedade do cearense (THEÓPHILO, 1984, p. 25). É importante salientar que neste artigo pouco se menciona a participação do negro na luta pela abolição da escravidão. A abolição é um ato de humanidade da população branca cearense.

⁵ A Revista do Instituto do Ceará começou a ser produzida no final do século XIX, desde o ano da fundação do Instituto do Ceará, em 1887. O objetivo principal era publicar trabalhos científicos - relacionados à história, geografia e antropologia - dos membros efetivos do Instituto do Ceará. As publicações da revista são anuais e existem também edições especiais comemorativas. A maioria de seus membros era constituída de intelectuais da elite cearense (médicos, advogados, jornalistas, militares, escritores e político) (SOUSA, 2006, p. 58-60).

Contudo, Theófilo não deixou de lado seu preconceito, e associa a presença do africano no território brasileiro como um estigma, quando menciona sobre o tráfico atlântico de escravizados. “Cruzavam o Atlântico os tumbeiros levando à África, vidrilhos, guizos, aguardente, fumo, utensílios, bugingangas [sic], e tudo o mais que interessasse à compra e, trazendo ao Brasil, a abominável carne humana (...)” (THEÓFILO, 1984, p. 11). Quando o autor se refere aos africanos escravizados utiliza o adjetivo “abominável carne humana”. Esse trecho revela o quanto era natural para a elite intelectual utilizar nomes ou adjetivos depreciativos que estigmatizavam a população africana como algo desprezível ou ruim. O racismo epistemológico era a tônica das publicações nessa edição comemorativa da abolição da escravidão na revista do Instituto do Ceará.

Nas últimas décadas houve uma renovação na historiografia cearense sobre a presença do negro no Ceará. Tendo como perspectiva a história social, a maioria das pesquisas tentou se afastar da temática da Abolição que era representada pelos historiadores do Instituto Histórico do Ceará como o grande feito do Ceará no século XIX. Sob uma nova perspectiva, várias experiências da população afro-cearense foram recuperadas. Dessa forma, esse movimento historiográfico buscou fazer uma crítica à historiografia tradicional que consideravam insignificante a participação dos afro-cearenses na História do Ceará.

Numa terra muito tempo autocentrada sobre a ideia de “Terra da Luz”, não se pode mais dizer que “no Ceará, não tem negros”. A questão do reconhecimento do legado fundamental e da riqueza cultural negra continua complexa, controversa, sintomática de uma ideologia racial que tende a se reproduzir, apoiando-se, fazendo eco, legitimando e cultivando o racismo, a exploração e a repressão de uma população marginalizada socialmente e estigmatizada racialmente. (FUNES; RODRIGUES; RIBARD, 2020, p. 9)

Nesse sentido, Eurípedes Funes (2004) procura dar historicidade à experiência do negro na história do Ceará, demonstrando os mitos de uma historiografia carregada de preconceitos, que estigmatiza a experiência histórica do negro, colocando-o à margem da sociedade cearense.

Antonio Vilamarque de Sousa apontou que o discurso da invisibilidade do negro no Ceará provocava desdobramentos que dificultaram a criação do movimento negro no Ceará e promoveram a rejeição das manifestações da cultura afro-cearense. Além disso, ele apontou o Instituto Histórico do Ceará como a instituição que criou e legitimou essa crença de que não existem negros no Ceará e, portanto, seria irrelevante a participação desses agentes históricos na História cearense.

A origem desse mito da invisibilidade do negro no Ceará liga-se diretamente à historiografia tradicional cearense, matriz e principal veículo dessa crença, motivo pelo qual torna-se necessário compreendermos as formas pelas quais essa ideia pode se generalizar [sic] tornar-se hegemônica nessa sociedade. (SOUSA, 2006, p. 53)

Sousa salienta que esse discurso historiográfico se consolidou nas instituições públicas e privadas, nas camadas médias e populares da sociedade e se manifestou em diversas expressões da cultura popular cearense. Assim, foi um discurso que legitimou o preconceito racial em toda sociedade cearense. Afirmar que não existia mais população negra no Ceará, negar a existência dessas pessoas, foi uma forma de silenciar e excluir esses grupos sociais.

Dessa forma, no cotidiano da população cearense, estão ainda imbricados de [sic] várias manifestações de preconceito e discriminação racial. As teorias historiográficas levantadas pelo Instituto do Ceará serviram de sustentação a essas formas de racismo e ao mesmo tempo, tentavam suprimir a existência desse tipo de conflito. (SOUSA, 2006, p. 55-56)

Diante disto, podemos afirmar que esse mito da inexistência de negros no Ceará criado no Instituto Histórico do Ceará não é muito diferente do mito do paraíso racial brasileiro. Célia Azevedo (2003) apontou que esse mito foi construído a partir dos discursos dos abolicionistas norte-americanos e brasileiros no século XIX ao comparar a situação dos escravizados e libertos nos dois países. Célia Azevedo ressalta que, a partir das conexões abolicionistas transatlânticas e das trocas de ideias e experiências entre os participantes desse movimento, foi possível perceber a comparação que os abolicionistas norte-americanos faziam entre a escravidão no sul dos Estados Unidos e em outras partes do mundo, inclusive no Brasil. A autora destaca que os abolicionistas norte-americanos construíram a imagem de que a escravidão brasileira era mais branda do que a sulista norte-americana. A partir dessas comparações, ainda no século XIX, a imagem de um paraíso racial brasileiro foi contrastada com a de inferno racial norte-americano, sendo incorporada na historiografia da escravidão por vários estudiosos do século XX, como Gilberto Freyre e Frank Tannenbaum.

Ainda que tivessem contextos históricos distintos para o processo de propaganda abolicionista, as fontes para esse tipo de pensamento nos dois países revelam as especificidades das diferentes visões que eram projetadas no cerne de um movimento antiescravista atlântico. Por um lado, no discurso brasileiro pela libertação dos cativos, prevalece o secularismo, recorrendo-se ao cientificismo para demonstrar os erros da escravidão; por outro, o discurso abolicionista norte-americano era pautado em fundamentos religiosos, considerando a escravidão como um pecado que deveria ser abolido (AZEVEDO, 2003, p. 102-137).

O fim da escravidão em alguns países da América (Caribe inglês, Haiti e Estados Unidos), no estudo de Eric Foner, (1988) revelou como a situação dos libertos não mudou tanto em relação à condição de escravizados. As relações de trabalhos continuaram insalubres e os conflitos nas *plantations* permaneceram. O pós-emancipação só trouxe o benefício da liberdade para a população negra e a afirmação de que “os escravos emancipados não têm nada, porque nada além da liberdade

foi dada a eles” surgiu a partir do comentário feito por um ex-general confederado Robert V. Richardson em 1865. Segundo o general, a definição de liberdade e a situação do liberto no Sul dos Estados Unidos era bastante complicada, uma vez que os ex-escravizados foram lançados para o mercado de trabalho à própria sorte, empobrecidos, analfabetos e despreparados, por isso a sua realidade não mudou quase nada.

Contudo, Foner pontua uma outra visão da emancipação, afirmando que, “para os negros, a emancipação representava a principal linha divisória em suas vidas” (FONER, 1988, p. 24), pois a liberdade significava simplesmente o fim da escravidão para alguns libertos e até mesmo a liberdade de decidir sobre suas próprias vidas. Ser livre representava uma nova vida para esses homens e mulheres que viveram anos no cativeiro, sem poder decidir sobre seus destinos. Ao mesmo tempo, essa emancipação não veio acompanhada de políticas públicas, que amparassem essas famílias para terem dignidade nas moradias e no universo de trabalho.

No Brasil, a emancipação e o pós-emancipação tiveram semelhanças se compararmos a problemática da transição para o trabalho livre destas regiões analisadas na obra de Eric Foner, *Nada além da liberdade*. Os libertos brasileiros encontraram também muitas dificuldades e desafios nessa nova realidade que se descortinou após a emancipação. Os festejos e comemorações logo passaram e a sobrevivência nessa sociedade desigual e racista apresentou uma realidade cruel e desumana tanto quanto a vivência no cativeiro.

A luta cotidiana pela cidadania foi permeada de conflitos, e é necessário ressignificar os sentidos dessa liberdade que durante muitos anos foi representada como uma dádiva pela monarquia ou pela elite, ou seja, os libertos deveriam agradecer esse “presente” com a submissão e continuar trabalhando nas fazendas que viveram grande parte de suas vidas como escravizados. Lilia Schwarcz (2007) critica essa ideia ao mostrar que, diante do cenário de revoltas e fugas de escravizados em massa nesse período, a Princesa Regente Isabel tomou essa iniciativa de acabar com a escravidão porque já se tratava de algo inevitável. A partir disso, todavia, “no Brasil a Abolição foi entendida como uma dádiva, um presente que merecia atos recíprocos de obediência e submissão” (SCHWARCZ, 2007, p. 26). Dessa forma, além de criar o mito que o fim da escravidão no Brasil foi gradual e ordeiro, também se criou o mito de que os ex-escravizados eram passivos e queriam continuar no trabalho das fazendas por gratidão.

Assim sendo, é nesse contexto do pós-emancipação que surgiram diversas teorias ou epistemologias raciais que dificultaram ainda mais a vida da população negra no Ceará. Desta forma, a historiografia legitimou a tese de que a abolição da escravidão foi antecipada por causa da pouca

quantidade de escravos na província. Os silenciamentos e apagamentos da memória dos afro-cearenses foram algumas das consequências desse mito de que não existiam mais negros no Ceará.

Além de todos os tipos de discriminação e vicissitudes da vida sofridos no cativo durante mais de três séculos, a população afrodescendente ficou excluída, à margem da sociedade, em subempregos e vivendo em casebres insalubres. A mobilidade social foi quase nula diante do cenário de descaso das instituições estatais perante esses indivíduos que não receberam incentivos e não foram auxiliados na transição para o trabalho livre.

Foi nesse emaranhado de significados da liberdade que homens e mulheres egressos da escravidão se movimentaram e buscaram estratégias para encontrar uma fresta na sociedade para conquistar o *status* de cidadão. Como bem pontuou Flávio Gomes e Olívia da Cunha:

Se a liberdade – parafraseando Barbara Fields – era um alvo em constante movimento, a cidadania – e não apenas os seus conceitos e categorias – para os libertos não foi somente uma miragem. Ela foi desenhada tanto em suas ações simbólicas quanto através da agência dos sujeitos envolvidos (GOMES; CUNHA, 2007, p. 16)

Mais do que isso, essa cidadania foi gestada por esses sujeitos históricos em diversos espaços com várias nuances. Os significados de cidadania não se restringiram aos conceitos jurídicos de igualdade, até porque uma sociedade tão desigual não reproduziu de forma equânime o estatuto de cidadania para toda a população. A condição social, a cor da pele, as influências políticas sempre foram marcadores sociais que influíram nas relações sociais da sociedade brasileira.

Pensando em termos de sobrevivência, a população afro-cearense conseguiu construir seus espaços de sociabilidades e resistir à repressão estatal através de suas manifestações culturais, ressignificando espaços, movendo-se para as periferias das cidades. Para além do que se entende por cidadania e autonomia, essa população forjou estratégias de sobrevivências no pós-abolição e conseguiu viver experiências de liberdade dentro do campo de possibilidades gestados por elas próprias. Enquanto o Estado negava seu direito de existir e reprimia suas práticas sociais e religiosas nos espaços formais das cidades, a população negra ia para os esconderijos dos subúrbios, recriando e ressignificando novos espaços sociais.

Considerações finais

Quando vamos refletir sobre os processos históricos da Abolição no Ceará (1884), e do Brasil (1888) o que parece comum nesses dois eventos históricos é que, durante vários anos, as instituições e a elite construíram essa História como se fosse uma dádiva, e aos seus personagens “libertados” só restavam agradecer por esse presente. Mas o que se percebeu, a partir de novos estudos com diversas

perspectivas analíticas a partir da década de 1980, foi que o legado da emancipação da escravidão não foi a liberdade e a cidadania plena como se postulava na visão jurídica moderna. Os ex-escravizados (homens e mulheres de cor) moldaram sua própria visão de liberdade e cidadania para sobreviver no cotidiano árido da sociedade brasileira, atribuindo diversos significados a esses conceitos. O estatuto de cidadão livre foi ressignificado e conquistado a cada momento nesses contextos de liberdade precarizados que eles já estavam acostumados a enfrentar na sociedade escravista. Nesse sentido, Flávio Gomes e Olívia da Cunha (2007) discutiram sobre esse novo *status* de cidadania que se descortinava no pós-emancipação no Brasil, no qual a liberdade nem sempre foi sinônimo de igualdade, pelo contrário, muitas das vezes ela foi precária e provisória.

A tarefa de “tornar-se livre”⁶ não foi fácil para os ex-escravizados e a população “livre de cor”: o racismo e a tentativa de silenciamento da cultura afro-brasileira foram alguns dos obstáculos que eles tiveram que enfrentar. O grito de liberdade é ainda muito almejado pela população afro-brasileira, o samba-enredo de 1989 da escola de samba G.R.E.S Imperatriz Leopoldinense (RJ) já cantava “Liberdade, liberdade! Abra as asas sobre nós e que a voz da igualdade seja sempre a nossa voz”.

Os discursos raciais que apresentamos neste artigo que o Brasil seria um “paraíso racial” e que “não existem negros no Ceará” permanecem recorrentes na sociedade brasileira. Negar a existência da população negra no Ceará para afirmar que não existe racismo foi um mito criado após a abolição da escravidão que teve vários desdobramentos negativos na memória da cultura afro-cearense. A partir desse discurso racial, a população negra no Ceará foi discriminada e tentaram apagar seus registros e participação na História do Ceará. Antonio Vilamarque Sousa apresentou uma síntese sobre as características do racismo à cearense:

De modo geral, percebemos que as principais características do racismo em relação ao negro no Ceará são: a *estigmatização* social assenta na crença de um passado escravista degradante, mesmo que a historiografia tradicional defenda que a escravidão fora irrelevante para a composição sócio-étnica cearense; o *esquivamento* da categorização/identificação étnica nas relações sociais por parte dos negros, que revela por um lado a tentativa de suprimir situações sociais conflituosas por motivos de diferenciação étnica, entendidas como constrangedoras, e por outro lado o desejo do negro evadir-se dessa identificação, aproximando-se da categoria e status de branco, caracterizando o ideal de embranquecimento; e a *depreciação* das manifestações culturais afro-brasileira (...) (SOUSA, 2006, p. 94)

Maldonado-Torres aponta que o racismo tem que ser entendido como “padrões de conduta e atitudes, assim como de uma infraestrutura social que continua e dissemina o preconceito racial de distintas formas” (MALDONADO-TORRES, 2006, p. 120). Com isso, o racismo se apresenta como

⁶ Cf.: “Balanço historiográfico de novas reflexões e leituras sobre os processos de abolição da escravidão no Brasil”. In: MACHADO, Maria Helena P. T.; CASTILHO, Celso Thomas (Orgs.). *Tornando-se livre*. Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

uma categoria social e politicamente criada que permeia as estruturas sociais de diversas formas. Portanto, o combate ao racismo necessita de uma mudança de pensamento em toda a sociedade. Maldonado-Torres conclui que a superação desse paradigma do pensamento colonial passa por uma mudança profunda na sociedade e nas ciências. Dessa forma, ele afirmou que “o discurso de Fanon expressou as contradições do discurso humanista e propôs sua superação mediante uma práxis descolonizadora que ia acompanhada de um novo pensar.” (MALDONADO-TORRES, 2006, p.128)

De fato, essas reflexões construídas ao longo do tempo para denunciar esse pensamento eurocêntrico e colonial são necessárias. Uma vez que esse paradigma eurocêntrico permeou, inclusive, a epistemologia acadêmica e construiu padrões racistas dentro da sociedade tão enraizados, a única alternativa para mudar esse cenário preconceituoso e racista é através da formulação de uma nova lógica de pensamento mais humano que reconheça a diversidade como ponto de partida.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. *Movimento negro e "democracia social" no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. 15f. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/bitstream/handle/10438/6829/1504.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10/08/2022.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. “A política da abolição: o rei contra os barões”. In: CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das Sombras: a política imperial*. São Paulo: vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da & GOMES, Flávio dos Santos. (Org.) *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. RJ: Editora FGV, 2007.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Lusirene Celestino França. *Nas asas da imprensa: a repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885)*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

FONER, Eric. *Nada além da Liberdade. A Emancipação e seu Legado*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Apresentação de John M. Monteiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FUNES, Eurípedes Antônio. “Negros no Ceará”. In: SOUZA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide [et al]. (Orgs). *Uma nova história do Ceará*. 3ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

FUNES, Eurípedes Antônio; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Franck. (Orgs). *História de Negros no Ceará*. [recurso eletrônico] Porto Alegre: Editora Fi, 2020. Disponível em: <http://www.editorafi.org>. Acesso em: 20/09/2023.

GRAHAM, Richard. “As causas da abolição da escravatura no Brasil”. In: GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo, Ed Perspectiva, 1979.

MACHADO, Maria Helena P. T.; CASTILHO, Celso Thomas (Orgs.). *Tornando-se livre. Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ-EDUSP, 1994.

MALDONADO-TORRES, Nelson. “Pensamento crítico desde a subalteridade: os Estudos Étnicos como ciências descoloniais ou para a transformação das humanidades e das ciências sociais no século XXI”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 34, 2006. DOI: 10.9771/aa.v0i34.21114. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21114>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MARQUES, Janote Pires. *Festas de negros em Fortaleza: territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

OLIVEIRA, Pedro Alberto. “A escravidão no Ceará na primeira metade do Século XIX”. In: *Revista do Instituto do Ceará – Tomo especial*, 1984 - (1º Centenário da Abolição dos Escravos no Ceará). Fortaleza, 1984, p. 147. Disponível: <https://www.institutodoceara.org.br/tomo-especial-de-1984-1o-centenario-da-abolicao-dos-escravos-no-ceara/>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

SOUSA, Antonio Vilamarque Carnaúba de. *Da “Negrada Negada” a Negritude Fragmentada: O Movimento Negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995)*. Fortaleza: UFC (Dissertação de Mestrado em História Social), 2006.

SCHWARCZ, Lilia M. Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da & GOMES, Flávio dos Santos. (Org.) *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. RJ: Editora FGV, 2007.

THEÓPHILO, Tácito. “Abolição – um ato de fé!”. In: *Revista do Instituto do Ceará* – Tomo especial, 1984 - (1º Centenário da Abolição dos Escravos no Ceará). Fortaleza, 1984, p. 147. Disponível: <https://www.institutodoceara.org.br/tomo-especial-de-1984-1o-centenario-da-abolicao-dos-escravos-no-ceara/>.

UM “PROGRESSO” PERVERTIDO: PRÁTICAS DE PRECONCEITO DE “FIGURAS PÚBLICAS” NAS REDES SOCIAIS CONTRA O “NORDESTE E OS NORDESTINOS” (2022-2023)

A PERVERTED “PROGRESS”: PREJUDICED PRACTICES OF “PUBLIC FIGURES” ON SOCIAL NETWORKS AGAINST THE “NORTHEAST AND NORTHEASTERNS (2022-2023)

Lucas William Barbosa Laroca¹

Resumo

O progresso foi palco central das discussões da Escola de Frankfurt no decorrer do século XX, especialmente em uma crítica, em que este vinculado à técnica, passou a formar uma humanidade potencialmente destrutiva. Neste artigo buscamos tecer uma relação, entre abordagens de alguns dos intelectuais da Escola de Frankfurt que pontuaram críticas ao ideal de progresso, com o fenômeno de produção de discursos de ódio em referência ao Nordeste e aos nordestinos, promovidos por “figuras públicas” em 2022 e 2023. Nesse sentido de análise, utilizaremos como “filtro” de abordagem a plataforma digital: YouTube. Como ponto de aproximação da teoria frankfurtiana com esta análise em questão, usaremos partes específicas da obra “A invenção do Nordeste” do historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr, para assim percebermos como tais conceituações advém de formulações e estigmas de uma construção imagética e narrativa da região.

164

Palavras-Chave: Escola de Frankfurt; Estereótipos; Discursos; Representações.

Abstract

Progress was at the center of the Frankfurt School's discussions throughout the 20th century, especially in a critique in which progress, linked to technology, began to shape a potentially destructive humanity. In this article we seek to weave a relationship between the approaches of some of the intellectuals of the Frankfurt School who criticized the ideal of progress, with the phenomenon of hate speech in reference to the Northeast and Northeasterners, promoted by "public figures" in 2022 and 2023. In this sense of analysis, we will use the digital platform YouTube as a "filter". As a

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro-Irati). Graduado em História pela Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro- Irati) (2023).

point of approximation between Frankfurtian theory and this analysis in question, we will use specific parts of the work "The Invention of the Northeast" by historian Durval Muniz de Albuquerque Jr, in order to understand that these conceptualizations come from formulations and stigmas of an imagetic and narrative construction of the region.

Keywords: Frankfurt School; Stereotypes; Discourses; Representations

Introdução

O século XX foi a era do ideal de modernidade. Não pretendemos delimitar esta discussão em referência às concepções contidas neste século, mas partir dele para falar sobre conceitos como “avanços”, “modernidade” e “progresso” torna-se o vínculo principal para desencadear contextos de problematizações de determinadas concepções. Era neste contexto que estudiosos da Escola de Frankfurt concebiam críticas ao “ideal de progresso”, no século em que tal percepção esteve em efervescência. Benjamin observou com densa crítica um conceito de progresso relacionado à história no século XX. O “olhar para frente” que marcava a concepção de progresso, estava levando a humanidade ao colapso. O “avanço técnico e científico”, era um meio de tornar aparente o lado mais pervertido, egoísta e desanimador do ser humano. Tal perspectiva crítica foi evidente em sua tese 12, por exemplo, na obra em que dedicou a estudar “as teses do conceito de história”.

A tese se inicia com uma menção de Nietzsche², sobre a utilidade da História para o presente, em um sentido que esta não deva ser concebida como mero “objeto de enfeite”, mas como ponto de ação e de mobilização que parte do presente, e é influenciado pelas forças que vêm do passado. O desdobramento da abordagem de Benjamin teceu uma crítica à social-democracia³, que desconsiderava uma vinculação ao passado em relação às suas vivências históricas como ponte de atuação das classes oprimidas. Foi mencionado que percepção como esta, de uma valorização do passado como força de impulsão para ação, era visível no movimento spartakista e em Blanqui⁴, mas a modelagem da social-democracia não visava determinada perspectiva, seu olhar era “tecido para o futuro”, de certo modo, “seus alunos”, eram encaixados como “moldes do progresso” que lançavam para o futuro um olhar de mobilização, ignorando o passado dos “antepassados escravizados”.

² A obra de Nietzsche em questão é: *Sobre a utilidade e a desvantagem da História para a vida*, publicada em 1874.

³ Consta como movimento político alemão, vinculado em torno dos ideais dos trabalhadores. Com aspirações vinculadas ao progresso, tal “partido” recebeu críticas de Benjamin em suas teses, como citado o exemplo da 12 (LÖWY, 2005, p. 108).

⁴ Em relação à Liga Spartakista, Löwy destaca-se sobre a liderança de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, sendo uma insurreição operária duramente reprimida por um líder social-democrata. Quanto a Blanqui, foi grande opositor dos ideais positivistas e das “ideologias do progresso” (LÖWY, 2005, p. 112-114).

A crítica de Walter Benjamin nesta tese é central para um debate sobre o “ideal de progresso”. A projeção para o futuro era desmedida, a classe operária era assim inserida pela social-democracia em uma projeção “das próximas gerações”, o presente se lançava para o que ainda viria, mas ignorava o que se aprendeu, o que se viveu. Para Walter Benjamin, este era um grande erro, pois, o passado ensina, é dele que advinha as forças de mobilização (BENJAMIN, 1987, p. 228-229). A efervescência política e social do século XX não é o centro da nossa abordagem. Contudo, Walter Benjamin escreveu suas teses em 1940, em meio aos anos dos desastres políticos causados pelos regimes autoritários em um contexto da Segunda Guerra Mundial. Para além de críticas sobre um movimento que visava o ideal de progresso em suas inclinações ideológicas, a própria percepção de progresso se coloca como ponto de problematização. O “olhar para frente”, em condições técnicas se tornava cruel, na medida em que o ser humano se tornava regresso em condições sociais. O “ódio ao outro” era concebido em um conjunto com o ideal progressista. Olhar para História, ver as referências do passado, pela lógica de Walter Benjamin, era um próprio meio de compreender de forma crítica a modernidade como conceito vinculado ao progresso. O progresso técnico não era relacionado ao “avanço da humanidade”, mas unicamente regido pelo viés técnico.

No presente artigo, buscamos compreender uma versão crítica do progresso. De modo tangencial, abordaremos uma projeção da modernidade com a obra de Marshall Berman *Tudo que é sólido se desmancha pelo ar*, para assim nos deter mais especificamente nas abordagens dos intelectuais Frankfortianos, especialmente em Theodor Adorno e Walter Benjamin. Buscaremos problematizar a relação de progresso vinculado a sua concepção técnica, sendo esta a base teórica da abordagem. Como “ponte intermediária” entre teoria e análise, nos aproximaremos da obra de Durval Muniz de Albuquerque Jr: *A invenção do Nordeste*, pensando exemplos citados pelo historiador que promovem o entendimento de como se demarcou um estigma de representação na figuração regional do Nordeste e de seu povo, trazendo assim destaques que “conversem” com ideias em torno das abordagens dos intelectuais da Escola de Frankfurt.

Por fim, buscaremos entender, por meio da análise de materiais retirados do YouTube, como as redes sociais são tecnicamente produtoras de discursos de ódio. Pensando exemplos de “figuras públicas” que usaram da imagem e penetração em meios digitais em diversos contextos para produzir visões estereotipadas sobre o Nordeste, entrelaçando as relações já citadas em referência às abordagens de Durval Muniz de Albuquerque Jr e dos intelectuais da Escola de Frankfurt. Portanto,

a lógica de tal trabalho é perceber como este conceito de progresso, produz rompimentos e violências na sociedade, distanciando o “valor” humano pelo técnico.⁵

Crítica ao “progresso”: a modernidade e seu lado perverso

Em sua célebre obra: *Tudo que é sólido se desmancha no ar*, Berman (1986) buscou compreender o fenômeno da “modernidade”, por uma ótica profunda. Mais especificamente no capítulo IV: “Modernismo do subdesenvolvimento”, o autor parte da concepção da modernidade pela lente do país que mantinha uma política angustiante quanto ao ideal desenvolvimento e do “progresso”: a Rússia. Um dos primeiros pontos evidentes no capítulo é uma desconstrução da falácia que o solo russo não teria vivenciado uma perspectiva de projeto de modernidade. Um ponto de partida para tal concepção é a projeção de Pedro I para edificação da cidade de Petersburgo, baseando-se em modelos ocidentais, incentivando a “intelectualidade” em Petersburgo, onde a “janela da Europa” foi edificada baseada em modelos ocidentais a partir do incentivo da intelectualidade. Contudo, todo projeto moderno de arquitetura foi edificado sobre as costas da população servil. O “projeto de modernidade” mostrava assim sua primeira face pela cidade russa, a beleza monumental e arquitetural pesava mais que uma valorização humana, sob os palácios de Petersburgo, estava o denso sacrifício humano da camada servil mobilizada em tal empreitada (BERMAN, 1986, p. 174-175).

Outra perspectiva que se evidencia em todo capítulo pela ótica de Berman são mobilizações específicas de modernidade, no caso russo: a literatura. A chamada era do “subdesenvolvimento russo” foi também a era de produção de uma das maiores literaturas do mundo, como o próprio filósofo destaca. Em meio ao processo de mobilizações de Pedro I ou na severa era repressiva de Nicolau I, a literatura foi a saída e a resistência russa, em meio às irrealidades, ambições, denúncias e resistências, o contexto e a modernidade achavam na literatura uma forma de projeção (Ibidem, p. 173).⁶

⁵ O presente trabalho é fruto das discussões teóricas da disciplina: “A crítica da modernidade: Escola de Frankfurt, teoria pós-colonial e giro decolonial, do Programa de Pós-Graduação em História. Como primeiro passo na abordagem da disciplina, foi estudado destaques dos intelectuais da Escola de Frankfurt, para percebermos críticas destes dirigidas ao “progresso técnico”, sendo tais estudos, assim como de Marshall Berman, fundamentais para compreendermos uma visão mais incisiva quanto aos ideais pervertidos de modernidade e progresso. Nossa análise, desencadeia no estudo específico das práticas preconceituosas praticadas por “figuras públicas” nas redes sociais contra o Nordeste e povo nordestino. Destacamos, que a lógica não é se aprofundar unicamente em um olhar crítico para o uso das redes sociais, mas para além disso, perceber através de percepções específicas de Albuquerque Jr, historiador que indicou uma teoria de “invenção” para região em questão, para assim percebermos como se produzem estigmas que violentamente são filtrados e dispostos como discursos de ódio por “figuras públicas” nas redes sociais.

⁶ Algumas das referências indicadas por Berman sobre exemplos da literatura russa são: *O cavaleiro de Bronze* de Aleksánder Púchkin (1833), *Memórias do subsolo* de Dostoiévski (1844), o *Sózia* de Dostoiévski (1846), dentre outros (BERMAN, 1986, P. 167-209).

A perspectiva de Berman não rompe do eurocentrismo para fazer uma crítica à modernidade, mas rompe de certa forma com a vinculação centralizada na Europa Ocidental. Pensar a modernidade na perspectiva russa é uma importante ênfase do filósofo. Quando se fala de um “projeto de modernidade” pela projeção e construção de Petersburgo, o contraponto se encontra em um modelo russo de desenvolvimento, que nega uma aparência inspirada nos modelos ocidentais de edificação, como Pedro projetou, mas que vem da população, dos sonhos e das aspirações das camadas populares, que em um modelo próprio constituíam um modo de literatura específico.

A relação de progresso foi ponto de discussão dos intelectuais da Escola de Frankfurt. Intelectuais como Theodor Adorno e Walter Benjamin desenvolveram concepções em torno do que se concebe por modernidade e “progresso”. Determinada concepção filosófica tinha uma visão de compreensão do marxismo para além de sua perspectiva ortodoxa. O contexto alemão vivenciado durante o século XX, permeada por duas guerras, pelo ideal de progresso institucionalizado na concepção da social-democracia como forma de alcance em melhorias nas condições de trabalho, pela ascensão do regime nazista, foram impulsos das críticas quanto à concepção do progresso nas discussões dos frankfurtianos. Assim, nesse terreno nebuloso se forma a Escola de Frankfurt⁷, onde o “ideal de progresso” era centro das críticas, na medida em que a humanidade se centrava em violentas ideologias.

Outras perspectivas advindas dos frankfurtianos, especificamente aos já citados Walter Benjamin e Theodor Adorno, se referem às concepções sobre o conceito de cultura e arte no contexto de uma concepção de “avanço técnico” de tais fenômenos. Enquanto Benjamin indicou uma chamada “Reprodutibilidade Técnica” em relação à arte, Adorno teceu críticas em torno do que denomina como “Indústria Cultural”. Os debates, mesmo que produtos de contextos da temporalidade em que se escrevem, de certa forma abordam reflexões possíveis de relações entre ambos.

Walter Benjamin, que estabeleceu reflexões mais profundas em torno do conceito do viés das obras de arte, instituiu o conceito de “Arte na Reprodutibilidade técnica”. A perspectiva de Benjamin concebeu que tal fenômeno não deveria ser percebido como uma problemática em torno de um acesso a esta “arte”. No entanto, se destacou a perspectiva de “aura”, de uma “autenticidade em torno de

⁷ A referida escola filosófica se condiciona inicialmente pelo contexto de fundação, ou seja, em meio às turbulências políticas da Alemanha na década de 1920. Quanto às suas preposições, podemos indicar sua relevância por conceber uma crítica à modernidade, principalmente em diversos debates que pontuaram uma potencialidade destrutiva que a “modernidade” estava causando na humanidade. Para além de extensos debates teóricos, o próprio contexto de fundação e as discussões promovidas pela Escola de Frankfurt, transparecem a importância que foi uma discussão do conceito de “moderno” na “outra face da moeda”. Indicar críticas aos ideais pervertidos, as ambições políticas e principalmente quanto à destruição da humanidade, quando tais fenômenos adquiriram um extenso alavanque na história da humanidade, devem ocupar o centro de qualquer menção que justifique a importância dessa escola filosófica.

determinado produto artístico, a essência de um material de arte se perdia, na medida em que a expansão em larga escala, o tornava algo passível de atualização:

O conceito de aura permite resumir essas características, o que se atrofia na era da reprodutibilidade técnica é sua aura. Esse processo é sintomático, e sua significação vai muito além da esfera de arte. Generalizando, podemos dizer que a técnica da reprodução destaca do domínio da tradição o objeto reproduzido. Na medida em que ela multiplica a reprodução, substitui a existência única por existência serial. E, na medida em que essa técnica permite à reprodução vir ao encontro do espectador em todas as situações, ela atualiza o objeto reproduzido. (BENJAMIN, 1987, p. 168-169)

O que Benjamin parece transpor em torno do conceito da percepção de “reprodutibilidade técnica” é um viés sobre como este fenômeno fazia da arte algo de produção em larga escala. A relação de “aura” do “aqui/agora”, parece estabelecer nas artes uma preocupação mais intensa em torno de técnicas de produção em larga escala, a essência se perdia, se modifica. O sentimento, a “aura” como destacado, deixa de ser algo constituído no conteúdo de assimilação dessas artes, para ser algo infinitamente reproduzido.

Um dos grandes aspectos artísticos reforçados por Walter Benjamin para abordar o conceito de reprodutibilidade técnica foi a fotografia. A relação de “aura” que marcava a concepção de uma obra de arte, a tornava objeto de contemplação, culto. O acesso era restrito, poder observar uma pintura era em certo ponto, um “privilégio de grupos específicos”. Porém o observador/admirador era reduzido ao processo de “culto” de uma obra, postulada pelo caráter de unicidade.⁸ Dois pontos são possíveis de perceber: uma restrição de acesso à arte, e o sujeito previamente condicionado à apreciação e não interação com a obra em questão. O contexto da fotografia marca, segundo Benjamin, uma reversão no caráter de culto pelo de exposição. A barreira de restrição foi rompida, o acesso a determinado “produto” é ampliado em uma escala maior, ângulos, técnicas, e modificações, como já citado, podem postular questionamentos quanto à essência de autenticidade e unicidade de determinada arte. A barreira do acesso único se modifica, assim também se reformula a relação entre espectador e a “arte” em si (BENJAMIN, 1987, p. 172-175).⁹

⁸ Walter Benjamin destacou proximidades em relação à noção de unicidade e aura. O culto e contemplação de alguma obra de arte, se fundamentava em sua essência. Resumidamente, a “unicidade” de uma arte, fazia dessa, objeto de culto (BENJAMIN, 1987, p. 170-171).

⁹ De forma específica, Walter Benjamin destacou percepções em torno do cinema. Este seria um dos ápices da reprodutibilidade técnica. Em condição de produção, já é formulado em torno de uma perspectiva de reprodução maciça. O denso investimento no contexto de produção do filme já visava uma essência de reprodução em larga escala (BENJAMIN, 1987, p. 172).

A relação de produção de arte é em certa medida retomada por Theodor Adorno posteriormente.¹⁰ Um dos primeiros pontos que trazem à tona uma concepção distinta de Adorno sobre o processo de “mercantilização cultural” é o fato de passividade dos sujeitos. A relação de autonomia do consumidor na perspectiva de Theodor Adorno parece se anular. Em certa medida, a cultura, os gostos, as críticas, são evocações de cultura que partem do indivíduo. Porém, a indústria toma para si estas características e produz em produto à venda: arte, música, filme, e outros exemplos. Na perspectiva de um processo massivo de “industrialização” da cultura, o ponto de dissolução da arte como mercadoria não se limita pela “barreira de classe”, o que e quem consome não é o ponto central, visto que não visa restrições, mas quem, o que, é o sentido em que se produz é o eixo essencial. O sujeito é concebido como aquele que receberá este produto, a ideologia e o processo de direcionamento técnico ordenam procedimentos para este fins, baseados em gostos, subjetividades, movimentos e demais questões:

A indústria cultural perfidamente realizou o homem como ser genérico. Cada um é apenas aquilo que qualquer outro pode substituir: coisa fungível, um exemplar. Ele mesmo como indivíduo é absolutamente substituível, o puro nada, e é isto que começa a experimentar quando, com o tempo, termina por perder a semelhança (ADORNO, 2002, p. 26).

Outro destaque que tangencia pela percepção do intelectual frankfurtiano é a percepção de instauração de alienação no indivíduo. Exemplificando o contexto a partir de uma perspectiva cinematográfica, a cultura do sujeito passa a ser extensão do que consome. Sua essência passa a ser maleável, o que a indústria apropria da sociedade, é remodelada, filtrada, vendida, impondo uma sujeição no consumidor. A alienação, torna o sujeito em algo “influenciável”, sem expressão ou interação, exclui qualquer marca de postura crítica, reduzindo-o a simples receptividade do que lhe é imposto. Além do mais, podemos compreender na alienação algo que corresponde ao desejo dos mecanismos de influência: a passividade e falta de espontaneidade dos sujeitos:

A vida não deve mais, tendencialmente, poder se distinguir do filme sonoro. Superando de longe o teatro ilusionista, o filme não deixa à fantasia e ao pensamento dos espectadores qualquer dimensão na qual possam — sempre no âmbito da obra cinematográfica, mas desvinculados de seus dados puros — se mover e se ampliar por conta própria sem que percam o fio. Ao mesmo tempo, o filme exercita as próprias vítimas em identificá-lo com a realidade. A atrofia da imaginação e da espontaneidade do consumidor cultural de hoje não tem necessidade de ser explicada em termos psicológicos. (ADORNO, 2010, p. 10)

¹⁰ A produção de Walter Benjamin foi iniciada em 1936 (Ibidem, p. 165). As relações pontuadas pelo autor, que são desenvolvidas em tal perspectiva, têm variações na forma como Adorno vai perceber o conceito de “Indústria Cultural”. Os acréscimos de Adorno, em questão, possibilitam não apenas pontos de vistas diferentes, mas a relação temporal de escrita de tais materiais também são frutos de contextos específicos, no que se refere a percepção desta cultura/arte que passou por modificações durante o século XX. Pensar os pontos diversos, implica antes perceber o contexto de produção de tais obras.

No alvo da representação e do imaginário: o Nordeste e o sujeito nordestino em meio à construção de estereótipos

Grande referência para pensarmos a construção do Nordeste como espaço de memória construído por movimentos externos e internos, podemos perceber em: “A invenção do Nordeste”, do historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr (2011). Tal obra, buscou demonstrar como um duplo mecanismo de identidade e estereótipos se fundamentou na construção histórica de “um Nordeste”. Seja nas danças, no rádio, na música, nos romances, no dizer de si, e do outro, a região Nordeste, em meio a aproximações e distanciamentos era constituída.

Para Albuquerque Júnior, a região adquire um caráter de invenção e não de prontidão. Simbologias, identidades, preconceitos, são formulados a partir de movimentos de enunciados que buscam estabelecer uma categorização à região. Enunciados estes, postulados em categorias “dizíveis” como o eixo literário, de romancistas, representações da imprensa, e também “visíveis” como obras de arte, cinematografia (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 93-100). Olhares e dizeres tornaram-se formas de constituir o Nordeste como região, formulado sobre intencionalidades, buscando se instituir uma identidade específica, ou ser demarcadora de índice de diferenciação. Invenções que partem da própria região, mas também vem de fora, carregada de aspirações e intencionalidades. Partimos assim, do princípio de que é possível relacionar as perspectivas de Albuquerque Jr com as ideias e preposições da Escola de Frankfurt. A própria ideia de uma “modernidade” é interposta como barreira ou desvinculada de desejo em relação à memória construtiva da região. O progresso técnico das “metrópoles nacionais” era visto como a perda da essência da humanidade e de uma região marcada pela memória e afeto humano, isto na visão de alguns intelectuais, que buscavam constituir preposições sobre a região, sobre moldes específicos e de âmbito nacional.

A exemplo de uma crítica ao progresso relacionado à técnica, especialmente mobilizada por ideais capitalistas, é mencionado Gilberto Freyre em *Sobrados e Mocambos*. Em tal abordagem, se destacava que o progresso e a modernidade eram previstos como desordeiros no que se refere à ordem e equilíbrio social da nação, visto que tais mobilizações, advindos da sociedade burguesa, trazia uma quebra nos valores humanos e formadores da nacionalidade (FREYRE, 1977, p. 152, apud ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 113). Mais especificamente em complemento à percepção de Gilberto Freyre, é apontado ainda uma relação à crítica a uma visão linear de progresso, em que este não deveria estar condicionado ao futuro, pelo ar típico da essência moderna, marcado por mudanças

abruptas. Nesta perspectiva, assim foi apontado por Durval Muniz de Albuquerque Jr em referência à concepção de Freyre sobre a “quebra” linear da temporalidade¹¹:

Sua ênfase se dá sempre na necessidade de uma transição ordenada entre as diferentes temporalidades, sem nenhum corte radical, uma acomodação do presente com o passado e com o futuro. A sua sociologia, é, pois, uma busca de constantes históricas que atravessariam o nosso processo de formação. (Ibidem, 2011, p. 113)

Em relação à pintura destacadas como invenções, construtoras de um “novo modo de ver”, cita-se uma relação crítica ao “progresso técnico” na percepção de Lula Cardoso Ayres. A essência artística do pintor, concebe uma reaproximação entre o sujeito e a natureza, vínculo que estaria desfeito com a busca de avanço técnico. Por meio de elementos visuais, muitos artistas buscaram exprimir formas de críticas e de expressão no que tange a uma percepção crítica ao “moderno”, especialmente no que centra uma desvalorização do meio natural. Assim o historiador indicou sobre as pinturas de Lula Cardoso Ayres:

[...] Um homem que, segundo ele, dominou os trópicos menos pela técnica e mais pelo amor, pela identificação, pela simbiose com este espaço e que agora se via dele distanciado pelas relações artificiais que o mundo moderno implantava (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 169).

172

A produção do Nordeste, segundo as abordagens de Albuquerque Jr, se encontrou em um processo de construção partindo de alguns grupos específicos: intelectuais, muitas vezes, filhos de uma elite local, ou grupos externos que buscavam imprimir uma identidade regional. O processo de produção se encontrava em formulação diferente no que se refere à representação. Se fala da pobreza, das marcas da violência social, das desigualdades, mas em grande parte das vezes, não são estes sujeitos marcados pelo estigma social, que produzem um discurso, uma imagem do Nordeste. Vejamos assim, dois exemplos: concepções em torno de José Lins Rego, romancista, filho de senhores de engenho, nascido na Paraíba e a menção de um jornal paulista construtor de uma visão preconceituosa sobre o Nordeste. Primeiro em relação a José Lins Rego, podemos compreender neste romancista um suporte de críticas ao “progresso capitalista”. Contudo, algumas percepções do romancista devem ser problematizadas, na medida em que se denuncia a concepção burguesa da sociedade, no entanto, volta-se para o passado como glorificação a partir das hierarquias que predominavam sobre os “laços paternalistas”. Reformulações desiguais são destaques seus, no que se refere a injustiças do sistema capitalista, regido por emersões de conflitos. Porém, no que se refere

¹¹ Evidentemente a concepção linear de progresso é marcada por especificidades. A essência de um passado, constantemente é marcado pela memória dos intelectuais que buscavam destacar uma identidade para o Nordeste e seu habitante. Contudo, há uma perspectiva que se complementa ao destaque anterior sobre uma crítica à modernidade e progresso como problemas da constituição da nação/região. Indicações como a capacidade de destruição visado pela noção de modificações instituído pela sociedade burguesa, pode ser interpretado nas “entrelinhas” de determinado destaque.

à relação com o passado, acabava por “amenizar” marcas hierarquicamente impostas com a sociedade escravocrata. Manter o passado, em sua visão é conceber e defender as hierarquias de uma sociedade marcada pela escravidão:

Na obra de José Lins, a cidade surge como o lugar do desenraizamento; lugar a partir do qual projeta o espaço nostálgico do engenho; lugar em que a miséria era maior e as injustiças mais gritantes que no engenho; em que os códigos morais tradicionais ruíam. Lugar traiçoeiro onde a lei e a disciplina vigiavam e puniam aqueles homens acostumados com os códigos lábeis e informais da sociedade patriarcal. Faltava ao pobre, na cidade, alguém que valesse por ele, que orientasse, que o controlasse de forma paternal (ALBUBUQUERQUE JR, 2011, p. 153).

Outro exemplo é encontrado no jornal: *O Estado de São Paulo* (OESP), em uma edição de 1920. Ao contrário do primeiro contexto, referido discurso representativo vem de outra região, vale ressaltar que a imprensa, se instaurou como um importante veículo de comunicação para constituir “imagens dos outros”, na medida em que se possibilitava um acesso mais facilitado. O discurso, era intencionalmente provocador de concepções, objetivamente as marcas preconceituosas, visavam se transpassar para o leitor.¹² Assim mencionava o periódico em questão:

[...] Incontestavelmente o Sul do Brasil, isto é a região que vai da Bahia até o Rio Grande do Sul, apresenta um tal aspecto de progresso em sua vida material que forma um contraste doloroso com o abandono em que se encontra o Norte, com seus desertos, sua ignorância, sua falta de higiene, sua pobreza, seu servilismo. (Ibidem, 2011, p. 55)

A referência do “outro” em meio à construção de estereótipos e preconceitos, é uma constante de outras regiões, que utilizam de uma categoria de diferenciação ofensiva para defender seus interesses políticos. Holanda, Scanoni e Siqueira (2016) reforçam determinada concepção na pesquisa que realizaram em referência a produção de discursos xenofóbicos em redes sociais, após a eleição de Dilma Rousseff como Presidente da República em 2014, pontuando que uma série de estereótipos fundamentados em ideias preconceituosas contra os nordestinos, foram ativados após um cenário político que não agradou parte de usuários das redes digitais. Ademais, o “diferenciar-se do outro”, tem raízes históricas profundas segundo os autores em questão. A exemplo da região Sul do Brasil, que lançava discursos xenofóbicos para fundamentar os ideais separatistas que emergiram na década de 1990. Neste caso, menciona-se de modo específico o contexto do Rio Grande do Sul, que defendia uma “República Independente dos Pampas”, fundamentando tal ambição política em ideias preconceituosas e xenofóbicos para com a região Nordeste (HOLANDA; SCANONI; SIQUEIRA, 2016, p. 235-242).

¹² A relação de separação entre Norte e Nordeste estava se efetivando na década de 1920, os discursos de separação entre as áreas emergem no contexto de migração de habitantes do Nordeste, para trabalho na extração de borracha, o que preocupava a falta de mão-de-obra para trabalho nas lavouras tradicionais do Nordeste (Ibidem, 2011, p. 82).

Esses são alguns eixos pelos quais podemos compreender o processo de sujeição estereotipada do Nordeste. Entre nuances de representações, encontrava-se variáveis que não observava de forma positiva o “progresso nas relações burguesas”, mas defendia uma percepção de sociedade estruturada nas “relações paternalistas”, além da “produção do outro,” marcando fragmentações, diferenciações e preconceitos. Essencialmente neste segundo caso, a “cidade moderna”, lança pela imprensa, intencionalmente penetrável na produção imaginária da população, uma figuração perversa do Nordeste. Portanto, o contraste entre tantas possibilidades, ganha forma na relação de progresso. A pobreza, o “servilismo”, são contemplados pelo discurso ofensivo, assim também como a menção à “falta de higiene”¹³.

Outra possibilidade de relação entre a constituição da identidade regional do Nordeste com a crítica que se condensa pelos intelectuais da Escola de Frankfurt, é o processo de transformação desta “identidade ou essência” em produto de exposição e larga escala, marcada por interesses secundários, sobretudo políticos. Quando Albuquerque Jr fala da representação musical, cita o processo de formulação predestinada à transmissão, partindo do clássico exemplo de Luiz Gonzaga, um dos maiores expoentes da expressão cultural através da música em referência ao Nordeste:

Gonzaga faz parte de uma geração de artistas da chamada Música Popular Brasileira, assim entendida, não por ser feita pelas camadas populares, mas para as camadas populares. Uma música comercial, que tinha na rádio o seu principal veículo. Num momento em que o problema da nacionalidade também se coloca no campo da música popular, as músicas consideradas até então como folclóricas e regionais, as canções, passam a ser incentivadas não só comercialmente, mas pela própria política do Estado (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 179).

Seja pela concepção crítica do progresso ou pelas aproximações em torno do conceito de massificação da Indústria Cultural, os destaques de Durval Muniz de Albuquerque Jr permitem aproximações de tais temáticas a partir de uma lógica que busca constituir a “essência” do Nordeste. São jogos duplos, na medida em que uma visão perversa se fazia em relação ao progresso na percepção de alguns intelectuais que buscaram instituir uma imagem regional, ou pelo viés do olhar do outro, que marcou o Nordeste como uma região generalizada, em que a tradição, significava falta de “progresso e avanço”. Também se evidenciou que esta evocação identitária é alvo do mercado,

¹³ A produção de Durval é plural. Seleccionamos trechos específicos, para assim percebermos referências de concepções de modernidade, e progresso em tais sentidos, bem como perceber como este contexto de produção, muitas vezes não vinha das camadas populares, marcadas pelas resistências, tradições, memórias referentes a seu contexto. É um falar do outro, do “intelectual nordestino”, projetado por “veículos de comunicação penetráveis”, ou por defensores de uma visão perversa de tradição. São marcas que projetam no Nordeste, insinuações e estereótipos contemporâneos.

grande construtor e transformador da cultura como “produto”, como destacado no caso de Luís Gonzaga.¹⁴

Marcas contemporâneas: xenofobia e preconceito na representação do Nordeste nas redes sociais pelas “figuras públicas”

A tangente força discursiva que produz versões sobre o Nordeste, abordadas de múltiplos contextos por Durval Muniz de Albuquerque Jr, não foi algo efêmero. As marcas que buscavam constituir uma visão narrativa do Nordeste como “avesso” ao progresso são constantemente reativadas sob múltiplas formas no contexto contemporâneo, sob formulações diferentes, deturpações, são destas produções construtoras de um imaginário representativo, que se originam ideias preconceituosas e estereotipadas. Para compreendermos a partir da concepção prática atual, sobre tal procedimento, cabe menção à crítica de Theodor Adorno (1969) em referência ao “progresso técnico” em que a humanidade estaria condicionada no contexto moderno. Para este intelectual da Escola de Frankfurt, o progresso medido pela técnica era catastrófico, pois não concebia uma “redenção coletiva”, o ideal progressista deveria estar simbolicamente direcionado ao coletivo, à humanidade.

A técnica muitas vezes pode se relacionar à segregação, ao ódio, ao individualismo, ao preconceito. Durante o século XX, a humanidade elucidou a mais perversa base do progresso a que tanto foi atrás, com regimes autoritários e hierarquizações sociais/raciais. Tais alicerces se projetaram em um distanciamento da coletividade e compreensão mútua, privilegiando fragmentações e ideologias em nome do “futuro”, da “técnica”. Partindo deste contexto extremamente conturbado, Adorno teceu críticas ao progresso que se desenvolvia no contexto do século XX, marcado pelas guerras, disputas econômicas e densas rivalidades. O arquétipo de modernidade se “auto-sabotava”, na medida em que a técnica era resumida em elevação do ego social (ADORNO, 1992, p. 218-219).

Xavier (2019) usou de aproximações teóricas em torno do conceito de Indústria Cultural, em relação ao fenômeno de discursos de ódio dissimulados em redes sociais. A psicóloga compreende diversas formas de violência e finaliza reaproximando a conceituação frankfurtiana em torno da proliferação ofensiva das redes digitais de interação. Nesta perspectiva usou de uma visão pessimista,

¹⁴O historiador também mencionou especificamente o processo em que as mídias filtram grande parte destes estereótipos que se produzem. Se indica a importância de criticar uma ocultação da “verdadeira face do nordeste”. O peso dos discursos que constituíram uma imagem pervertida do Nordeste, continuam a se formar nas mídias como reprodutoras de tais concepções. Assim o historiador aponta que se fala dos “coronéis, cangaceiros, e beatos”, mas a constituição real do Nordeste, é muito mais plural. Tal pluralidade, não é assumida pelas mídias, esta ao contrário, busca apenas reproduzir o que se formulou como essência generalizante da região e dos sujeitos (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 353).

em que para longe de relações harmoniosas, se observava uma densa prática de violência pelos perfis das redes sociais:

As categorias identificadas nos comentários de ódio: ideias higienistas, preconceito social, homofobia, racismo e preconceito político mostram o quanto a sociedade contemporânea integra em seu âmago o funcionamento de uma sociedade administrada e os moldes da indústria cultural, empobrecida de esclarecimento e enfraquecida de lutas pelo fim das desigualdades que geram preconceitos e intolerâncias (XAVIER, 2019, p. 92).

Os destaques em questão, citados na conclusão de sua dissertação, novamente torna possível a observação do fenômeno perverso do progresso, quando observado por uma ótica mais profunda. O destaque em referência à desvinculação da “luta pelo fim das desigualdades”, reforça que há, neste contexto, a busca da categoria pela diferenciação, pelo ataque e por ideais violentos. As redes sociais, como exemplo de imposição de opiniões, e “ideais”, tornam-se produtoras de violência, disseminadoras de ódio. O retrocesso se evidencia nestes contextos pela incapacidade de compreender “o outro”.

176

Partindo desta concepção, visamos perceber os discursos produzidos por um instrumento “técnico” que se concebe pela relação do “moderno”. Neste contexto, será observado os discursos produzidos pelas redes sociais, observando como “sujeitos públicos” que usam de uma visibilidade para impor um discurso ou representação ofensiva, promovem representações estereotipadas e preconceituosas dos sujeitos inseridos geograficamente e socialmente no Nordeste. As redes de interação neste sentido, para longe de promover “avanços humanitários” visando solidariedade e emancipação humana, são tecnologias de discurso de ódio, marcados por violências verbais.

Léo Lins, figura pública, dita como humorista, faz práticas dos chamados *stand-ups*¹⁵, espécie de humor que constantemente se posta em redes sociais, sendo assim, estendido para além da área de determinada apresentação. Em um vídeo postado na rede social YouTube pelo canal: *Cortes da Internet [Oficial]*, no dia 14 de março de 2023, consta trechos em que o mesmo assim usa de “seu humor” para se referir ao povo Nordestino¹⁶:

A maioria do Estado do Nordeste é muito longe, a gente acaba indo de avião e você pegar voo para o Nordeste é uma experiência, porque tem umas pessoas com “aparência primitiva”. “Olha esse cara saiu de um livro de Geografia, que negócio é esse, ele anda meio de lado” [...] A roupa também é diferente, a calça eles usam lá

¹⁵ Espécie de apresentação “humorística”, com tradução literal ao português se realiza “em pé”, diante de uma plateia. No caso de Léo Lins, buscava-se fazer apresentações regidas com um estilo de “humor ácido”, usando de representações pejorativas de grupos específicos, fundamentando-se em arranjos estereotipados e deturpados. Segundo o veículo informativo *Gazeta do Povo*, foi movido um processo criminal contra o “humorista” pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (GAZETA DO POVO, 2023).

¹⁶ Salientamos que 2023 foi o ano de publicação do vídeo. No vídeo foi citada informações sobre a data de “apresentação” em que Léo Lins produziu tal fala.

em cima, e parece que “quanto mais sobe a calça, mais desce o pescoço [...] o cinto vira uma coleira”. (CORTES DA INTERNET, 2023)

Tal fala ainda é complementada por gestos “do modo de andar”. Sua representação, além de visar impor narrativas ofensivas em referência ao sujeito nordestino, usa de gestos, como complementos de representações desse “humor”. Duas percepções são possíveis de apreender através da construção deste discurso. Primeiramente, este foi construído gradualmente na sociedade. Esta narrativa não pode ser concebida a partir do contexto em que parte de Léo Lins, mas é envolta de contextos de demarcações sociais e históricas. Concepções de “primitivo”, “diferente”, se encontram com termos diferentes, mas com sentidos parecidos no contexto já mencionado pelo Jornal *O Estado de São Paulo* (OESP) em 1920, por exemplo (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 55). São identidades produzidas intencionalmente, visando sentidos de diferenciações. A violência que se observa atualmente nas palavras deste “humorista”, apesar de garantir inclinações e serem produzidos de formas diferentes, não deixam de ser influenciadas pelas representações dos jornais, dos romancistas, das músicas e obras, que opõe o Nordeste “ao progresso técnico”: “O Nordeste é uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença” (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 79).

Outra perspectiva é a reflexão que este “humor” vai causar nas pessoas. Partindo de uma concepção de que este humor é vendido como representação, a “arte de Léo Lins”, é produto do conceito abordado por Adorno como “Indústria Cultural”. Toda esta série de estereótipos percebidos em referência à população nordestina, é transformada em produto à venda. Léo Lins não fez apresentações em stand-ups de forma gratuita, além deste “humor” garantir lucro na medida em que se torna uma apresentação remunerada, a disponibilização destas apresentações em redes sociais aumenta o “engajamento”. A assimilação estereotipada e generalizante do Nordeste, é imposta como modo de representação “à venda”, produzida inclusive, para além das paredes físicas do local de apresentação.”¹⁷

A grande problemática é que além deste humor pervertido ser uma forma extremamente forte de violência, também se encaixa no processo de reprodução de tais discursos de cunho preconceituoso advindo deste “humorista”. As pessoas que frequentam determinadas apresentações inseridas neste contexto não buscam, necessariamente, exercitar uma percepção crítica, mas desfrutar de uma espécie

¹⁷ Em relação à fala de Léo Lins, ainda percebemos uma imagem geral do Nordeste. Além de trazer uma narrativa extremamente ofensiva em sua fala, esta é generalizante. O nordeste extenso em território e população, é resumido a um só, estereotipado, marcado pelas “pessoas de aparência primitiva”, que andam estranho e se vestem diferente. A representação marca “o nordestino” como sujeito a parte, instituído pela distinção, no entanto, reforça uma generalização à região.

de “divertimento”. A alienação indicada por Adorno na década de 1940 em abordagem do fenômeno na Indústria Cultural, fortemente se estabelece neste sentido, sob reformulações na transmissão, mas com uma mesma essência de dominação no “consumidor” de tais “produtos de humor”: “[...] A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação, é o caráter repressivo da sociedade que se auto-aliena. Automóveis, bombas e filmes mantêm o todo até que seu elemento nivelador repercute sobre a própria injustiça a que servia” (ADORNO, 2002, p. 6).

Em outra fala em um de seus “stand-ups”, Léo Lins novamente se refere ao Nordeste por um viés preconceituoso. A curta fala disponível em um “Shorts” do canal *Site Tv Foco* no ano de 2022, traz um pequeno trecho que relaciona dois tipos de ataques: uma piada em relação a crianças com hidrocefalia e uma vinculação à condição de “falta de água no Nordeste” como composição de seu “tom de humor”. Eis a fala em questão: “[...]Eu vi o vídeo de um garoto no interior do Ceará com hidrocefalia, o lado bom é que o único lugar da cidade em que tem água é a cabeça dele [...] agora o pai puxa à água do filho, estão todos felizes tomando banho” (YOU TUBE, s/d).¹⁸

A relação de passividade e isenção crítica do consumidor novamente se torna evidente. A câmera do vídeo em questão, não mostra a plateia, apenas o “humorista”. No entanto, pela audição, escutamos risos. Esta violenta prática de narrativas preconceituosas com “tom de humor” é vendida a uma plateia que parece não se incomodar, e que aceita tal fala. A única ação possível de ouvir são risos, o divertimento pervertido, estabelece esta relação de inércia do consumidor, quanto ao que se promove como “arte e representação”.

Outro fenômeno que tornou perceptível a produção de xenofobia e preconceito em relação ao Nordeste aconteceu em outubro do ano de 2022. Mais especificamente em relação ao episódio de derrota de Jair Bolsonaro nas eleições, na medida em que pelo resultado da disputa presidencial, se observou uma rejeição significativa deste em relação à região como um todo. Tal processo foi o estopim para uma imensa produção de violência virtualmente disposta em relação à região e seus habitantes. Um exemplo parte do próprio ex-presidente. Usuário de uma densa produção midiática, para se popularizar como figura de destaque nas camadas da população, Jair Bolsonaro após sua derrota no processo eleitoral para Presidente da República, assim destacou sobre a relação do Nordeste com sua derrota em live nas suas redes sociais de acordo com trechos do Canal do YouTube *UOL* em 06 de outubro de 2022:

Lula venceu em nove dos dez estados com maior taxa de analfabetismo, “você sabem quais são esses estados? Do nosso nordeste” [...] Outros dados econômicos agora, também são inferiores a regiões, porque estes estados do Nordeste estão a

¹⁸ Apesar de não conter menção específica da data de publicação, pelo filtro dos comentários podemos concluir que a postagem possivelmente tenha sido realizada no ano de 2022.

vinte anos sendo administrados pelo PT, onde a esquerda entra leva ao analfabetismo, leva a “falta de cultura” [...]. (UOL, 2022)

Bolsonaro buscou representar os estados do Nordeste pela noção de marcações sociais como o analfabetismo. Sua produção discursiva prestada em live reforçou para o público que assistia uma concepção que generalizou e maximizou as taxas de analfabetismo como justificativas de alienação destes, o que teria motivado sua derrota nestes estados. O termo “falta de cultura”, reforça uma relação de “desconhecimento” e distanciamento destes estados do nordeste por ele mencionado, em relação às demais áreas do país. Para o ex-presidente, estes estados estariam marcados pela ausência de tais índices.

A fala de Bolsonaro novamente evidencia estereótipos que não são novos nas representações. Albuquerque Jr cita exemplo das representações do intelectual francês Roger Bastide, que representou o Brasil a partir das dualidades entre São Paulo e a região Nordeste, citado neste contexto como um todo. A região neste sentido seria constituída pelos ideais de “lugar de normas arcaicas”. Assim destaca o historiador sobre essas perspectivas:

[...] o Nordeste é visto como a região “embebida em história”, “em que a ânsia de possuir tudo novo, de modernizar-se, de ficar na última moda não inspira [...] São Paulo era a realidade de artifício, de cimento, em contraposição à nordestina, “que foi Deus que fez e não o homem”. Uma seria a região da memória; a outra, o lugar da história, do passar do tempo. Uma era natureza; a outra, cultura (BASTIDE, 1964, p. 50, apud ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 121).

Nesta versão destacada acima, o Nordeste como essência generalizante, não seria o berço de modificações. Se constitui uma visão de acomodação, de permanência, uma história “sem rupturas”. O “oposto”, São Paulo, que se constituía como centro das rupturas, dos movimentos, da “moda modificada. Enquanto uma se colocava como mais próxima da “natureza”, a outra se instituiu pela “cultura”. O dilema de desvinculação de cultura neste sentido é feito pela contraposição, o Nordeste como região era marcado pela natureza, e não pela produção cultural. Este estereótipo se faz na linguagem preconceituosa de Jair Bolsonaro, pois novamente a região é associada pela falta de cultura.

Contudo, não só da “figura pública” veio concepções destacando estereótipos pejorativos em relação à região. Eleitores e defensores de Jair Bolsonaro produziram uma série de discursos de cunho preconceituoso em relação ao Nordeste nas redes sociais. De acordo com informações do Jornal *O Correio Braziliense* em edição do dia 6 e outubro de 2022, destaca-se que após o resultado do 1º turno eleitoral, ataques contra nordestinos foram constantes nas redes sociais; “Segundo a Safernet Brasil,

foram pelo menos 14 denúncias de xenofobia por hora, na última segunda-feira”¹⁹ (CORREIO BRAZILIENSE, 2022).

A prática de produção discursiva pejorativa produzida por Jair Bolsonaro parece ser um pêndulo que impulsionou uma série de discursos estereotipados. Sua imagem como fruto de produção ideológica foi fortemente constituída como peça de influência através das redes sociais. Seus discursos dispostos nas mídias digitais, não beiraram à restrição e evidentemente gerou resistências e confrontos. Contudo, essas falas de Bolsonaro parecem se estabelecer de forma intencional, como mecanismo de impulsão nas representações pejorativas, usando de concepções partilhadas por grupos que compartilham de ideais extremamente estereotipados sobre os nordestinos e que acham na “brecha” política, uma sustentação para os violentos ataques. Se há uma oposição que denuncia tais concepções, há um público alienado, influenciado, que se identifica com um olhar e dizer violenta para o Nordeste. Produzir discursos de ódio, parece ser intencionalmente vinculada às câmeras, às redes, à disseminação de tais ideias.

Considerações Finais

A crítica ao progresso e construção histórica de uma “modernidade” presente na discussão dos intelectuais destacados nesta pesquisa são de extrema importância. O velho dilema de um “progresso pela técnica” não se desmanchou depois de diversos episódios de incitação ao ódio. A crítica ao progresso se estende para além do século XX, mas no contexto atual da sociedade, novamente estas ênfases entram em questão.

A humanidade cada vez mais busca se reformular tecnicamente, mas este processo tem suas nuances preocupantes. A potencialidade de um discurso se dissemina de forma assustadora, podendo atingir boa parte da população. Formas perversas de sátira, não se prendem às paredes físicas em que tal apresentação acontece. Além de ser um problema já no contexto do imaginário do locutor, se dissemina como forma de “humor”, os risos, a recepção destes preconceitos, não é questionada, só se absorve como um “divertimento”, depois do “show” vem a reprodução em redes sociais. O preconceito, a violência verbal, se espalha pelas redes de interação.

Assim também as ditas redes sociais possibilitam intencionalmente a produção destes discursos para um grupo marcado pela ideologia, que não questiona as violências vindas de um candidato à presidência. Este além de conceber estereótipos preconceituosos em relação aos estados nordestinos,

¹⁹ Destacamos aqui apenas o índice. O objetivo da nossa abordagem é centrar nas “figuras públicas” um potencial violento marcado por estereótipos. Neste caso, o aumento dos índices de práticas de xenofobia por parte das redes sociais como um todo, mostra como tão penetrável são as falas caracterizadas pelos estereótipos perpassados pelas falas de determinada “figura pública”.

buscou reproduzir sua violenta noção em live nas redes sociais, pois, sabe que seu discurso penetra nas camadas alienadas. É possível perceber que tais discursos não somente circulam enquanto ideias, mas também como ações, enquanto efeitos disseminados, vide o aumento de práticas xenofóbicas no contexto posterior aos turnos eleitorais.

Seja pelo “humor perverso” ou pela intencional fala de um ex-presidente, vemos a crítica de Adorno em relação ao processo de passividade dos sujeitos frente a estas disseminações revertidas de concepções. A imensa diversidade cultural da região Nordeste é resumida a uma só, marcada por estereótipos, preconceitos e violências verbais. A diversificada cultura é discursivizada de forma perversa, se usa como massa de alienação ou como “produto cultural à venda”. Neste processo, o que se mantém como essência é o velho estereótipo, historicamente formado.

O olhar ao progresso, a técnica, também tem fundamento neste fenômeno. O passado deixa de ser referência para uma sociedade que se banha não nas experiências, mas nas expectativas. O que aprendeu torna-se nulo na medida em que apenas ambiciona pelo que está por vir. A crítica de Walter Benjamin fecha este trabalho, trazendo menção ao papel da História, afinal o passado vem sendo concebido apenas como referência para demarcações sociais, daqueles que estão vinculados à “inércia” a “rejeição da modernidade”. O olhar para a extensa cultura nordestina, infelizmente é constantemente reduzido a generalizações. Essa ação se configura como um meio de difusão de violência. Histórias, lutas sociais, denúncias e resistências são deixadas de lado, na medida em que se influi um desejo específico de diferenciação e de discurso de ódio quanto às representações sobre esta região.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ADORNO, Theodor W. *Progresso*. *Lua Nova*, nº 27, p. 217-236, 1992.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5ª ed, São Paulo: Cortez, 2011.

BASTIDE, Roger. *Brasil, Terra de Contrastes*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1964.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

CORREIO BRAZILIENSE. Ataques contra nordestinos se multiplicam nas redes sociais após 1º turno. *Correio Braziliense* (site). Publicado em: 06 de out. de 2022. Disponível em: Ataques aos nordestinos se multiplicam nas redes sociais após 1º turno (correio braziliense.com.br). Acesso em: 03 set. 2023.

CORTES DA INTERNET. Léo Lins-Piadas com Nordeste [Stand-up Comedy] - Show perturbador pode ser censurado, aproveitem. YouTube. Disponível em: https://youtu.be/_j6E CRUtJfU?si=79bxd3IE61aRpkfu. Acesso em: 03 set. 2023.

DOSTOIIÉVSKI, Fiódor. *Memórias do subsolo*. São Paulo: Editora 34, 2009.

DOSTOIIÉVSKI, Fiódor. *O sócia*. São Paulo: Martin Claret, 2022.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos* (2 vols). 5 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

GAZETA DO POVO. Por piadas, Léo Lins tem redes sociais derrubadas e vira réu em processo criminal. *Gazeta do Povo*. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/por-piadas-leo-lins-tem-redes-sociais-derrubadas-e-vira-reu-em-processo-criminal/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

HOLANDA, André Fabrício da Cunha; SCANONI, Sabrina Ramires; SIQUEIRA, Vanessa Ferreira. A culpa é do Nordeste? As eleições de 2014 e a repercussão de matérias jornalísticas nas redes sociais. *Revista Latino-americana de Jornalismo*, v. 3, n. 2, p. 228-243, 2016.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: Uma leitura das teses "Sobre o conceito de História"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida*. São Paulo: Hedra, 2017.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *O bloco Político Norte*. São Paulo: 3 de setembro de 1920.

PÚCHKIN, Aleksánder. *O cavaleiro de bronze e outros poemas*. São Paulo: Kalinka, 2022.

TV FOCO. Absurdo! Léo Lins debochando de crianças com hidrocefalia. YouTube, Disponível em: <https://youtube.com/shorts/nOAv0IrsM-s?si=85PJMO-T4gNuM59P>. Acesso em: 03 set. 2023.

UOL, Bolsonaro sobre vitória do Lula no Nordeste: 'Taxa de analfabetismo alta'. YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/t7N7AkFRkFo?si=Yo7sYB2v5Q4Nu4Nd>. Acesso em: 03 set. 2023.

XAVIER, Lilian Martin Patrício. *Indústria Cultural, Narcisismo e o ódio nas Redes Sociais*. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.